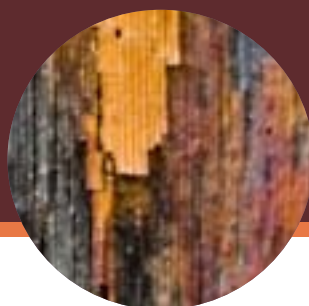


Relatório de Atividades

2021



COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO
REGIONAL DO ALGARVE

Ficha técnica

Título

Relatório de Atividades 2021

Edição

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve

Praça da Liberdade, 2, 8000-164 Faro

Telef.: 289 895 200/99 • Fax: 289 889 099

E-mail: geral@ccdr-alg.pt • www.ccdr-alg.pt • www.facebook.com/ccdralgarve • [twitter: @ccdr_algarve](https://twitter.com/ccdr_algarve)

Data de edição

Maior de 2022

SUMÁRIO EXECUTIVO	5
NOTA INTRODUTÓRIA	7
I - QUAR – QUADRO DE AVALIAÇÃO E RESPONSABILIZAÇÃO	12
II - ANÁLISE DA AFETAÇÃO DOS RECURSOS	19
1. Recursos humanos	19
2. Recursos materiais	20
3. Recursos financeiros	22
4. Análise sintética ao Balanço Social	25
5. Análise sintética da execução do Plano de Formação	27
III – PLANO DE ATIVIDADES	32
1. Quantificação da atividade desenvolvida por área temática no biénio 2020-2021	33
2. Atividades não previstas desenvolvidas por unidade orgânica	33
IV – APRECIÇÃO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	40
V – AUDIÇÃO DE DIRIGENTES INTERMÉDIOS E TRABALHADORES	45
VI – COMPARAÇÃO DE UNIDADES HOMOGÉNEAS	46
VII – AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLO INTERNO (SCI)	47
VIII – MEDIDAS DE REFORÇO POSITIVO	49
IX - OBRIGAÇÕES DE PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÃO	53
1. Publicidade institucional	53
2. Programa de Gestão do Património Imobiliário	54
3. Medidas de modernização administrativa	54
X – PROPOSTA DE AVALIAÇÃO FINAL	59
1. Menção de autoavaliação proposta pelo dirigente máximo do serviço	59
XI - CONCLUSÕES PROSPETIVAS	60

ANEXOS

Anexo I - Execução do QUAR 2021

Anexo II - Balanço Social 2021

Anexo III - Relatório de Gestão 2021

Anexo IV - Relatório da Formação Profissional - INA

Anexo V - Objetivos e atividades desenvolvidas por Unidade Orgânica

Anexo VI - Apreciação dos serviços prestados

Anexo VII- Audição de dirigentes intermédios e trabalhadores

Anexo VIII - Avaliação do Sistema de Controlo Interno

Índice de quadros

Quadro 1 - Taxas de realização do QUAR – Objetivos e indicadores	18
Quadro 2 - Recursos humanos planeados <i>versus</i> realizados	20
Quadro 3 - Execução orçamental 2021	22
Quadro 4 - Afetação real e prevista de recursos humanos e financeiros por Unidade Orgânica	24
Quadro 5 - Indicadores do Balanço Social 2019-2021	25
Quadro 6 - Ações de formação e capacitação 2021	28
Quadro 7 - N.º de participações e participantes por cargo/carreira	29
Quadro 8 - N.º de participações segundo o género	29
Quadro 9 - N.º de horas de formação por cargo/carreira	30
Quadro 10 - Taxas de realização da formação planeada <i>versus</i> a realizada	31
Quadro 11 - Taxas de realização do Plano de Atividades – objetivos e indicadores	32
Quadro 12 - Satisfação global dos trabalhadores	40
Quadro 13 - Avaliação do desempenho pelos <i>stakeholders</i> externos	42
Quadro 14 – Avaliação do nível de satisfação	43
Quadro 15 - Incumprimentos e resultados insuficientes	49
Quadro 16 - Publicidade institucional 2021	54

Índice de gráficos

Gráfico 1 - Distribuição de trabalhadores segundo o vínculo	19
Gráfico 2 - Execução orçamental	23
Gráfico 3 - Distribuição das horas de formação	30
Gráfico 4 - Taxas de realização da formação planeada <i>versus</i> a realizada	43

Sumário Executivo

Em conformidade com o estabelecido na Lei Orgânica (Decreto-Lei 228/2012, de 25 de outubro, na sua redação atual), a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve (CCDR Algarve), tem a missão de “assegurar a coordenação e a articulação das diversas políticas sectoriais de âmbito regional, bem como executar as políticas de ambiente, de ordenamento do território e cidades, apoiar tecnicamente as autarquias locais e as suas associações na região do Algarve” e ainda “executar a política de incentivos à comunicação social, ao nível da respetiva área geográfica de atuação.”

No ano 2021 a CCDR Algarve esteve sob a tutela direta da Ministra da Coesão Territorial, em coordenação com o Ministro do Ambiente e Transição Energética e a Ministra da Modernização do Estado e da Administração Pública, integrando o perímetro do Programa Orçamental 02 – Governação.

No que concerne aos objetivos estratégicos que integraram o Quadro de Avaliação e Responsabilização (QUAR) mantiveram-se os estabelecidos em anos anteriores face à sua atualidade. A definição dos objetivos operacionais foi efetuada em estreita articulação com os objetivos estratégicos e devidamente alinhada com o programa do governo no que se refere às políticas públicas de ambiente, de ordenamento do território e de desenvolvimento regional e de apoio às autarquias locais, tal como em matéria de fundos estruturais europeus.

Os objetivos operacionais foram igualmente alinhados com o preconizado na Lei das Grandes Opções – Agendas: Digitalização, Inovação e Qualificações, Transição Climática e Sustentabilidade dos Recursos e do País Competitivo Externamente e Coeso Internamente, bem como com os objetivos e indicadores do Programa Orçamental 02 – Governação, e ainda, com o estabelecido no Plano Estratégico da Coesão Territorial.

Assim, durante o período a que se reporta o presente relatório foram monitorizados os seguintes objetivos operacionais, em sede do Quadro de Avaliação e Responsabilização (QUAR): Promover a Transformação Digital e a Modernização Administrativa; Acelerar a Execução dos Programas Operacionais Regionais Portugal 2020; Implementar a Agenda Regional de Transição para a Economia Circular; Otimizar o Apoio Técnico às Autarquias Locais e suas Associações; Reforçar a Aproximação das CCDR e das Autoridades de Gestão às Comunidades; e, Promover Serviços Públicos Bem Geridos, Renovados e com Profissionais Motivados.

Globalmente, cumpriram-se os objetivos operacionais propostos para o ano de 2021 conforme apresentado no presente Relatório de Atividades e de Autoavaliação e nos anexos que dele fazem parte integrante.

Em termos de execução final do QUAR, foram atingidas as seguintes taxas por parâmetro: 116% na Eficácia, 103% na Eficiência e 107% na Qualidade, que corresponde à superação dos três parâmetros, permitindo alcançar uma taxa média de realização final do QUAR de 107%. No que refere ao Plano de Atividades a taxa de realização foi de 101%.

Pode afirmar-se que os resultados alcançados expressam o empenho excepcional dos trabalhadores e dirigentes, num ano ainda marcado pela crise pandémica, em que se mantiveram e ajustaram os modelos instituídos no ano transato de organização do trabalho na Administração Pública, com particular destaque para o trabalho em ambiente digital. Acresce, ainda, como justificação a monitorização regular do QUAR, que permitiu identificar em tempo útil os pontos críticos geradores de desvios e assegurar os procedimentos necessários para agir atempadamente e em conformidade no sentido de os ultrapassar.

Importa, no entanto, sublinhar que a execução do programado em sede de QUAR e de Plano de Atividades não esteve ainda assim isenta de constrangimentos, os quais na medida do possível foram mitigados.

Atendendo à grande amplitude das atribuições e competências cometidas às CCDR as Unidades Orgânica são frequentemente envolvidas numa agenda (extra) de atividades não previstas em sede de Plano de Atividades, que assumiram, expressão relevante no ano 2021 no cômputo da atividade desenvolvida, consumindo os recursos humanos e financeiros que estão alocados à concretização dos objetivos operacionais previstos.

Assim, nos próximos exercícios de planeamento o foco deverá centrar-se na mitigação dos constrangimentos identificados, mediante a definição de objetivos, indicadores e metas que valorizem a simplificação e eficiência na prossecução da missão e atribuições desta Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional, e na reformulação do QUAR inicial, sempre que se justifique.

Nota Introdutória

A elaboração do presente relatório de atividades cumpriu à metodologia constante nas diretrizes vertidas no Decreto-Lei 183/96, de 27 de setembro, e na Lei 66-B/2007, de 28 de dezembro, e acessoriamente nas orientações técnicas emitidas pela Direção-Geral da Administração e do Emprego Público e pelo Conselho Coordenador de Avaliação dos Serviços, bem como nas Linhas de Orientação – Relatório de Atividades - elaboradas pela Secretaria Geral da Presidência do Conselho de Ministros.

A execução do QUAR e Plano de Atividades referente ao ano 2021 teve como enquadramento as Grandes Opções e o respetivo plano financeiro estabelecido na Lei do Orçamento de Estado e no Decreto-Lei de Execução Orçamental em vigor. Acresce, que a atividade da CCDR Algarve foi igualmente delimitada pelas normas e demais disposições constantes nos diplomas legais aplicáveis às áreas de negócio (ambiente, ordenamento do território, desenvolvimento regional, apoio às autarquias, fundos comunitários) e transversais (financeira, recursos humanos e património) e aos fundos estruturais.

A atividade da CCDR Algarve no ano 2021 foi norteada pelos objetivos estratégicos e operacionais definidos em sede de QUAR, sendo de referir, ainda, o alinhamento destes com os objetivos definidos no âmbito do Programa Orçamental 02 – Governança e no Plano Estratégico da Coesão Territorial.

No universo dos organismos da administração desconcentrada do Estado, as CCDR são dos que têm uma missão mais abrangente, porque lhes está atribuída a dinamização e a coordenação, na respetiva região, das políticas públicas com o objetivo de contribuir para a competitividade económica, coesão social e sua sustentabilidade. Noutra ângulo, constituem uma importante alavanca na concertação entre a administração central e a administração local, bem como na ligação do nível regional ao nível europeu através da gestão e acompanhamento da aplicação dos Fundos Estruturais na Região.

No âmbito das intervenções prioritárias da CCDR, figuram os contributos a prestar na elaboração e implementação das políticas nacionais de ambiente, de ordenamento do território e de desenvolvimento regional, bem como a promoção da articulação e integração no território das políticas públicas. Em paralelo, procedem ao acompanhamento dos Programas de Cooperação Territorial Europeia.

Neste sentido tendo como referência o preconizado na Lei das Grandes Opções – Agendas: Digitalização, Inovação e Qualificações, Transição Climática e Sustentabilidade dos Recursos e do País Competitivo Externamente e Coeso Internamente, a CCDR Algarve prestou o seu contributo durante o ano, em conformidade com as suas atribuições e competências.

Numa lógica de continuidade merece novamente destaque o esforço empreendido pelo setor do Ambiente, na dinamização externa de *webinars* sobre Economia Circular, no âmbito dos trabalhos da Agenda Regional para a Economia Circular.

No setor do Ambiente merece também destaque o volume considerável de trabalho na área dos procedimentos de avaliação ambiental, face aos pedidos de esclarecimento de abrangência de projetos pelo Regime Jurídico de Avaliação de Impacte Ambiental e ao número de projetos em avaliação.

As decisões estratégicas do governo nos últimos anos, estão a refletir-se nas competências a exercer pelos serviços, nomeadamente nos regionais, na área de ambiente e que são essencialmente na avaliação ambiental, produção de energia a partir de fontes renováveis e licenciamento de sistemas de gestão de resíduos, com procedimentos complexos e de análise técnica mais fina, o que obriga a maior tempo de análise dos processos/projetos.

O setor do Ordenamento do Território a par do exercício das suas competências no âmbito dos diferentes regimes jurídicos específicos aplicáveis, com a publicação do Decreto-Lei n.º 24/2021, de 29 de março, que alterou o Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, procedendo a alguns ajustamentos e à prorrogação (até 13 de julho de 2021) do prazo de transposição, por adaptação, do conteúdo das normas dos Planos Especiais de Ordenamento do Território para os Planos Territoriais Municipais (PTM), sob pena das CCDR procederem à suspensão das normas desses PTM que deveriam ter sido alteradas, desenvolveu um significativo trabalho adicional na elaboração de projetos de declaração de suspensão para 17 PTM.

Na área do Desenvolvimento Regional registou-se uma reestruturação da unidade orgânica, passando a integrar novas componentes com destaque para os Grupos de Trabalho “Habitar no Interior” e “Co-working”. Manteve em 2021, os seguintes projetos âncora: Dieta Mediterrânica, Algarve Acolhe agora integrado na plataforma T-Invest, a Rede RAARA – Rede de Acolhimento ao Autocaravanismo na Região do Algarve com um novo protocolo “Para a promoção de um autocaravanismo sustentável na Região do Algarve”, e o TASA – Técnicas Ancestrais, Soluções Atuais.

Destaca-se, outro projeto, o Atlazul, que tem como principal objetivo desenvolver o crescimento azul e a economia do mar, assumindo uma extraordinária relevância na governança do mar no âmbito da EuroRegião AAA (Algarve, Alentejo, Anadaluzia).

Durante o ano 2021 a Autoridade de Gestão (AG) do Programa Operacional Regional do Algarve 2020 (POR Algarve 2020) deu continuidade às responsabilidades que lhe estão atribuídas, cumprindo os grandes objetivos na área da Gestão de Fundos Comunitários sob a responsabilidade da CCDR Algarve no que se refere à implementação do Portugal 2020.

Tendo presente o preconizado nas Grandes Opções sobre o papel dos Fundos Estruturais na convergência com a União Europeia, merecem destaque os resultados alcançados - 141,7% - no que concerne a meta N+3 e sobretudo o esforço empreendido para se alcançar a taxa de execução do POR Algarve 2020 de 57,4% numa região fortemente marcada pelas consequências económicas e sociais da pandemia.

É de salientar que sendo o Algarve uma região predominantemente turística, com uma economia pouco diversificada e altamente dependente da procura externa, os atores regionais, bem com os beneficiários do Programa Operacional Regional, sentiram de forma bastante acentuada o resultado do forte condicionamento à mobilidade global limitando as atividades e consequentemente a capacidade de execução dos beneficiários.

Em paralelo, as dificuldades financeiras sentidas por parte dos beneficiários públicos, bem como os problemas do mercado regional da construção civil, provocaram igualmente impacto na taxa de execução alcançada.

Destacar também o cumprimento de 90% das tarefas previstas no Plano de Atividades de 2021 no que respeita ao Controlo Interno.

As Estruturas do POR Algarve 2020 e do Órgão de Acompanhamento das Dinâmicas (OADR), tal como a Direção de Serviços de Desenvolvimento Regional, estiveram envolvidas durante o ano 2021 de forma empenhada na preparação do período de programação 2021-2027, colaborando na elaboração do documento nacional de Acordo de Parceria a submeter junto da Comissão Europeia. Em 2021 foram também iniciados os trabalhos de preparação do PO Regional para o mesmo período (2021-2027). Este trabalho acabará com a produção do documento a entregar à Comissão Europeia, documento este que deverá referenciar as prioridades a apoiar neste período, tendo em vista a absorção do envelope financeiro atribuído à Região.

Salientar, ainda, no quadro dos instrumentos financeiros, relativamente aos trabalhos preparatórios do POR Algarve 2030, a conclusão da proposta de Plano de Ação Diversificar Algarve 2030, parte integrante do programa, correspondente à dotação adicional de 300 M€ resultantes da decisão tomada no Conselho Europeu em 2020, com vista à promoção da empregabilidade e competitividade regional. Neste domínio o Órgão de Acompanhamento das Dinâmicas Regionais colaborou na formulação da proposta e na dinamização de ações de divulgação das grandes linhas do Algarve 2030.

Dando continuidade ao trabalho realizado no âmbito da RIS3 Algarve, o Órgão de Acompanhamento das Dinâmicas Regionais, dinamizou todo o processo de revisitação, promovendo a auscultação dos membros dos diferentes grupos de trabalho, definindo abordagens complementares aos domínios de especialização, por via de desafios sociais definidos na Estratégia de Desenvolvimento Regional Algarve 2030. Apesar das particularidades associadas ao contexto pandémico, realizaram-se doze reuniões de grupos temáticos e uma reunião do Conselho de Inovação Regional, que contou com participação da Senhora Ministra da Coesão Territorial, tendo ainda sido realizadas dezoito ações de promoção, difusão e acompanhamento da RIS3 Regional.

No quadro do acompanhamento e monitorização das dinâmicas regionais, promoveu-se a recolha e análise de informação estatística, enquanto suporte à elaboração de documentos internos, apresentações para reuniões, e divulgação interna ou externa, em diferentes formatos, assinalando-se, entre outros, a edição de diversos boletins “Informação Mensal Programa Operacional Regional”.

Neste mesmo alinhamento de apresentação e divulgação de resultados alcançados com a aplicação dos fundos comunitários na região do Algarve, foram desenvolvidos produtos editoriais/material audiovisual, como publireportagens com o propósito de destacar editorialmente os projetos de diversificação da base económica selecionados e dinamizados por empresas sedeadas na região do Algarve, a edição de Newsletters que acompanhou a linha editorial temática e comunicou exemplos de como o POR Algarve 2020 está a mudar a região do Algarve, sendo que os temas selecionados tiveram ainda em conta os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e deram destaque ao que o “Algarve Faz Bem”. Aliás, este foi o slogan associado às vídeo-reportagens realizadas com o objetivo de apresentar histórias e resultados, no contexto do pré-lançamento da marca *umbrela* “ALGARVE FAZ BEM”.

Relativamente à Cooperação Transfronteiriça, coordenada pela Divisão de Cooperação, destacou-se a gestão regional, de nível técnico e financeiro, do PO INTERREG V-A 2014-2020, função atribuída à CCDR Algarve na qualidade de Unidade de Coordenação Regional deste Programa, bem como as ações relacionadas com a Eurorregião Alentejo-Algarve-Andaluzia. Assumiu relevância, a participação nas reuniões da Comissão Luso Espanhola (delegação portuguesa) e na Comissão Mista Luso Espanhola para a Cooperação Transfronteiriça para preparação conjunta dos contributos a propor à agenda da Cimeira relativamente à EURO_AAA.

No âmbito da preparação do Programa Operacional da Cooperação Transfronteiriça 2021-2027 foi assegurada a participação nos trabalhos desenvolvidos pelo Grupo de Trabalho, com reuniões regulares e análise dos documentos propostos.

No ano 2021, importa conferir particular importância ao arranque da execução do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), em que a CCDR Algarve é Beneficiária Intermediária nos investimentos - Áreas de Acolhimento Empresarial (de Nova Geração) e Ligações Transfronteiriças | Ponte de Alcoutim - Sanlúcar de Guadiana (PT-ES), e Beneficiária Final no investimento Centro Qualifica AP.

Esta nova área de intervenção implicou o acompanhamento e monitorização por parte de várias unidades orgânicas, em distintos momentos cruciais no sucesso de implementação dos investimentos identificados, sendo de destacar as referentes ao Desenvolvimento Regional e ao Apoio Jurídico.

Ao nível interno merece destaque a promoção da melhoria das condições de trabalho dos trabalhadores da CCDR com a aplicação do regime jurídico da Segurança e Saúde no Trabalho, materializado na definição do Plano de Segurança no Trabalho (Contra-Incêndios) e na execução do Plano de Saúde no Trabalho.

Em alinhamento com os objetivos preconizados no Plano Nacional Energia e Clima 2030 (PNEC 2030), na Estratégia de Longo Prazo para a Renovação dos Edifícios (ELPRE) e o Programa de Eficiência de Recursos na Administração Pública (ECO.AP), no ano 2021 começou a delinear-se o plano interno de eficiência energética dos edifícios afetos à CCDR Algarve, com a realização de investimentos que

contribuirão para que no futuro próximo se cumpram as metas de redução de consumos de energia e também de recursos hídricos, combustíveis e consumíveis.

No que se refere às ações de formação e capacitação dinamizadas é merecedor de grande realce o implementado no ano 2021, que promoveu a participação de trabalhadores em funções públicas pertencentes a outros organismos regionais da Administração Central e Local, de forma a proporcionar formação e capacitação em matérias fundamentais no exercício das suas funções, fortalecendo as suas competências e contribuindo deste modo para o reforço dos seus níveis motivacionais. Noutra perspetiva, foi igualmente relevante o facto das ações de formação e capacitação terem sido ministradas por formadores e palestrantes de reconhecido mérito e de elevado nível de competências, e de conhecimentos no panorama nacional e internacional, o que constituiu sem sombra de dúvida uma grande mais valia que a CCDR Algarve proporcionou aos ativos da região do Algarve.

A formação e capacitação profissionais constituíram uma verdadeira prioridade dos serviços, que seguramente terá continuidade no próximo ano, em níveis ainda mais significativos.

Deste modo, foi dado cumprimento às orientações gerais constantes nas medidas de política pública que integraram as Agendas: Digitalização, Inovação e Qualificações, Transição Climática e Sustentabilidade dos Recursos e do País Competitivo Externamente e Coeso Internamente, tal como com os objetivos e indicadores do Programa Orçamental 02 – Governação, e ainda, com o estabelecido no Plano Estratégico da Coesão Territorial. Em sentido contínuo, foram definidas internamente orientações específicas, em matéria de prazos, prioridades e importância, devidamente alinhadas com as orientações superiormente delineadas, tendo como enquadramento as competências e atribuições da CCDR, e das Estruturas de Missão do POR Algarve 2020 e do Órgão de Acompanhamento das Dinâmicas Regionais.

I - QUAR – QUADRO DE AVALIAÇÃO E RESPONSABILIZAÇÃO

Nos termos do nº 1 do artigo 15º da Lei nº 66-B/2007 de 28 de dezembro, na sua redação atual, a autoavaliação é elaborada com base no QUAR aprovado, e no caso em apreço posteriormente reformulado, evidenciando os resultados alcançados e os desvios verificados em função dos objetivos anualmente fixados.

Assim, a 16 de agosto de 2021 a CCDR solicitou a 1ª reformulação do QUAR, uma vez que a dinâmica empreendida internamente permitiu que o valor crítico do **Indicador 11** fosse ultrapassado. Neste sentido foi proposta a alteração da meta, tolerância e valor crítico do referido indicador para ajustar à realidade.

	Objetivo/Indicador	META 2021	Tolerância	Valor crítico
OP6: PROMOVER SERVIÇOS PÚBLICOS BEM GERIDOS, RENOVADOS E COM PROFISSIONAIS MOTIVADOS				
QUAR inicial	IND 11: Percentagem de trabalhadores em formação profissional	40%	15%	60%
QUAR alterado	IND 11: Percentagem de trabalhadores em formação profissional	91%	2%	100%

A Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros emitiu a 24 de agosto de 2021 parecer favorável á proposta de reformulação do QUAR, que foi aprovada pela respetiva tutela a 17 de setembro de 2021.

A 25 de outubro de 2021 a CCDR Algarve submeteu via PCM online a proposta para a 2ª reformulação do QUAR, neste caso dos valores da tolerância dos indicadores 2,3 e 4 de acordo com os fundamentos a seguir apresentados.

Relativamente ao **Indicador 2** a justificação para este ajustamento decorreu sobretudo do facto do mesmo ter subjacente um conjunto vasto de trabalhos complexos e morosos, uma parte dos quais executados por entidades externas, cujos processos de aquisição de serviços ainda não estavam em condições de ser lançados ou foram posteriormente, porque aguardavam parecer da tutela, em cumprimento com as normas constantes na Lei do Orçamento de Estado. Acresceu, ainda, que estes serviços apenas em meados de outubro de 2021 tiveram autorização do Ministério das Finanças para exceder o valor dos encargos em aquisições de serviços face ao ano 2020. Estes constrangimentos não eram expeáveis, nem foram negligenciados pelos serviços, mas de facto não foi possível ultrapassá-los, pelo que existiu um atraso considerável no desenrolar dos trabalhos.

	Objetivo/Indicador	META 2021	Tolerância	Valor crítico
OP1: PROMOVER A TRANSFORMAÇÃO DIGITAL E A MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA				
QUAR inicial	IND 02: Percentagem de execução do mapeamento, reengenharia e simplificação de procedimentos	70%	10%	100%
QUAR alterado	IND 02: Percentagem de execução do mapeamento, reengenharia e simplificação de procedimentos	70%	20%	100%

No caso do **Indicador 3** aquando da sua definição, a Autoridade de Gestão identificou-o desde logo como crítico face ao passado em que este foi igualmente aplicado. Tendo em conta a dificuldade sentida no que se refere à sua concretização, propôs-se a alteração do valor da tolerância de 5pp para 10pp.

A fundamentação para esta solicitação prendeu-se com o elevado volume de candidaturas apresentadas ao longo do primeiro semestre, no seguimento da disponibilização das medidas de apoio ao emprego, em resposta ao COVID (projetos +Coeso e PAPN), que criaram um anormal volume de processos em tramitação. Acresceu, a dificuldade na tramitação em SIFSE de notificações associadas a novas tipologias de operação, nomeadamente “Títulos de impacto social”. Em paralelo, destacar também o elevado histórico ainda por recuperar noutras áreas de trabalho do Programa, motivado pela necessidade de dar prioridade à validação de despesa, o que fez atrasar a análise de candidaturas, bem como o volume de trabalho associado à Autoridade de Gestão, no que se refere à preparação do PT 2030, que condicionou a capacidade de resposta da equipa.

	Objetivo/Indicador	META 2021	Tolerância	Valor crítico
OP2: ACELERAR A EXECUÇÃO DOS PROGRAMAS OPERACIONAIS REGIONAIS DO PORTUGAL 2020				
QUAR inicial	IND 03: Percentagem de decisões com um desvio não superior a 10% face ao prazo estabelecido nos Avisos	90%	5%	100%
QUAR alterado	IND 03: Percentagem de decisões com um desvio não superior a 10% face ao prazo estabelecido nos Avisos	90%	10%	100%

No que se refere ao **Indicador 4** propôs-se a alteração do valor da tolerância de 3pp para 5pp. A fundamentação para esta solicitação prendeu-se com o facto da região Algarve ter sentido de forma bastante significativa as consequências da pandemia. Tratando-se de uma região turística, com uma economia pouco diversificada e altamente dependente da procura externa, os atores regionais, e os beneficiários, sentiram de forma bastante acentuada o resultado do forte condicionamento à mobilidade global registado no primeiro semestre, condicionando as atividades e consequentemente a capacidade de execução dos beneficiários (públicos e privados). Em paralelo, as dificuldades financeiras sentidas por parte dos beneficiários públicos, bem como os problemas no mercado regional na construção civil, que atrasaram a adjudicação das empreitadas (concursos desertos), dificultando a sua finalização, por falta de mão de obra e da subida dos preços das matérias-primas, também têm impactado na progressão da taxa de execução do Programa Operacional.

Objetivo/Indicador	META 2021	Tolerância	Valor crítico
OP2: ACELERAR A EXECUÇÃO DOS PROGRAMAS OPERACIONAIS REGIONAIS DO PORTUGAL 2020			
QUAR inicial IND 04: Taxa de execução dos POR no PT 2020	60%	3%	105%
QUAR alterado IND 04: Taxa de execução dos POR no PT 2020	60%	5%	105%

A Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros emitiu parecer favorável à proposta de reformulação do QUAR, que foi aprovada pela respetiva tutela a 16 de novembro de 2021.

Apresenta-se em seguida uma análise da execução do QUAR.

Parâmetro de Eficácia - 116%

Objetivo/Indicador	META 2021	Tolerância	Valor crítico	Resultado	Taxa realização	Classificação
OP1: PROMOVER A TRANSFORMAÇÃO DIGITAL E A MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA						
IND 01: Taxa de execução regional da Plataforma Informática (medida #143 SIMPLEX): T-INVEST	50%	15%	80%	88%	132%	Superou
IND 02: Percentagem de execução do mapeamento, reengenharia e simplificação de procedimentos	70%	20%	100%	55%	100%	Atingiu

Descrição e fundamentação dos resultados

IND 01: Mobilização de 14 dos 16 municípios da região do Algarve para o projeto, reunindo informação e alimentando a plataforma com os serviços disponíveis a nível local.

IND 02: Realização parcial das 2 atividades subjacentes a este indicador, respetivamente, a Elaboração e Implementação dos *workflows* e Elaboração dos Manuais de procedimentos.

Parâmetro de Eficiência – 103%

Objetivo/Indicador	META 2021	Tolerância	Valor crítico	Resultado	Taxa realização	Classificação
OP2: ACELERAR A EXECUÇÃO DOS PROGRAMAS OPERACIONAIS REGIONAIS DO PORTUGAL 2020						
IND 03: Percentagem de decisões com um desvio não superior a 10% face ao prazo estabelecido nos Avisos	90%	10%	100%	81,31%	100%	Atingiu
IND 04: Taxa de Execução dos POR no PT 2020	60%	5%	105%	57,41%	100%	Atingiu
IND 05: Taxa de Cumprimento da regra Meta N+3 PT 2020	120%	20%	145%	141,66%	122%	Superou
OP3: IMPLEMENTAR A AGENDA REGIONAL DE TRANSIÇÃO PARA A ECONOMIA CIRCULAR						
IND 06: Número de ações para implementação do Plano de Ação da Agenda Regional de Transição para a Economia Circular	6	2	10	5	100%	Atingiu
OP4: OTIMIZAR O APOIO TÉCNICO ÀS AUTARQUIAS LOCAIS E SUAS ASSOCIAÇÕES						
IND 07: Número médio de dias úteis para emissão de pareceres	20	5	10	22	100%	Atingiu

Descrição e fundamentação dos resultados

IND 03: Do total das decisões (396) houve um desvio não superior a 10% face ao prazo estabelecido nos Avisos em 322, o que corresponde a 81,31%.

IND 04: O valor total executado (FEDER + FSE) até 31/12/2021 foi de 182.950.681€, o que face ao valor programado, 318.676.488€, corresponde a 57,41%.

IND 05: O valor total dos PPI (FEDER + FSE) submetidos à CE até 31/12/2021 foi de 215 263 116€, o que face ao valor da meta N+3 prevista para 2021, 151 960 228€, corresponde a 141,66%.

IND 06: De acordo com o previsto na agenda regional promoveram-se as seguintes ações de divulgação:

1 - *Webinar* "Tendências para o sucesso da Avaliação de Impacte Ambiental na Região do Algarve" - 15/01/2021

2 - *Webinar* "Avaliar a Qualidade do AR do Algarve" - 01/06/2021

3 - Ação de Capacitação "Economia Circular para o Plástico" - 26/06/2021

4 - *Webinar* - Plano de ação para os Resíduos de Construção e Demolição - transporte e gestão de RCD's - 21/10/2021

5 - *Webinar* "Promoção da reutilização e da valorização de Resíduos de Construção e Demolição nas Compras Públicas Ecológicas" - 29/11/2021

IND 07: Foram solicitados 37 pedidos de parecer, sendo que dois foram suspensos, num caso aguardaram-se esclarecimentos, e no outro o pagamento da taxa por parte das entidades consulentes. Foram emitidos 30 pareceres. O número médio de dias para a emissão dos pareceres foi de 22 dias úteis.

Parâmetro de Qualidade – 107%

Objetivo/Indicador	META 2021	Tolerância	Valor crítico	Resultado	Taxa realização	Classificação
OP5: REFORÇAR A APROXIMAÇÃO DAS CCDR E DAS AUTORIDADES DE GESTÃO ÀS COMUNIDADES						
IND 08: Índice de satisfação dos <i>stakeholders</i> externos	3	1	5	4	100%	Atingiu
IND 09: Número de Iniciativas sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável 2030	3	1	6	2	100%	Atingiu
OP6: PROMOVER SERVIÇOS PÚBLICOS BEM GERIDOS, RENOVADOS E COM PROFISSIONAIS MOTIVADOS						
IND 10: Percentagem de aprovação de requerimentos elegíveis relativos à organização do tempo de trabalho e que visam a conciliação da vida profissional, familiar e pessoal	70%	10%	100%	100%	125%	Superou
IND 11: Percentagem de trabalhadores em formação profissional	91%	2%	100%	97%	117%	Superou
IND 12: Taxa de satisfação dos trabalhadores	3	1	5	4	100%	Atingiu

Descrição e fundamentação dos resultados

IND 08: Realizou-se um inquérito junto dos *stakeholders* externos no âmbito do Plano Estratégico. O índice de satisfação obtido foi de 4, numa escala de 0 a 5.

IND 09: As iniciativas desenvolvidas foram:

1 - Ações de capacitação

2 - Exposição de sensibilização ambiental “Desenvolvimento Sustentável Precisa-se!” em parceria com o Município de São Brás de Alportel

IND 10: Registaram-se 2 requerimentos que foram autorizados (isenção de horário - março 2021 e jornada continua por questões de saúde - maio 2021) e foram celebrados 11 contratos de teletrabalho (não obrigatório).

IND 11: Até 31/12/2021 participaram em ações de formação 97% dos trabalhadores.

IND 12: Realizou-se um inquérito junto dos trabalhadores no âmbito do Plano Estratégico. O índice de satisfação obtido foi de 4, numa escala de 0 a 5.

Análise sintética dos resultados

No QUAR 2020 da CCDR Algarve a ponderação atribuída aos três parâmetros foi a seguinte: **Eficácia 20%, Eficiência 40% e Qualidade 40%**.

Em conformidade com as instruções que constam na Orientação Técnica do CCAS, de 12 de janeiro de 2009, foram definidos como relevantes os seguintes objetivos:

- OP1: Promover a transformação digital e a modernização administrativa
- OP3: Implementar a Agenda Regional de Transição para a Economia Circular
- OP5: Reforçar a aproximação das CCDR e das autoridades de gestão às comunidades
- OP6: Promover serviços públicos bem geridos, renovados e com profissionais motivados

As taxas de execução registadas por parâmetros do QUAR a 31/12/2021 foram as seguintes: **116%** na **Eficácia**, **103%** na **Eficiência** e **107%** na **Qualidade**, ou seja, foram superados os três parâmetros. **A taxa média de realização final do QUAR é de 107%**.

Relativamente aos **Objetivos Relevantes** foram atingidas as seguintes taxas de realização: **OP1 - 116%** (superado), **OP3 - 100%** (atingido), **OP5 - 100%** (atingido) e **OP6 - 113%** (superado), correspondendo a um desempenho global dos serviços bom. As taxas de realização dos restantes objetivos foram: **OP2 - 111%** (superado), **OP4 - 100%** (atingido).

Pode afirmar-se que os resultados alcançados expressam o empenho excecional dos trabalhadores e dirigentes, num ano ainda marcado pela crise pandémica, em que se mantiveram e ajustaram os

modelos instituídos de organização do trabalho na Administração Pública, no ano transato, com particular destaque para o trabalho em ambiente digital. Acresce, ainda, como justificação a monitorização regular do QUAR, que permitiu identificar em tempo útil os pontos críticos geradores de desvios e assegurar os procedimentos necessários para agir atempadamente e em conformidade no sentido de os ultrapassar.

Na análise dos resultados atingidos face às metas definidas na fase de planeamento, registam-se os seguintes desvios positivos:

INDICADORES		Desvios positivos
IND 01:	Taxa de execução regional da Plataforma Informática (medida #143 SIMPLEX): T-INVEST	132%
IND 05:	Taxa de Cumprimento da regra Meta N+3 PT 2020	122%
IND 10:	Percentagem de aprovação de requerimentos elegíveis relativos à organização do tempo de trabalho e que visam a conciliação da vida profissional, familiar e pessoal	125%
IND 11:	Percentagem de trabalhadores em formação profissional	117%

Em termos de execução final dos indicadores os resultados alcançados foram os seguintes: 4 superados (1,5 10 e 11) e 8 atingidos (2, 3, 4, 6, 7, 8, 9, 12).

Em resumo, no que se refere à execução do QUAR 2021, constata-se que foram superados 3 objetivos e atingidos 3, o que constitui **uma taxa de realização de 107%**.

É do conhecimento geral o ano 2021 ainda foi fortemente marcado pela incerteza decorrente da pandemia COVID-19 e pelas consequências económicas e sociais. O impacto da crise pandémica, embora transversal a todo o país, apresentou alguma variabilidade entre regiões, tendo sido particularmente intenso no Algarve, uma vez que a estrutura económica regional é extremamente dependente do fluxo turístico. Os dados estatísticos confirmam que nos dois últimos anos se registou na região do Algarve uma forte contração da economia e do emprego, acima da média nacional, à imagem do que já se tinha registado em crises anteriores.

Tendo presente os objetivos operacionais que integram o QUAR 2021 é perceptível como os impactos da crise pandémica condicionaram alguns dos resultados esperados. A otimização dos fundos comunitários depende de uma economia sã, na qual os vários atores – empresas, autarquias, associações – devem dispor de condições para investir e assumir riscos; a implementação da Agenda Regional de Transição da Economia Circular é um caminho longo que deverá ter como parceiros os agentes económicos, os representantes da Administração Pública, os centros de conhecimento e de inovação, etc..., o que não foi totalmente viável num cenário de crise económica e social, razão pela qual os objetivos da Agenda tem vindo a ser diferidos no tempo. Por outro lado, os problemas sentidos

no abastecimento de matérias-primas e a falta de mão de obra condicionaram os prazos de resposta por parte dos fornecedores de bens e serviços, comprometendo decisivamente os processos de aquisição à luz das normas da contratação pública.

QUADRO 1
TAXAS DE REALIZAÇÃO DO QUAR – OBJETIVOS E INDICADORES

Objetivos/Taxas de Realização	Objetivos Operacionais QUAR				Taxas de Realização QUAR		
	Total	Superados	Atingidos	Não Atingidos	Obj./Ind. Superados	Obj./Ind. Atingidos	Obj./Ind. Não Atingidos
Objetivos Globais	6	3	3	0	50%	50%	0%
Objetivos relevantes	4	2	2	0	50%	50%	0%
Indicadores	12	4	8	0	33%	67%	0%

Fonte: QUAR 2021

Na análise comparativa entre as metas definidas em fase de planeamento para os 12 indicadores e os resultados alcançados a 31/12/2021, constata-se que foram superados 4 e atingidos 8.

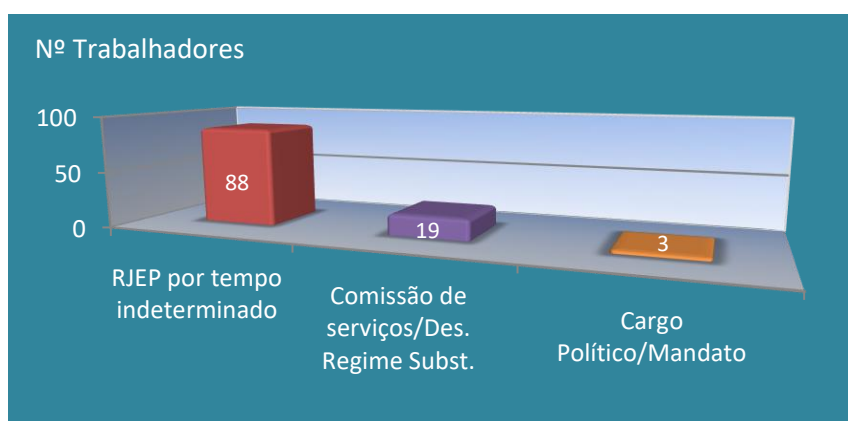
II - ANÁLISE DA AFETAÇÃO DOS RECURSOS

1. Recursos Humanos

Conforme reportado nos quadros do Balanço Social contabilizavam-se 110 colaboradores em efetividade de funções a 31/12/2021. Adicionavam-se, ainda, 2 colaboradores ausentes por motivos de doença, não contabilizados para efeitos de Balanço Social, assumindo-se os mesmos pressupostos de preenchimento do SIOE – Sistema de Informação sobre a Organização do Estado – que, nestas circunstâncias considera saídas, ainda que temporárias, dos trabalhadores quando atingem mais de 6 meses de ausência.

Dos 110 trabalhadores em efetividade de funções, 80% enquadravam-se no regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, dos quais 34% afetos à Estrutura de Missão do POR Algarve 2020, e 20% em exercício de mandato/comissão de serviço/designação em regime de substituição.

GRÁFICO 1
DISTRIBUIÇÃO DE TRABALHADORES SEGUNDO O VÍNCULO



Fonte: Balanço Social 2021

O número de trabalhadores com Relação Jurídica de Emprego Público afetos aos Mapas de Pessoal da CCDR Algarve e das Estruturas de Missão do Programa Operacional Regional do Algarve 2020 e do Órgão de Acompanhamento das Dinâmicas Regionais registou a seguinte evolução nos últimos três anos:

	2019	2020	2021
Nº Trabalhadores (1)	106	107	112
Variação	-2%	1%	5%

Fonte: Balanços Sociais 2019 a 2021

Nota (1): Totalidade dos trabalhadores, incluindo os que não se encontravam ao serviço

Por comparação com o número de efetivos contabilizados em dezembro de 2020 registou-se um acréscimo de cerca de 5%.

Ainda, assim, no ano 2021 não foi possível preencher a totalidade dos postos de trabalho previstos nos Mapas de Pessoal, o que naturalmente teve algum impacto ao nível do desempenho organizacional. O Quadro 2 reflete precisamente o desvio registado entre os Recursos Humanos Planeados versus Realizados, evidenciando mais um ano em que não se alocaram os efetivos exigidos para o cumprimento dos objetivos e atividades elencados no QUAR e Plano de Atividades.

QUADRO 2
RECURSOS HUMANOS PLANEADOS VERSUS REALIZADOS ⁽¹⁾

CARGO/CARREIRA	PONTUAÇÃO	RH PLANEADOS (1)	RH REALIZADOS (2)	DESVIO (3)=(2)-(1)
Dirigentes - Direção Superior	20	160	160	0
Dirigentes - Direção intermédia e chefes de equipa	16	240	224	-16
Técnico Superior - (inclui especialistas de informática)	12	780	732	-48
Coordenador Técnico - (inclui chefes de secção)	9	18	18	0
Assistente Técnico - (inclui técnicos de informática)	8	216	200	-16
Assistente operacional	5	15	10	-5
Total	70	1 429	1 344	-85

Fonte: QUAR 2021

Importa, realçar, que se não se equilibrar o crescente movimento de saídas, na sua maioria por aposentação, com recrutamentos por mobilidade interna ou novas admissões, acentuar-se-ão os constrangimentos, no cumprimento das atribuições e competências desta Comissão de Coordenação.

2. Recursos Materiais

Bens móveis e veículos automóveis

A CCDD Algarve dispôs dos meios programados no Plano de Atividades, tendo sido realizados novos investimentos em equipamento informático e audiovisual, com reflexo evidente na melhoria do funcionamento dos serviços e das condições de trabalho dos trabalhadores.

Ao nível dos investimentos em equipamentos informáticos importa destacar a aquisição de 20 computadores de secretária e de 3 computadores portáteis.

Considerando que o crescente recurso a meios de comunicação à distância veio alterar as soluções usadas pela maioria dos atores de videoconferência, passando a ser o “standard” de mercado as soluções web, procedeu-se à modernização do equipamento audiovisual do auditório e das várias salas de reuniões com vista a dotar estes espaços das condições adequadas para a realização de

videoconferências, para a realização de eventos mistos (com participantes em regime presencial e à distância em simultâneo) e transmissão online dos eventos.

Relativamente ao parque de veículos automóveis registou-se a diminuição de uma viatura em resultado da ocorrência de um sinistro com perda total da viatura e consequente abate.

Tendo em vista reforçar o parque automóvel foram encetados os procedimentos com vista à contratação de 3 viaturas em regime de aluguer operacional, incluindo um veículo elétrico que foi objeto de uma candidatura ao Fundo Ambiental (Aviso n.º 11192/2021 - 3.ª Fase do Programa de Apoio à Mobilidade Elétrica na Administração Pública) que se encontra em fase de apreciação.

Instalações

A CCDR Algarve tem afetas 4 instalações: o Edifício-Sede e o Palacete Doglioni onde estão instaladas as várias unidades orgânicas e 2 depósitos de arquivo localizados em Faro (Arquivo do Bom João) e em Tavira (arquivo nas instalações do Ex-GAT de Tavira).

Estes imóveis encontram-se registados no Sistema de Informação dos Imóveis do Estado (SIIE), conforme previsto no Programa de Gestão do Património Imobiliário do Estado (PGPI). Tendo em vista manter atualizada a informação constante do SIIE, durante o ano de 2021 procedeu-se às atualizações necessárias nas fichas dos imóveis.

Em dezembro de 2020 foi submetida uma candidatura ao Fundo de Reabilitação e Conservação Patrimonial tendo em vista a Reabilitação e Conservação do Palacete Doglioni, a qual se encontra em apreciação.

Durante o ano de 2021 foram efetuadas relevantes obras de manutenção e beneficiação no edifício sede, nomeadamente pinturas exteriores, instalação de sistema de controlo de aves, reparação de gabinetes, impermeabilização de terraço e reparação de caleiras.

A substituição do vitral existente na principal área de acesso do edifício sede por outro com melhor desempenho energético, merece igualmente destaque, considerando o estado degradado do que estava instalado e do perigo que representava para todos os utilizadores deste espaço.

Considerando que o Programa de Eficiência de Recursos na Administração Pública (ECO.AP), lançado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 2/2011, de 12 de janeiro, prevê a existência de um certificado energético para os edifícios e que a certificação energética dos edifícios do Estado é obrigatória nos termos da alínea d) do artigo 18, do Decreto-Lei n.º 101-D/2020, de 7 de dezembro, procedeu-se a uma aquisição de serviços para a certificação energética do Edifício-Sede e do Palacete Doglioni, a qual deverá estar concluída no final do 1.º trimestre de 2022.

Em alinhamento com os objetivos preconizados no Plano Nacional Energia e Clima 2030 (PNEC 2030), na Estratégia de Longo Prazo para a Renovação dos Edifícios (ELPRE) e para o mencionado Programa ECO.AP procedeu-se, ainda, no edifício sede ao investimento em equipamentos elétricos,

nomeadamente substituição de armaduras, instalação de lâmpadas LED em todos os gabinetes e espaços e instalação de detetores de movimentos em instalações sanitárias e corredores com vista à melhoria da eficiência energética do edifício.

Por último, importa referir que foram cumpridas as obrigações decorrentes da implementação do Princípio da Onerosidade, nomeadamente através do pagamento do valor de 63.408€ referente ao Palacete Doglioni.

3. Recursos Financeiros

A execução orçamental do ano 2021 foi marcada por cenários com vários níveis de severidade, nomeadamente: o cumprimento das normas e regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso, à política persistente de contenção e racionalização da despesa, ao montante de fundos disponíveis e ainda à incerteza e imprevisibilidade da situação de pandemia causada pela doença COVID19.

No ano de 2021, a CCDR Algarve executou um orçamento privativo que ascendeu a € 5.228.709 euros, relativamente ao qual, cerca de 55,7% foram despendidos no Orçamento de Funcionamento (Atividades) e 44,3% no Orçamento de Investimento (Projetos).

No computo geral, verificou-se uma taxa de realização do orçamento planeado na ordem dos 84%, o que representa um desvio entre os recursos executados e os planeados, de aproximadamente 16%, com reflexo negativo em todas as componentes de despesa.

No quadro 3 apresenta-se uma síntese da execução orçamental desagregada pelo Orçamento de Funcionamento (Atividades) e Investimento (Projetos).

QUADRO 3
EXECUÇÃO ORÇAMENTAL 2021

Atividades/Projetos	Planeados QUAR Aprovado	Execução Orçamental	Taxa de Execução	Peso Orçamental
Orçamento de Funcionamento (Atividades)	3 697 484	2 913 588	78,80%	55,72%
Despesas com o Pessoal	2 614 579	2 462 940	94,20%	47,10%
Aquisições de Bens e Serviços Correntes	378 818	270 128	71,31%	5,17%
Outras Despesas Correntes	44 037	7 930	18,01%	0,15%
Investimento (Projetos)	2 541 629	2 315 121	91,09%	44,28%
Outros valores (atividades)	660 050	172 590	26,15%	3,30%
Transf. de Capital + Prog. PIPITAL				
TOTAL	6 239 113	5 228 709	83,81%	100,00%

Fonte: Conta de Gerência de 2021

A execução orçamental não inclui os valores registados na rubrica 12.02 (Orçamento de Funcionamento € 48.161,11 + Investimento € 159.704,29).

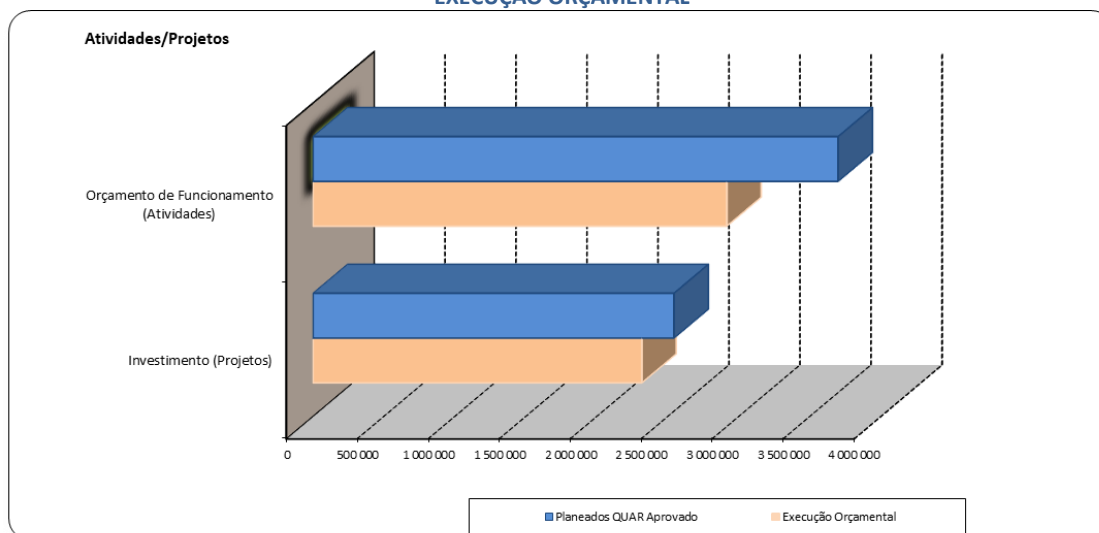
O Orçamento de Funcionamento apresentou uma taxa de execução de 78,8%, registando-se assim um desvio negativo de 21,2% face ao orçamento planeado, justificado essencialmente pela não concretização das transferências de receitas próprias entre organismos (F.F 541 – € 500.000) no âmbito do Programa PIPITAL (Programa de Investimentos Públicos de Interesse Turístico para o Algarve).

As despesas com pessoal constituíram o agrupamento económico com maior peso, tendo representado 84,5% da despesa total realizada em 2021.

No que concerne ao Orçamento de Investimento (Projetos) a taxa global de execução da despesa totalizou 91%. Contribuiu decisivamente para esta taxa a componente das despesas com pessoal executada no Projeto Assistência Técnica do POR Algarve 2020, que constituíram uma das exceções à regra da assunção de novos compromissos, pelo seu carácter obrigatório e inadiável.

O desvio negativo de 9% face ao orçamento planeado revela antes de mais o investimento que não foi realizado, devido em grande medida ao início tardio, por parte dos promotores das candidaturas, da preparação dos procedimentos de contratação pública com vista à realização das aquisições de bens e serviços. Este facto aliado à incerteza e imprevisibilidade da situação de pandemia causada pela doença COVID19, bem como a dificuldade por parte de alguns prestadores de serviços externos em assumir os prazos de execução dos trabalhos justificam o desvio registado.

**GRÁFICO 2
EXECUÇÃO ORÇAMENTAL**



Fonte: Conta de Gerência de 2021

Refira-se que, no cômputo geral do orçamento 2021, e apesar dos desvios registados, conclui-se que, em resultado do grande rigor e empenho, foram ultrapassados os constrangimentos que surgiram no

decorrer do ano económico, com repercussão no cumprimento dos desígnios inicialmente propostos em matéria de execução orçamental e patrimonial, tendo-se assegurado o encerramento do ano económico sem pagamentos em atraso.

Considerando a afetação de recursos humanos e financeiros programados por unidade orgânica em plano de atividades, apresenta-se no Quadro 4 a avaliação da respetiva execução.

QUADRO 4
AFETAÇÃO REAL E PREVISTA DE RECURSOS HUMANOS E FINANCEIROS POR UNIDADE ORGÂNICA

UNIDADES ORGÂNICAS/RECURSOS	RECURSOS HUMANOS (Nº)			RECURSOS FINANCEIROS (euros)		
	PLANEADOS (1)	DISPONÍVEIS (2)	DESVIO (3)=(2)-(1)	PLANEADOS (1)	DISPONÍVEIS (2)	DESVIO (3)=(2)-(1)
Direção de Serviços do Ordenamento do Território	17	16	1	750.749	861.992	111.243
Direção de Serviços do Desenvolvimento Regional	11	11	0	342.863	429.372	86.509
Redes de Informação Europeia	2	2	0	92.636	133.015	40.379
Direção de Serviços de Ambiente	10	10	0	431.188	329.254	-101.934
Direção de Serviços de Apoio Jurídico e à Administração Local	11	11	0	256.512	337.264	80.752
Direção de Serviços de Comunicação, Gestão Administrativa e Financeira (5)	28	25	3	1.144.026	677.448	-466.578
Divisão de Sistemas de Informação	3	2	1	107.100	68.119	-38.981
Divisão de Vigilância e Controlo	1	1	0	53.040	59.060	6.020
Divisão de Informação, Promoção e Comunicação	1	1	0	19.380	18.064	-1.316
Gestão dos Fundos Comunitários	36	33	3	2.148.522	2.034.588	-113.934
Total	120	112	- 8	5.346.016	4.948.176	-397.840

Nota (5): Esta Direção de Serviços integra para efeitos contabilísticos (centro de custos) a Presidência, que corresponde respetivamente a 3 efetivos planeados e disponíveis.

4. Análise Sintética ao Balanço Social

Com base na informação compilada nos Relatórios do Balanço Social referentes aos anos 2019 a 2021 elaborou-se um conjunto de indicadores que se encontram representados no Quadro 5.

QUADRO 5
INDICADORES DO BALANÇO SOCIAL 2019-2021

Anos/Indicadores	2019	2020	2021
Taxa de Tecnicidade de (Nº Técnicos Sup) (%)	50,5%	53,0%	53,6%
Taxa de Tecnicidade (inc.Espec. Informática) (%)	52,4%	55,0%	55,4%
Taxa de Tecnicidade (inc.Espec. Informática + Dirigentes) (%)	66,0%	76,0%	75,4%
Taxa de Assistente Técnico (%)	25,7%	22,0%	22,7%
Taxa de Assistente Operacional (%)	1,9%	1,9%	1,8%
Taxa de Feminização (%)	67,0%	67,0%	65,4%
Taxa de Feminização Dirigente (%)	48,0%	50,0%	50,0%
Taxa de Enquadramento (%)	20,0%	21,0%	20,0%
Taxa de Emprego Jovem (%)	0	0	1,8%
Nível Etário (anos)	53	54	54
Leque Etário (nº)	1,81	1,79	2,61
Índice de Envelhecimento (%)	42,0%	43,8%	47,3%
Nível Médio de Antiguidade na Função Pública (anos)	28	26	22
Taxa de Habilitação Superior (%)	63,8%	77,0%	76,4%
Taxa de Habilitação Secundário (%)	21,0%	18,0%	20,0%
Taxa de Habilitação Básica (%)	3,8%	2,0%	1,8%
Índice de Rotação (nº)	1,186	1,286	1,243
Taxa de Cobertura (%)	82%	100%	171%
Taxa de Admissão (%)	8,6%	14,3%	10,9%
Taxa de Saídas (%)	10,5%	14,3%	6,4%
Taxa de Absentismo (%)	4,9%	5,3%	5,9%
Taxa de Encargos Sociais (%)	5,0%	4,6%	4,6%
Remuneração Base Média Anual (€)	25.772	26.551	26.836
Leque Salarial (nº)	9,5	8,8	9,2
Taxa de Participação na Formação (%)	103,8%	93,3%	97,2%
Taxa de Investimento na Formação (%)	0,0%	0,1%	1,3%

No período em análise os indicadores refletem regra geral a estrutura dos Recursos Humanos na Administração Pública, de que a CCDR Algarve é disso exemplo.

Contudo, importará desde logo salientar que o ano 2021 constituiu uma exceção face aos anos anteriores, no que se refere ao recrutamento de novos efetivos, explicado em grande medida pelo Recrutamento Centralizado promovido pelo Instituto Nacional de Administração I.P e pela Direção-Geral da Administração e do Emprego Público, que viabilizou o início de funções, em período experimental, de 3 novos efetivos.

Na área do recrutamento merece igualmente destaque neste ano a relevância assumida pela figura da mobilidade entre serviços.

Em consequência da dinâmica assumida pelo recrutamento de novos efetivos a CCDR Algarve registou no ano em apreço o aumento em cerca de 5% do número de trabalhadores ao serviço.

A realidade atual dum serviço como a CCDR Algarve caracteriza-se em traços gerais pelo decréscimo gradual do nº de trabalhadores ao serviço, em virtude de um número significativo de trabalhadores atingir a idade de aposentação, sendo, que, excecionalmente do ano 2021 este movimento foi compensado pelas entradas e regressos de efetivos. Caracterizou-se, igualmente, pela maior representatividade dos trabalhadores integrados na carreira de técnico superior, em prejuízo dos integrados nas carreiras de assistentes técnico e operacional, tal como pelo maior índice de envelhecimento e pelo crescente nível médio de antiguidade na Administração Pública.

Importa, destacar, que o reforço de trabalhadores integrados na carreira de técnico superior, teve naturalmente impacto nos indicadores do Balanço Social, reforçando as Taxas de Tecnicidade.

Por seu turno, a Taxa de Cobertura, expressa de novo no ano 2021 o já anteriormente descrito ao nível do reforço do número de efetivos, tendo-se registado contrariamente ao ano anterior um movimento de entradas superior ao das saídas. A corroborar esta conclusão estão os valores assumidos pelas Taxas de Admissão e de Saídas.

Embora já referido, urge analisar o Índice de Envelhecimento, que atingiu o maior valor dos últimos anos, justificado pela tipologia dos movimentos de recursos humanos, revelando a ausência de rejuvenescimento na estrutura dos ativos em exercício de funções na CCDR Algarve.

No que concerne a Taxa de Absentismo regista-se um aumento com expressão, 0,7 pontos percentuais face ao ano anterior. Para esta variação contribuiu fundamentalmente o maior número de dias de ausência por doença, que representaram 63% do total de dias de ausência registados.

Ao nível das remunerações os indicadores, Remuneração Base Média Anual, Leque Salarial e Taxa e Encargos Sociais, os valores assumidos expressam o impacto gerado pela mudança da situação dos trabalhadores decorrente das normas constantes nas Leis do Orçamento de Estado em matéria de alteração do posicionamento remuneratório e pela recuperação registada na remuneração mínima.

Aspeto muito relevante neste ano foi a formação e capacitação profissionais promovidas que abarcaram praticamente a generalidade dos trabalhadores, num contexto adverso caracterizado ainda pela pandemia COVID 19.

Os números revelam o grande esforço realizado, por toda a estrutura da CCDR Algarve, no sentido de dinamizar ações de formação e de capacitação sobre temas atuais e imprescindíveis à melhoria do desempenho dos trabalhadores em funções públicas.

Adicionando a este capítulo as ações de capacitação dinamizadas que estavam previstas em sede de QUAR e do Plano de Atividades, concluiu-se que a organização pautou a sua atuação pelo reforço das competências dos seus trabalhadores, em colaboração com outras entidades da Administração Central, Regional e Local.

Não será assim demais afirmar-se também que foi extremamente relevante o empenho da organização na elevação dos níveis motivacionais dos trabalhadores, num cenário marcado por constrangimentos de diferente índole e por uma pandemia.

5. Análise sintética da execução do Plano de Formação

O Plano de Formação definido para o ano 2021 teve fundamentalmente como base os cursos e ações planeados na candidatura Algarve (em) Forma, aprovada pelo POR Algarve 2020 – vertente FSE.

No ano 2021 foi cumprido parcialmente o Plano de Atividades de Formação e Capacitação, tendo-se procedido a ajustamentos nos cursos/ações ministrados e no respetivo calendário, em virtude da crise de saúde pública (COVID 19), decretada pela autoridade competente, ter obrigado ao adiamento das atividades programadas. Das 46 ações programadas, realizaram-se 24, das quais 16 foram internas e 8 externas. Registou-se, assim, uma taxa de execução de 52% da formação profissional prevista em sede de Plano de Atividades.

Todavia, importa sublinhar a expressão assumida pela formação ministrada não planeada – 15 ações de formação e capacitação - como a seguir se refere.

No global foram dinamizadas 39 ações de formação internas e externas, que registaram 1.173 participações de formandos internos e externos. No que concerne as participações dos formandos internos estas representaram 56% do total, sendo que 55% das participações registadas se realizaram nas ações de formação e capacitação internas, conforme consta no quadro seguinte.

QUADRO 6
AÇÕES DE FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO 2021

Ações/Participações	N.º Cursos (1)	N.º Ações (2)	N.º participações (3)		
			Formandos internos	Formandos externos	Total
Formação e capacitação internas	13	19	426	216	642
Formação e capacitação externas	16	20	235	296	531
Total	29	39	661	512	1.173

Nota (1): Cursos – Correspondem às áreas temáticas de formação e capacitação; Nota (2): Correspondem às ações de formação e capacitação por área temática; Nota (3): N.º de participações que contemplam 1 ou mais por trabalhador

Indicadores:

	(%)
Ações de Formação e Capacitação Internas/Total Ações	49%
Ações de Formação e Capacitação Externas/Total Ações	51%
Participações Formandos Internos/Total Participações	56%
Participações Formandos Externos/Total Participações	44%
Participações Ações Formação e Capacitação Internas/Total Participações	55%
Participações Ações Formação e Capacitação Externas/Total Participações	45%

Das 39 ações de formação e capacitação ministradas, participaram 107 trabalhadores num total de 661 participações. Comparativamente ao ano transato realizaram-se mais 32 ações, tendo-se aumentado n.º de participações em cerca de 172%.

Com base nestes resultados e tendo como referência os alcançados nos anos anteriores, conclui-se que no ano 2021 se registou uma considerável melhoria dos níveis de formação e capacitação proporcionados aos trabalhadores da organização.

No que se refere às participações da CCDR Algarve por cargo/carreira sistematiza-se de seguida no Quadro 7 a respetiva informação.

QUADRO 7
Nº DE PARTICIPAÇÕES E PARTICIPANTES POR CARGO/CARREIRA

Grupo/cargo/carreira/Nº de participantes	Ações internas	Ações externas	Total	
	Nº de participações	Nº de participações	Nº de participações	Nº de participantes
Dirigente superior de 1º grau	0	1	1	1
Dirigente superior de 2º grau	42	14	56	7
Dirigente intermédio de 1º grau	35	20	55	6
Dirigente intermédio de 2º grau	45	27	72	8
Técnico Superior	247	108	355	57
Assistente Técnico	77	26	103	25
Assistente Operacional	1	1	2	1
Informático	11	6	17	2
Total	458	203	661	107

Fonte: Balanço Social 2021

No cômputo global foi proporcionada formação profissional praticamente à totalidade dos trabalhadores ao serviço, registando-se uma taxa 97%.

As participações por género respeitaram a seguinte distribuição:

QUADRO 8
Nº DE PARTICIPAÇÕES SEGUNDO O GÉNERO

Género	Trabalhadores	Participações
Feminino	71	435
Masculino	36	226
Total	107	661

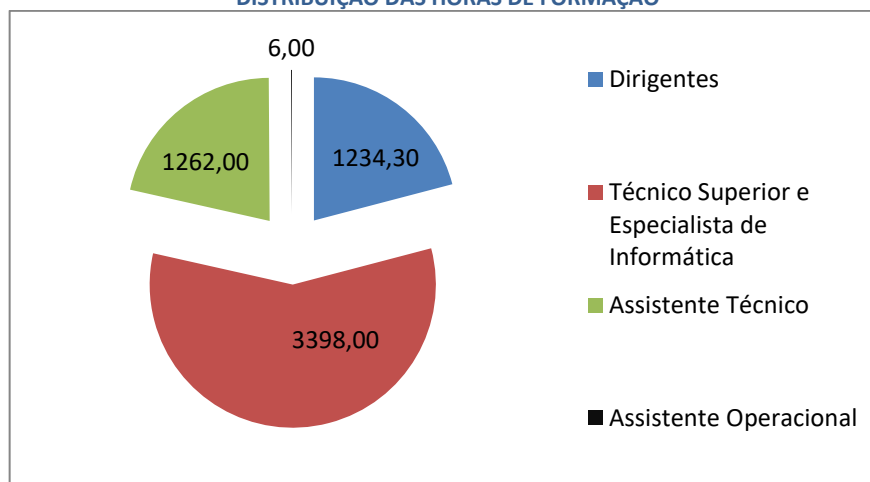
Fonte: Relatório Formação 2021

No Quadro 9 sistematizam-se as horas de formação (internas e externas) distribuídas pelo cargo e carreira, sendo visível a forte aposta da formação nos Técnicos Superiores e Assistentes Técnicos que beneficiaram de 51% e 21% do total das horas de formação ministradas, respetivamente. Importa também referir que os dirigentes beneficiaram de 25% do total das horas de formação ministradas.

QUADRO 9
Nº DE HORAS DE FORMAÇÃO POR CARGO/CARREIRA

Grupo/cargo/carreira	Ações internas	Ações externas	N.º de participações	N.º de participantes	Total de Horas
Dirigente superior 1º grau	0,00	2,00	1	1	2,00
Dirigente superior de 2º grau	171,00	116,30	56	7	287,30
Dirigente intermédio de 1º grau	286,30	131,30	55	6	418,00
Dirigente intermédio de 2º grau	432,00	95,00	74	8	527,00
Técnico Superior	2.130,00	1.072,30	353	57	3.202,30
Assistente Técnico	1.201,00	61,00	103	25	1.262,00
Assistente Operacional	3,00	3,00	2	1	6,00
Informático	74,30	121,00	17	2	195,30
Total horas	4.298,00	1.602,30	661	107	5.900,30

GRÁFICO 3
DISTRIBUIÇÃO DAS HORAS DE FORMAÇÃO



Fonte: Balanço Social 2021

Tendo por base a informação que consta no Relatório de Formação elaborou-se o seguinte quadro resumo que ilustra a expressão assumida pela formação profissional ministrada em 2021.

QUADRO 10
TAXAS DE REALIZAÇÃO DA FORMAÇÃO PLANEADA VERSUS A REALIZADA

Ações	Nº ações (*)	Duração Prevista (Horas)	Duração Efetiva (Horas)	Nº de Formandos Previstos	Nº de Formandos Efetivos	Volume de Formação Previsto	Volume de Formação Efetivo
Planeadas (1)	46	715,5		861		10.700,50	
Planeadas e Realizadas (2)	24		294		528		4845,00
Taxa de Realização (3) = ((2)/(1))*100	52%						
Realizadas, não planeadas (3)	15		342,5		133		1055,5
Total (4) = (2)+(3)	39		636,5		661		1041,5
Taxa de Acréscimo Realizado Global versus Planeado	-15%		-11%		0%		6%

Fonte: Relatório Formação 2021. Nota (1) Taxa de Realização (Ações Planeadas/Ações Planeadas e Realizadas) *100;
Nota (2) Total= Ações Planeadas + Ações Planeadas e Realizadas

Considerando a informação reportada quanto às ações de formação e capacitação dinamizadas é merecedor de grande destaque o modelo implementado no ano 2021.

Na maioria das ações internas foram convidados a participar trabalhadores em funções públicas pertencentes a outros organismos regionais da Administração Central e Local, de forma a proporcionar formação e capacitação em matérias fundamentais no exercício das suas funções, fortalecendo as suas competências e contribuindo para o reforço dos seus níveis motivacionais.

Merece igualmente particular referência o facto das ações de formação e capacitação terem sido ministradas por formadores e palestrantes de reconhecido mérito e de elevado nível de competências e de conhecimentos no panorama nacional e internacional, o que constituiu sem sombra de dúvida uma grande mais valia que a CCDR Algarve proporcionou aos ativos participantes e à região do Algarve.

Conclui-se, que a promoção da formação e capacitação profissionais se revelaram uma verdadeira prioridade dos serviços no ano transato, que seguramente terá continuidade no próximo ano.

Somente com o incremento da capacitação dos trabalhadores, nomeadamente em competências digitais, e com o reforço dos seus níveis motivacionais, as organizações conseguirão concretizar a sua missão e atribuições. A manutenção nos últimos anos de fortíssimas restrições orçamentais prejudicou de certa forma o cumprimento desta missão, tendo-se promovido em 2021 um número de ações de formação e capacitação numa dimensão que não encontra paralelo com o registado nos últimos anos.

Em matéria de taxa de investimento na formação profissional, registou-se a despesa mais elevada dos últimos anos, 37.328 euros, em resultado das soluções adotadas interna e externamente, atingindo pela primeira vez uma taxa de investimento na formação de 1,3%.

III - PLANO DE ATIVIDADES

Tendo como base os objetivos e indicadores definidos em Plano de Atividade para 2021, foram identificadas as atividades desenvolvidas pelas unidades orgânicas ao longo do ano, que corporizam os resultados alcançados e permitem apurar o grau de execução que consta deste relatório. Para além desta informação é também apresentada a quantificação da atividade desenvolvida por área temática, que complementa a informação qualitativa apresentada no Anexo V.

Em Plano de Atividades foram definidos 40 objetivos e 99 indicadores e respetivas metas, tolerâncias e valores críticos. Alguns dos indicadores definidos no Plano de Atividades sofreram alguns ajustes, decorrentes das duas reformulações efetuadas ao QUAR, conforme referido no Ponto I.

QUADRO 11
TAXAS DE REALIZAÇÃO DO PLANO DE ATIVIDADES – OBJETIVOS E INDICADORES

Objetivos/Taxas de Realização	Objetivos Operacionais Plano				Taxas de Realização Plano		
	Total	Superados	Atingidos	Não Atingidos	Obj./Ind. Superados	Obj./Ind. Atingidos	Obj./Ind. Não Atingidos
Objetivos	40	22	9	9	55,0%	22,5%	22,5%
Indicadores	99	49	34	16	49,5%	34,3%	16,2%

Fonte: Plano de Atividades 2021

Em termos de execução dos objetivos e indicadores definidos em Plano de Atividades verificou-se que foram atingidos e superados de 78% nos objetivos e de 84% nos indicadores. Os objetivos e indicadores não atingidos foram, respetivamente, 22,5% e 16,2%.

Em complemento à análise acima referida, foram calculadas as taxas de realização por objetivo, por indicador e para o plano, com base na metodologia adotada para o QUAR. Neste sentido foi atribuída a cada unidade orgânica (DSOT, DSA, DSDR, DSAJAL, DCGAF, DSI, DVC, DIPC, GFC e OADR) uma ponderação de 10% e posteriormente aplicada à taxa de realização calculada para cada unidade orgânica. O resultado foi uma taxa de realização global do Plano de Atividades em 2021 de 101%.

Aplicada a fórmula de cálculo proposta no documento “Linhas de orientação – Relatório de Atividades” da SGPCM, o grau de execução do plano foi de 78%.

Considerando a análise apresentada no presente relatório de atividades, conclui-se que, face aos objetivos propostos, esta CCCR Algarve apresentou um nível de desempenho adequado.

1. Quantificação da atividade desenvolvida por área temática no biénio 2020-2021

No quadro 1 apresentado no Anexo V consta a quantificação da execução registada em 2020 e 2021, para cada área temática, os serviços fornecidos ao exterior e as tarefas de apoio interno, de acordo com o previsto em Plano de Atividades, a que acrescem as atividades desenvolvidas e que não se encontram aí refletidas.

2. Atividades não previstas desenvolvidas por unidade orgânica

Para além das atividades programadas em Plano de Atividades algumas unidades orgânicas desenvolveram outras que não estando previstas inicialmente envolveram uma alocação significativa de recursos humanos e materiais. Em seguida apresenta-se uma descrição das atividades não programadas por Unidade Orgânica.

AMBIENTE

A Direção de Serviços de Ambiente desenvolveu a atividade normal inerente às competências que lhe estão cometidas, mas num volume de trabalho muito superior a qualquer ano anterior, nomeadamente mais procedimentos de avaliação ambiental, face aos pedidos de esclarecimento de abrangência de projetos pelo Regime Jurídico de Avaliação de Impacte Ambiental e ao número de projetos em avaliação.

As decisões estratégicas do Governo de Portugal nos últimos anos, estão a refletir-se nas competências a exercer pelos serviços, nomeadamente nos regionais, na área de ambiente e que são essencialmente na avaliação ambiental, produção de energia a partir de fontes renováveis e licenciamento de sistemas de gestão de resíduos, com procedimentos complexos e de análise técnica mais fina, o que obriga a maior tempo de análise dos processos/projetos.

Em 2021 registou-se igualmente um maior número de respostas a solicitações dos tribunais e dos serviços da tutela para emissão de pareceres a propostas legislativas.

APOIO JURÍDICO E ADMINISTRAÇÃO LOCAL

A Diretora de serviços integrou o júri de procedimento concursal para provimento de cargo dirigente de um Município.

A Chefe da equipa multidisciplinar foi designada instrutora de um processo disciplinar de entidade externa, tal como uma jurista foi designada inquiridora num processo de inquirição da CCDR.

A Diretora de Serviços e uma jurista prestaram apoio jurídico às candidaturas apresentadas no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), mediante emissão de pareceres, elaboração de contratos e intervenção em reuniões e grupos de trabalho.

DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Por Despacho 1210/2021, 29 de janeiro das Secretárias de Estado da Habitação e da Valorização do Interior, em 8 de fevereiro 2021, o Presidente da CCDR Algarve, designou a Diretora da Direção de Serviços de Desenvolvimento Regional, para integrar o “Grupo de trabalho - Habitar no Interior”.

Também o Grupo de Trabalho das Redes de Teletrabalho no Interior “Co-Working” foi acompanhado pela Direção de Serviços de Desenvolvimento Regional que tem assegurado o seu reporte em articulação com Municípios.

Destaque particular para a execução do Plano de Recuperação e Resiliência que no Algarve assegura a concretização, através da CCDR enquanto Beneficiário Intermediário, de 2 investimentos Componente 07:

- RE-C07-i01 Áreas de Acolhimento Empresarial (de Nova Geração)
- RE-C07-i03 Ligações Transfronteiriças | Ponte de Alcoutim - Saluncar de Guadiana (PT-ES)

De referir o acompanhamento, com os setores relevantes da CCDR Algarve, da elaboração de contratos tanto com Estrutura de Missão Recuperar Portugal como com os Beneficiários Finais, dos pedidos de financiamento/adiantamento bem como dos relatórios de progresso.

No que respeita ao RE-C07-i01 Áreas de Acolhimento Empresarial (de Nova Geração), a Direção de Serviços participou na preparação dos Avisos tanto na Manifestação de Interesse quanto no 2º Aviso. O representante do Algarve nos Júris foi também nomeado e neste contexto integrou o Júri nacional propondo a decisão final aos Presidentes das 5 CCDR.

ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

Na Direção de Serviços do Ordenamento do Território é de destacar o acautelar da transposição do conteúdo das normas de salvaguarda de recursos territoriais e valores naturais, dos 10 Planos Especiais de Ordenamento do território (PEOT), em vigor no Algarve, que devam integrar o conteúdo material dos 17 Planos Territoriais Municipais (PTM), válidos na região, abrangidos pelos referidos PEOT, procedendo este da competência das respetivas câmaras municipais, com o devido acompanhamento e apreciação desta Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR) do Algarve.

Com a publicação do Decreto-Lei n.º 24/2021, de 29 de março, que alterou o Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, procedendo a alguns ajustamentos e à prorrogação (até 13 de julho de 2021) do prazo de transposição, por adaptação, do conteúdo das normas dos PEOT para os PTM, sob pena das CCDR procederem à suspensão das normas desses PTM que deveriam ter sido alteradas, esta unidade orgânica teve de desenvolver um significativo trabalho adicional, de elaborar projetos de declaração de suspensão para 17 PTM [12 Planos Diretores Municipais - PDM (Albufeira, Aljezur, Castro Marim, Faro, Lagos, Loulé, Monchique, Olhão, Portimão, Tavira, Vila do Bispo e Vila Real de Santo António) + 4 Planos de Urbanização - PU (Frente de Mar da Cidade de Albufeira, da Meia Praia

– Lagos, UP11 – Lagoa e UP 12 – Lagoa) +1 Planos de Pormenor - PP (Terras da Verdelago - Castro Marim)], correspondentes a 13 Municípios [Por exclusão de Silves, São Brás de Alportel e Alcoutim].

Consequentemente, no ano de 2021, por iniciativa desta CCDR, nas áreas abrangidas pelos 10 PEOT em vigor no Algarve, foram publicadas em Diário da República (DR) declarações de suspensão de 8 PTM da região [5 PDM (Castro Marim, Monchique, Portimão, Vila do Bispo e Vila Real de Santo António) + 2 PU (UP11 – Lagoa, UP 12 – Lagoa) + 1 PP (Terras da Verdelago - Castro Marim)], relativos a 6 Municípios (Castro Marim, Lagoa, Monchique, Portimão, Vila do Bispo e Vila Real de Santo António). E, por ação de 7 municípios (Albufeira, Aljezur, Faro, Lagos, Loulé, Olhão e Tavira), foram publicadas em DR, as transposições das normas dos PEOT para os PTM, de 11 PTM [7 PDM (Albufeira, Aljezur, Faro, Lagos, Loulé, Olhão e Tavira) + 2 PU (Frente de Mar da Cidade de Albufeira e Meia Praia – Lagos) + 2 PP (Balaia – Albufeira, Sítio da Má Vontade e Pontes de Marchil - Faro)]. Relativamente a três outros municípios (Silves, Alcoutim e S. Brás de Alportel), não se verificou tal obrigação, porque o primeiro já dispunha de Plano Diretor Municipal revisto e atualizado e os dois seguintes porque não são abrangidos por qualquer PEOT.

GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

A Direção de Serviços de Comunicação, Gestão Administrativa e Financeira durante o ano a que se reporta o presente relatório deu continuidade ao extraordinário trabalho ao nível das suas chefias de divisão, num ano particularmente difícil em que foi necessário manter a organização alinhada com os desafios criados pela pandemia e sobretudo com a adoção do novo paradigma do trabalho digital.

Acresce também que o ano 2021 foi extremamente desafiante para esta Unidade Orgânica, por finalmente se ter conseguido dar cumprimento a um conjunto vasto de obrigações legais há muito tempo adiadas, com impacto na melhoria das condições de trabalho dos efetivos, que se consubstanciaram nalguns dos projetos a seguir identificados.

Todo o trabalho associado a estes projetos não planeados em sede de Plano de Atividades 2021 teve como consequência natural a concretização abaixo do esperado dos objetivos no mesmo definidos.

Assim, identificam-se as seguintes atividades não previstas desenvolvidas pela Direção de Serviços, parte das mesmas em estreita parceria com outras Unidades Orgânicas:

- Elaboração, aprovação e implementação do Plano de Segurança no Trabalho (Contra Incêndios), da responsabilidade de uma técnica superior afeta à equipa do Programa Operacional Regional do Algarve, que se disponibilizou para dar corpo a este projeto adiado há muitos anos e deste modo garantir o cumprimento das disposições legais aplicáveis. Este Plano contém o conjunto de medidas, designadas de Medidas de Autoproteção, com o objetivo de diminuir a probabilidade de ocorrência de acidentes e limitar as suas consequências, caso ocorram, a fim de evitar a perda de vidas humanas ou de bens, a diminuição da capacidade de resposta do estabelecimento ou colocar em causa a continuidade da atividade, resultantes de uma situação de emergência, designadamente incêndios e outras situações que possam afetar significativamente as instalações

do edifício sede. As Medidas de Autoproteção foram promulgadas pelo Responsável de Segurança, tendo sido colocadas em prática com a sua aprovação pela Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil, entidade que tutela a prevenção e o socorro em Portugal. Esta Direção de Serviços integrou a equipa interna constituída para o efeito e colaborou sempre que necessário e apoiou na logística inerente à sua implementação;

- Promoção da Saúde no Trabalho – No ano 2021 concretizou-se o estabelecido no Plano de Saúde no Trabalho. Todos os trabalhadores da organização, à exceção dos que se encontravam ausentes por doença e dois no ativo, foram sujeitos a exames médicos, permitindo a realização de diagnósticos em tempo, alguns dos quais deram origem a seguimento por parte dos médicos de família.
- Acompanhamento da candidatura Reabilitação e Conservação do Palacete Doglioni – submetida em outubro de 2020 junto da Unidade de Gestão Patrimonial da Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros, que após validação remeteu no início de dezembro para análise do Fundo de Reabilitação e Conservação Patrimonial, residente na Direção-geral do Tesouro e Finanças.

Com a presente candidatura pretende-se intervir num edifício classificado de Interesse Público (IIP), fundamentalmente por motivos de salubridade e de salvaguarda da segurança estrutural, num edifício localizado em zona protegida (especial localização conforme atestado na Memória Descritiva e Vídeo elaborados para o efeito). Pretende-se, igualmente, promover o aumento da eficiência energética, que permitirá a melhoria das condições da sua utilização, tanto a nível térmico como a nível acústico;

- Estrutura Transversal de Boa Governança e Transparência – colaboração com a Estrutura na prossecução dos seus objetivos e na concretização do seu Plano de Ação. Esta estrutura foi criada em dezembro de 2020 por iniciativa da Presidência da CCDR com o objetivo de melhorar de forma incremental o sistema de controlo interno (*compliance*) assente nos princípios basilares de transparência, imparcialidade, participação, independência, integridade, economia, eficácia, eficiência, responsabilidade e sustentabilidade. Com a sua criação e atuação pretende-se igualmente melhorar o desempenho institucional e organizacional, da CCDR Algarve, assente em procedimentos de controlo e gestão processual e documental, privilegiando o suporte digital.
- Plano Estratégico – No âmbito da parceria estabelecida com a Secretaria-Geral da Presidência de Conselho de Ministros (Direção de Serviços de Estratégia e Prospetiva - Futuro), assumiu-se em fevereiro de 2021, na reunião de *kick-off*, o compromisso de construção deste Plano. A CCDR Algarve ciente da importância da sua missão e atribuições ambiciona robustecer o seu papel transversal de coordenação supramunicipal e desenvolvimento regional. Para que tal aconteça é fundamental, em primeira linha, dispor de uma CCDR renovada e com profissionais motivados e realizar o levantamento dos meios humanos, financeiros e materiais necessários. O sucesso do Plano Estratégico depende da participação e envolvimento de todos os trabalhadores em funções públicas da CCDR Algarve.

A equipa interna da CCDR desenvolveu o seu trabalho de elaboração do Plano Estratégico em alinhamento com o Plano Estratégico da área governativa da Coesão Territorial, definindo como objetivos:

- a. Facilitar o alinhamento entre a Orientação Política e a Ação Administrativa;
- b. Contribuir para o reforço da Orçamentação por Programas e da relação entre Recursos e Resultados;
- c. Simplificar a Monitorização das Prioridades e respetiva Prestação de Contas;
- d. Alinhar os calendários de Planeamento Estratégico e Orçamental.

De acordo com o planeamento inicial a elaboração do Plano Estratégico seguiu um conjunto de fases, que foram na sua maioria concretizadas, não tendo sido, contudo, viável concluir o mapa e os objetivos estratégicos, porque, entretanto, foi anunciada a realização de eleições antecipadas.

Assim, a Fase 1 – Revisão da Literatura e Aplicação à Realidade da CCDR, que decorreu entre 22 de fevereiro e abril de 2021, culminou com a apresentação do documento do Pré-Diagnóstico do Plano Estratégico, que foi enriquecido com os contributos das distintas Unidades Orgânicas. Por seu turno na Fase 2 – Auscultação e Diagnóstico Interno e Externo promoveu-se a auscultação dos trabalhadores e dirigentes tal como dos *stakeholders* internos e externos com vista ao seu envolvimento na elaboração do diagnóstico estratégico.

Definiram-se e dinamizaram-se um conjunto de metodologias participativas com vista a garantir que todos fazem parte deste caminho e se identificam com o mesmo, começando pela aplicação online de um breve questionário sobre o clima organizacional e aferição de necessidades junto dos trabalhadores da CCDR Algarve e respetivos dirigentes.

Em função dos resultados obtidos foi dinamizado um exercício de *focus group* (dinâmicas de grupo) com os trabalhadores e trabalhadoras da CCDR em grupos mais reduzidos e formato presencial, seguindo as orientações metodológicas de construção de uma análise SWOT interna. Da mesma forma, foi replicado o mesmo exercício para o grupo de dirigentes.

Paralelamente, procedeu-se à identificação dos *stakeholders* externos da CCDR Algarve e foi aplicado um questionário que pretendeu seguir as orientações metodológicas da Análise de *Stakeholders*, para identificação dos fatores críticos de sucesso.

O conjunto dos resultados obtidos nesta fase foram devidamente tratados e sistematizados, sendo colocados para revisão junto da equipa interna da CCDR e envio posterior à Presidência para sua apreciação.

Nesta fase foi absolutamente fundamental a participação e envolvimento de todos os trabalhadores da CCDR, pois através do seu *feedback*, do seu “sentir”, e de todos os contributos será possível construir e definir as prioridades de ação e qual o caminho a seguir.

Em resultado de todo este trabalho foi construído o Diagnóstico Estratégico, que será a principal ferramenta para a elaboração do Mapa Estratégico com a definição dos vetores e objetivos estratégicos da CCDR Algarve, tendo sempre como grandes linhas de orientação os objetivos inicialmente fixados e atrás mencionados.

- Implementação de Medidas de Eficiência Energética - Em alinhamento com os objetivos preconizados no Plano Nacional Energia e Clima 2030 (PNEC 2030), na Estratégia de Longo Prazo para a Renovação dos Edifícios (ELPRE) e o Programa de Eficiência de Recursos na Administração Pública (ECO.AP), começou a delinear-se no ano 2021 o plano interno de adaptação às obrigações legais decorrentes deste enquadramento legislativo com vista à melhoria da eficiência energética dos dois edifícios afetos à CCDR Algarve. Assim, procedeu-se à aquisição externa de serviços com o objetivo de obter os Certificados Energéticos dos edifícios, obrigatórios nos termos da alínea d) do artigo 18, do Decreto-Lei n.º 101-D/2020, de 7 de dezembro, e essenciais para a concretização futura de um plano interno de eficiência energética. Por outro lado, procedeu-se no edifício sede ao investimento em equipamentos elétricos (substituição de armaduras, instalação de lâmpadas LED, instalação de detetores de movimento) nos espaços de trabalho e nas áreas comuns com vista à melhoria da eficiência energética do edifício.
- Acompanhamento e monitorização do arranque dos projetos aprovados no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) em que a CCDR Algarve é beneficiária intermediária – Ponte Alcoutim – Sanlúcar del Guadiana, Áreas de Acolhimento Empresarial e beneficiária final – Centro Qualifica Algarve AP, ao nível dos procedimentos internos e contratuais. Estas tarefas foram desempenhadas em estreita articulação com distintos elementos da área jurídica, da Direção de Serviços de Desenvolvimento Regional e da Presidência;
- Representação da CCDR no Grupo de Acompanhamento e Monitorização da Estratégia Nacional de Compras Públicas Ecológicas (ENCPE 2020) - adotada pela RCM n.º 38/2016, de 29 de julho, aplica-se ao Estado e a título facultativo à administração autónoma e a outras pessoas coletivas de direito público. O conceito «compras públicas ecológicas» abrange as aquisições de um conjunto de bens e/ou serviços considerados prioritários, integrando especificações e requisitos técnicos de carácter ambiental. Este grupo com o apoio de representantes de diversas entidades, já produziu 12 manuais nacionais de apoio à contratação ecológica de bens e serviços, tendo em 2021 operacionalizado 3 Grupos de Trabalho com vista à produção de 3 novos manuais, entre os quais o GT 14 – Equipamentos de Representação Gráfica, Consumíveis e Serviços de Impressão.

Na sequência do convite efetuado, e face à importância da temática, a CCDR Algarve decidiu integrar o GT 14, com duas representantes, uma da Direção de Serviços de Gestão Administrativa e Financeira e outra da Direção de Serviços de Ambiente. O GT 14 iniciou os trabalhos em julho de 2021 e no período de outubro a dezembro de 2021 realizaram-se reuniões online semanais com vista à distribuição de tarefas, análise dos trabalhos produzidos e redação do manual. Pese embora

a calendarização indicasse que o Manual seria publicado em dezembro de 2021, tal não foi possível, pelo que os trabalhos serão finalizados durante o ano 2022.

ACOMPANHAMENTO DAS DINÂMICAS REGIONAIS

O Órgão de Acompanhamento das Dinâmicas Regionais colaborou com inúmeras entidades regionais e nacionais no âmbito da implementação de diferentes projetos de cooperação territorial europeia, nomeadamente com a apresentação de comunicações em iniciativas por elas promovidas, sobretudo, quando enquadradas nos domínios da RIS3 Algarve.

Colaborou também com a Direção de Serviços de Desenvolvimento Regional, com a Direção de Serviços de Ambiente e com o Centro de Informação *Europe Direct* Algarve, na concretização de iniciativas promotoras da sustentabilidade, da capacitação institucional, da valorização do território e da política de coesão europeia.

Com a Unidade de Gestão de Fundos Comunitários colaborou na emissão de 75 pareceres aos projetos candidatos ao POR Algarve 2020, em particular no alinhamento com os domínios da RIS3 Algarve.

IV - APRECIÇÃO DOS SERVIÇOS PRESTADOS

No ano 2021 a apreciação qualitativa e quantitativa por parte dos utilizadores dos serviços prestados teve por base os questionários de satisfação (interno e externo) aplicados junto de todos os trabalhadores e do universo de *stakeholders*, tal como dos resultados obtidos através dos inquéritos de satisfação aplicados nos eventos promovidos pela CCDR Algarve, sobre temas da atualidade nas suas áreas de negócio.

De referir que relativamente aos questionários de satisfação realizados em 2021 os mesmos são igualmente mencionados no Ponto V deste relatório.

No Anexo V incluem-se as Metodologias e a Análise dos Resultados dos Questionários e Inquéritos aplicados durante o ano 2021.

1) Questionário de Satisfação – Interno

No âmbito do processo de construção do Plano Estratégico da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve, foi solicitado a todos/as os/as trabalhadores/as em funções públicas da organização que respondessem a um questionário de satisfação interno, disponibilizado online (Anexo VII).

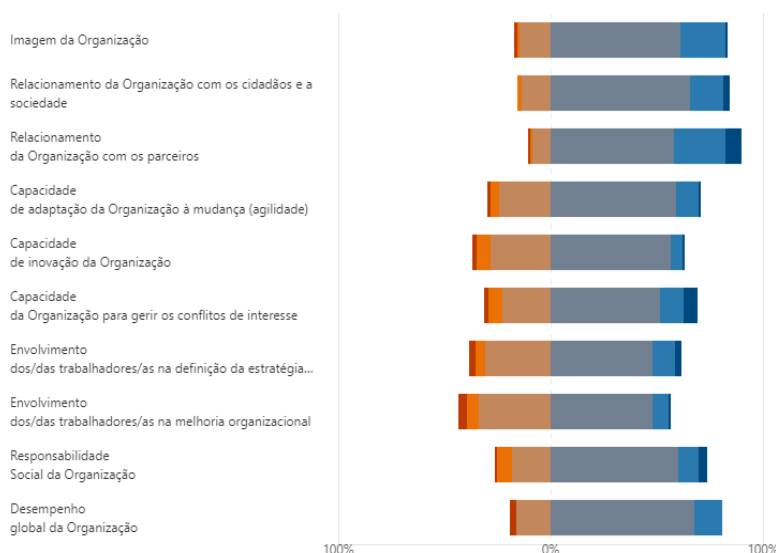
Do total de 108 trabalhadores do quadro da CCDR Algarve, responderam ao questionário 95, o que se traduz numa percentagem de resposta na ordem dos 88%.

QUADRO 12 SATISFAÇÃO GLOBAL DOS TRABALHADORES

1. Satisfação global dos trabalhadores e trabalhadoras com a Organização

[Mais Detalhes](#)

■ 1 - Muito insatisfeito/a ■ 2 - Insatisfeito/a ■ 3 - Pouco satisfeito/a ■ 4 - Satisfeito/a ■ 5 - Muito satisfeito/a
■ S/O - Sem Opinião



A primeira questão que pretendia aferir a satisfação global dos trabalhadores e trabalhadoras com a Organização, em diversas dimensões que *infra* se elencam, aduziram-se os seguintes resultados:

- Imagem da Organização: 61,6% dizem-se satisfeitos;
- Relacionamento da Organização com os cidadãos e a sociedade: 65,3% consideram-se satisfeitos;
- Relacionamento da Organização com os parceiros: 57,9% declaram-se satisfeitos;
- Capacidade de adaptação da Organização à mudança (agilidade): 58,9% assumem satisfação neste parâmetro
- Capacidade de inovação da Organização: 56,5% estão satisfeitos;
- Capacidade da Organização para gerir os conflitos de interesse: 51,6% no grau de satisfação;
- Envolvimento dos/das trabalhadores/as na definição da estratégia da Organização: 47,9% dizem-se satisfeitos e 30,9% pouco satisfeitos;
- Envolvimento dos/das trabalhadores/as na melhoria organizacional: 47,9% dizem-se satisfeitos e 34% pouco satisfeitos;
- Responsabilidade Social da Organização: 60% declaram-se satisfeitos;
- Desempenho global da Organização: 67,7% assumem uma posição satisfatória.

Tendencialmente, os trabalhadores em funções públicas da CCDR Algarve assumem-se satisfeitos (nível 4) com a Organização (numa escala de 1 a 5, correspondendo este nível à satisfação máxima).

2) Questionário de Satisfação – *Stakeholders* Externos

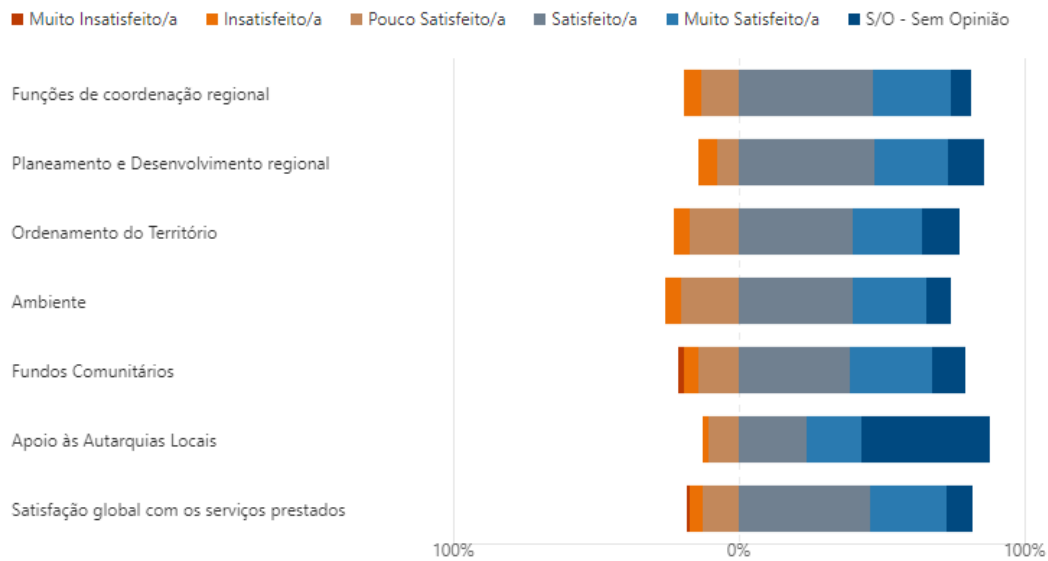
No âmbito do processo de construção do Plano Estratégico da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve, foi solicitado a entidades externas que respondessem a um questionário de satisfação, disponibilizado *online*.

No Anexo VI inclui-se a informação de suporte à elaboração do formulário aplicado e a análise às respostas obtidas. Registaram-se 105 respostas dos *stakeholders* externos num universo de 385 entidades, o que se traduz numa percentagem de resposta na ordem dos 27%.

QUADRO 13
AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO PELOS STAKEHOLDERS EXTERNOS

5. Avaliação do Desempenho da CCDR Algarve

[Mais Detalhes](#)



Em termos globais os resultados alcançados na questão referente à Avaliação do Desempenho da CCDR destacam-se os seguintes:

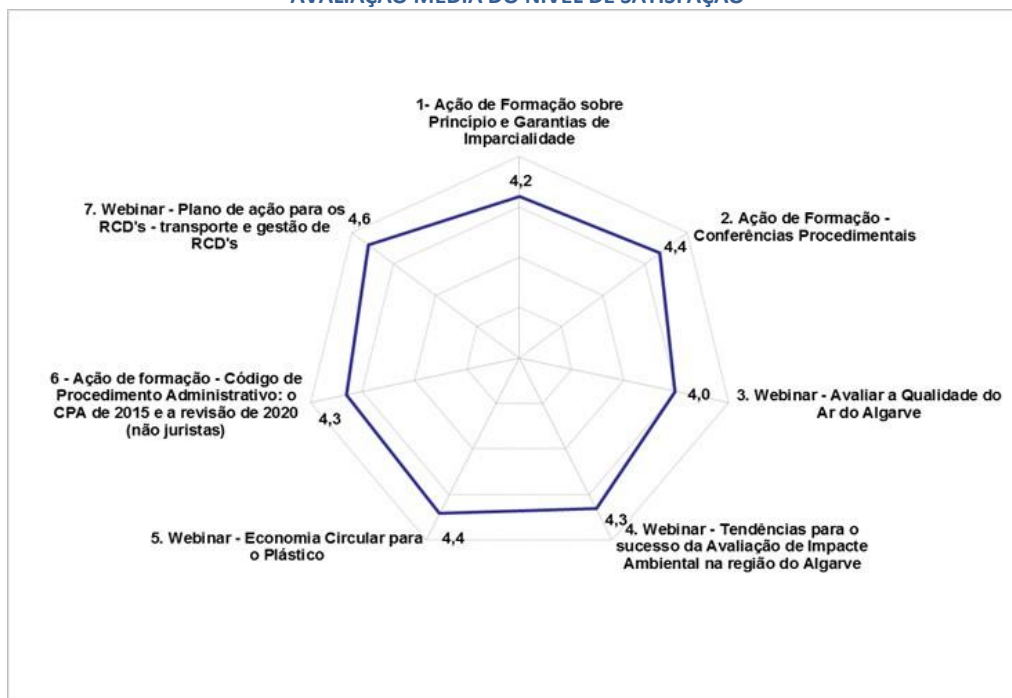
- Funções de coordenação regional: 46,7% de satisfação;
- Planeamento e Desenvolvimento Regional: 47,6% de satisfação;
- Ordenamento do Território: 40% de satisfação;
- Ambiente: 40% de satisfação;
- Fundos Comunitários: 39% de satisfação
- Apoio às Autarquias Locais: 44,8% sem opinião;
- Satisfação global com os serviços prestados: 45,7% de satisfação.

3) Avaliação Global do Nível de Satisfação dos Eventos

QUADRO 14
AVALIAÇÃO MÉDIA DO NÍVEL DE SATISFAÇÃO

EVENTOS	Nº respostas	Avaliação Média
1- Ação de Formação sobre Princípio e Garantias de Imparcialidade	80	4,2
2. Ação de Formação - Conferências Procedimentais	89	4,4
3. Webinar - Avaliar a Qualidade do Ar do Algarve	22	4,0
4. Webinar - Tendências para o sucesso da Avaliação de Impacte Ambiental na região do Algarve	29	4,3
5. Webinar - Economia Circular para o Plástico	15	4,4
6 - Ação de formação - Código de Procedimento Administrativo: o CPA de 2015 e a revisão de 2020 (não juristas)	30	4,3
7. Webinar - Plano de ação para os RCD's - transporte e gestão de RCD's	49	4,6

GRÁFICO 4
AVALIAÇÃO MÉDIA DO NÍVEL DE SATISFAÇÃO



O ano de 2021 acabou por sofrer colateralmente os efeitos da pandemia. Foi assim necessário dar continuidade à adaptação a novos cenários e tecnologias nos diversos eventos, a nível interno e externo, para que se fosse possível concretizar as atividades planeadas.

A avaliação do nível de satisfação incidiu sobretudo nos eventos mais relevantes organizados no âmbito da CCDR Algarve e do Programa Operacional Regional do Algarve 2020.

Após cada evento, foram aplicados os inquéritos de avaliação e emitidos os respetivos certificados de participação.

Em conclusão, através do quadro síntese de Avaliação Global de Satisfação dos Eventos 2021, resultante dos inquéritos aos participantes, acima apresentado, é possível constatar que no geral os eventos foram avaliados de forma bastante positiva, com uma pontuação média global de Muito Bom.

Embora o número de respostas fosse diferente em cada uma das iniciativas, a média obtida foi bastante positiva.

V- AUDIÇÃO DE DIRIGENTES INTERMÉDIOS E TRABALHADORES

No ano de 2021 procedeu-se à audição dos dirigentes superiores e intermédios nas reuniões de chefias, nas monitorizações trimestrais do QUAR, na elaboração das propostas de reformulação do QUAR, e aquando da elaboração do presente relatório de atividades.

Neste ano merece particular destaque a audição realizada junto dos dirigentes e trabalhadores nas várias fases que integraram a construção do Plano Estratégico da CCDR Algarve, em parceria com a Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros, que embora não tenha sido concluído como previsto devido à marcação antecipada de eleições, permitiu a realização de múltiplas e interessantes interações ao longo de vários meses.

No âmbito deste Plano, nas fases que contribuíram para a construção do Diagnóstico Estratégico, foram auscultadas as várias unidades orgânicas, envolvendo os seus dirigentes e colaboradores. Na fase posterior ao *kick-off* sistematizou-se a diversa informação relativa à atividade da CCDR com o objetivo de cada unidade orgânica contribuir para a definição do Pré-Diagnóstico. Neste alinhamento, na fase da elaboração da análise SWOT (interna), foi elaborado um questionário aplicado junto de todos os colaboradores, permitindo a medição do seu grau de satisfação relativamente à organização onde estão inseridos e foram dinamizados *focus grupo* que contribuíram decisivamente para este exercício.

Dando continuidade à boa prática de anos anteriores organizaram-se ações de capacitação e formação dirigidas a dirigentes e trabalhadores, versando matérias de grande atualidade e de cariz técnico. São disso exemplo, entre outras, as 13 ações internas/externas de capacitação dinamizadas ao longo do ano sobre vários temas. À semelhança do ano anterior pode-se apontar como bom exemplo destas sessões, as dinamizadas pelo Órgão de Acompanhamento das Dinâmicas Regionais - Lab Observa 2021 que contaram com reputados oradores, com muita experiência e conhecimentos, que enriqueceram as ações. Também merecedoras de destaque foram as sessões dinamizadas pela Direção de Serviços de Ambiente no âmbito da Economia Circular, nas suas várias vertentes, dando continuidade à divulgação da Agenda Regional de Transição para a Economia Circular.

Genericamente estas ações permitiram, além da partilha de conhecimento e de boas práticas, a interação construtiva entre as várias unidades orgânicas e a identificação de pontos críticos ao nível das atividades/processos passíveis de melhoria e aperfeiçoamento.

VI - COMPARAÇÃO DE UNIDADES HOMOGÉNEAS

A CCDR Algarve integra uma unidade homogénea juntamente com as demais Comissões de Coordenação, em conformidade com o estipulado no artigo 16º da Lei nº 66-B/2007, de 28 de dezembro, na sua redação atual.

No quadro dessa unidade homogénea foram definidos, por cada CCDR, os objetivos ditos “homogéneos” e os respetivos indicadores, na sequência de orientações da Secretaria-geral da Presidência do Conselho de Ministros (SGPCM). De referir que estas orientações são o resultado dos objetivos fixados em cada programa orçamental pelas tutelas que superentendem estes serviços.

Concretamente no ano 2021 os objetivos ditos homogéneos foram os seguintes:

OP1: PROMOVER A TRANSFORMAÇÃO DIGITAL E A MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA (Indicador 1: Taxa de execução regional da Plataforma Informática - medida #143 SIMPLEX: T-INVEST);

OP2: ACELERAR A EXECUÇÃO DOS PROGRAMAS OPERACIONAIS REGIONAIS DO PORTUGAL 2020;

OP5: REFORÇAR A APROXIMAÇÃO DAS CCDR E DAS AUTORIDADES DE GESTÃO ÀS COMUNIDADES (Indicador 8: Índice de satisfação dos *stakeholders* externos);

OP6: PROMOVER SERVIÇOS PÚBLICOS BEM GERIDOS, RENOVADOS E COM PROFISSIONAIS MOTIVADOS.

Durante o período a que se reporta o presente Relatório de Atividades, efetuou-se a monitorização do desempenho que permitirá a comparabilidade com as demais CCDR que integram a mesma unidade homogénea. Na fase de planeamento do ciclo de gestão foram definidos os indicadores e os critérios de ordenação dos resultados. No parecer e análise crítica da autoavaliação a SGPCM incluirá e transmitirá os resultados apurados, conforme consta nas Linhas de Orientação do Relatórios de Atividades, elaboradas por esta entidade.

VII - AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLO INTERNO (SCI)

O controlo interno na CCDR Algarve encontra-se estruturado, implementado e em funcionamento. A sua monitorização tem sido regular nas atividades desenvolvidas, visando o cumprimento dos objetivos estratégicos e operacionais definidos anualmente no Quadro de Avaliação e Responsabilização (QUAR) e no Plano de Atividades. Numa primeira análise é de salientar a ausência de falhas relevantes no exercício económico do ano 2021.

Os sistemas de controlo administrativo e financeiro encontram-se consolidados na Norma de Controlo Interno e no Sistema de Gestão da Segurança da Informação (SGSI), tendo como suporte tecnológico a versão *webizada* do sistema integrado de gestão SINGAP (contabilidade/tesouraria, recursos humanos, aprovisionamento e inventário), o SIGEST (faturação, indicadores) e o Sistema de Gestão Documental (Filedoc) que operam de forma integrada.

A esta base tecnológica e procedimental acresce a utilização de processos integrados e desmaterializados com recurso a assinaturas digitalizadas, de modo a que a informação fornecida nos processos decisórios seja consistente e fiável.

Quanto à ação da CCDR Algarve no âmbito da gestão de fundos comunitários, refira-se que a mesma está sujeita aos diversos mecanismos e auditorias levadas a efeito pelas entidades responsáveis. De salientar que a CCDR Algarve enquanto entidade pública responsável pelo apoio logístico, entendido no sentido lato, à Autoridade de Gestão do Programa Operacional do Algarve 2020 é responsável pela gestão do projeto de investimento “Assistência Técnica POR Algarve 2020”.

Assim, e conforme descrito no Anexo IX - Avaliação do Sistema de Controlo Interno (SCI), das 26 questões que a integram, 24 foram respondidas afirmativamente, o que representa 92,3% do total. No entanto, e apesar de as respostas negativas representarem apenas 7,7% do total, são oportunas as seguintes recomendações para melhoria de procedimentos:

- Prossecução do Plano de Ação apresentado pela Estrutura Transversal de Boa Governança e Transparência, criada pelo Despacho I03162-202012-DESP-PRE de 30 de dezembro de 2020;
- Revisitação da Norma de Controlo Interno ao Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, pelo que todas as referências ao Plano Oficial de Contabilidade Pública e ao Cadastro e Inventário dos Bens do Estado constantes da presentes Norma deverão ser adaptadas ao SNC-AP;
- Recrutamento de novos colaboradores com competências nas áreas sem redundância.

Da avaliação efetuada ao SCI, poderão destacar-se os seguintes aspetos como mais relevantes:

- A concretização dos principais objetivos fixados em matéria de formação alicerçou-se nos recursos humanos e financeiros disponíveis e na adaptação ao contexto pandémico que obrigou à introdução de ajustamentos dos planos de capacitação e de formação ao novo paradigma de trabalho em ambiente digital. Neste sentido, foram dinamizadas 39 ações de capacitação e formação, em áreas distintas num total de 1.173 horas de formação assistida, abarcando 97% dos trabalhadores em efetividade de funções (ao serviço);
- Monitorização do Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas relativo ao ano 2020 e elaboração do respetivo relatório de acompanhamento. Elaboração do Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas aplicável ao ano 2021.

VIII - MEDIDAS DE REFORÇO POSITIVO

No decorrer da execução do Plano registaram-se algumas ações ou projetos não foram executados ou tiveram resultados insuficientes, que são identificados no quadro abaixo, bem como analisadas as causas dos incumprimentos.

**QUADRO 15
INCUMPRIMENTOS E RESULTADOS INSUFICIENTES**

OBJETIVOS/INDICADORES	META	TOLERÂNCIA	RESULTADO	JUSTIFICAÇÃO DOS DESVIOS	RESP
AVALIAR A GESTÃO DE RESÍDUOS NÃO URBANOS, NA REGIÃO DO ALGARVE, ENTRE 2018 E 2020					
Número de dias para elaborar relatório relativo a empresas que gerem monstros na região do Algarve	280	20	-	Devido a diversas vicissitudes, quer de recursos humanos, quer de integração da Direção de Serviços em grupos de trabalho diversos, não foi possível desenvolver este trabalho	DSAJ
Número de dias para elaborar relatório relativo a empresas que gerem Resíduos da Construção e Demolição	300	20	-		DSAJ
GARANTIR A GESTÃO DOS PROCESSOS DE CONTRAORDENAÇÃO					
Percentagem de autos de notícia analisados (pendentes e novos)	40%	5%	23,9%	O desvio resulta do elevado número de autos pendentes face ao número de RH afetos.	DSAJ AL
ANALISAR E DIVULGAR INFORMAÇÃO RELATIVA AOS RECURSOS HUMANOS E FINANCEIROS DAS AUTARQUIAS					
Percentagem de contas de Gerência dos Municípios do Algarve, referentes ao ano de 2020 analisadas e validadas dentro do prazo definido pela DGAL	50%	5%	-	O único Técnico Superior afeto a este serviço esteve ausente por motivo de doença até 17/07/2021. Esteve em funções até dia 24/08/2021 e em 25/08/2021, apresentou atestado médico pelo período de 30 dias, encontrando-se novamente ausente por motivo de doença. Não tendo sido possível no período de 27 dias úteis de trabalho no ano cumprir os indicadores deste objetivo. Foi afeto um Técnico Superior a 1 de novembro de 2021, resultante do procedimento de recrutamento centralizado do INA, que frequentou a formação do INA até finais de dezembro. Aguarda agendamento de formação da DGAL para o exercício das funções.	DSAJ AL
Prazo para tratamento da informação relativa aos recursos financeiros e humanos das autarquias	334	10	-		DSAJ AL
DESENVOLVER E ACOMPANHAR ATIVIDADES NO DOMÍNIO DO PLANEAMENTO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL E LOCAL					
Número de dias para elaboração de manual de fatores críticos de análise e interpretação da paisagem do Algarve, para procedimentos Avaliação de Impacte Ambiental	30	10	-	Face à necessidade de dar resposta a áreas de trabalho com prazos inadiáveis, nomeadamente o apoio à Avaliação de Impacte Ambiental, não foi possível a elaboração deste manual.	DSDR
DINAMIZAR A COOPERAÇÃO TERRITORIAL EUROPEIA, COM PARTICULAR DESTAQUE PARA A COOPERAÇÃO TRANSFRONTEIRIÇA					
Data de conclusão da RIS3 EUR AAA (partilhado com OADR)	352	10	-	Indicador de âmbito transfronteiriço e que não depende apenas da UO. Firmado compromisso no âmbito da Comissão Luso-Espanhola para a Cooperação Transfronteiriça realizada em Mérida no dia 29/09, com vista a desenvolvimentos no 1.º semestre de 2022, após conclusão dos processos inerentes à articulação Estratégia Nacional de Investigação e Inovação para uma Especialização Inteligente (ENI) e Estratégia Regional de Especialização Inteligente (ERI).	DSDR

OBJETIVOS/INDICADORES	META	TOLERÂNCIA	RESULTADO	JUSTIFICAÇÃO DOS DESVIOS	RESP.
PROMOVER A TRANSFORMAÇÃO DIGITAL E A MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA					
Taxa de execução do plano de projeto de desmaterialização dos processos da relação com o cidadão	70%	20%	10%	Durante o ano 2021 realizaram-se reuniões com as CCDR não tendo sido as mesmas conseqüentes relativamente à metodologia a seguir na definição do Plano, face ao diferente grau de maturidade dos serviços nesta matéria e também devido à diferenciação dos interlocutores responsáveis pela mesma nos serviços.	DSCGAF
Taxa de execução do plano de projeto de desmaterialização e digitalização dos arquivos das CCDR	70%	20%	25%	Durante o ano 2021 realizaram-se reuniões com as CCDR, com a Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros e com a Direção-Geral do Livro, Bibliotecas e Arquivos não tendo sido possível formalizar o Plano porque não se conseguiu consensualizar a definição da metodologia a adotar na definição do Plano, face ao diferente grau de maturidade dos serviços no que se refere à desmaterialização e digitalização dos arquivos. Acresce que os elevados valores de investimento estimados dissuadiram os vários intervenientes tendo-se inclusivamente por iniciativa da CCDR Algarve colocado a hipótese junto da tutela de financiar esta iniciativa ao abrigo do Plano de Recuperação e Resiliência.	DSCGAF
CONTRIBUIR PARA A PROSECUÇÃO DO PLANO DE AÇÃO DA ESTRUTURA TRANSVERSAL DO BOA GOVERNANÇA E TRANSPARÊNCIA					
Taxa de Implementação das orientações de procedimentos validadas pela Presidência	70%	20%	-	As ações referentes à elaboração dos procedimentos e respetivo Manual de Procedimentos, conducentes à concretização do objetivo "Melhorar o Desempenho Organizacional, desenvolvendo procedimentos de controlo e gestão processual e documental, privilegiando o suporte digital" ficaram comprometidos por não ter sido possível reunir atempadamente os contributos de todas as Unidades Orgânicas.	DSCGAF
Número de dias para visitar a Norma de Controlo Interno	244	15	-	Face à impossibilidade de internalizar este objetivo como inicialmente previsto, foi decidido em meados do ano efetuar uma aquisição de serviços especializada, que não se concretizou por questões internas (recursos humanos disponíveis para proceder ao seu acompanhamento e limitações orçamentais).	DSCGAF

OBJETIVOS/INDICADORES	META	TOLERÂNCIA	RESULTADO	JUSTIFICAÇÃO DOS DESVIOS	RESP.
MODERNIZAR E ATUALIZAR OS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO					
Prazo para implementação de <i>workflows</i> nos sistemas de informação internos	320	30	-	Adiado para 2022 visto não ter sido possível concluir no ano transato.	DSI
Taxa de cumprimento de prazos nos processos de avaliação ex-ante (se aplicável) e avaliação ambiental estratégica do PO Algarve 2021-2027 (partilhado com o OADR)	85%	4%	-	Contrato assinado a 23/09/2021. Reunião de arranque a 14/10 e envio de elementos nos prazos definidos. Primeiro Relatório da Avaliação Ambiental Estratégica - Definição de âmbito recebido a 14/12/2021	GFC
PROMOVER E CONCRETIZAR OS OBJETIVOS DA ESTRATÉGIA REGIONAL DE INVESTIGAÇÃO E INOVAÇÃO PARA A ESPECIALIZAÇÃO INTELIGENTE (RIS3 ALGARVE)					
Data de conclusão de Estratégia Regional de Especialização Inteligente (EREI) Algarve 2030 (especificações para análise de mérito regional)	153	15	-	Trabalhos em curso, acompanhando o período de programação 2030. Estima-se conclusão no 1.º trimestre de 2022, em linha com articulação multinível com Estratégia Nacional de Investigação e Inovação para uma Especialização Inteligente (ENEI), que condiciona o modelo de governação da Estratégia Regional de Especialização Inteligente (EREI).	OADR
Data de conclusão da RIS3 EURO AAA (partilhado com DSDR)	351	10	-	Firmado compromisso no âmbito da Comissão Luso-Espanhola para a Cooperação Transfronteiriça realizada em Mérida no dia 29/09, com vista a desenvolvimentos no 1.º semestre de 2022, após conclusão dos processos inerentes à articulação Estratégia Nacional de Investigação e Inovação para uma Especialização Inteligente (ENEI) e Estratégia Regional de Especialização Inteligente (EREI).	OADR

Em termos de desempenho a nível do Plano, verifica-se que dos 40 objetivos definidos, 9 não foram atingidos, o que corresponde a uma taxa de incumprimento de 22,5%. No que se refere aos indicadores, dos 99, não foram atingidos 16, o que equivale a 16% de incumprimentos ou cumprimentos parciais.

Numa análise mais detalhada verifica-se que 6 das 10 unidades orgânicas registam incumprimentos.

Na origem da grande maioria dos incumprimentos/cumprimentos parciais identificados estão fatores endógenos. Entre estes, importa destacar as limitações nos recursos humanos disponíveis e a inexistência de redundância, que obriga a que um mesmo núcleo de trabalhadores seja sucessivamente afeto às tarefas programadas, e sobretudo às tarefas emergentes e urgentes, aumentando deste modo o risco de incumprimento ou cumprimento parcial.

Razão adicional que justifica também os incumprimentos/cumprimentos parciais registados é o adiamento da concretização de determinados objetivos – indicadores – metas por fatores exógenos, neste ano em concreto o impacto causado pela crise pandémica, por exemplo ao nível das dificuldades de cumprimento dos prazos por parte dos fornecedores de bens e serviços. A outro nível também

devido à tramitação administrativa morosa dos procedimentos de contratação pública, que obstaculizam a concretização dos objetivos propostos devido à necessidade de percorrer um extenso *workflow* de entidades e obtenção de inúmeros pareceres prévios ao ato de adjudicação da aquisição de bens/prestação de serviços.

Tal como em anos anteriores manteve-se a prática instituída na organização de adotar medidas para promover o reforço positivo do desempenho da CCDR Algarve, destacando-se:

- 1) A monitorização trimestral do QUAR e do Plano de Atividades com o envolvimento de todos os dirigentes com objetivo de identificar atempadamente eventuais desvios/constrangimentos e apresentar soluções;
- 2) O reforço da capacitação dos dirigentes e trabalhadores relativamente à gestão por objetivos;
- 3) A dinamização da participação dos dirigentes e trabalhadores em seminários, *workshops* e ações de formação internas e promovidas por entidades externas e adoção de boas práticas ao nível dos processos internos.

IX- OBRIGAÇÕES DE PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÃO

1. Publicidade Institucional

No ano de 2021 foi efetuada apenas uma ação de publicidade institucional, nomeadamente no que se refere à publicitação de ações dinamizadas pelo Programa Operacional Regional - CRESC ALGARVE 2020 em conformidade com o estabelecido no Decreto-Lei nº 137/2014, de 12 de setembro.

Normalmente, tal obrigação é assegurada através do plano de meios previsto, concretizando-se através da publicação de anúncios publicitários *online*, nos meios da imprensa regional mais impactantes, com o objetivo de aumentar o acesso e o tráfego ao site do Programa Operacional Regional, particularmente à seção onde se encontra publicada a lista dos projetos aprovados.

No ano de 2021, este plano de meios não foi realizado, tendo sido acordada a sua execução através da Agência para o Desenvolvimento e Coesão, no contexto da Rede de Comunicação do Portugal 2020. Contudo, face à mudança de direção do respetivo Núcleo de Comunicação, o processo de aquisição de serviço ficou comprometido, face à dissolução do Parlamento e consequente convocatória de eleições para a Assembleia da República, transitando a sua concretização para o período pós-eleitoral em 2022.

No entanto, para aprofundar o foco na apresentação dos resultados, foi desenvolvido um procedimento plurianual que se estende até 2022 para a execução de várias publireportagens com o propósito de dar destaque editorial a projetos de diversificação da base económica selecionados e dinamizados por empresas localizadas no Algarve, beneficiárias de Fundos Europeus, através do PO ALGARVE 2020, foram publicadas três publireportagens no jornal semanal Barlavento: “Alfarroba: o ouro negro” e sobre a “*Sun Concept*”, sendo as mesmas partilhadas igualmente nos suportes de comunicação da CCDR Algarve e do Programa Operacional Regional.

Neste contexto, realizou-se a aquisição onerosa de espaço publicitário no valor de 984,00€ conforme assinalado no Quadro 16, com o objetivo de divulgar casos práticos de resultados do Programa Operacional Regional junto de uma pluralidade de destinatários, nomeadamente entidades públicas da administração central, local, associações públicas e privadas e empresas.

Em conformidade com o previsto na Lei n.º 95/2015, de 17 de agosto, estas ações de publicidade institucional foram comunicadas à Entidade Reguladora para a Comunicação Social na Plataforma Digital da Publicidade Institucional do Estado.

QUADRO 16
PUBLICIDADE INSTITUCIONAL 2021

Rubrica	Fornecedor	Descrição	Valor (€) IVA incluído
020217BOA0	PorLagMedia, Lda.	Aquisição de serviços de publicitação/divulgação das operações financiadas pelo Programa Operacional Regional do Algarve - CRESC Algarve 2020, para o ano de 2021	984,00 € €
Total			984,00 €

No mais, propõe-se a consulta do Anexo V ao presente Relatório de Atividades que contempla com detalhe as atividades desenvolvidas e os resultados alcançados nas áreas da divulgação de Informação, Promoção e Comunicação.

2. Programa de Gestão do Património Imobiliário

A Lei do Orçamento de Estado de 2011 aditou o art.º 113-A ao Decreto-Lei n.º 280/2007, de 7 de agosto, determina que, ao nível do Sistema Integrado de Gestão e Avaliação do Desempenho na Administração Pública (SIADAP), sejam fixados objetivos relacionados com o cumprimento das obrigações previstas no Programa de Gestão do Património Imobiliário (PGPI).

Resumidamente, as obrigações previstas no PGPI prendem-se com o envio, até 30 de março de cada ano, para a Direcção-Geral do Tesouro e Finanças (DGTf), através das unidades de gestão patrimonial dos ministérios, do programa de avaliações dos imóveis a concretizar e das informações necessárias à regularização registral e matricial dos imóveis do domínio privado do Estado que estejam afetos ao organismo público. Por último, os organismos públicos deverão prestar à DGTf toda a informação necessária à inventariação dos imóveis, de acordo com o programa de inventariação dos bens imóveis do Estado e dos institutos públicos.

Pese embora durante o ciclo de gestão do ano de 2021 não tenham sido fixados objetivos relacionados com a execução do Programa de Gestão do Património Imobiliário, a CCDR Algarve cumpriu com as obrigações aí estabelecidas.

3. Medidas de modernização administrativa

Genericamente no ano 2021 foi dado cumprimento ao planeado em sede de Plano de Atividades, garantindo-se a continuidade à política interna de modernização, desmaterialização e simplificação dos procedimentos técnico-administrativos, mediante a implementação de um conjunto de medidas que permitiram melhorar a eficiência interna e agilizar as respostas, tornando a comunicação mais

transparente para os clientes e/ou parceiros, eliminando entraves desnecessários e reduzindo os custos de contexto.

Para dar corpo a este propósito foram dinamizadas ações previstas nos projetos de investimento RIS Algarve – Reengenharia, Inovação e Simplificação, financiado no âmbito do Programa Operacional Regional do Algarve 2014 – 2020 – Eixo Prioritário 8 – Modernizar e Capacitar a Administração e iFAMA – Plataforma única de Inspeção e Fiscalização da Agricultura, Mar e Ambiente (Medida #131 do Simplex+ 2016).

Relativamente ao projeto RIS Algarve dinamizou-se a ação - Mapeamento, Reengenharia e Simplificação Procedimentos - ação estruturante e transversal a toda a organização, como a seguir se descreve.

A pandemia obrigou a Administração Pública a adotar novos os modelos de organização do trabalho, sendo de salientar o trabalho em ambiente digital, quer por parte de quem presta os serviços (trabalhadores em funções públicas), quer por quem procura esses serviços (cidadãos/empresas/associações). A adoção deste novo paradigma apelou à maior flexibilidade na prestação do trabalho, à maior organização e uma maior capacidade adaptativa.

A revisitação efetuada no ano anterior na metodologia a seguir por forma a adequar os objetivos e os resultados esperados à nova realidade da prestação digital de serviços públicos e ao alinhamento do programado com as linhas de orientação constantes na Estratégia TIC 2020 e na Estratégia para a Inovação e Modernização do Estado e da Administração Pública, tal como no Plano de Ação para a Transição Digital, foi conseqüente sendo assim de destacar as seguintes iniciativas:

a) Mapeamento de Processos – Desenho e Implementação de *workflows*

Detetaram-se várias oportunidades de melhoria na gestão de alguns processos que são geridos de forma não estruturada, ou seja, não existe uniformização de processos que permitam utilizar sempre os mesmos procedimentos. Algumas das melhorias passam pela necessidade de simplificar e automatizar alguns desses processos através da criação de *workflows*, o que implicou o levantamento e mapeamento de alguns processos com vista à sua simplificação.

O objetivo foi o de uniformizar e automatizar processos, procedimentos e níveis de serviço de forma a obter ganhos de eficiência administrativa e processual e conseqüentemente a redução de custos operacionais. Para o efeito foi efetuada a contratação externa de serviços para desenho e implementação de 13 *workflows* no sistema de gestão documental Filedoc distribuídos por processos consoante o grau de complexidade.

Assim, dada a sua natureza e grau de complexidade esta tarefa será desenvolvida também durante o ano 2022.

b) Formação e vídeos de suporte à elaboração e implementação de *workflows*

Em complemento da iniciativa referida na alínea anterior e de forma a robustecer a capacitação técnica dos utilizadores do sistema de gestão documental, identificada que foi a necessidade de realização de ações de formação nas áreas relacionadas com a gestão de documentos e processos, a classificação de documentos e a gestão de arquivo corrente e intermédio foram dinamizadas ações de formação no sentido de promover a automatização de procedimentos e implementação de *workflows* e a otimização do sistema de gestão documental na vertente da desmaterialização e simplificação administrativa.

Adicionalmente procedeu-se também à contratação externa de 15 vídeos explicativos das ações mais relevantes em Filedoc para apoio/complemento à formação;

c) Modernização dos Equipamentos de Videoconferência nas salas de reuniões públicas

Inicialmente apenas estava prevista uma solução de videoconferência em duas salas de reunião com recurso ao protocolo de rede H.323. A situação pandémica e o crescente recurso a meios de comunicação à distância veio alterar de forma inesperada as soluções usadas pela maioria dos atores de videoconferência, passando a ser o “*standard*” de mercado as soluções web (*Teams, Zoom, Webex, etc*) que não são compatíveis com os equipamentos adquiridos anteriormente. As videoconferências tornaram-se o principal meio de relacionamento com os interlocutores da CCDR (públicos, privados, particulares) com os quais são realizadas diariamente inúmeras iniciativas, tais como, reuniões de trabalho interno, reuniões com fornecedores, reuniões com requerentes, conferências procedimentais de projetos relacionados com o Ordenamento do Território, participação em grupos de trabalho governamentais, reuniões com direções gerais e ministérios, etc. Acresce a necessidade de organização de eventos online e híbridos (presencial e online) como conferências, *workshops*, formações, discussões públicas, etc, que obrigam a ter mais salas e o Auditório preparados para transmissão de eventos online e permitir a participação de todos os tipos de público de forma equitativa. Os regimes de teletrabalho existentes também potenciaram a utilização destes meios de forma regular e que tem impacto nos serviços prestados.

Pretendeu-se dar continuidade aos investimentos já realizados, no âmbito da candidatura “RIS Algarve - Reengenharia, Inovação e Simplificação”, aumentando a diversidade das soluções e compatibilidade com os sistemas mais usados e na melhoria da infraestrutura do auditório e sala G no que concerne a transmissão de eventos online, dando assim resposta aos desafios tecnológicos atuais e futuros da CCDR Algarve.

d) Noutra dimensão, foi dinamizado o T-INVEST, projeto impulsionado pelo Ministério da Coesão Territorial e coordenado nas regiões pelas CCDR, constituindo uma das medidas SIMPLEX 20-21 dentro da categoria “Melhor Serviço Público - Reforçar a proximidade às pessoas e ao território”.

O seu principal objetivo foi estabelecer uma plataforma informática com valências para divulgar, de forma agregada e sistematizada, informação de escala municipal relativa a incentivos ou apoios

direcionados para as famílias e para as empresas, incluindo equipamentos logísticos destinados às atividades económicas (por exemplo áreas de acolhimento empresarial).

O T-INVEST permite assim facilitar e orientar a escolha da melhor localização para uma família se instalar ou para se realizar um determinado investimento empresarial, através da comparação da oferta dos municípios em termos de incentivos e benefícios fiscais e financeiros.

Durante o ano de 2021 a CCDR Algarve mobilizou 14 dos 16 municípios da região para o projeto, reunindo informação e alimentando a plataforma com os serviços disponíveis a nível local.

- e) IFAMA – Plataforma Única de Inspeção e Fiscalização da Agricultura, Mar e Ambiente (Medida #131 do Simplex+ 2016) – Apresentação da Plataforma – iFAMA, a 2 de fevereiro de 2021, pela Inspeção-Geral da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento Território (IGAMAOT) nomeadamente das funcionalidades do Portal Único de Reclamações e Denúncias nas áreas da Agricultura, Mar e Ambiente, com vista à posterior realização de testes pelos parceiros, antes da sua entrada em funcionamento. Pedido de colaboração para pronúncia dos parceiros sobre as diversas “Árvores Decisão”, à luz das respetivas competências, com destaque para “Ambiente”, “Avaliação Impacte Ambiental”, “Ordenamento do Território Conservação da Natureza” e “Atuação Administrativa e Financeira de Entidades das Tutelas”, com suporte num conjunto de documentos elaborados e preparados para este efeito;
- f) No âmbito da modernização e simplificação administrativas e da melhoria do desempenho institucional e organizacional, o trabalho assumido pela Estrutura Transversal de Boa Governança e Transparência é determinante na prestação de um serviço público mais eficaz, mais eficiente, de maior qualidade, mais próximo e transparente, aos cidadãos e às empresas.

Alinhada com os quatro pilares da Estratégia para a Inovação e Modernização do Estado e da Administração Pública 2020-2023 - *Investir nas Pessoas, Desenvolver a Gestão, Explorar a Tecnologia e Reforçar a Proximidade* - a missão desta Estrutura consubstancia-se, sobretudo, na definição, mapeamento, atualização, reengenharia, implementação e monitorização de um conjunto de procedimentos de gestão processual e documental, com vista à sua simplificação e desmaterialização, reduzindo custos de contexto, de molde a assegurar a Transição Digital, num registo de interoperabilidade e cibersegurança, contribuindo decisivamente para a concretização da candidatura SAMA (Sistema de Apoio à Transformação Digital da Administração Pública) da CCDR Algarve, em matéria de mapeamento, reengenharia, inovação e simplificação de procedimentos.

Num quadro de permanente *accountability* da atuação da CCDR Algarve, foi coordenado um trabalho colaborativo, de envolvimento de todos os trabalhadores, alinhados na visão estratégica de criação de Valor Público, tendo sido levadas a cabo reuniões com todas as Unidade Orgânicas e estando a ser recolhidos os contributos necessários com vista à elaboração e consolidação do Manual de Procedimentos da organização.

Globalmente as poupanças geradas pela implementação das mencionadas medidas de desmaterialização e simplificação administrativa assumem um caráter fundamentalmente imaterial. Entre os impactos mais relevantes importará sublinhar a promoção da melhoria das condições de trabalho, que se reflete na produtividade dos técnicos responsáveis pela execução das tarefas e na qualidade dos serviços prestados.

Acresce, ainda, que estas medidas contribuíram também para a motivação dos trabalhadores, em geral, o que se repercute na excelência que se procura alcançar do atendimento aos clientes que de dirigem aos serviços da CCDR Algarve.

X - PROPOSTA DE AVALIAÇÃO FINAL

As taxas de realização de 107% relativamente ao QUAR e de 101% no que respeita ao Plano de Atividades atestam que os objetivos propostos e consequentemente os resultados previstos foram alcançados.

De salientar que estes instrumentos de gestão têm subjacente a monitorização trimestral/anual de 6 objetivos e 12 indicadores no caso do QUAR e de 40 objetivos e 99 indicadores no caso do Plano de Atividades, dimensões que são relevantes, a que acresce ainda o facto de envolverem todas as unidades orgânicas da CCDR Algarve e do POR Algarve 2020 e do Órgão de Acompanhamento das Dinâmicas Regionais.

Tal como já foi referido da análise sintética dos resultados do QUAR, foram superados 3 e atingidos 3 objetivos. No que concerne os objetivos relevantes foram superados 2 (50%) e atingidos 2 (50%). Relativamente aos indicadores foram superados 4 e atingidos 8, do cômputo dos 12 indicadores definidos.

No que se refere o Plano de Atividades foram superados 22 objetivos (55%), atingidos 9 (23%) e não atingidos 9 (23%). Relativamente aos indicadores foram superados 49 (50%), atingidos 34 (34%) e não atingidos 16 (16%).

A taxa de incumprimentos/cumprimentos parciais objeto de análise em pontos anteriores encontra a sua justificação fundamentalmente em fatores endógenos e exógenos que não foi viável mitigar ao longo do exercício.

Importa também referir a execução de outras atividades não previstas, que tiveram implícita uma importante e relevante alocação de recursos humanos e materiais.

Face ao exposto no presente relatório pode afirmar-se que globalmente foram alcançados os objetivos operacionais propostos para o ano 2021 nas áreas de intervenção da CCDR Algarve e do Programa Operacional Regional, tendo sido garantido o alinhamento com o preconizado na Lei das Grandes Opções – Agendas: Digitalização, Inovação e Qualificações, Transição Climática e Sustentabilidade dos Recursos e do País Competitivo Externamente e Coeso Internamente, tal como com os objetivos e indicadores do Programa Orçamental 02 – Governação, e ainda, com o estabelecido no Plano Estratégico da Coesão Territorial.

1. Menção proposta pelo dirigente máximo do serviço

Considerando o exposto no presente Relatório de Atividades, em que se demonstram os resultados alcançados com a execução do QUAR e do Plano de Atividades 2020, propõe-se, de acordo com os critérios fixados no nº 1 do artigo 18º da Lei nº 66-B/2007, de 28 de dezembro, na sua redação atual, a atribuição da menção de desempenho Bom à CCDR Algarve.

XI - CONCLUSÕES PROSPETIVAS

Tendo presente o exposto no presente Relatório de Atividades e de Autoavaliação é chegado o momento apresentar as conclusões prospetivas e o plano de melhoria a implementar em futuros exercícios desta natureza.

Confirmando o mencionado em pontos anteriores deste relatório os objetivos operacionais do QUAR foram globalmente atingidos, tal como os objetivos definidos em sede de Plano de Atividades.

Importa, no entanto, sublinhar que a execução do programado no QUAR e Plano de Atividades não esteve ainda assim isenta de constrangimentos, que foram mitigados na medida do possível.

As taxas de incumprimento/cumprimento parcial apuradas de 23% e 16% respetivamente nos objetivos e indicadores do Plano de Atividades, justificam-se fundamentalmente por fatores endógenos e exógenos, de que se destacam nestes últimos os impactos da crise pandémica.

Pode afirmar-se que os resultados alcançados expressam o empenho excecional dos trabalhadores e dirigentes, num ano ainda marcado pela crise pandémica, em que se mantiveram e ajustaram os modelos de organização do trabalho na Administração Pública instituídos no ano transato, com particular destaque para o trabalho em ambiente digital.

Atendendo à grande amplitude das atribuições e competências cometidas às CCDR as Unidades Orgânica são frequentemente envolvidas numa agenda (extra) de atividades não previstas em sede de Plano de Atividades, que assumiram, expressão relevante no ano 2021 no cômputo da atividade desenvolvida, consumindo recursos humanos e financeiros que estão igualmente alocados à concretização dos objetivos operacionais.

Nos próximos exercícios de planeamento manter-se-á o foco na mitigação dos constrangimentos identificados, definindo objetivos, indicadores e metas mais conformes com os recursos disponíveis.

No que se refere ao valor acrescentado resultante do cumprimento e superação dos objetivos e das medidas implementadas, é justo concluir-se pelo exposto no presente relatório, que as tradicionais áreas de negócio da CCDR Algarve – Ambiente, Ordenamento do Território, Desenvolvimento Regional, Apoio Jurídico e à Administração Local, Vigilância e Controlo e áreas transversais – e as Estruturas de Missão do POR Algarve 2020 e do Órgão de Acompanhamento das Dinâmicas Regionais, contribuíram de forma decisiva e empenhada para a concretização dos grandes desígnios fixados para o ano 2021, em particular nas áreas do ambiente, ordenamento do território, desenvolvimento regional, cooperação regional, apoio às autarquias, organização interna dos serviços, gestão de fundos comunitários e monitorização das dinâmicas regionais.

Analisando o volume da atividade desenvolvida no ano 2021, por unidade orgânica, constante em anexo ao presente relatório, extrai-se o valor acrescentado, em função dos objetivos alcançados e

das medidas implementadas, que mais não são que o contributo da Comissão de Coordenação para o desenvolvimento económico e social da região do Algarve.

O plano de melhoria a implementar no futuro próximo terá subjacente o contínuo alinhamento com as políticas públicas, nomeadamente com o estabelecido nas Agendas Estratégicas do Programa do XXIII Governo Constitucional.

Tendo como enquadramento o definido no Programa do Governo, no ano 2022, manter-se-á o alinhamento definido pela Presidência, aquando do início de funções em finais de 2020, em matéria de coordenação política e desenvolvimento regional, de diálogo e concertação com as autarquias, de cooperação entre as diferentes entidades que representam o Estado na região, visando melhorar as respostas de proximidade da Administração Pública e reforçar a posição do Algarve no contexto nacional, de forma a criar as condições necessárias para o Algarve ser uma região piloto no papel de coordenação dos diferentes serviços desconcentrados.

Considerando o forte impacto da pandemia COVID 19 na região do Algarve, sobretudo devido à enorme importância do setor do turismo na região, é de admitir que no ano 2022 a recuperação da economia será uma realidade. Noutra perspetiva, importa promover a diversificação da base económica.

Neste sentido, o ano de 2022 será determinante para a execução dos fundos europeus de forma a otimizar o Programa Operacional Regional, que encerrará no ano 2023, tal como orientar as prioridades do próximo quadro financeiro, de forma a contribuir para a necessária e urgente diversificação da base económica da região do Algarve.

As áreas de negócio da CCDR Algarve continuarão alinhadas com o preconizado nas Grandes Opções, sendo de salientar a promoção da transição energética, assente na maior eficiência e incorporação de energias renováveis; a reorientação do modelo económico regional para uma utilização linear dos recursos, para a sua recirculação, através da criação de instrumentos e ações de divulgação que promovam a alteração do paradigma que lhe está associada; a proposta da mobilidade sustentável; a valorização dos diferentes ativos territoriais favorecendo uma sociedade e um território mais competitivos e coesos.

Em paralelo com a concretização das políticas públicas deverá acompanhar-se a execução e promover-se a monitorização da territorialização dos impactos regionais dos respetivos instrumentos de financiamento no desenvolvimento económico e social da região do Algarve. Salienta-se, também, o contributo destes serviços para a delineação de políticas que sejam mais profícuas para a região, para o tecido económico, empresarial e associativo e para a população em geral.

Neste âmbito é fundamental o cruzamento da dimensão do planeamento e da programação financeira, quer por via dos instrumentos de âmbito territorial, quer pela participação em processos de delineação estratégica e setorial suportados pelo Programa Operacional Regional ou por outros instrumentos de financiamento com incidência no Algarve, aferindo os impactes e sua territorialização, em prol do desenvolvimento regional, nomeadamente através da monitorização dos indicadores de realização e resultado do PO Regional.

Tendo este enquadramento como referência, o ano 2022 será importante ao nível da aprovação dos instrumentos financeiros do próximo período de programação – Acordo de Parceira e Programa Operacional Regional (2021-2027), que definem as prioridades a apoiar neste período, tendo em vista a absorção do envelope financeiro atribuído à região que totaliza 780 milhões de euros (mais 300 milhões que integram o pacote financeiro adicional), com particular destaque para a diversificação da base económica regional.

No contexto organizacional da CCDR Algarve, os objetivos a prosseguir centrar-se-ão na qualificação da instituição, seja através da modernização administrativa e capacitação institucional, seja através da manutenção dos elevados padrões de qualificação dos trabalhadores em funções públicas, ao nível regional, tendo em vista uma maior eficiência do funcionamento do Estado. Ainda, no contexto organizacional, num quadro de modernização e simplificação administrativa, e de melhoria dos níveis de eficiência e eficácia propõe-se a elaboração do Manual Interno de Procedimentos, assim como da revisão da Norma de Controlo Interno, a que se junta a conclusão do Plano Estratégico da CCDR, que constituirá um exercício extremamente oportuno e importante tendo presente o estabelecido no programa do governo quanto à integração futura de novas áreas de intervenção nas CCDR.

Execução do QUAR 2021



COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO
REGIONAL DO ALGARVE

ANO: 2021

Coesão Territorial

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve

MISSÃO:

Assegurar a coordenação e a articulação das diversas políticas setoriais de âmbito regional, bem como executar as políticas de ambiente, de ordenamento do território e cidades, e apoiar tecnicamente as autarquias locais e as suas associações, ao nível da respetiva área geográfica de atuação.
Executar a política de incentivos à comunicação social, ao nível da respetiva área geográfica de atuação.

Objetivos Estratégicos

DESIGNAÇÃO

- OE1:** Promover a economia regional através da utilização eficaz dos recursos financeiros dos fundos estruturais europeus.
OE2: Implementar ao nível regional as políticas de ambiente, de ordenamento do território e de desenvolvimento regional.
OE3: Dinamizar uma adequada articulação intersectorial entre os serviços desconcentrados de âmbito regional e autarquias, numa ótica de desenvolvimento regional.
OE4: Capacitar a organização para os desafios da Administração Pública.

Objetivos Operacionais

Eficácia

20

OP 1: PROMOVER A TRANSFORMAÇÃO DIGITAL E A MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

100

INDICADORES	2019	2020	META 2021	Tolerância	Valor crítico	PESO	Mês	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
IND 01 Taxa de execução regional da Plataforma Informática (medida #143 SIMPLEX): T-INVEST	n.a.	n.a.	50%	15%	80%	50%	31/12/2021	88%	132%	Superou
IND 02 Percentagem de execução do mapeamento, reengenharia e simplificação de procedimentos	n.a.	n.a.	70%	20%	100%	50%	31/12/2021	55%	100%	Atingiu

Eficiência

40

OP 2: ACELERAR A EXECUÇÃO DOS PROGRAMAS OPERACIONAIS REGIONAIS DO PORTUGAL 2020

30

INDICADORES	2019	2020	META 2021	Tolerância	Valor crítico	PESO	Mês	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
IND 03 Percentagem de decisões com um desvio não superior a 10% face ao prazo estabelecido nos Avisos	n.a.	n.a.	90%	10%	100%	25%	31/12/2021	81,31%	100%	Atingiu
IND 04 Taxa de Execução dos POR no PT 2020	n.a.	n.a.	60%	5%	105%	25%	31/12/2021	57,41%	100%	Atingiu
IND 05 Taxa de Cumprimento da regra Meta N+3 PT 2020	n.a.	n.a.	120%	20%	145%	50%	31/12/2021	141,66%	122%	Superou

OP 3: IMPLEMENTAR A AGENDA REGIONAL DE TRANSIÇÃO PARA A ECONOMIA CIRCULAR

40

INDICADORES	2019	2020	META 2021	Tolerância	Valor crítico	PESO	Mês	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
IND 06 Número de ações para implementação do Plano de Ação da Agenda Regional de Transição para a Economia Circular	n.a.	n.a.	6	2	10	100%	31/12/2021	5	100%	Atingiu

OP 4: OTIMIZAR O APOIO TÉCNICO ÀS AUTARQUIAS LOCAIS E SUAS ASSOCIAÇÕES

30

INDICADORES	2019	2020	META 2021	Tolerância	Valor crítico	PESO	Mês	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
IND 07 Número médio de dias úteis para emissão de pareceres	n.a.	n.a.	20	5	10	100%	31/12/2021	22	100%	Atingiu

Qualidade

40

OP 5: REFORÇAR A APROXIMAÇÃO DAS CCDR E DAS AUTORIDADES DE GESTÃO ÀS COMUNIDADES

50

INDICADORES	2019	2020	META 2021	Tolerância	Valor crítico	PESO	Mês	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
IND 08 Índice de satisfação dos stakeholders externos	n.a.	n.a.	3	1	5	50%	31/12/2021	4	100%	Atingiu
IND 09 Número de Iniciativas sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável 2030	n.a.	n.a.	3	1	6	50%	31/12/2021	2	100%	Atingiu

OP 6: PROMOVER SERVIÇOS PÚBLICOS BEM GERIDOS, RENOVADOS E COM PROFISSIONAIS MOTIVADOS

50

INDICADORES	2019	2020	META 2021	Tolerância	Valor crítico	PESO	Mês	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
IND 10 Percentagem de aprovação de requerimentos elegíveis relativos à organização do tempo de trabalho e que visam a conciliação da vida profissional, familiar e pessoal	n.a.	n.a.	70%	10%	100%	10%	31/12/2021	100%	125%	Superou
IND 11 Percentagem de trabalhadores em formação profissional	n.a.	n.a.	91%	2%	100%	65%	31/12/2021	97%	117%	Superou
IND 12 Taxa de satisfação dos trabalhadores	n.a.	n.a.	3	1	5	25%	31/12/2021	4	100%	Atingiu

OBJECTIVOS MAIS RELEVANTES

- OP 1: PROMOVER A TRANSFORMAÇÃO DIGITAL E A MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA
OP 3: IMPLEMENTAR A AGENDA REGIONAL DE TRANSIÇÃO PARA A ECONOMIA CIRCULAR
OP 5: REFORÇAR A APROXIMAÇÃO DAS CCDR E DAS AUTORIDADES DE GESTÃO ÀS COMUNIDADES
OP 6: PROMOVER SERVIÇOS PÚBLICOS BEM GERIDOS, RENOVADOS E COM PROFISSIONAIS MOTIVADOS

NOTA EXPLICATIVA

IND 03:

Fórmula de Cálculo: (N.º de decisões com desvio não superior a 10% / N.º total de decisões) x 100 (1) (2)

Por desvio entende-se o número de dias de atraso face ao prazo estabelecido nos avisos de concurso. A contagem do tempo inicia-se no momento do encerramento do concurso (com data limite) ou no momento da submissão das candidaturas (concursos em contínuo). Os dias de atraso da responsabilidade de entidades externas à AG são deduzidos na contagem do tempo. São considerados dias úteis para a contagem dos prazos. Para o apuramento do número de decisões é contabilizado o número de candidaturas decididas. Por decisão entende-se a 1ª Decisão da Comissão Diretiva nos termos da legislação aplicável.

IND 04:

Fórmula de Cálculo: (Total do Valor executado a 31-12-2021/Total do Valor Programado para o POR) x 100

Para o apuramento do valor executado considera-se a execução até 31/12/2021. Para o valor programado considera-se o valor previsto na decisão do POR. O cumprimento da meta definida está condicionado ao total preenchimento da estrutura de missão do PO de acordo com o Mapa X, do Anexo I da RCM nº 73-B/2014.

IND 05:

Cumprimento da regra N+3, de acordo com a metodologia a definir pela Comissão Europeia. O cumprimento da meta definida está condicionado ao total preenchimento da estrutura de missão do PO de acordo com o Mapa X, do Anexo I da RCM nº 73-B/2014.

JUSTIFICAÇÃO DE DESVIOS

AVALIAÇÃO FINAL

Eficácia

Eficiência

Qualidade

Recursos Humanos

DESIGNAÇÃO	PONTUAÇÃO	PLANEADOS	REALIZADOS	DESVIO
Dirigentes - Direção Superior	20	160	160	0
Dirigentes - Direção Intermédia e chefes de equipa	16	240	224	-16
Técnico Superior - (Inclui especialistas de informática)	12	780	732	-48
Coordenador Técnico - (Inclui chefes de secção)	9	18	18	0
Assistente Técnico - (Inclui técnicos de informática)	8	216	200	-16
Assistente operacional	5	15	10	-5
Total	70	1 429	1 344	-85

Recursos Financeiros

DESIGNAÇÃO	PLANEADOS	EXECUTADOS	DESVIO
Orçamento de funcionamento	3 697 484	2 913 588	-783 896
Despesas c/Pessoal	2 614 579	2 462 940	-151 639
Aquisições de Bens e Serviços	378 818	270 128	-108 690
Outras despesas correntes	44 037	7 930	-36 107
Investimento	2 541 629	2 315 121	-226 508
Outros valores	660 050	172 590	-487 460
TOTAL (OF+INV+Outros)	6 239 113	5 228 709	-1 010 404

Nota explicativa dos recursos humanos e financeiros

Indicadores	Justificação do valor crítico
IND 1 Taxa de execução regional da Plataforma Informática (medida #143 SIMPLEX); T-INVEST	O valor crítico corresponde ao melhor resultado que pode alcançar-se considerando a experiência anterior e o tipo de indicador.
IND 2 Percentagem de execução do mapeamento, reengenharia e simplificação de procedimentos	O valor crítico corresponde ao melhor resultado que pode alcançar-se considerando a experiência anterior e o tipo de indicador.
IND 3 Percentagem de decisões com um desvio não superior a 10% face ao prazo estabelecido nos Avisos	O valor crítico corresponde ao melhor resultado que pode alcançar-se considerando a experiência anterior e o tipo de indicador.
IND 4 Taxa de Execução dos POR no PT 2020	O valor crítico corresponde ao melhor resultado que pode alcançar-se considerando a experiência anterior e o tipo de indicador.
IND 5 Taxa de Cumprimento da regra Meta N+3 PT 2020	O valor crítico corresponde ao melhor resultado que pode alcançar-se considerando a experiência anterior e o tipo de indicador.
IND 6 Número de ações para implementação do Plano de Ação da Agenda Regional de Transição para a Economia Circular	O valor crítico corresponde ao melhor resultado que pode alcançar-se considerando a experiência anterior e o tipo de indicador.
IND 7 Número de dias úteis para emissão de pareceres	O valor crítico foi calculado de acordo com as orientações técnicas do Conselho Coordenador de Avaliação dos Serviços, correspondendo a 75% do valor da meta - valor da tolerância
IND 8 Índice de satisfação dos stakeholders externos	O valor crítico corresponde ao melhor resultado que pode alcançar-se considerando a experiência anterior e o tipo de indicador.
IND 9 Número de Iniciativas sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável 2030	O valor crítico corresponde ao melhor resultado que pode alcançar-se considerando a experiência anterior e o tipo de indicador.
IND 10 Percentagem de aprovação de requerimentos elegíveis relativos à organização do tempo de trabalho e que visam a conciliação da vida profissional, familiar e pessoal	O valor crítico corresponde ao melhor resultado que pode alcançar-se considerando a experiência anterior e o tipo de indicador.
IND 11 Percentagem de trabalhadores em formação profissional	O valor crítico corresponde ao melhor resultado que pode alcançar-se considerando a experiência anterior e o tipo de indicador.
IND 12 Taxa de satisfação dos trabalhadores	O valor crítico corresponde ao melhor resultado que pode alcançar-se considerando a experiência anterior e o tipo de indicador.

Indicadores	Fonte de verificação
IND 1 Taxa de execução regional da Plataforma Informática (medida #143 SIMPLEX); T-INVEST	Plataforma Informática
IND 2 Percentagem de execução do mapeamento, reengenharia e simplificação de procedimentos	Mapeamento, reengenharia e simplificação de procedimentos
IND 3 Percentagem de decisões com um desvio não superior a 10% face ao prazo estabelecido nos Avisos	Sistema de Informação do PO
IND 4 Taxa de Execução dos POR no PT 2020	Sistema de Informação do PO
IND 5 Taxa de Cumprimento da regra Meta N+3 PT 2020	Sistema de Informação do PO
IND 6 Número de ações para implementação do Plano de Ação da Agenda Regional de Transição para a Economia Circular	Evidências da realização das ações
IND 7 Número de dias úteis para emissão de pareceres	FILEDOC / Pareceres
IND 8 Índice de satisfação dos stakeholders externos	Resultados do inquérito
IND 9 Número de Iniciativas sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável 2030	Evidências da realização das iniciativas
IND 10 Percentagem de aprovação de requerimentos elegíveis relativos à organização do tempo de trabalho e que visam a conciliação da vida profissional, familiar e pessoal	FILEDOC
IND 11 Percentagem de trabalhadores em formação profissional	Lista de participantes em ações de formação, certificados de participação.
IND 12 Taxa de satisfação dos trabalhadores	Resultados do inquérito

Balanço Social 2021



COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO
REGIONAL DO ALGARVE

Ficha técnica

Título

Balanço Social 2021

Edição

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve

Praça da Liberdade, 2, 8000-164 Faro

Telef.: 289 895 200/99 Fax: 289 889 099

E-mail: geral@ccdr-alg.pt • www.ccdr-alg.pt • www.facebook.com/ccdralgarve • twitter: [@ccdr_algarve](https://twitter.com/ccdr_algarve)

Data de edição

Abril de 2022



Lista de Siglas

AIA – Avaliação de Impacto Ambiental

AD&C – Agência para o Desenvolvimento e Coesão

CCDR - Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve

DSA – Direção de Serviços de Ambiente

DSAJAL – Direção de Serviços de Apoio Jurídico e à Administração Local

DSCGAF – Direção de Serviços de Comunicação, Gestão Administrativa e Financeira

DSDR – Direção de Serviços de Desenvolvimento Regional

DSOT – Direção de Serviços de Ordenamento do Território

DIPC – Divisão de Informação, Promoção e Comunicação

DSI – Divisão de Sistemas de Informação

DVC – Divisão de Vigilância e Controlo

IEFP – Instituto de Emprego e Formação Profissional

LTFP – Lei de Trabalho em Funções Públicas

POR – Programa Operacional Regional

RJEP – Relação Jurídica de Emprego Público

SIADAP – Sistema Integrado de Avaliação de Desempenho da Administração Pública

SNC AP – Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas

BALANÇO SOCIAL 2021

ÍNDICE

I. RECURSOS HUMANOS.....	1
1. Trabalhadores Segundo a Modalidade de Vinculação.....	1
2. Trabalhadores Segundo o Cargo/Carreira	2
3. Trabalhadores Segundo o Género e Grupo de Pessoal	3
4. Trabalhadores por Escalão Etário	4
5. Trabalhadores por Nível de Antiguidade	6
6. Trabalhadores Seguindo o Nível de Escolaridade	7
7. Trabalhadores Portadores de Deficiência	10
8. Trabalhadores Admitidos e Regressados	10
9. Saída de Trabalhadores em Comissão de Serviço e Contratados Segundo o Motivo de Saída e Género	10
10. Postos de Trabalho Previstos e Não Ocupados	11
11. Mudança de Situação dos Trabalhadores	11
12. Modalidade de Horário de Trabalho.....	11
13. Trabalho Extraordinário	11
14. Absentismo	12
II. ENCARGOS COM PESSOAL	14
II.1. Estrutura Remuneratória	14
II. 2. Encargos com Pessoal	16
III. ACIDENTES E DOENÇAS PROFISSIONAIS	17
IV. FORMAÇÃO PROFISSIONAL	18
V. RELAÇÕES PROFISSIONAIS E DISCIPLINA	24
VI. SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO	25
VII. PRINCIPAIS INDICADORES DO BALANÇO SOCIAL 2019-2021.....	26

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 - Trabalhadores por Grupos/Cargos/Carreiras	2
Quadro 2 - N.º de trabalhadores segundo o género.....	3
Quadro 3 - N.º de trabalhadores segundo o escalão etário	4
Quadro 4 - Antiguidade por grupo de pessoal	6
Quadro 5 - N.º de trabalhadores segundo o Nível de Escolaridade.....	8
Quadro 6 - Indicadores de movimento de pessoal	10
Quadro 7 - N.º de Ausências ao Trabalho	12
Quadro 8 - Ausências ao trabalho 2019-2021	13
Quadro 7 - N.º de Ausências ao Trabalho	12
Quadro 8 - Ausências ao trabalho 2019-2021	13
Quadro 9 - Estrutura Remuneratória	14
Quadro 10 - Indicadores Encargos com Pessoal	16
Quadro 11 - Resumo Formação e Capacitação 2021	18
Quadro 12 - Ações de formação – Tipologia e Participações	16
Quadro 13 - N.º de Participações e Participantes por Cargo/Carreira	20
Quadro 14 - N.º Participações Segundo o Género	21
Quadro 15 - N.º de Horas de Formação por Cargo/Carreira	22
Quadro 16 - Taxas de Realização de Formação Planeada versus a Realizada	23
Quadro 17 - N.º de Consultas Médicas segundo o Género	24
Quadro 18 - Despesas com Saúde no Trabalho	25
Quadro 19 - Indicadores Balanço Social 2019-2021	26

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Distribuição dos Trabalhadores segundo o Vínculo.....	1
Gráfico 2 - Trabalhadores por Grupos/Cargos/Carreiras	3
Gráfico 3 - N.º de Trabalhadores segundo o Género	4
Gráfico 4 - N.º de Trabalhadores segundo o Escalão Etário em 2021	5
Gráfico 5 - N.º de trabalhadores segundo Escalão Etário e o Género	5
Gráfico 6 - Antiguidade por Grupo de Pessoal	7
Gráfico 7 - N.º de Trabalhadores segundo o Nível de Escolaridade	8
Gráfico 8 - N.º de Trabalhadores segundo o Género e Nível de Escolaridade	9
Gráfico 9 – N.º de Dias de Ausência ao Trabalho	12
Gráfico 10 – N.º de Dias de Ausência ao Trabalho no período 2019-2021	13
Gráfico 11 – Estrutura Remuneratória	15
Gráfico 12 – Encargos com Pessoal	17
Gráfico 13 – Distribuição das Horas de Formação	20

ANEXOS

Anexo 1 – Principais Indicadores de Síntese do Balanço Social (Formulas de Cálculo)	29
---	----

I. RECURSOS HUMANOS

O Balanço Social enquanto instrumento de gestão permite avaliar o desempenho social e o desenvolvimento do capital humano numa organização.

Para melhor compreensão da informação constante no presente relatório do Balanço Social, procede-se à caracterização da evolução dos trabalhadores em exercício de funções na Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve no ano 2021 comparando-a, sempre que se justifique, com a registada nos dois últimos anos.

O presente documento foi elaborado nos termos do estabelecido no Decreto-Lei n.º 190/96, de 9 de outubro, integrando o Relatório de Atividades do ano 2021, em conformidade com a alínea e) do n.º 1 do artigo 8.º da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro.

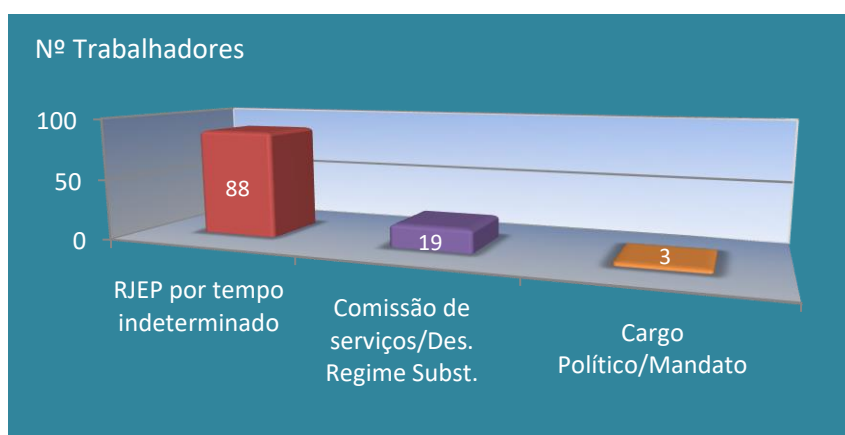
A informação encontra-se sistematizada em quadros e em gráficos, incluindo-se ainda uma síntese com os principais indicadores do Balanço Social, que espelham a evolução registada nos últimos três anos.

1. Trabalhadores Segundo a Modalidade de Vinculação

Conforme reportado nos quadros do Balanço Social contabilizavam-se 110 colaboradores em efetividade de funções a 31 de dezembro de 2021. Adicionavam-se, ainda, 2 colaboradores ausentes por motivos de doença, não contabilizados para efeitos de Balanço Social, assumindo-se os mesmos pressupostos de preenchimento do SIOE – Sistema de Informação sobre a Organização do Estado – que, nestas circunstâncias considera saídas, ainda que temporárias, dos trabalhadores quando atingem mais de 6 meses de ausência.

Dos 110 trabalhadores em efetividade de funções, 80% enquadravam-se no regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, dos quais 34% afetos à Estrutura de Missão do POR Algarve 2020, e 20% em exercício de mandato/comissão de serviço/designação em regime de substituição.

GRÁFICO 1
DISTRIBUIÇÃO DE TRABALHADORES SEGUNDO O VÍNCULO



Fonte: Balanço Social 2021

O número de trabalhadores com Relação Jurídica de Emprego Público afetos aos Mapas de Pessoal da CCDR Algarve e às Estruturas de Missão do Programa Operacional Regional do Algarve 2020 e do Órgão de Acompanhamento das Dinâmicas Regionais registou a seguinte evolução nos últimos três anos:

	2019	2020	2021
Nº Trabalhadores (1)	106	107	112
Varição	-2%	1%	5%

Fonte: Balanços Sociais 2019 a 2021

Nota (1): Totalidade dos trabalhadores, incluindo os que não se encontravam ao serviço

Por comparação com o número de efetivos contabilizados em dezembro de 2020 registou-se um acréscimo de cerca de 5%.

Ainda, assim, no ano 2021 não foi possível preencher a totalidade dos postos de trabalho previstos nos Mapas de Pessoal, o que naturalmente teve algum impacto ao nível do desempenho organizacional.

Importa, realçar, que no caso de não se compensar o crescente movimento de saídas, na sua maioria por aposentação, com recrutamentos por mobilidade interna ou novas admissões, acentuar-se-ão os constrangimentos, atualmente já identificados, no cumprimento das atribuições e competências desta Comissão de Coordenação.

2. Trabalhadores Segundo o Cargo/Carreira

Nas carreiras que integram os Mapas de Pessoal da CCDR Algarve, a mais representativa é a de Técnico Superior, que registava 59 trabalhadores, seguida da carreira de Assistente Técnico que registava 25 trabalhadores, conforme evidenciado no Quadro 1.

Em 2021 a **Taxa de Tecnicidade** atingiu os 54%. Em sentido mais amplo, se adicionarmos os técnicos superiores da área da informática e os dirigentes esta taxa sobe para 75%.

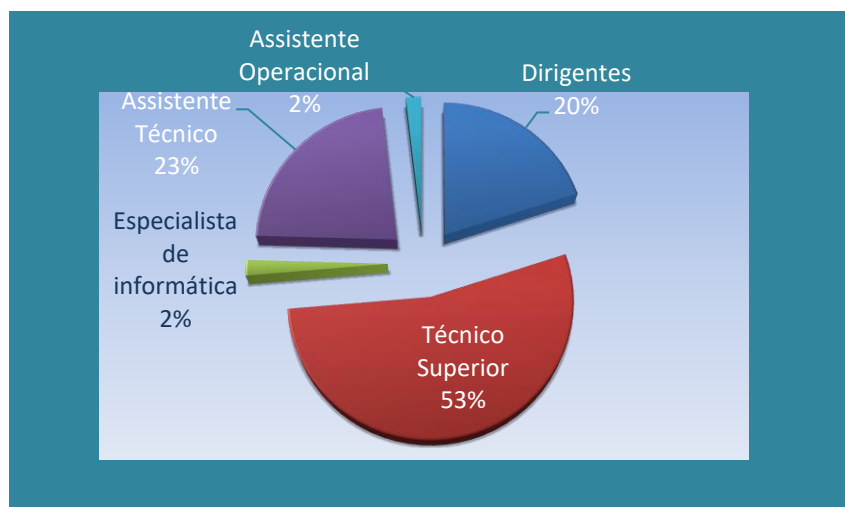
A **Taxa de Enquadramento** situou-se na ordem dos 20%, valor praticamente idêntico ao assumido no ano transato.

QUADRO 1
TRABALHADORES POR GRUPOS/CARGOS/CARREIRAS

GRUPOS PROFISSIONAIS	Masculino	Feminino	Total
Dirigentes	11	11	22
Técnico Superior	18	41	59
Especialista de informática	0	2	2
Assistente Técnico	7	18	25
Assistente Operacional	2	0	2
TOTAL	38	72	110

Fonte: Balanço Social 2021

GRÁFICO 2
TRABALHADORES POR GRUPOS/CARGOS/CARREIRAS



Fonte: Balanço Social 2021

3. Trabalhadores Segundo o Género e Grupo de Pessoal

Relativamente à distribuição global do pessoal efetivo por género, verificamos que é notória a predominância de trabalhadores do sexo feminino. A estes valores está associada uma **Taxa de Feminização** de 65%, que representa um valor ligeiramente inferior ao registado no último ano.

É no grupo de pessoal Assistente Técnico que se verifica a maior concentração de efetivos femininos, com cerca de 72% de trabalhadores seguido do referente aos Técnicos Superiores.

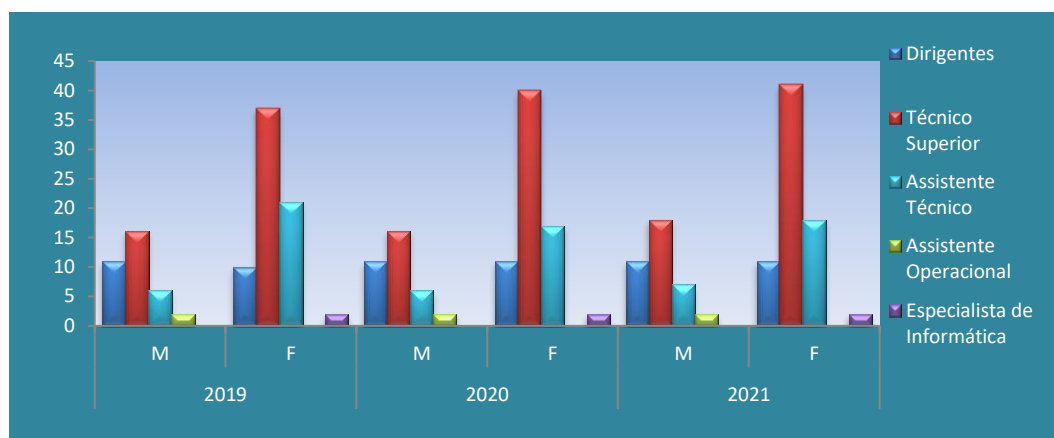
QUADRO 2
N.º DE TRABALHADORES SEGUNDO O GÉNERO

N.º de trabalhadores					
GRUPOS PROFISSIONAIS	Masculino		Feminino		Total
Dirigentes	11	52%	11	52%	22
Técnico Superior	18	31%	41	69%	59
Especialista de Informática	0	0%	2	100%	2
Assistente Técnico	7	28%	18	72%	25
Assistente Operacional	2	100%	0	0%	2
TOTAL	38	35%	72	65%	110

Fonte: Balanço Social 2021

Aliás, com exceção da carreira dos Assistentes Operacionais e dos cargos dirigentes, existe uma maior predominância de elementos do sexo feminino nas restantes carreiras.

GRÁFICO 3
N.º DE TRABALHADORES SEGUNDO O GÉNERO



Fonte: Balanço Social 2019–2021

4. Trabalhadores por Escalão Etário

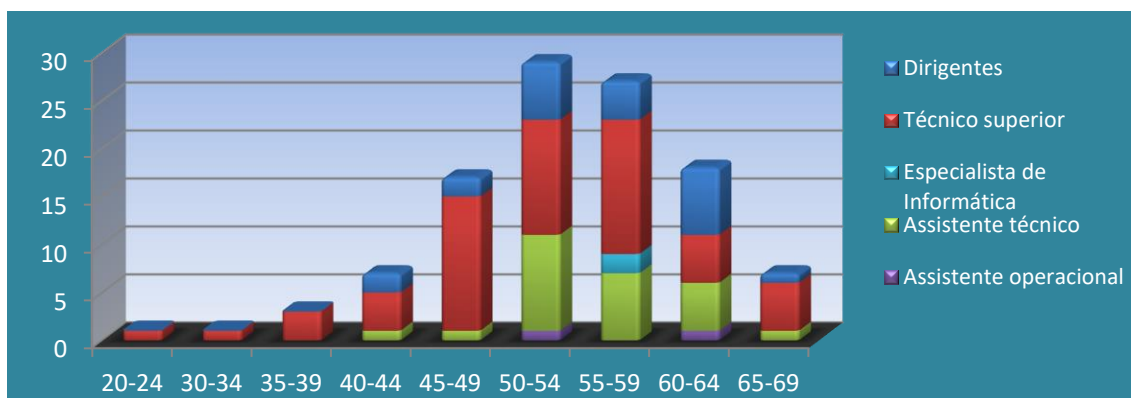
À data de 31 de dezembro de 2021 as faixas etárias que registavam maior número trabalhadores correspondiam aos intervalos de (50-54), (55-59) e (60-64) anos, concentrando estes cerca de 67% dos trabalhadores da CCDR Algarve, como pode verificar-se pelo quadro e gráfico seguintes.

QUADRO 3
N.º DE TRABALHADORES SEGUNDO O ESCALÃO ETÁRIO

GRUPOS /IDADES	25-29		30-34		35-39		40-44		45-49		50-54		55-59		60-64		65-69		TOTAL	
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F
Dirigente							2	0	0	2	2	4	3	1	4	3		1	11	11
Técnico superior	1		1		3	2	2	2	12	4	8	4	10	2	3	3	2	18	41	
Assistente operacional									0	1			1					2	0	
Assistente técnico							1	1	0	2	8	3	4	1	4		1	7	18	
Especialista de Informática											0		2					0	2	
	1		1		3		7		17		29		27		18		7		110	

Fonte: Balanço Social 2021

GRÁFICO 4
Nº DE TRABALHADORES SEGUNDO O ESCALÃO ETÁRIO



Fonte: Balanço Social 2021

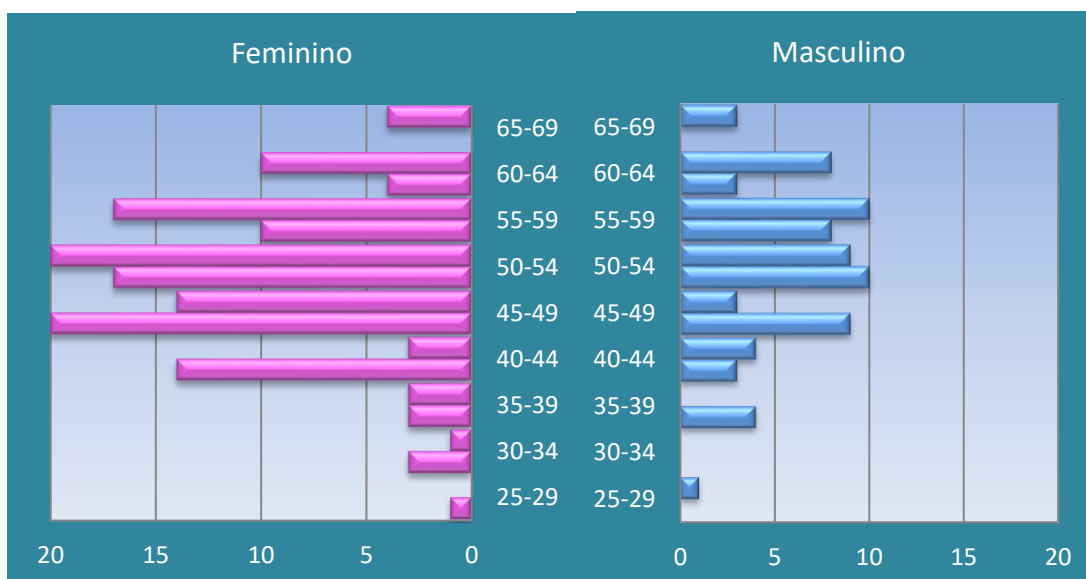
A percentagem dos trabalhadores com idade inferior a 40 anos totalizava apenas 5%.

No que se refere aos trabalhadores jovens, a CCDR Algarve dispõe apenas de um trabalhador no escalão abaixo dos 30 anos. Os trabalhadores mais jovens eram dois técnicos superiores, enquadradas nos escalões etários entre os (25-29) e os (30-34) anos. No escalão (50-54) anos concentravam-se 26% dos efetivos.

No ano 2021 já se contabilizavam 18 trabalhadores no escalão etário dos (60-64) anos e 7 trabalhadores no escalão seguinte, (65-69) anos, o que acentua a tendência de envelhecimento dos efetivos ao serviço da CCDR Algarve. Estes dois escalões etários representavam cerca de 23% do total dos trabalhadores ao serviço.

No Gráfico a seguir apresentada evidencia-se claramente a predominância destes escalões etários, nomeadamente nos trabalhadores do sexo feminino.

GRÁFICO 5
Nº DE TRABALHADORES SEGUNDO O ESCALÃO ETÁRIO E O GÉNERO



Fonte: Balanço Social 2021

O **Nível Etário** dos trabalhadores da CCDR Algarve cifrou-se em cerca de 54 anos, assumindo o mesmo valor do ano transato, em virtude do impacto gerado pelos novos recrutamentos.

O **Leque Etário**, obtido pela divisão das idades dos trabalhadores mais e menos idosos foi de 2.61 em 2021, valor superior ao ano anterior, que assumiu o valor de 1,79, justificado em grande medida do recrutamento de novos efetivos realizado durante ao ano.

Ao nível do **Índice de Envelhecimento** nos últimos 3 anos registaram-se os seguintes valores:

2019	2020	2021
42%	44%	47%

Fonte: Balanços Sociais 2019 a 2021

Este indicador confirma a análise efetuada neste ponto do relatório, relativa à tendência de envelhecimento dos trabalhadores em efetividade de funções nesta CCDR.

5. Trabalhadores por Nível de Antiguidade

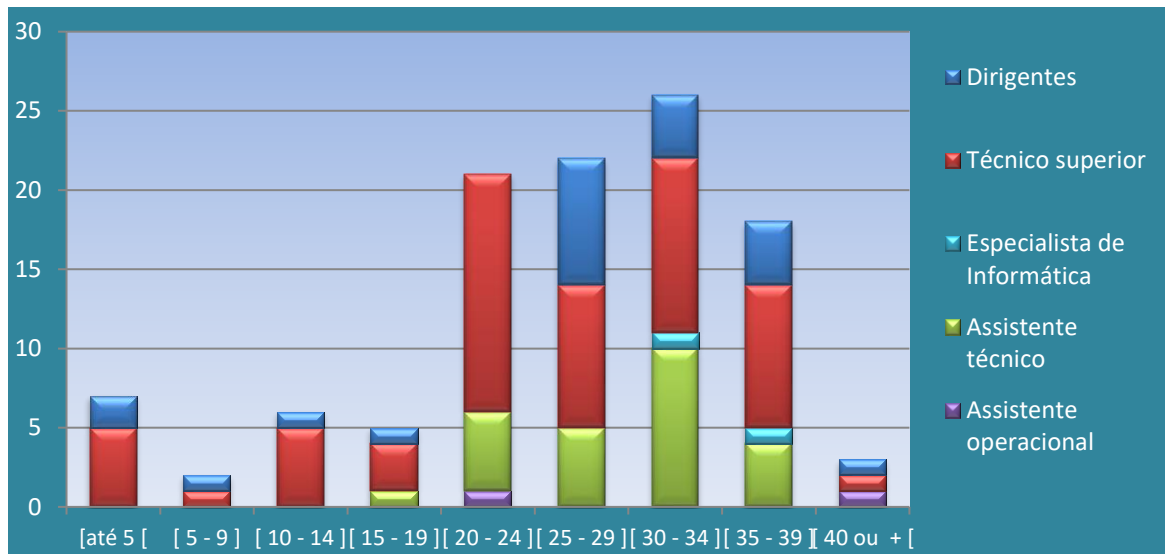
Ao nível da antiguidade, verificava-se a seguinte distribuição de trabalhadores por grupo de pessoal:

QUADRO 4
ANTIGUIDADE POR GRUPO DE PESSOAL

GRUPO	Antiguidade em anos									TOTAL
	[até 5 [[5 - 9]	[10 - 14]	[15 - 19]	[20 - 24]	[25 - 29]	[30 - 34]	[35 - 39]	[40 ou +]	
Dirigentes	2	1	1	1	0	8	4	4	1	22
Técnico superior	5	1	5	3	15	9	11	9	1	59
Especialista de Informática	0	0	0	0	0	0	1	1	0	2
Assistente técnico	0	0	0	1	5	5	10	4	0	25
Assistente operacional	0	0	0	0	1	0	0	0	1	2
TOTAL	7	2	6	5	21	22	26	18	3	110
Valor Percentual	6%	2%	5%	5%	19%	20%	24%	16%	3%	100%

Fonte: Balanço Social 2021

GRÁFICO 6
ANTIGUIDADE POR GRUPO DE PESSOAL



Fonte: Balanço Social 2021

Distinguiam-se como classes com maior frequência absoluta a dos (34-39) anos e a dos (25-29) anos, representando 44% do total dos trabalhadores da CCDR Algarve.

Adicionando a estas classes as referentes aos (20-24) e (35-39) anos, conclui-se que 79% dos trabalhadores da CCDR Algarve tinham uma antiguidade compreendida entre os 20 e os 39 anos, o que revela o claro e inequívoco compromisso dos trabalhadores de carreira na Administração Pública.

Na realidade na CCDR Algarve o **Nível Médio de Antiguidade** na Função Pública, obtido a partir da soma das antiguidades dividida pelo nº de trabalhadores, assumiu no ano 2021 o valor de 26 anos.

Este valor é idêntico ao assumido no último ano, refletindo de certa forma a política interna de recrutamento realizada nos 2 últimos anos, uma vez que pelo segundo ano consecutivo este indicador apresentou o valor mais baixo, quando comparado com o do ano 2019, justificado pela admissão trabalhadores mais jovens com menor nº de anos na Administração Pública.

6. Trabalhadores Segundo o Nível de Escolaridade

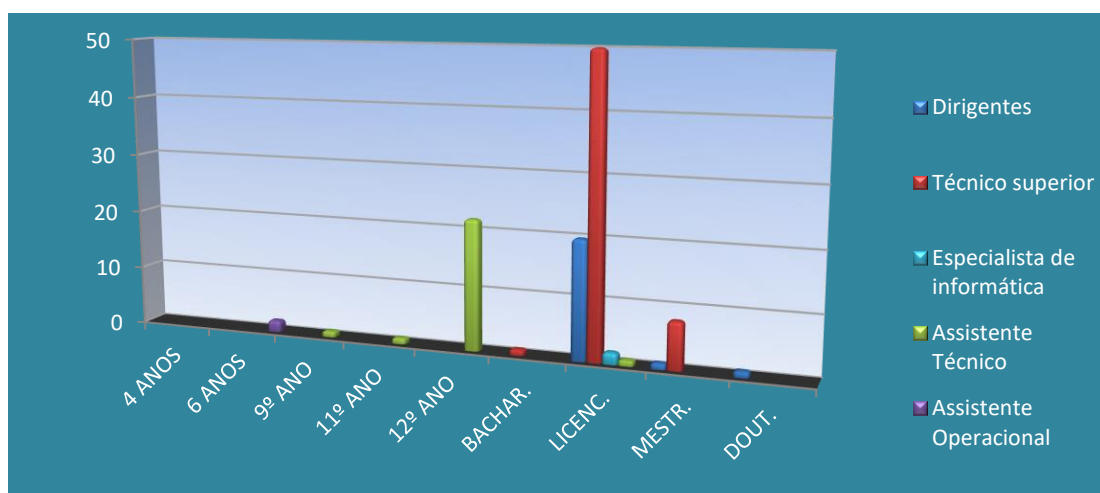
No que respeita às habilitações literárias, por carreira/cargo os trabalhadores da CCDR Algarve em 2021, encontravam-se assim distribuídos:

QUADRO 5
Nº DE TRABALHADORES SEGUNDO O NÍVEL DE ESCOLARIDADE

	4 ANOS		6 ANOS		9º ANO		11º ANO		12º ANO		BACHAR.		LICENC.		MESTR.		DOUT.		TOTAL	
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F
Dirigentes	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	9	11	1	0	1	0	11	11
Técnico Superior	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	15	35	3	5	0	0	18	41
Especialista de Informática	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	0	0	0	0	2
Assistente Técnico	0	0	0	0	0	1	0	1	7	15	0	0	0	1	0	0	0	0	7	18
Assistente Operacional	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0
TOTAL	0		2		1		1		22		1		73		9		1		110	

Fonte: Balanço Social 2021

GRÁFICO 7
Nº DE TRABALHADORES SEGUNDO O NÍVEL DE ESCOLARIDADE



Fonte: Balanço Social 2021

A licenciatura era o grau académico mais representativo. Com efeito, no universo considerado, possuíam licenciatura cerca de 73 dos trabalhadores, a que corresponde 66% do total de trabalhadores.

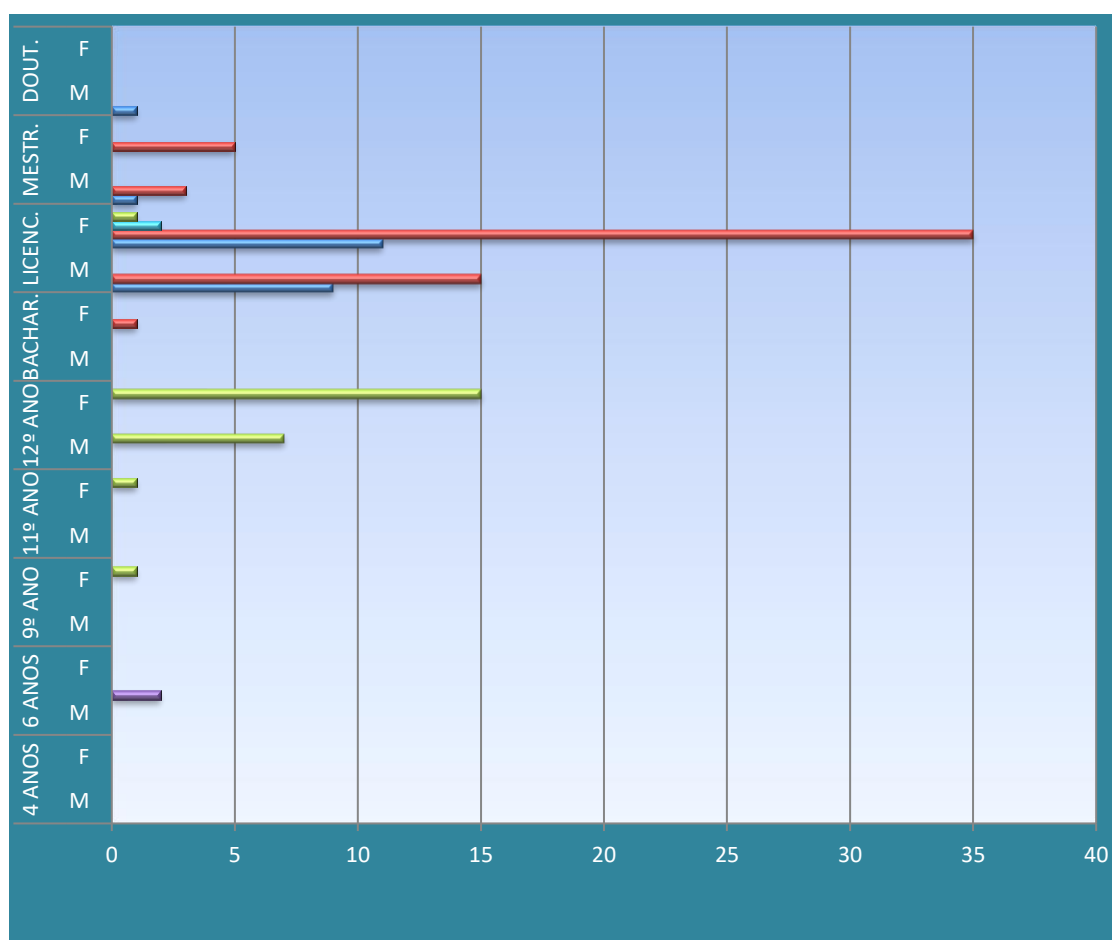
As quatro licenciaturas mais representativas eram por ordem decrescente as seguintes: áreas de Gestão e Economia – 30%; Engenharias – 22%; Arquitetura – 13% a que se junta no ano 2021 a formação em Direito – 9%.

A parcela relativa ao nível de escolaridade correspondente ao 12.º ano apresentava-se como a segunda mais significativa, com 22 trabalhadores, a que corresponde 20% do total dos trabalhadores.

Os graus de ensino superior detidos pelos trabalhadores da CCDR Algarve assumiam a posição dominante na estrutura dos níveis de escolaridade, com 1% de doutorados, 8% de mestres, 66% de licenciados e 1% de bacharéis.

Na distribuição do grau habilitacional por género, constatou-se ser mais elevada a presença das mulheres com mestrado e licenciatura, enquanto nos restantes níveis, os homens representavam uma taxa bastante mais baixa, de acordo com a seguinte representação gráfica.

GRÁFICO 8
N.º DE TRABALHADORES SEGUNDO O GÉNERO E NÍVEL DE ESCOLARIDADE



Fonte: Balanço Social 2021

7. Trabalhadores Portadores de Deficiência

No ano 2021 a CCDR Algarve dispunha de dois trabalhadores ao serviço portadores de deficiência.

8. Trabalhadores Admitidos e Regressados

No ano 2021 registaram-se no cômputo global 12 movimentos ao nível da admissão e regresso de trabalhadores ao serviço de origem.

Face à sua representatividade importa clarificar a amplitude dos movimentos registados.

Assim, no ano de 2021 registou-se a admissão e regresso de 12 trabalhadores, a saber: 1 dirigente intermédio de 1.º grau - em situação de início de comissão de serviço em regime de substituição; 6 trabalhadores que iniciaram mobilidade interna, dos quais 4 técnicos superiores e 2 assistentes técnicos; 3 técnicos superiores por procedimento recrutamento centralizado INA; 1 técnico superior regressou de mobilidade e 1 assistente técnico por regresso de doença prolongada.

Estes movimentos refletem a política interna de recrutamento de novos efetivos, assente primordialmente na figura da mobilidade de trabalhadores oriundos de outros serviços. Excecionalmente, no ano de 2021, operou-se o recrutamento externo de trabalhadores sem vínculo à AP no decurso da iniciativa governamental de reforçar os efetivos da Administração Pública via o recrutamento de jovens licenciados.

9. Saída de Trabalhadores em Comissão de Serviço e Contratados Segundo o Motivo de Saída e Género

No ano 2021 registaram-se no cômputo global 7 movimentos ao nível da saída de trabalhadores.

Importa, também aqui, clarificar a amplitude dos movimentos registados dada a sua representatividade.

Assim, registou-se a saída de 7 trabalhadores, a saber: 3 aposentações de trabalhadores integrados no cargo de dirigente intermédio de 1.º grau e nas carreiras de técnico superior e assistente técnico; 2 técnicos superiores que saíram em mobilidade para outro serviço regional; 1 técnica superior para dirigente intermédio de 1.º grau, e, 1 trabalhadora por motivos de doença prolongada (ausência superior a 6 meses), foi considerada saída nos termos do estabelecido no SIOE.

Ao nível dos indicadores que permitem aferir sobre os movimentos de entrada e saída pessoal, registaram no período compreendido entre 2019 e 2021, os seguintes valores:

QUADRO 6
INDICADORES DE MOVIMENTO DE PESSOAL

Ano	Taxa Admissões	Taxa Saídas	Índice de Rotação
2021	10,9%	6,4%	1,170
2020	14,3%	14,3%	1,286
2019	8,6%	10,5%	1,186

Fonte: Balanços Sociais 2019 a 2021

Considerando os valores assumidos no ano 2021 constata-se que pela primeira vez no período em análise, que os movimentos de entradas/regressos superaram os relativos às saídas, em

consequência da política interna de recrutamento. Ainda, assim, persistiu a falta de redundância de recursos humanos em algumas áreas chave.

10. Postos de Trabalho Previstos e Não Ocupados

Desde há uns anos a esta parte que esta CCDR assume anualmente o compromisso de proceder a novos recrutamentos por via da realização de procedimentos concursais e/ou concretização de processos de mobilidade interna, contemplado nos Mapas de Pessoal os respetivos postos de trabalho e orçamentando as dotações orçamentais necessárias. Contudo, a sua efetivação tem sido condicionada por vários motivos, destacando-se o enquadramento legal e as restrições orçamentais, que impõem condicionantes praticamente inultrapassáveis.

Sublinhar, face à especificidade, que no caso particular do recrutamento por mobilidade interna, se regista uma fraca oferta de efetivos na região do Algarve, face à procura de perfis com determinadas competências para exercício de funções na CCDR Algarve.

Na realidade não foram preenchidos 8 postos de trabalho dos previstos nos Mapas de Pessoal.

11. Mudança de Situação dos Trabalhadores

Em cumprimento com o estipulado na Lei do Orçamento de Estado para o Ano Económico de 2021, no que concerne a alterações obrigatórias do posicionamento remuneratório, registou-se neste ano à mudança de situação de 39 trabalhadores.

12. Modalidade de Horário de Trabalho

A CCDR Algarve pratica o horário de trabalho flexível, com plataformas fixas entre as 10:00 e as 12:00 horas e entre as 14:30 e as 16:30 minutos.

Em 2021 estavam abrangidos por este horário de trabalho 80 trabalhadores. Dos restantes, 1 (telefonista) estava abrangido pelo horário desfasado, 3 técnicos superiores pela jornada contínua e 26 pela isenção de horário.

Encontravam-se abrangidos pelo período normal de trabalho de 35 horas, 106 trabalhadores e 4 pelo regime especial de 30 horas.

13. Trabalho Extraordinário

Em 2021 contabilizaram-se 306h00m horas de trabalho extraordinário, associadas à carreira de Assistente Operacional (trabalhador com funções de motorista).

As deslocações nomeadamente dos dirigentes da CCDR Algarve justificam estas horas, que em regra ocorreram em dias úteis.

Relativamente ao ano anterior registou-se o acréscimo de 236h30m horas extraordinárias, a que não é alheia a situação da pandemia vivida nos anos 2020 e 2021 que reduziu de forma significativa as deslocações em serviço.

14. Absentismo

No que concerne o absentismo, registou-se um acréscimo de 25,6% no n.º total de dias de ausência relativamente ao ano anterior.

No ano de 2021 contabilizaram-se 1.669,5 dias de ausência ao trabalho, sendo que 1.060 dias foram por motivo de doença, representando 63% do total de dias de ausência registados. Relativamente ao ano anterior regista-se o aumento de 1,4% do número de dias de ausência por motivo de doença. De sublinhar que a contabilização apenas contempla os trabalhadores no ativo para efeitos do SIOE, pelo que as situações de ausências superiores a seis meses não entram neste cômputo.

As ausências registadas em Outros, incluem, entre outras, as ausências para cumprimento de obrigações legais, isolamento profilático e tratamento ambulatorio familiares, que face a anos anteriores registaram maior expressão, justificando em grande medida o acréscimo no absentismo neste ano.

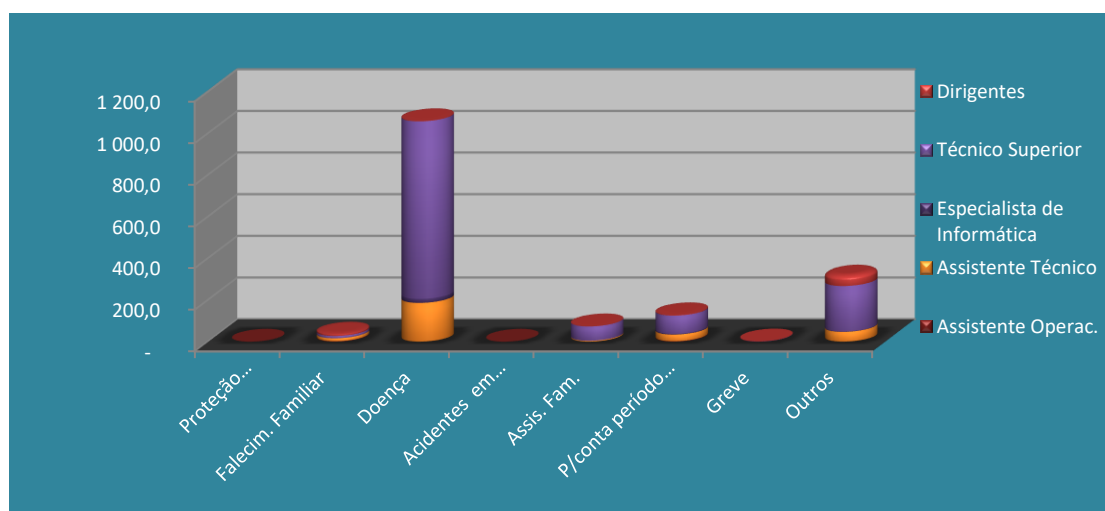
No quadro seguinte identifica-se o número de dias de ausência ao trabalho durante o ano 2021 por grupo/cargo/carreira.

QUADRO 7
N.º DE AUSÊNCIAS AO TRABALHO

GRUPO/CARGO/ CARREIRA	Proteção Parentalidade	Falecim. Familiar	Doença	Acidentes em Serviço	Assis. Fam.	P/conta período férias	Greve	Outros	Casamento	Trabalh. Estudante	Total
Dirigentes	-	12,0	2,0	-	1,0	3,5	-	51,0	-	-	69,5
Técnico Superior	-	11,0	853,0	-	69,0	87,5	1,0	218,0	-	-	1.239,5
Especialista de Informática	-	-	19,0	-	-	3,5	-	2,0	-	-	24,5
Assistente Técnico	-	14,0	186,0	-	4,0	32,0	-	47,0	45,0	4,0	332,0
Assistente Operac.	-	2,0	-	-	-	2,0	-	-	-	-	4,0
TOTAL	-	39,0	1.060,0	-	74,0	128,5	1,0	318,0	45,0	4,0	1.669,5
Valor Percentual	0%	2%	63%	0%	4%	8%	0%	19%	3%	0%	100%

Fonte: Balanço Social 2021

GRÁFICO 9
Nº DE AUSÊNCIAS AO TRABALHO



Fonte: Balanço Social 2021

No Quadro 8 está sintetizada a evolução das ausências ao trabalho no período compreendido entre 2019 e 2021.

QUADRO 8
AUSÊNCIAS AO TRABALHO 2019-2021

ANO / AUSÊNCIA	Prot. Parent.	Falec. Familiar	Doença	Acid. Serv.	Assis. Famil.	Conta férias	Greve	Outros	Casamento	Trabalh. Estudante	Total
2019	114,0	18,0	842,0	-	73,0	133,0	15,0	100,0	15,0	-	1.310,0
2020	-	41,0	1.045,0	-	41,0	117,5	2,0	83,0	-	-	1.329,5
2021	-	39,0	1.060,0	-	74,0	128,5	1,0	318,0	45,0	4,0	1.669,5
TOTAL	114,0	98,0	2.947,0	-	188,0	379,0	18,0	501,0	60,0	4,0	4.309,0

Fonte: Balanços Sociais 2019-2021

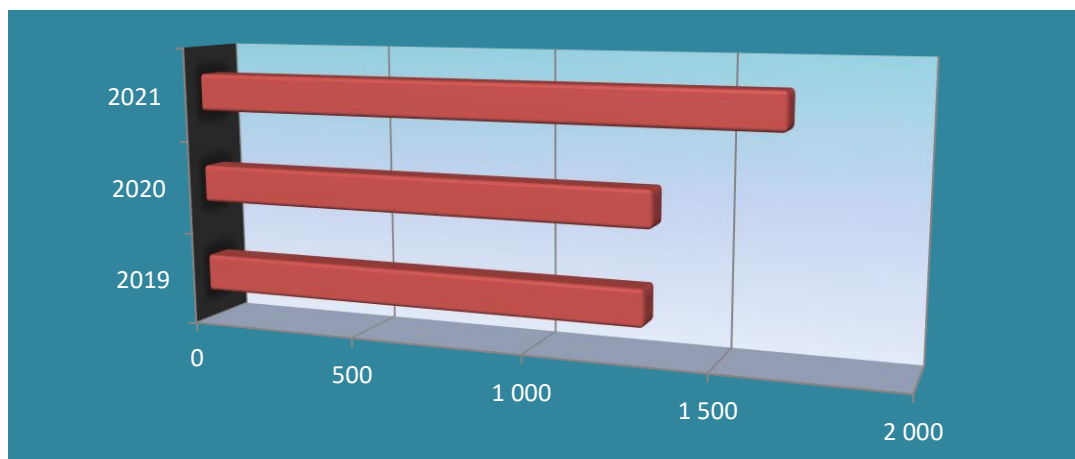
A evolução da **Taxa de Absentismo** no mesmo período foi a seguinte:

2019	2020	2021
4,9%	5,3%	5,9%

Fonte: Balanços Sociais 2019-2021

Os valores registados entre 2019 e 2021 estão principalmente associados a ausências por motivo de doença, o que constitui um padrão que se admite se manterá nos próximos anos considerando os demais indicadores até aqui referidos.

GRÁFICO 10
Nº DE DIAS DE AUSÊNCIA AO TRABALHO NO PERÍODO 2019-2021



Fonte: Balanços Sociais 2019-2021

II. ENCARGOS COM PESSOAL

1. Estrutura Remuneratória

A estrutura remuneratória da CCDR Algarve com referência ao mês de dezembro de 2021, considerando as remunerações mensais ilíquidas (remuneração base e suplementos) era a seguinte:

QUADRO 9
ESTRUTURA REMUNERATÓRIA (nº/%)

Número de trabalhadores				
Escalão de remunerações	Masculino	Feminino	Total	%
Até 500 €	0	0	0	0%
501-1000 €	8	13	21	19%
1001-1250 €	3	9	12	11%
1251-1500 €	2	4	6	5%
1501-1750 €	3	10	13	12%
1751-2000 €	1	7	8	7%
2001-2250 €	6	9	15	14%
2251-2500 €	1	0	1	1%
2501-2750 €	1	4	5	5%
2751-3000 €	7	3	10	9%
3001-3250 €	1	2	3	3%
3251-3500 €	0	7	7	6%
3501-3750 €	1	0	1	1%
3751-4000 €	2	3	5	5%
4001-4250 €	0	0	0	0%
4251-4500 €	0	0	0	0%
4501-4750 €	1	1	2	2%
4751-5000 €	0	0	0	0%
5001-5250 €	0	0	0	0%
5501-5750 €	0	0	0	0%
5751-6000 €	0	0	0	0%
Mais de 6000 €	1	0	1	1%
TOTAL	38	72	110	100%

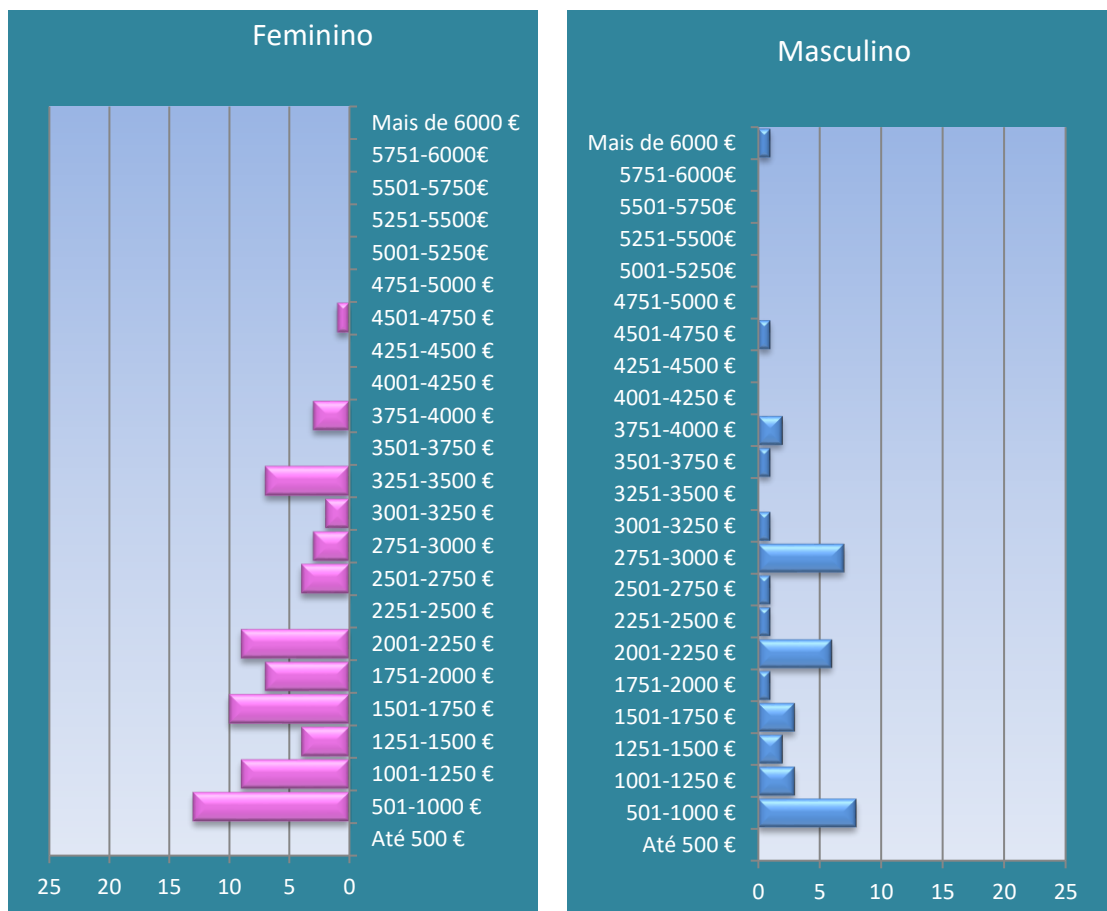
Fonte: Balanço Social 2021

Conclui-se que cerca de 30% dos trabalhadores auferiam entre 501 e 1.250€ e 24% entre 1.251 e 2.000€. Somando estas percentagens, contabilizavam-se 54% de trabalhadores cujas remunerações brutas não ultrapassavam os 2.000€, enquanto que no ano anterior representavam 68%.

Comparativamente ao ano anterior as percentagens de trabalhadores que auferem remuneração até 2.000€ são inferiores, mas relativamente ao escalão (2.001-2.250€) aumentaram em 11 pontos percentuais, em resultado das alterações de posicionamento remuneratório realizadas em 2021.

No escalão dos 3.001-4.000€ identificavam-se 15% de trabalhadores, comparativamente aos 12% do ano transato.

GRÁFICO 11
ESTRUTURA REMUNERATÓRIA



Fonte: Balanço Social 2021

2. Encargos com Pessoal

O total dos encargos com pessoal totalizou € 3.996.792,72 distribuído pelas seguintes rubricas:

Remuneração Base	Suplementos remuneratórios	Encargos c/ prestações e benefícios sociais (1)	Outros encargos com pessoal	Total
2.951.924,91 €	167.503,70 €	137.728,20 €	739.635,91 €	3.996.792,72 €
74%	4%	3%	19%	100%

Fonte: Balanço Social 2021. Nota (1): Inclui os Encargos com Prestações Sociais no valor de € 126.347,16 e Encargos com Benefícios Sociais no valor de € 11.381,04€

A remuneração base representou 74% do total dos encargos com pessoal, aliás à semelhança do registado nos últimos anos.

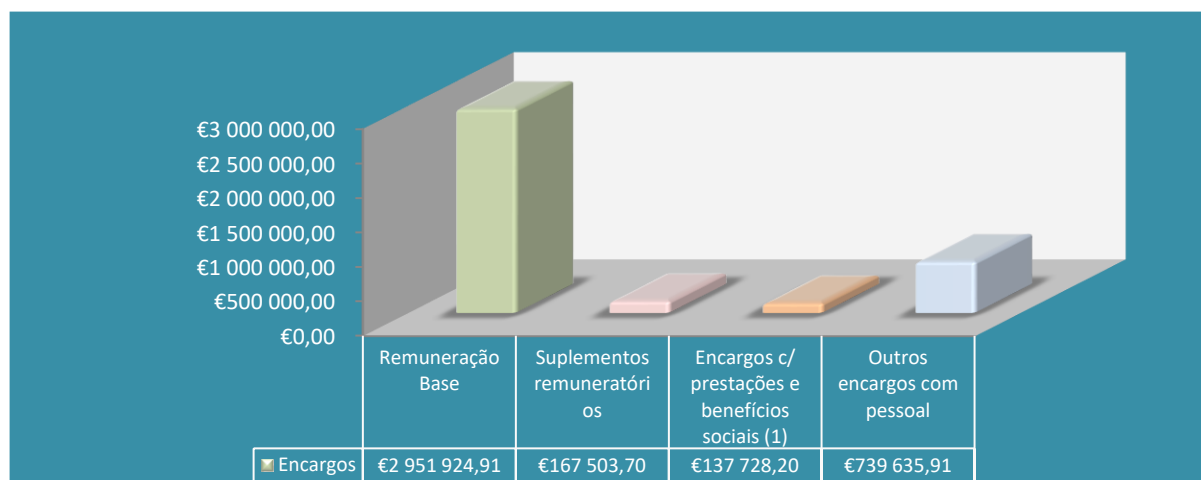
É relevante determo-nos nos indicadores que assumiram em 2021 a seguir apresentados. A **Taxa de Encargos Sociais** foi idêntica à assumida no ano anterior. No que se refere à **Remuneração Base Média Anual** a mesma foi superior em € 285 relativamente ao ano de 2020.

QUADRO 10
INDICADORES ENCARGOS COM PESSOAL

Indicadores/Anos	2019	2020	2021
Taxas de Encargos Sociais	5%	4,6%	4,6%
Remuneração Base Média Anual	25.772€	26.551€	26.836€

Fonte: Balanço Social 2021

GRÁFICO 12
ENCARGOS COM PESSOAL



Fonte: Balanço Social 2021

É de sublinhar que no ano 2021 se registou o valor de 422.767,09 euros de horas remuneradas e não trabalhadas correspondentes a ausências, de que se destacam as férias. Este valor regista uma taxa de crescimento de cerca de 10% face ao ano anterior.

III. ACIDENTES E DOENÇAS PROFISSIONAIS

Durante o ano 2021 registaram-se zero dias de ausência ao trabalho em resultado de acidentes em serviço.

IV. FORMAÇÃO PROFISSIONAL

O Plano de Formação definido para o ano 2021 teve fundamentalmente como base os cursos e ações planeados na candidatura Algarve (em) Forma, aprovada pelo POR Algarve 2020 – vertente FSE.

No ano 2021 foi cumprido parcialmente o Plano de Atividades de Formação e Capacitação, tendo-se procedido a ajustamentos nos cursos/ações ministrados e no respetivo calendário, em virtude da crise de saúde pública (COVID 19), decretada pela autoridade competente, ter obrigado ao adiamento das atividades programadas. Das 46 ações programadas, realizaram-se 24. Destas dinamizaram-se 16 ações internas e 8 externas. Registou-se, assim, uma taxa de execução de 52% da formação profissional prevista em sede de Plano de Atividades.

Todavia, importa sublinhar a particular expressão assumida pela formação ministrada não planeada – 15 ações de formação e capacitação - como a seguir se refere.

No global foram dinamizadas 39 ações de formação internas e externas, que registaram 1.173 participações de formandos internos e externos. No que concerne as participações dos formandos internos estas representaram 56% do total, sendo que 55% das participações registadas se realizaram nas ações de formação e capacitação internas, conforme consta no quadro seguinte.

QUADRO 11
RESUMO FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO 2021

Ações/Participações	Nº Cursos (1)	Nº Ações (2)	Nº Participações (3)		
			Formandos Internos	Formandos Externos	Total
Formação e Capacitação Internas	13	19	426	216	642
Formação e Capacitação Externas	16	20	235	296	531
Total	29	39	661	512	1 173

Nota (1): Cursos – Corresponde às áreas temáticas de formação e capacitação; Nota (2): Corresponde às ações de formação e capacitação por área temática; Nota (3): Nº de participações que contemplam 1 ou mais por trabalhador

Indicadores:

	(%)
Ações de Formação e Capacitação Internas/Total Ações	49%
Ações de Formação e Capacitação Externas/Total Ações	51%
Participações Formandos Internos/Total Participações	56%
Participações Formandos Externos/Total Participações	44%
Participações Ações Formação e Capacitação Internas/Total Participações	55%
Participações Ações Formação e Capacitação Externas/Total Participações	45%

No Quadro 12 procede-se à compilação da informação referente ao número total de participações em ações de formação dinamizadas durante o ano 2021, por parte dos trabalhadores da CCDR Algarve, distinguindo-se as ações internas – as dinamizadas pela CCDR Algarve nas suas instalações e as externas – dinamizadas em parceria com entidades parceiras ou promovidas por outros organismos/empresas.

Das 39 ações de formação e capacitação ministradas, participaram 107 trabalhadores num total de 661 participações. Comparativamente ao ano transato realizaram-se mais 32 ações, tendo-se aumentado n.º de participações em cerca de 172%.

Com base nestes resultados e tendo como referência os alcançados nos anos anteriores conclui-se que no ano 2021 se registou uma considerável melhoria dos níveis de formação e capacitação oferecidos aos trabalhadores da organização.

QUADRO 12
AÇÕES DE FORMAÇÃO – TIPOLOGIA E PARTICIPAÇÕES (1)

Ações	N.º de participações		Total
	Ações Internas	Ações Externas	
RGPD para Cidadãos Atentos	0	19	19
Excel Avançado	0	4	4
Microsoft Outlook	0	4	4
Microsoft Teams e ferramentas Office 365 Online para não Docentes	0	17	17
Redes Informáticas para Profissionais de Informática	0	2	2
RGPD para Implementadores na Administração Pública	0	10	10
Promoção da Neutralização e da Valorização de resíduos de Construção e Demolição nas Compras Públicas	0	11	11
CAGEP - Programa de Formação em Gestão Pública	0	1	1
Formação Inicial de Trabalhadores da Adm. Pública	0	3	3
Formalidades Eletrónicas na Contratação Pública - Uma Abordagem Jurisprudencial	0	1	1
Marketing Digital	0	4	4
Plano de Ação para RCD'S - Transporte e Gestão de RCD'S	0	22	22
Webinar - Economia do Plástico	0	48	48
Webinar " A cada e a regulação do acesso à informação administrativa à luz da jurisprudência administrativa"	0	1	1
Webinar "Tendências para o sucesso da avaliação de Impacte Ambiental na Região do Algarve - novos desafios e dinâmicas perspetivas de futuro	0	26	26
Webinar "Avaliar a Qualidade do Ar do Algarve"	0	13	13
Webinar "Comemoração do Dia Mundial da Segurança e Saúde no Trabalho"	0	5	5
Webinar "Um ano de Jurisprudência Administrativa (2020) discutido online	8	0	8
Workshop "Portugal 2020: Impugnações Administrativas e Judiciais. Introdução aos fundos "Next Generation " e o plano de recuperação e resiliência"	0	3	3
Conferências Procedimentais	50	0	50
Desmaterialização de Procedimentos Administrativos	16	0	16
Desmaterialização de Procedimentos Administrativos	16	0	16
Desmaterialização de Procedimentos Administrativos	16	0	16
Direitos dos Contratos Públicos - As alterações ao CCP e as Medidas Especiais Contratação Publica aprovadas pela Lei n.º 30/2021	26	0	26
Formação sobre o Filedoc	16	0	16
Formação sobre o Filedoc	16	0	16
Indústrias Culturais e Criativas com foco na Especialização Inteligente	22	0	22
Planeamento municipal. Classificação e reclassificação do solo	19	0	19
Princípio e Garantias de Imparcialidade	52	0	52
Alterações Demográficas e Longevidade	21	0	21
Design para a Economia Circular	21	0	21
Laboratórios colaborativos e competitividade territorial	11	0	11
Serviços de Interesse Geral e Coesão Territorial	23	0	23
Código de Procedimento Administrativo: O CPA de 2015 e a revisão de 2020	25	0	25
Código de Procedimento Administrativo: O CPA de 2015 e a revisão de 2020	36	0	36
LabObserva «Alterações Climáticas e Desenvolvimento Urbano»	30	0	30
LabObserva «Desafios para o Turismo em Tempo de Pandemia»	22	0	22
Migrações: Uma Solução para crise demográfica e os défices do mercado de trabalho em Portugal	20	0	20
Webinar "O Novo PEVE - Processo Extraordinário de Viabilização de Empresas"	0	1	1
Total	466	195	661

Fonte: Balanço Social 2021 e Relatório Formação INA; Nota (1) N° de participações= N° trabalhadores na Ação 1 + n° N° trabalhadores na Ação 2 + ... + N° trabalhadores na Ação n (se o mesmo trabalhador participar em 2 ações diferentes ou iguais conta como 2 participações)

No que se refere às participações da CCDD Algarve por cargo/carreira sistematiza-se de seguida no Quadro 13 a respetiva informação.

QUADRO 13
N° DE PARTICIPAÇÕES E PARTICIPANTES POR CARGO/CARREIRA

Grupo/cargo/carreira/N° de participantes	Ações internas	Ações externas	Total	
	N° de participações	N° de participações	N° de participações	N° de participantes
Dirigente superior de 1º grau	0	1	1	1
Dirigente superior de 2º grau	42	14	56	7
Dirigente intermédio de 1º grau	35	20	55	6
Dirigente intermédio de 2º grau	45	27	72	8
Técnico Superior	247	108	355	57
Assistente Técnico	77	26	103	25
Assistente Operacional	1	1	2	1
Informático	11	6	17	2
Total	458	203	661	107

Fonte: Balanço Social 2021

No cômputo global foi proporcionada formação profissional praticamente à totalidade dos trabalhadores ao serviço, registando-se uma taxa 97%.

As participações por género respeitaram a seguinte distribuição:

QUADRO 14
N° DE PARTICIPAÇÕES SEGUNDO O GÉNERO

Género	(nº)	
	Trabalhadores	Participações
Feminino	71	435
Masculino	36	226
Total	107	661

Fonte: Relatório Formação 2021

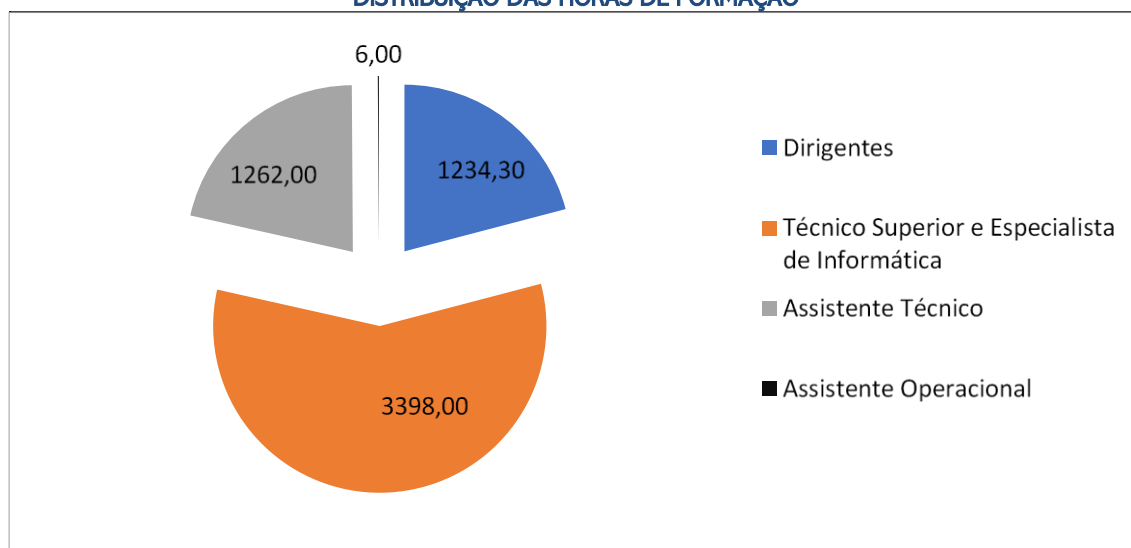
No Quadro 15 sistematizam-se as horas de formação (internas e externas) distribuídas pelo cargo e carreira, sendo visível a forte aposta da formação nos Técnicos Superiores e Assistentes Técnicos que beneficiaram de 51% e 21%, respetivamente, do total das horas de formação ministradas. Importa também referir que os dirigentes beneficiaram de 25% do total das horas de formação ministradas.

QUADRO 15
Nº DE HORAS DE FORMAÇÃO POR CARGO/CARREIRA

Grupo/cargo/carreira	Ações internas	Ações externas	N.º de participações	N.º de participantes	Total de Horas
Dirigente superior 1º grau	0,00	2,00	1	1	2,00
Dirigente superior de 2º grau	171,00	116,30	56	7	287,30
Dirigente intermédio de 1º grau	286,30	131,30	55	6	418,00
Dirigente intermédio de 2º grau	432,00	95,00	74	8	527,00
Técnico Superior	2130,00	1072,30	353	57	3.202,30
Assistente Técnico	1201,00	61,00	103	25	1.262,00
Assistente Operacional	3,00	3,00	2	1	6,00
Informático	74,30	121,00	17	2	195,30
Total horas	4298,00	1602,30	661	107	5.900,30

Fonte: Balanço Social 2021

GRÁFICO 13
DISTRIBUIÇÃO DAS HORAS DE FORMAÇÃO



Fonte: Balanço Social 2021

Considerando a informação reportada no Relatório de Formação elaborou-se o seguinte quadro resumo que ilustra a expressão assumida pela formação profissional ministrada em 2021.

QUADRO 16

TAXAS DE REALIZAÇÃO DA FORMAÇÃO PLANEADA VERSUS A REALIZADA

Ações	Nº ações (*)	Duração Prevista (Horas)	Duração Efetiva (Horas)	Nº de Formandos Previstos	Nº de Formandos Efetivos	Volume de Formação Previsto	Volume de Formação Efetivo
Planeadas (1)	46	715,5		861		10.700,50	
Planeadas e Realizadas (2)	24		294		528		4845,00
Taxa de Realização (3) = (2) / (1) * 100	52%						
Realizadas, não planeadas (3)	15		342,5		133		1055,5
Total (4) = (2) + (3)	39		636,5		661		1041,5
Taxa de Acréscimo Realizado Global versus Planeado	-15%		-11%		0%		6%

Fonte: Relatório Formação 2021. Nota (1) Taxa de Realização (Ações Planeadas/Ações Planeadas e Realizadas) *100; Nota (2) Total= Ações Planeadas + Ações Planeadas e Realizadas

Considerando a informação reportada quanto às ações de formação e capacitação dinamizadas no é merecedor de grande destaque o modelo implementado no ano 2021.

Na maioria das ações internas foram convidados a participar trabalhadores em funções públicas pertencentes a outros organismos regionais da Administração Central e Local, de forma a proporcionar formação e capacitação em matérias fundamentais no exercício das suas funções, fortalecendo as suas competências e contribuindo para o reforço dos seus níveis motivacionais.

Merece igualmente particular referência o facto das ações de formação e capacitação terem sido ministradas por formadores e palestrantes de reconhecido mérito e de elevado nível de competências e de conhecimentos no panorama nacional e internacional, o que constituiu sem sombra de dúvida uma grande mais valia que a CCDR Algarve proporcionou aos ativos participantes e à região do Algarve.

Conclui-se que a promoção da formação e capacitação profissionais se revelaram uma verdadeira prioridade dos serviços no ano transato, que seguramente terá continuidade no próximo ano.

Somente com o incremento da capacitação dos trabalhadores, nomeadamente em competências digitais, e o reforço dos seus níveis motivacionais, as organizações conseguirão concretizar a sua missão e atribuições. A manutenção nos últimos anos de fortíssimas restrições orçamentais prejudicaram de certa forma o cumprimento desta missão, tendo em 2021 se promovido um número considerável de ações de formação e capacitação numa dimensão que não encontra paralelo com o registado nos últimos anos.

Em matéria de taxa de investimento na formação profissional, registou-se a despesa mais elevada dos últimos anos, 37.328 euros, em resultado das soluções adotadas interna e externamente, atingindo pela primeira vez uma taxa de investimento na formação de 1,3%.

V. RELAÇÕES PROFISSIONAIS E DISCIPLINA

Entre os trabalhadores em exercício de funções da CCDR Algarve contabilizavam-se 9 trabalhadores sindicalizados a 31 de dezembro de 2021.

Não existe comissão de trabalhadores.

VI. SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO

No ano 2021 procedeu-se à elaboração, aprovação e implementação do Plano de Segurança no Trabalho (Contra Incêndios), projeto adiado há muitos anos, garantindo-se deste modo o cumprimento das disposições legais aplicáveis.

Este Plano contém o conjunto de medidas, designadas de Medidas de Autoproteção, com o objetivo de diminuir a probabilidade de ocorrência de acidentes e limitar as suas consequências, caso ocorram, a fim de evitar a perda de vidas humanas ou de bens, a diminuição da capacidade de resposta do estabelecimento ou pôr em causa a continuidade da atividade, resultante de uma situação de emergência, designadamente incêndios e outras situações que possam afetar significativamente o estabelecimento. As Medidas de Autoproteção foram promulgadas pelo Responsável de Segurança, tendo sido colocadas em prática com a aprovação pela Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil, entidade que tutela a prevenção e o socorro em Portugal.

No que se refere à Promoção da Saúde no Trabalho durante o ano 2021 concretizou-se o estabelecido no Plano de Saúde no Trabalho, contratualizado no final do ano transato com uma empresa do setor.

Todos os trabalhadores da organização, à exceção dos que se encontravam ausente por doença e um no ativo, foram sujeitos a exames médicos, de admissão, visto corresponder ao ano de arranque do Plano de Saúde no Trabalho, permitindo a realização de diagnósticos em tempo, alguns dos quais deram origem a seguimento por parte dos médicos de família.

Em resumo, a distribuição das consultas médicas, por género, foi a seguir representada, seguindo a distribuição dos efetivos da CCDR Algarve:

QUADRO 17
Nº DE CONSULTAS MÉDICAS SEGUNDO O GÉNERO

Género	Trabalhadores	Admissão
Feminino	72	70
Masculino	38	36
Total	110	106

Fonte: Questionário Saúde no Trabalho

Os exames médicos ocorreram em laboratório acreditado e as consultas médicas na sede da empresa contratualizada, no período compreendido entre fevereiro e junho de 2021.

No ano 2021 foram investidos em Segurança e Saúde no Trabalho 12.528 euros, dos quais 2.970 euros em saúde no trabalho, conforme discriminado no Quadro 17.

QUADRO 18
DESPESAS COM SAÚDE NO TRABALHO

Despesas	Valor
Saúde no Trabalho (INTERPREV)	2 998
Aquisição Equipamento de Proteção (COVID 19)	745
Aquisição de Serviços de Testes (COVID 19)	8 065
Outras Despesas com Saúde (juntas médicas, entre outras despesas)	720
Total	12 528

VII. PRINCIPAIS INDICADORES DO BALANÇO SOCIAL 2019-2021

Com base na informação compilada nos Relatórios do Balanço Social referentes aos anos 2019 a 2021 elaborou-se um conjunto de indicadores que se encontram representados no Quadro 14.

QUADRO 19
INDICADORES DO BALANÇO SOCIAL 2019-2021

Anos/Indicadores	2019	2020	2021
Taxa de Tecnicidade de (Nº Técnicos Sup) (%)	50,5%	53,0%	53,6%
Taxa de Tecnicidade (inc.Espec. Informática) (%)	52,4%	55,0%	55,4%
Taxa de Tecnicidade (inc.Espec. Informática + Dirigentes) (%)	66,0%	76,0%	75,4%
Taxa de Assistente Técnico (%)	25,7%	22,0%	22,7%
Taxa de Assistente Operacional (%)	1,9%	1,9%	1,8%
Taxa de Feminização (%)	67,0%	67,0%	65,4%
Taxa de Feminização Dirigente (%)	48,0%	50,0%	50,0%
Taxa de Enquadramento (%)	20,0%	21,0%	20,0%
Taxa de Emprego Jovem (%)	0	0	1,8%
Nível Etário (anos)	53	54	54
Leque Etário (nº)	1,81	1,79	2,61
Índice de Envelhecimento (%)	42,0%	43,8%	47,3%
Nível Médio de Antiguidade na Função Pública (anos)	28	26	22
Taxa de Habilitação Superior (%)	63,8%	77,0%	76,4%
Taxa de Habilitação Secundário (%)	21,0%	18,0%	20,0%
Taxa de Habilitação Básica (%)	3,8%	2,0%	1,8%
Índice de Rotação (nº)	1,186	1,286	1,243
Taxa de Cobertura (%)	82%	100%	171%
Taxa de Admissão (%)	8,6%	14,3%	10,9%
Taxa de Saídas (%)	10,5%	14,3%	6,4%
Taxa de Absentismo (%)	4,9%	5,3%	5,9%
Taxa de Encargos Sociais (%)	5,0%	4,6%	4,6%
Remuneração Base Média Anual (€)	25.772	26.551	26.836
Leque Salarial (nº)	9,5	8,8	9,2
Taxa de Participação na Formação (%)	103,8%	93,3%	97,2%
Taxa de Investimento na Formação (%)	0,0%	0,1%	1,3%

No período em análise os indicadores refletem regra geral a estrutura dos Recursos Humanos na Administração Pública, de que a CCDR Algarve é disso exemplo.

Contudo, importará desde logo salientar que o ano 2021 constituiu uma exceção face aos anos anteriores no que se refere ao recrutamento de novos efetivos, explicado em grande medida pelo Recrutamento Centralizado promovido pelo Instituto Nacional de Administração I.P e pela Direção-

Geral da Administração e do Emprego Público, que viabilizou o início de funções, em período experimental, de 3 novos efetivos.

Na área do recrutamento merece igualmente destaque neste ano a relevância assumida pela figura da mobilidade entre serviços.

Em consequência da dinâmica assumida pelo recrutamento de novos efetivos a CCDR Algarve registou no ano em apreço o aumento em cerca de 5% do número de trabalhadores ao serviço.

A realidade atual dum serviço como a CCDR Algarve caracteriza-se em traços gerais pelo decréscimo gradual do nº de trabalhadores ao serviço, em virtude de um número significativo de trabalhadores atingir a idade de aposentação, sendo, que, excecionalmente do ano 2021 este movimento foi compensado pelas entradas e regressos de efetivos. Caracterizou-se, igualmente, pela maior representatividade dos trabalhadores integrados na carreira de técnico superior, em prejuízo dos integrados nas carreiras de assistentes técnico e operacional, tal como pelo maior índice de envelhecimento e pelo crescente nível médio de antiguidade na Administração Pública.

A saída de seniores da Administração Pública é assumidamente uma questão muito séria, porque coloca em crise a transmissão de conhecimentos e competências adquiridas durante décadas, quando não se conseguem efetuar recrutamentos em tempo, nomeadamente de jovens. É sabido que os trabalhadores mais jovens, mais habilitados do ponto de vista académico e especialmente digital, são imprescindíveis numa organização. A afirmação de alguns que a saída dos seniores melhora os indicadores do Balanço Social não deverá ser considerada, pois existem aspetos significativos a ter em conta, que estão além da mera operação aritmética de cálculo de taxas/rácios.

Importa destacar que o acréscimo de trabalhadores integrados na carreira de técnico superior, teve naturalmente impacto nos indicadores do Balanço Social, reforçando as Taxas de Tecnicidade.

Por seu turno, a Taxa de Cobertura, expressa de novo no ano 2021 o já anteriormente descrito ao nível do reforço do número de efetivos, tendo-se registado contrariamente ao ano anterior um movimento de entradas superior ao das saídas. A corroborar esta conclusão estão os valores assumidos pelas Taxas de Admissão e de Saídas.

Embora já referido, importa analisar o valor assumido pelo Índice de Envelhecimento, que assume o maior valor dos últimos anos, justificada pela tipologia dos movimentos de recursos humanos, revelando a ausência de rejuvenescimento na estrutura dos ativos em exercício de funções na CCDR Algarve.

No que concerne a Taxa de Absentismo regista-se um aumento com expressão, 0,7 pontos percentuais face ao ano anterior. Para esta variação contribuíram fundamentalmente o maior número de dias de ausência por doença, que representaram 63% do total de dias de ausência registados.

Ao nível das remunerações os indicadores, Remuneração Base Média Anual, Leque Salarial e Taxa e Encargos Sociais, os valores assumidos expressam o impacto gerado pela mudança da situação dos trabalhadores decorrente das normas constantes nas Leis do Orçamento de Estado em matéria de alteração do posicionamento remuneratório e pela recuperação registada na remuneração mínima.

Aspeto muito relevante neste ano foi sem sombra de dúvida a formação e capacitação profissionais promovidas que abarcaram praticamente a generalidade dos trabalhadores, num contexto adverso caracterizado ainda no ano 2021 pela pandemia COVID-19.

Os números revelam o grande esforço realizado, por toda a estrutura da CCDR Algarve, no sentido de se dinamizarem ações de formação e de capacitação sobre temas atuais e imprescindíveis à melhoria do desempenho dos trabalhadores em funções públicas.

Adicionando a este capítulo as ações de capacitação dinamizadas conforme previstas em sede de QUAR e do Plano de Atividades poderá concluir-se sem margem para dúvidas que a organização pautou a sua atuação pelo reforço das competências dos seus trabalhadores, em colaboração com outras entidades da Administração Central Regional e Local.

Não será assim demais afirmar-se também que foi extremamente relevante o empenho da organização na elevação dos níveis motivacionais dos trabalhadores, num cenário marcado por constrangimentos de diferente índole e por uma pandemia.

Anexo

ANEXO 1

PRINCIPAIS INDICADORES DE SÍNTESE DO BALANÇO SOCIAL

Taxa de Tecnicidade (Nº Técnicos Superiores/Total dos Trabalhadores.) *100 (%)

$$\text{Taxa de Tecnicidade} = \frac{\text{Número de Técnicos Superiores}}{\text{TotaldeTrabalhadores}} \times 100$$

Taxa de Tecnicidade (inc.Espec. Informática) (%)

$$\text{Taxa de Tecnicidade} = \frac{\text{Número de Técnicos Superiores + Especialistas em Informática}}{\text{TotaldeTrabalhadores}} \times 100$$

Taxa de Tecnicidade (inc. Espec. Informática + Dirigentes) (%)

$$\text{Taxa de Tecnicidade} = \frac{\text{Número de Técnicos Superiores + Especialistas em Informática + Dirigentes}}{\text{TotaldeTrabalhadores}} \times 100$$

Taxa de Assistente Técnico (%)

$$\text{Taxa de Assistente Técnico} = \frac{\text{Número de Assistentes Técnicos}}{\text{TotaldeTrabalhadores}} \times 100$$

Taxa de Assistente Operacional (%)

$$\text{Taxa de Assistente Operacional} = \frac{\text{Número de Assistentes Operacionais}}{\text{TotaldeTrabalhadores}} \times 100$$

Taxa de Feminização (%)

$$\text{Taxa de Feminização} = \frac{\text{Número de Trabalhadores do Sexo Feminino}}{\text{TotaldeTrabalhadores}} \times 100$$

Taxa de Feminização Dirigente (%)

$$\text{Taxa de Feminização Dirigente} = \frac{\text{Número de Dirigentes do Sexo Feminino}}{\text{Totalde Dirigentes}} \times 100$$

Taxa de Enquadramento (%)

$$\text{Taxa de Enquadramento} = \frac{\text{Número de Dirigentes}}{\text{TotaldeTrabalhadores}} \times 100$$

Taxa de Emprego Jovem (%)

$$\text{Taxa de Emprego Jovem} = \frac{\text{Número de Trabalhadores Jovens (< 35 anos)}}{\text{TotaldeTrabalhadores}} \times 100$$

Nível Etário (nº)

$$\text{Nível Etário} = \frac{\text{Somatório das Idades de todos os Trabalhadores}}{\text{Total de Trabalhadores}}$$

Leque Etário (nº)

$$\text{Leque Etário} = \frac{\text{Idade do Trabalhador mais Idoso}}{\text{Idade do Trabalhador mais Jovem}}$$

Índice de Envelhecimento (%)

$$\text{Índice de Envelhecimento} = \frac{\text{Número de Trabalhadores maiores de 55 anos}}{\text{Total de Trabalhadores}} \times 100$$

Nível Médio de Antiguidade na Função Pública (anos)

$$\text{Nível Médio de Antiguidade} = \frac{\text{Soma das Antiguidades Individuais}}{\text{Total de Trabalhadores}}$$

Taxa de Habilitação Superior (%)

$$\text{Taxa de Habilitação Superior} = \frac{\text{Número de Trabalhadores com Habilitação Superior}}{\text{Total de Trabalhadores}} \times 100$$

Taxa de Habilitação Secundário (%)

$$\text{Taxa de Habilitação Secundária} = \frac{\text{Número de Trabalhadores com Habilitação Secundária}}{\text{Total de Trabalhadores}} \times 100$$

Taxa de Habilitação Básica (%)

$$\text{Taxa de Habilitação Básica} = \frac{\text{Número de Trabalhadores com Habilitação Básica}}{\text{Total de Trabalhadores}} \times 100$$

Índice de Rotação (nº)

$$\text{Índice de Rotação} = \frac{\text{N.º de Trabalhadores em 1 de Janeiro } n+ \text{ Entradas + Saídas}}{\text{N.º de Trabalhadores em 31 de Dezembro } n-1} \times 100$$

Taxa de Cobertura (nº admissões e regressos/saídas) * 100 (%)

$$\text{Taxa de Cobertura} = \frac{\text{Nº Admissões e Regressos}}{\text{Nº de saídas}} \times 100$$

Taxa Admissão/Regresso (%)

$$\text{Taxa de Admissão/Regresso} = \frac{\text{N.º Admissões/Regressos}}{\text{Total de Trabalhadores}} \times 100$$

Taxa de Saídas (%)

$$\text{Taxa de Saídas} = \frac{\text{N.º de Trabalhadores que saíram}}{\text{Total de Trabalhadores}} \times 100$$

Taxa de Absentismo (%)

$$\text{Taxa de Absentismo} = \frac{\text{Total de Dias de Ausência}}{\text{Total de dias Potenciais de Trabalho}} \times 100$$

Taxa de Encargos Sociais (%)

$$\text{Taxa de Encargos Sociais} = \frac{\text{Encargos Sociais}}{\text{Encargos com Remuneração Base}} \times 100$$

Remuneração Base Média Anual (€)

$$\text{Remuneração Base Média Anual} = \frac{\text{Encargos com Remuneração Base}}{\text{Total de Trabalhadores}}$$

Leque Salarial (n.º)

$$\text{Leque Salarial} = \frac{\text{Maior remuneração base ilíquida}}{\text{Menor Remuneração Base Ilíquida}} \times 100$$

Taxa de Participação na Formação (%)

$$\text{Taxa de Participação na Formação} = \frac{\text{N.º de Participantes em Ações de formação}}{\text{Total de Trabalhadores}} \times 100$$

Taxa de Investimento na Formação (%)

$$\text{Taxa de Investimento na Formação} = \frac{\text{Valor do Investimento em Formação}}{\text{Encargos com Remunerações Base}} \times 100$$

Relatório de Gestão

2021



COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO
REGIONAL DO ALGARVE

Índice

I. Nota Introdutória	3
II. Enquadramento.....	4
Missão.....	4
Atribuições	4
Estrutura Organizacional a 31 de dezembro de 2021	5
Diplomas Orgânicos	6
Estruturas de Missão	7
III. Descrição das atividades	8
IV. Recursos Humanos.....	8
a) Identificação dos responsáveis da Direção.....	8
b) Identificação dos responsáveis por Unidade Orgânica.....	8
c) Trabalhadores segundo a modalidade de vinculação	9
d) Trabalhadores segundo o Cargo/Carreira	10
V. Execução Orçamental	11
VI. Análise às Demonstrações Financeiras	17
a) Alteração de Política Contabilística	17
b) O Balanço	17
c) Demonstração dos Resultados por Natureza	18
d) Demonstração dos Fluxos de Caixa	23
VII. Contabilidade por Centros de Custo	24
VIII. Indicadores.....	30
1. Indicadores Económicos Financeiros.....	30
2. Indicadores Orçamentais	33

Índice de Gráficos

Gráfico 1. Receita Global por Recursos Financeiros.....	13
Gráfico 2. Despesa Global por Agrupamento de Despesa	15
Gráfico 3. Réditos e Rendimentos 2021.....	20
Gráfico 4. Gastos e Custos 2021.....	22
Gráfico 5. Receita/Despesa por Centro de Custo/Unidade Orgânica	28
Gráfico 6. Receita-Despesa por centro de custo (projeto)	29

Índice de Quadros

Quadro 1. Distribuição de trabalhadores segundo o vínculo	9
Quadro 2. Trabalhadores por grupos/Cargos/carreiras.....	10
Quadro 3. Resumo das Alterações Orçamentais da Receita.....	12
Quadro 4. Receita Cobrada Líquida 2021-2020	12
Quadro 5. Resumo das Alterações Orçamentais da Despesa	14
Quadro 6. Despesa Paga 2021 - 2020	15
Quadro 7. Estrutura de Réditos e Rendimentos 2021 - 2020	19
Quadro 8. Estrutura de Gastos e Custos 2021 - 2020	21
Quadro 9. Resultados do Exercício.....	22
Quadro 10. Receita/Despesa por Centro de Custo/Unidade Orgânica.....	25
Quadro 11. Fontes de Receita por Centro de Custo/Unidade Orgânica.....	26
Quadro 12. Despesa por Centro de Custo/Unidade Orgânica	27
Quadro 13. Receita/Despesa por Centro de Custo (projetos)	28

I. Nota Introdutória

O Presente Relatório de Gestão expressa o relato das contas da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento do Algarve elaborado em conformidade com as Normas de Contabilidade Pública expressas no Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), publicado no Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro. sugerindo-se, para um adequado enquadramento da informação, a sua análise combinada com o Relatório Anual de Atividades de 2021, divulgado em simultâneo.

O resultado expresso no presente relatório é o culminar de um trabalho desenvolvido ao longo do ano de 2021, tendo como objetivo primordial a disponibilização de informação quantitativamente mais completa e abrangente e qualitativamente mais fiável e profícua à tomada de decisões, através da otimização da versão do software ERP SINGAP – Sistema Integrado de Gestão Versão web - SNC-AP.

Refira-se que os objetivos propostos foram alcançados, apesar dos vários constrangimentos ocorridos durante o ano de 2021, na senda da sustentabilidade do financiamento de todos os compromissos assumidos e a assumir, com respeito pelas regras de execução orçamental.

II. Enquadramento

A Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve (CCDR Algarve) é um serviço periférico da administração direta do Estado dotado de autonomia administrativa e financeira sob a direção da Ministra da Coesão Territorial, em coordenação com a Ministra da Modernização do Estado e da Administração Pública, nas matérias relativas às autarquias locais, e com o Ministro do Ambiente e da Ação Climática, em matérias de ambiente e ordenamento do território.

Missão

A CCDR Algarve tem por missão, na sua área geográfica “assegurar a coordenação e a articulação das diversas políticas sectoriais de âmbito regional, bem como executar as políticas de ambiente, de ordenamento do território e cidades, e apoiar tecnicamente as autarquias locais e as suas associações na região do Algarve” e ainda “executar a política de incentivos à comunicação social”.

Atribuições

Assim e, em conformidade com o disposto no Decreto-Lei 228/2012, de 25 de outubro, na sua redação atual, a CCDR Algarve prossegue as seguintes atribuições:

- Contribuir para a definição das bases gerais da política de desenvolvimento regional no âmbito da política de desenvolvimento económico e social do País;
- Executar, avaliar e fiscalizar, ao nível regional, as políticas de ambiente e de ordenamento do território;
- Garantir a elaboração, acompanhamento e avaliação dos instrumentos de gestão territorial;
- Coordenar os serviços desconcentrados de âmbito regional;
- Assegurar o cumprimento das responsabilidades de gestão, no âmbito da política de coesão e de outras políticas da União Europeia;
- Dinamizar a cooperação inter-regional e transfronteiriça;
- Apoiar tecnicamente as autarquias locais e as suas associações, em articulação com a Direcção-Geral das Autarquias Locais.

Estrutura Organizacional a 31 de dezembro de 2021

Nos termos do artigo 3.º do Decreto-lei n.º 228/2012, de 25 de outubro, na sua atual redação, a CCDR Algarve é constituída pelos seguintes órgãos:

Presidente

José Apolinário Nunes Portada

Vice-Presidentes

José António Faísca Duarte Pacheco
Elsa Maria Simas Cordeiro

Fiscal Único

Rui Brito Serra Geraldes

Conselho de Coordenação Intersectorial

Presidido pelo Presidente da CCDR Algarve é composto pelos dirigentes máximos dos serviços locais desconcentrados da Administração Central do Estado e dos serviços periféricos da Administração Direta e Indireta do Estado e pelos presidentes das Juntas Metropolitanas e das Comunidades Intermunicipais.

Os membros do Conselho de Coordenação Intersectorial são designados, sob proposta dos respetivos membros do Governo, pelos membros do Governo responsáveis pelas áreas do desenvolvimento regional, do ambiente e do ordenamento do território.

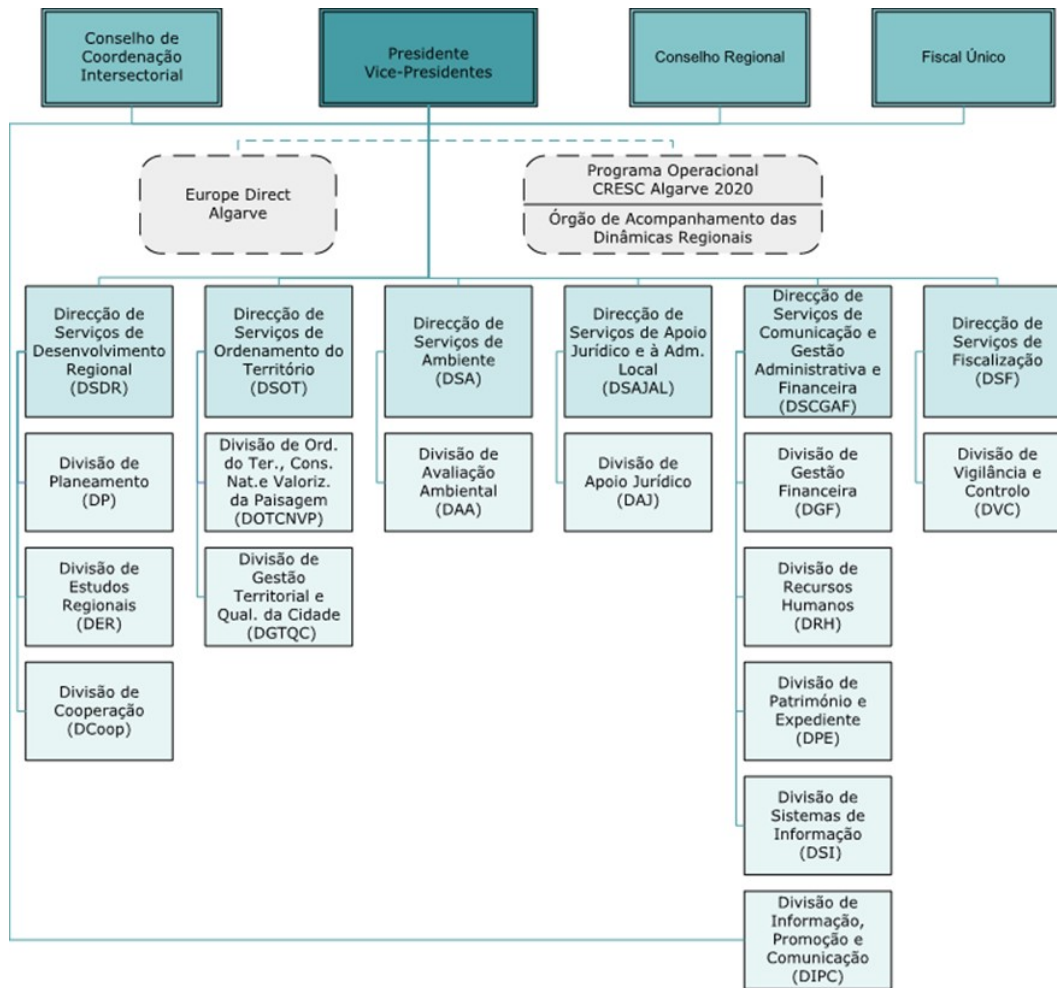
A constituição do Conselho de Coordenação Intersectorial da CCDR Algarve foi fixada pelo Despacho n.º 5407/2014, de 7 de abril de 2014.

Conselho Regional

Composto pelas entidades enumeradas no n.º 2 do artigo 7.º do Decreto-lei n.º 228/2012, de 25 de outubro, com redação introduzida pelo Decreto-lei nº 24/2015, de 16 de fevereiro.

A designação dos membros do Conselho Regional é efetuada por despacho dos membros do Governo responsáveis pelas áreas do desenvolvimento regional, do ambiente e do ordenamento do território.

Estrutura Orgânica da CCDR Algarve



Nota (1): Lugares de chefias não preenchidos – DSF; DP; DER; DRH e DAJ

Diplomas Orgânicos

Decreto-lei nº 228/2012 de 25 de outubro, na sua redação atual, que aprova a orgânica das Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR).

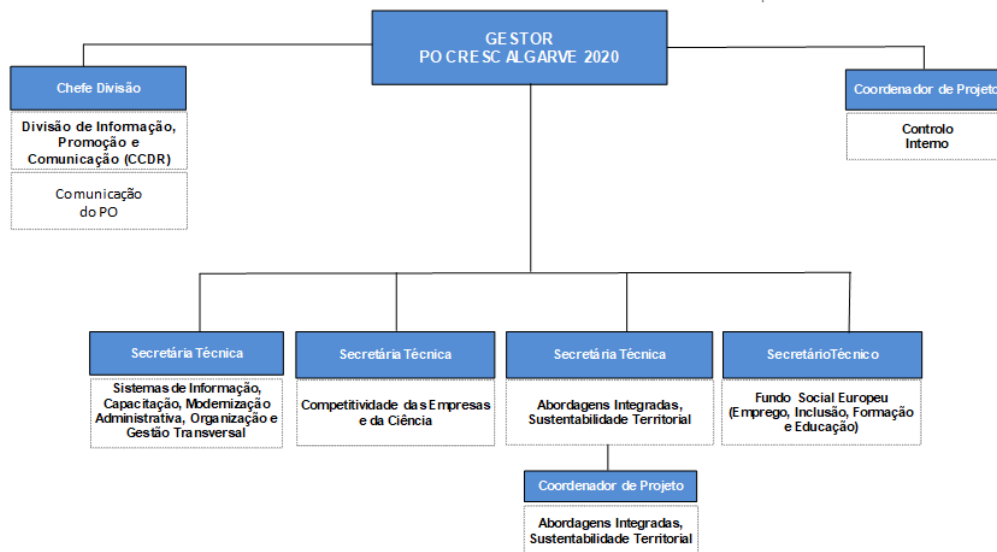
Portaria n.º 528/2007, de 30 de abril – que aprova a Estrutura Nuclear das CCDR. Aguarda-se a publicação da nova Portaria que fixará as atribuições e competências das unidades nucleares (direções de serviço).

Despacho n.º 10934/2018, de 27 de dezembro de 2017 (publicado a 23 de novembro de 2018) – Unidades Flexíveis, que revoga o Despacho n.º 11491/2008, de 22 de abril de 2008, alterado pelo Despacho n.º 9510/2015 de 23 de junho de 2015.

Estruturas de Missão

De acordo com o estabelecido no Decreto-Lei n.º 137/2014, de 12 de setembro, na sua versão atual, e na Resolução do Conselho de Ministros n.º 73-B, de 16 de dezembro de 2014, a CCDR Algarve assegura o apoio logístico e administrativo à autoridade de gestão do Programa Operacional Regional do Algarve (POR Algarve 2020), cuja missão consiste na gestão dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI). Garante igualmente o apoio logístico e administrativo ao Órgão de Acompanhamento das Dinâmicas Regionais do Algarve (OADR). Ainda no âmbito da gestão dos FEEI a CCDR Algarve integra a Unidade de Coordenação Regional da Área de Cooperação 5 do Programa INTERREG VA Espanha-Portugal

Estruturas de Missão POR Algarve 2020 (2014-2020)



Nota (1): O Gestor do Programa é por inerência de cargo o Presidente da CCDR Algarve

III. Descrição das atividades

As atividades desenvolvidas no decorrer do exercício de 2021 pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve estão descritas no Relatório de Atividades de 2021. Estas atividades enquadraram-se nas atribuições e competências definidas no Decreto-lei nº 228/2012, de 25 de outubro, na sua redação atual, assim como, nos objetivos estratégicos e operacionais fixados no Quadro de Avaliação e Responsabilização (QUAR) tendo ainda por base o estabelecido no Plano de Atividades Anual.

IV. Recursos Humanos

a) Identificação dos responsáveis da Direção

Presidente/Gestor do Programa Operacional Regional

José Apolinário Nunes Portada

Vice-Presidentes

José António Faísca Duarte Pacheco

Elsa Maria Simas Cordeiro

b) Identificação dos responsáveis por Unidade Orgânica

CCDR Algarve

Responsável	Direção de Serviços
Ana Lúcia Cabrita Guerreiro	Comunicação, Gestão Administrativa e Financeira (DSCGAF)
Jorge Anselmo Caliço Eusébio	Ordenamento do Território (DSOT)
Maria de Lurdes Carvalho	Desenvolvimento Regional (DSDR)
Maria José Bento Nunes	Ambiente (DSA)
Isabel Maria Alves Coelho	Apoio Jurídico e à Administração Local (DSAJAL)

Estrutura de Missão do POR Algarve 2020

Responsável	Cargo
Ana Luísa Silva	Secretário Técnico
Josiane Martins Custódio	Secretário Técnico
Maria Filomena Pinto Belchior Coelho	Secretário Técnico
António Travassos	Secretário Técnico

Estrutura de Missão do Órgão de Acompanhamento das Dinâmicas Regionais

Responsável	Cargo
Aquiles Marreiros	Coordenador

c) Trabalhadores segundo a modalidade de vinculação

Conforme reportado nos quadros do Balanço Social contabilizavam-se 110 colaboradores ao serviço a 31 de dezembro de 2021.

Dos 110 trabalhadores em efetividade de funções, 80% enquadravam-se no regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, dos quais 29% afetos à Estrutura de Missão do Programa Operacional Regional Algarve 2020, e 17% em comissão de serviço/designação em regime de substituição.

Quadro 1. Distribuição de trabalhadores segundo o vínculo

MODALIDADE DE VÍNCULO	Nº de trabalhadores	%
Cargo Político/Mandato	3	2,7%
Contrato de Trabalho em Funções Públicas por tempo indeterminado	88	80,0%
Comissão de Serviço no âmbito da LTFP/Designação em Regime de Substituição	19	17,3%
TOTAL	110	100,0%

Fonte: Balanço Social 2021

d) Trabalhadores segundo o Cargo/Carreira

Em função da informação a seguir apresentada verifica-se que nas carreiras que integram os Mapas de Pessoal da CCDR Algarve, a mais representativa é a de técnico superior, que registava 59 trabalhadores em dezembro de 2021, seguida da carreira de assistente técnico que registava 25 trabalhadores.

Em 2021 a Taxa de Tecnicidade (em sentido restrito – n.º técnicos superiores (incluindo Especialista de Informática) * 100 / total de recursos humanos) atinge os 55%. Em sentido mais amplo, se adicionarmos os técnicos superiores da área da informática e os dirigentes intermédios, esta taxa totaliza 68%. A Taxa de Enquadramento (n.º dirigentes * 100 / total de recursos humanos) situa-se na ordem dos 20%.

Quadro 2. Trabalhadores por Cargos/Carreiras

GRUPOS PROFISSIONAIS	Masculino	Feminino	Total
Dirigentes	11	11	22
Técnico Superior	18	41	59
Especialista de informática	0	2	2
Assistente Técnico	7	18	25
Assistente Operacional	2	0	2
TOTAL	38	72	110

Fonte: Balanço Social 2021

V. Execução Orçamental

A execução orçamental registada no ano 2021 não esteve isenta de constrangimentos, de que importa destacar: a incerteza e imprevisibilidade ao nível da cobrança da receita e da realização de despesa (extraordinária) resultante da pandemia causada pela COVID-19, a política persistente de contenção e racionalização da despesa, o cumprimento do n.º 1 do artigo 69.º da LEO 2021, que se traduziu na necessidade imperiosa de ultrapassar no ano em curso o limite dos encargos globais pagos no ano 2020 e o montante (mensal) de fundos disponíveis face às necessidades.

1. Receita

Nos termos do artº 9 do Decreto-Lei nº 228/2012, de 25 de outubro, na sua redação atual, a CCDR Algarve dispõe das designadas receitas de impostos (Orçamento de Estado), atribuídas pela Tutela, as receitas próprias ou autofinanciamento, resultantes na sua maioria da cobrança de taxas sobre licenciamentos de operações de resíduos, da prestação de serviços e da venda de bens, e as receitas comunitárias provenientes de reembolsos de despesas cofinanciadas no âmbito dos projetos de investimento.

Em 2021, a previsão corrigida da receita face à previsão inicial, apresenta uma variação positiva absoluta de € 3.126.246. Esta variação corresponde na sua maioria (€ 2.683.692) a receita que não representa um aumento de caixa e equivalentes de caixa, uma vez que, este acréscimo se consubstancia na inscrição de previsão orçamental correspondente aos saldos transitados da gerência anterior (na ótica da receita – saldos na posse do serviço) e na aplicação por crédito especial dos mesmos (integração e aplicação de saldos na ótica da receita/despesa), constituindo-se por essa razão como receita não efetiva.

A restante verba que ascende a € 442.554 corresponde ao incremento da receita efetiva distribuída da seguinte forma:

- reforço de dotação orçamental de Receitas de Impostos e Fundos Comunitários atribuído a esta CCDR por Gestão Flexível do Ministério Coesão Territorial, para inscrição dos projetos 11777 - “Avaliação Ex-ante e Avaliação Ambiental Estratégica” e 11778 – “PO Algarve 2030 - Estudos relevantes para a programação futura” no âmbito do Programa Operacional Assistência Técnica, e
- abertura de crédito especial para inscrição do projeto 12354 – “Ligações Transfronteiriças: Ponte de Alcoutim – San Lucar del Guadiana” RE-C07-i03.02, no âmbito do PRR – Plano de Recuperação e Resiliência.

Quadro 3. Resumo das Alterações Orçamentais da Receita

Valores em euros €

Tipologia da Receita (1)	Receita				
	Previsões iniciais (3)	Alterações orçamentais			Previsões corrigidas (7)=(3)+(4)-(5)+(6)
		Inscrições/ Reforços (4)	Diminuições/ Anulações (5)	Créditos especiais (6)	
Receita Efetiva	6 239 113,00	358 473,00	223 419,00	307 500,00	6 681 667,00
Receita não Efetiva	0,00	2 262 058,00	-	421 634,00	2 683 692,00
Total	6 239 113,00	2 620 531,00	223 419,00	729 134,00	9 365 359,00

A execução orçamental a 31 de dezembro de 2021, excluindo o saldo da gerência anterior, atingiu os 82,5% o que corresponde a um volume de receita cobrada líquida no valor que ascende a € 5.511.197 e a um incremento na ordem dos 9% face ao registado em 2020.

Importa ainda destacar a permanência dos baixos níveis de execução orçamental da receita proveniente de Transferências da Administração Central – Outras Entidades correspondente à transferência de verbas no âmbito do Programa PIPITAL (Programa de Investimentos Públicos de Interesse Turístico para o Algarve) que continua a influenciar negativamente a taxa global de execução da receita.

Quadro 4. Receita Cobrada Líquida 2021-2020

Valores em Euros €

Rubrica	Recebimentos	Previsões corrigidas		Variação 2021/2020		Receitas cobradas líquidas		Variação 2021/2020	
		2021	2020	(€)	%	2021	2020	(€)	%
RA01	Saldo de gerência anterior	2 683 692,00	2 487 334,73	196 357,27	8%	2 683 691,61	2 480 599,04	203 092,57	8%
RA02	Receita Corrente	6 100 024,00	5 305 129,28	794 894,72	15%	5 358 692,88	4 995 014,10	363 678,78	7%
R3	Taxas, multas e outras penalidades	1 617 517,00	1 478 381,46	139 135,54	9%	1 506 475,77	1 496 373,74	10 102,03	1%
R5	Transferências e subsídios correntes	4 438 913,00	3 793 449,00	645 464,00	17%	3 823 239,11	3 459 121,08	364 118,03	11%
R5.1	Transferências Correntes	4 438 913,00	3 793 449,00	645 464,00	17%	3 823 239,11	3 459 121,08	364 118,03	11%
R5.1.1	Administrações Públicas	1 891 734,00	1 919 891,00	-28 157,00	-1%	1 858 137,67	1 854 389,00	3 748,67	0%
R5.1.1.1	Administração Central - Estado Português	1 891 734,00	1 919 891,00	-28 157,00	-1%	1 858 137,67	1 854 389,00	3 748,67	0%
R5.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	0,00	-	0,00	0,00	0,00	-
R5.1.2	Exterior - UE	2 547 179,00	1 873 558,00	673 621,00	36%	1 965 101,44	1 604 732,08	360 369,36	22%
R6	Venda de bens e serviços	41 100,00	30 805,00	10 295,00	33%	28 978,00	39 519,28	-10 541,28	-27%
R7	Outras receitas correntes	2 494,00	2 493,82	0,18	0%	0,00	0,00	0,00	-
RA03	Receita de Capital	581 643,00	586 630,00	-4 987,00	-1%	152 503,84	54 627,67	97 876,17	179%
R9	Transferências e subsídios de capital	581 643,00	586 630,00	-4 987,00	-1%	152 503,84	54 627,67	97 876,17	179%
R9.1	Transferências de capital	581 643,00	586 630,00	-4 987,00	-1%	152 503,84	54 627,67	97 876,17	179%
R9.1.1	Administrações Públicas	518 057,00	523 842,00	-5 785,00	-1%	76 326,00	47 883,00	28 443,00	59%
R9.1.1.1	Administração Central - Estado Português	18 057,00	23 842,00	-5 785,00	-24%	16 326,00	7 883,00	8 443,00	107%
R9.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	500 000,00	500 000,00	0,00	0%	60 000,00	40 000,00	20 000,00	50%
R9.1.2	Exterior - UE	63 213,00	62 788,00	425,00	1%	75 805,72	6 744,67	69 061,05	1024%
R11	Reposições não abatidas aos pagamentos	373,00	1 414,72	-1 041,72	-74%	372,12	1 871,87	-1 499,75	-80%
TOTAL com Saldos Gerência Anterior		9 365 359,00	8 380 508,73	984 850,27	12%	8 194 888,33	7 532 112,68	662 775,65	9%
TOTAL sem Saldos Gerência Anterior = Receita Efetiva		6 681 667,00	5 893 174,00	788 493,00	13%	5 511 196,72	5 051 513,64	459 683,08	9%

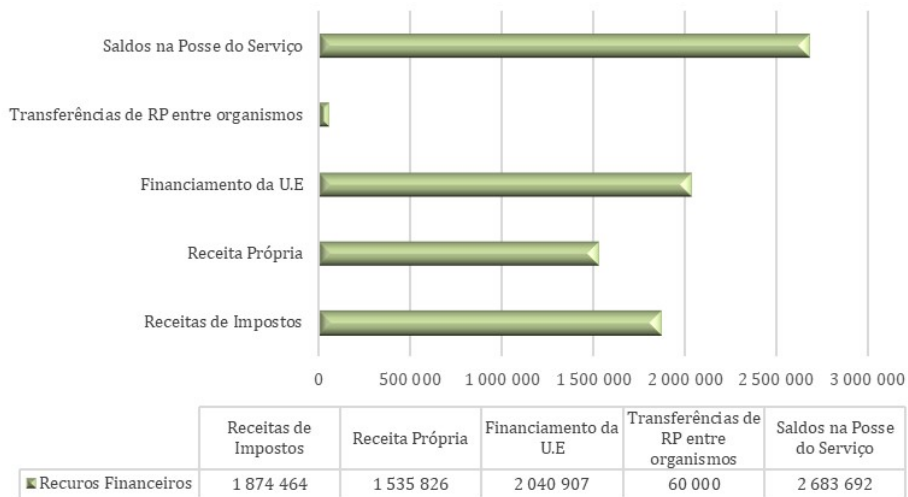
No computo geral, a receita global do exercício de 2021 ascende a € 8.194.888, repartida da seguinte forma:

- € 5.358.693 de receitas correntes;
- € 152.504 de receitas de capital, e
- € 2.683.692 correspondentes a saldos de gerência anterior.

A receita efetiva do ano totalizou € 5.511.197, verificando-se assim um incremento em termos absolutos de € 459.683 face ao período homólogo.

O gráfico seguinte evidencia os valores relativos à receita global 2021 desagregada pelos vários recursos financeiros.

Gráfico 1. Receita Global por Recursos Financeiros



Fonte: Sigo

2. Despesa

A despesa pública ou despesa total consiste na utilização de recursos por entidades públicas na aquisição de bens ou serviços para a satisfação das necessidades públicas. Nos termos do artº 10 do Decreto-Lei nº 228/2012, de 25 de outubro, na sua redação atual, constituem despesas da CCDR as que resultem de encargos decorrentes da prossecução das atribuições que lhe estão cometidas.

A dotação inicialmente estimada para 2021 apresenta um incremento em termos absolutos de € 864.188, perfazendo um total de dotação corrigida que ascende a € 7.103.301. Este incremento é resultante dos seguintes fatores:

- ✓ reforço de dotação orçamental de Receitas de Impostos e Fundos Comunitários atribuído a esta CCDR por Gestão Flexível do Ministério Coesão Territorial, para inscrição dos projetos 11777 - “Avaliação Ex-ante e Avaliação Ambiental Estratégica” e 11778 - “PO Algarve 2030 - Estudos relevantes para a programação futura” no âmbito do Programa Operacional Assistência Técnica;
- ✓ abertura de crédito especial para inscrição do projeto 12354 - “Ligações Transfronteiriças: Ponte de Alcoutim – San Lucar del Guadiana” RE-C07-i03.02, no âmbito do PRR – Plano de Recuperação e Resiliência; e

- ✓ registo do crédito especial por aplicação em despesa do saldo de gerência transitado de 2020, com o desígnio de acomodar os compromissos inerentes à execução física e financeira das atividades/projetos de investimento em curso.

Quadro 5. Resumo das Alterações Orçamentais da Despesa

Valores em euros €

Rubricas (1)	Agrupamento de despesas	Despesa				
		Dotações iniciais (3)	Alterações orçamentais			Dotações corrigidas (7)=(3)+(4)- (5)+(6)
			Inscrições/ Reforços (4)	Diminuições/ Anulações (5)	Créditos especiais (6)	
D1	Despesas com o Pessoal	4 255 457,00	944 344,00	975 695,00	-	4 224 106,00
D2	Aquisição de Bens e Serviços	1 264 869,00	513 373,00	472 109,00	389 634,00	1 695 767,00
D4	Transferências Correntes	1 500,00	42 654,00	-	307 500,00	351 654,00
D5	Outras Despesas Correntes	42 537,00	4 698,00	-	-	47 235,00
D6	Despesas de Capital	174 750,00	174 936,00	37 147,00	32 000,00	344 539,00
D7	Transferências de Capital	500 000,00	-	60 000,00	-	440 000,00
Total		6 239 113,00	1 680 005,00	1 544 951,00	729 134,00	7 103 301,00

No que concerne à despesa global incorrida pela CCDR Algarve em 2021, esta apresenta um grau de execução de cerca de 74% da dotação corrigida, representando um total de despesa paga de € 5.228.709, repartida da seguinte forma:

- € 4.990.936 de despesa corrente, e
- € 237.773 de despesa de capital.

O ano de 2021, comparativamente ao período homologado, regista uma variação positiva de 12,6% e 7,8% nas dotações corrigidas e despesa paga, respetivamente, conforme se demonstra pelo quadro 6. Este aumento é justificado pelos seguintes fatores:

- ✓ A autorização do descativo total das dotações orçamentais condicionadas pela LOE/2021, através do Despacho nº 127/2021/SEO de 19 de fevereiro de 2021, e
- ✓ no ano de 2021 ter ocorrido a inscrição de três novos projetos de investimento, dois no âmbito do Programa Operacional Assistência Técnica por Gestão Flexível do Ministério Coesão Territorial e um no âmbito do PRR – Plano de Recuperação e Resiliência por abertura de crédito especial.

Quadro 6. Despesa Paga 2021 - 2020

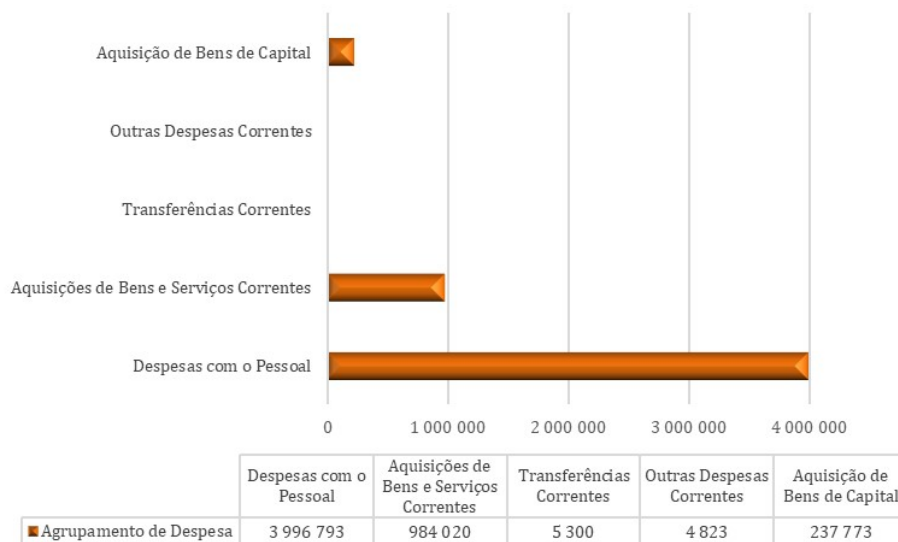
Valores em Euros €

Rubrica	Agrupamento da Despesa	Dotações Corrigidas		Variação 2021/2020		Despesa Paga		Variação 2021/2020		Taxa de Execução %	
		2021	2020	(€)	%	2021	2020	(€)	%	2021	2020
DA01	Despesa corrente	6 318 762,00	5 530 056,00	788 706,00	14,3%	4 990 935,91	4 604 432,71	386 503,20	8,4%	78,99%	83,26%
D1	Despesas com pessoal	4 224 106,00	3 938 870,00	285 236,00	7,2%	3 996 792,72	3 836 246,23	160 546,49	4,2%	94,62%	97,39%
D2	Aquisição de bens e serviços	1 695 767,00	1 547 406,00	148 361,00	9,6%	984 020,49	762 272,41	221 748,08	29,1%	58,03%	49,26%
D4	Transferências e subsídios correntes	351 654,00	1 500,00	350 154,00	23343,6%	5 299,97	1 500,00	3 799,97	253,3%	1,51%	100,00%
D5	Outras despesas correntes	47 235,00	42 280,00	4 955,00	11,7%	4 822,73	4 414,07	408,66	9,3%	10,21%	10,44%
DA02	Despesa de capital	784 539,00	780 799,00	3 740,00	0,5%	237 772,76	243 988,36	-6 215,60	-2,5%	30,31%	31,25%
D6	Aquisição de bens de capital	344 539,00	320 799,00	23 740,00	7,4%	237 772,76	243 988,36	-6 215,60	-2,5%	69,01%	76,06%
D7	Transferências e subsídios de capital	440 000,00	460 000,00	-20 000,00	-4,3%	0,00	0,00	0,00	0,0%	0,00%	0,00%
TOTAL		7 103 301,00	6 310 855,00	792 446,00	12,6%	5 228 708,67	4 848 421,07	380 287,60	7,8%	73,61%	76,83%

Dos saldos transitados para 2021 no montante de € 2.683.692 foram aplicados em despesa € 421 634 (€ 5.270 em despesas com pessoal, € 378.145 em aquisição de bens e serviços e € 38.219 em despesas de investimento). Refira-se ainda que, do saldo aplicado em despesa, € 153.714 foram executados, o que representa uma taxa de execução na ordem dos 36,46%.

O gráfico seguinte evidencia os valores relativos à despesa global desagregada pelos respetivos agrupamentos económicos.

Gráfico 2. Despesa Global por Agrupamento de Despesa



Fonte: Sigo

No computo geral e no estrito cumprimento da regra de equilíbrio orçamental, conforme explanado na Lei de enquadramento orçamental (LEO), a CCDR Algarve apresenta no final do exercício um saldo orçamental que ascende a € 2.966.180, que transita para a gerência do ano económico de 2022.

VI. Análise às Demonstrações Financeiras

Analisando as contas do Balanço, da Demonstração dos Resultados por Natureza e da Demonstração dos Fluxos de Caixa do exercício de 2021, é de referir:

a) Alteração de Política Contabilística

Conforme é referido na Nota 2.1 do Anexo às Demonstrações Financeiras, no ano de 2021 procedeu-se, voluntariamente, à alteração da política contabilística respeitante ao reconhecimento dos rendimentos respeitantes a transações sem contraprestação, mais concretamente no que concerne ao reconhecimento do rendimento da Taxa de Gestão de Resíduos (TGR) e às transferências correntes obtidas de fundos comunitários (reembolso comunitário de despesas em projetos co-financiados). Consequentemente, além de se efetuar o tratamento retrospectivo dos efeitos da referida alteração (refletidos como se já viesse a ser aplicada anteriormente), procedeu-se, igualmente, à reexpressão da informação comparativa respeitante ao ano de 2020. Nessa Nota 2.1. do Anexo às Demonstrações Financeiras encontra-se o detalhe da referida alteração e a quantificação dos respetivos impactos.

b) O Balanço

- Total do ativo no valor de € 10.117.497. Face a 2020 existe uma variação positiva de 27% ou 62%, comparando com os montantes reexpressos ou os anteriormente aprovados, respetivamente (€ 7.987.142 ou € 6.238.188 registados em 2020, considerando a informação reexpressa ou anteriormente aprovada, respetivamente). Esta variação reside fundamentalmente no aumento do ativo corrente, sobretudo gerado pelas “Outras Contas a Receber”, resultante dos efeitos decorrentes da alteração da política contabilística, embora também se deva ao incremento da rubrica de “Caixa e Depósitos”;
- Património Líquido no valor de € 5.985.923. Face a 2020 regista-se um incremento de 18% ou 78%, comparando com os montantes reexpressos ou os anteriormente aprovados, respetivamente (€ 5.056.530 ou € 3.361.843 registados em 2020, considerando a informação reexpressa ou anteriormente aprovada, respetivamente), fundamentalmente devido aos efeitos em “Resultados Transitados” decorrentes da alteração da política contabilística, mas também do “Resultado Líquido do Período”;
- Total de Passivo no valor de € 4.131.575. Face ao ano transato regista-se um acréscimo na ordem dos 41% ou 44%, comparando com os montantes reexpressos ou os anteriormente aprovados, respetivamente (€ 2.930.613 ou € 2.876.346 registados em 2020, considerando a informação reexpressa ou anteriormente aprovada, respetivamente). Este aumento é explicado pelo aumento dos “Credores por Transferências e Subsídios não Reembolsáveis” relacionado com uma verba por entregar referente a fundos recebidos do PRR – Plano de Recuperação e Resiliência.

A composição do Património Líquido e do Passivo apresentam nos anos em análise os seguintes valores percentuais:

	2021	2020 (reexpresso)	2020 (aprovado)
Património Líquido	59%	63%	54%
Passivo	41%	37%	46%

A conta Resultados Líquidos refletiu um valor positivo de € 856.231 que será explicado posteriormente quando for analisada a Demonstração de Resultados – Componente Custos.

c) Demonstração dos Resultados por Natureza

- Total de Réditos e Rendimentos no valor de € 7.234.037. Face a 2020, existe um incremento de 33,2% ou 43,6%, comparando com os montantes reexpressos ou os anteriormente aprovados, respetivamente;
- Gastos e Custos no valor de € 6.377.806. Face a 2020 existe um acréscimo de 33,4%;
- Resultados operacionais no valor de € 856.231. Face a 2020 existe um incremento dos resultados em cerca de 31% ou 232%, comparando com os montantes reexpressos ou os anteriormente aprovados, respetivamente;
- Resultado líquido do exercício no valor de € 856.231. Face a 2020 existe um incremento dos resultados em cerca de 31% ou 232%, comparando com os montantes reexpressos ou os anteriormente aprovados, respetivamente (€ 652.285 ou € 257.598 registados em 2020, considerando a informação reexpressa ou anteriormente aprovada, respetivamente).

Réditos e Rendimentos

No ano de 2021 os Réditos e Rendimentos totalizaram € 7.234.037. Este montante foi essencialmente constituído por “*Transferências e Subsídios Correntes Obtidos*” e “*Impostos, Contribuições e Taxas*”. As restantes contas de rendimentos apresentam valores residuais. Pese embora a diversidade de fontes de receita previstas, os recursos financeiros da CCDR Algarve continuam a ter como principal fonte de financiamento as transferências de receitas de impostos e a transferência da APA relativa à receita proveniente da TGR – Taxa de Gestão de Resíduos (Portaria nº 278/2015, de 11 de setembro).

Em termos comparativos com o ano de 2020 (reexpresso), é possível verificar pelo quadro infra, um acréscimo em termos absolutos de € 1.801.816.

Quadro 7. Estrutura de Réditos e Rendimentos 2021 - 2020

Valores em euros €

Réditos e Rendimentos	2021		2020 (reexpresso)		Variação 2021/2020	
	(€)	%	(€)	%	(€)	%
Impostos, Contribuições e Taxas	1 884 952,69	26,1%	1 578 847,52	29,1%	306 105,17	19,4%
Vendas	178,60	0,2%	144,00	0,0%	34,60	24,0%
Prestação de Serviços e Concessões	94 117,83	1,3%	104 734,05	1,9%	-10 616,22	-10,1%
Transferências e Subsídios Correntes Obtidos	5 175 248,09	71,5%	3 656 524,17	67,3%	1 518 723,92	41,5%
Reversões	170,72	0,0%	0,00	0,0%	170,72	-
Outros Rendimentos	79 368,86	1,1%	91 970,95	1,7%	-12 602,09	-13,7%
Proveitos Totais	7 234 036,79	100,0%	5 432 220,69	100,0%	1 801 816,10	33,2%

Em termos comparativos com o ano de 2020 (aprovado), é possível verificar pelo quadro infra, um acréscimo em termos absolutos de € 2.196.503.

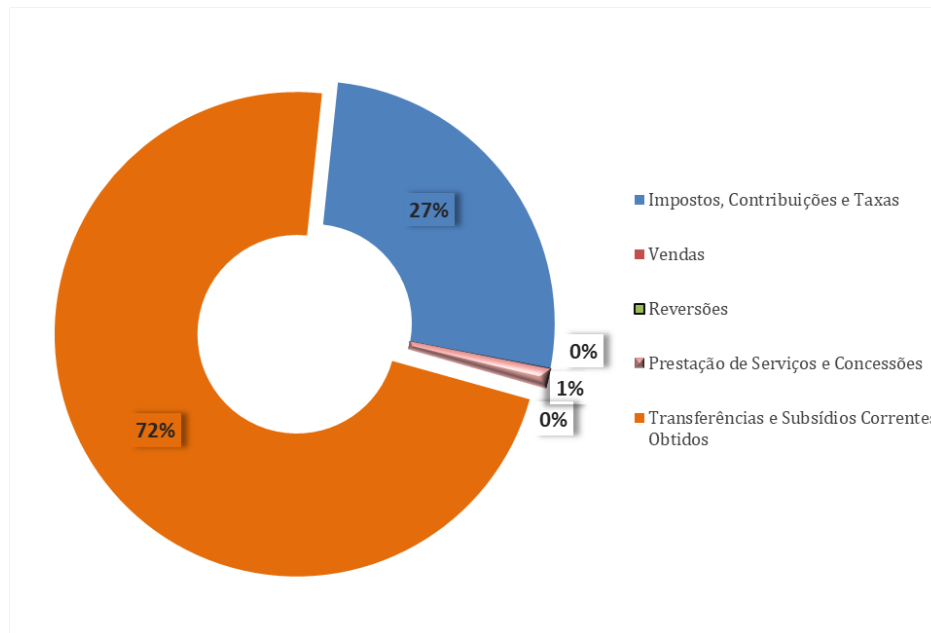
Quadro 7 a. Estrutura de Réditos e Rendimentos 2021 - 2020

Valores em euros €

Réditos e Rendimentos	2021		2020		Variação 2021/2020	
	(€)	%	(€)	%	(€)	%
Impostos, Contribuições e Taxas	1 884 952,69	26,1%	1 381 563,52	27,4%	503 389,17	36,4%
Vendas	178,60	0,2%	144,00	0,0%	34,60	24,0%
Prestação de Serviços e Concessões	94 117,83	1,3%	104 734,05	2,1%	-10 616,22	-10,1%
Transferências e Subsídios Correntes Obtidos	5 175 248,09	71,5%	3 459 121,08	68,7%	1 716 127,01	49,6%
Reversões	170,72	0,0%	0,00	0,0%	170,72	-
Outros Rendimentos	79 368,86	1,1%	91 970,95	1,8%	-12 602,09	-13,7%
Proveitos Totais	7 234 036,79	100,0%	5 037 533,60	100,0%	2 196 503,19	43,6%

A representação por percentagem na estrutura dos Rendimentos é apresentada no gráfico seguinte:

Gráfico 3. Réditos e Rendimentos 2021



Fonte: Demonstração de Resultados por Natureza

Gastos e Custos

Os Gastos e Custos assumiram em 2021 o valor de € 6.377.806, tendo este valor representado um incremento de 33,4% relativamente ao ano de 2020.

Pela análise segmentada dos gastos e custos incorridos, e conforme a tendência reportada nos anos anteriores, a preponderância de valores reportam-se a “gastos com pessoal”, cerca de 64%, seguidos dos “outros gastos” e “custos com fornecimentos e serviços externos” que representam cerca de 18% e 15% do total, respetivamente. Estes últimos compreendem os gastos relativos aos trabalhos especializados, nomeadamente: estudos, pareceres e consultadoria jurídica e projetos e serviços de informática justificados pela execução dos projetos de investimento, destacando-se ainda neste agrupamento de despesa, o valor relativo ao cumprimento do princípio da onerosidade e os gastos gerais (água, eletricidade, comunicação e limpeza, higiene e conforto), inerentes ao funcionamento dos 2 edifícios ocupados pelas unidades orgânicas desta Comissão de Coordenação.

De salientar, que o incremento em valor absoluto verificado nos “Outros Gastos” no montante de € 1.171.814 que representam uma diminuição de 28.125% face ao ano homólogo, é essencialmente explicada pela correção/restituição do valor de € 1.170.000 correspondente ao projeto PRR - “Ligações Transfronteiriças: Ponte de Alcoutim – San Lucar del Guadiana” RE-C07-i03.02 (orientações da DGO emanadas pelo documento “Guia de Operações Final de Ano – PRR” de 20 de dezembro de 2021).

Em termos comparativos com o ano de 2020, é possível verificar pelo quadro infra, um acréscimo em termos absolutos de € 1.597.870.

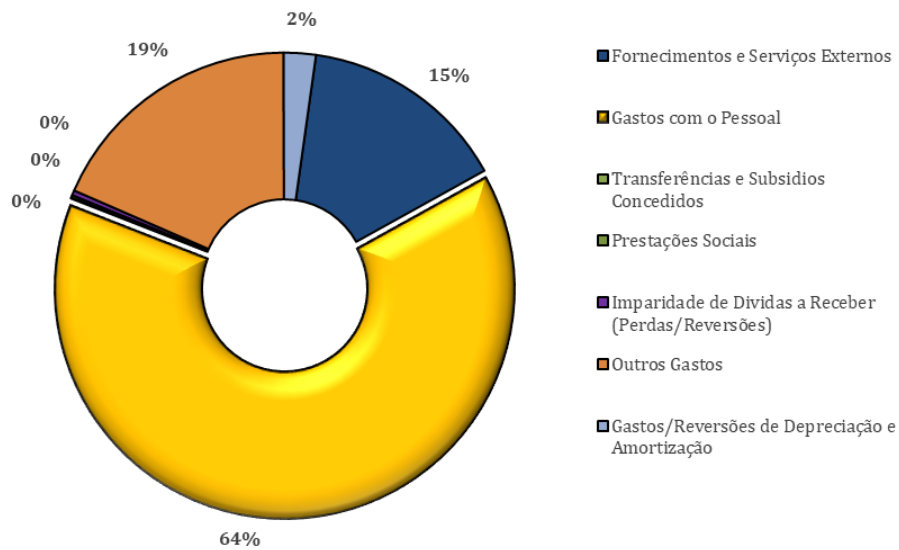
Quadro 8. Estrutura de Gastos e Custos 2021 - 2020

Valores em euros €

Gastos e Custos	2021		2020		Variação 2021/2020	
	(€)	%	(€)	%	(€)	%
Fornecimentos e Serviços Externos	938 819,50	14,7%	757 625,09	15,9%	181 194,41	23,9%
Gastos com o Pessoal	4 080 564,90	64,0%	3 859 016,14	80,7%	221 548,76	5,7%
Transferências e Subsídios Concedidos	5 299,97	0,1%	1 500,00	0,0%	3 799,97	253,3%
Prestações Sociais	11 046,96	0,2%	10 966,56	0,2%	80,40	0,7%
Imparidade de Dívidas a Receber (Perdas/Reversões)	21 938,00	0,3%	15 024,00	0,3%	6 914,00	46,0%
Outros Gastos	1 175 979,90	18,4%	4 166,40	0,1%	1 171 813,50	28125,3%
Gastos/Reversões de Depreciação e Amortização	144 156,97	2,3%	131 637,69	2,8%	12 519,28	9,5%
Custos Totais	6 377 806,20	100,0%	4 779 935,88	100,0%	1 597 870,32	33,4%

A representação por percentagem na estrutura dos Gastos é apresentada no gráfico seguinte:

Gráfico 4. Gastos e Custos 2021



Fonte: Demonstração Resultados por Natureza

Por último, apresentam-se os resultados consolidados do ano 2021.

O resultado líquido apurado foi influenciado pelos valores assumidos em 2021 pelos Réditos e Rendimentos e pelos Gastos e Custos, que quando comparados com os do ano anterior, apresentam um acréscimo na ordem dos 31% ou 232%, comparando com os montantes reexpressos ou os anteriormente aprovados, respetivamente.

Quadro 9. Resultados do Exercício

RESULTADOS DO EXERCÍCIO	2021	2020 (reexpresso)	2020 (aprovado)
Resultado Líquido do Exercício	856.231	652.285	257.598

Fonte: Demonstração Resultados por natureza

d) Demonstração dos Fluxos de Caixa

- O valor apurado nos Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais apresenta um total positivo de € 1.620.196. Face a 2020 existe uma variação positiva em termos de valores absolutos que ascende a € 1.220.687,00. Este incremento é justificado essencialmente pelo facto de ter sido considerado nos outros recebimentos a verba cobrada de € 1.170.000 e não utilizada até final do ano económico, correspondente ao projeto PRR - “Ligações Transfronteiriças: Ponte de Alcoutim – San Lucar del Guadiana” RE-C07-i03.02 (orientações da DGO emanadas pelo documento “Guia de Operações Final de Ano – PRR” de 20 de dezembro de 2021);
- O valor apurado nos Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento apresenta um total de € 83.628. Face a 2020 regista-se uma diminuição em termos de valores absolutos de € 104.049;
- O valor apurado da Variação de Caixa e seus Equivalentes apresenta um total de € 1.536.868. Face a 2020 existe um incremento em termos de valores absolutos de € 1.324.736;
- No início do período de 2021, a Gerência apresentava um saldo de € 3.102.870. No entanto, face às Variações de Caixa e seus Equivalentes ocorridas durante o ano, esse saldo aumentou em € 1.536.868, ascendendo no final do exercício de 2021 a € 4.639.737, valor a transitar para 2022.

VII. Contabilidade por Centros de Custo

A estrutura dos Centros de Custo adotada por esta CCDR assenta em dois grandes grupos, Funcionamento e Investimento, correspondentes respetivamente aos orçamentos em execução durante o ano económico. Esta estrutura está produzida em tabelas que são anualmente atualizadas, no sistema integrado de gestão – SINGAP – módulos dos Recursos Humanos e da Gestão Financeira, em função das entradas/saídas de trabalhadores das unidades orgânicas, e por sua vez, o nº de horas mensais que cada trabalhador dispensa na realização de cada uma das funções às mesmas afetas.

No que se refere à componente do Funcionamento (Atividades) a imputação das receitas/despesas é feita por unidade orgânica (Direção de Serviço), e ainda, dentro de cada unidade orgânica em função das principais funções que decorrem diretamente da missão e atribuições da CCDR Algarve.

As unidades orgânicas consideradas na estrutura dos centros de custos do funcionamento são as constantes na tabela seguinte:

Unidade Orgânica	Atribuição/Competência
DSOT	Ordenamento do Território
DSA	Ambiente
DSDR	Desenvolvimento Regional
DSAJAL	Apoio Jurídico a Administração Local
SERVIÇOS TRANSVERSAIS	Gestão Financeira Gestão Patrimonial/Expediente Gestão de Recursos Humanos Informação, Promoção e Comunicação Sistemas de Informação Presidência

Na componente Investimento, identificada com os projetos executados anualmente, a imputação das receitas/despesas é efetuada diretamente aos mesmos.

O Quadro 10 sintetiza a receita arrecadada e a despesa paga por unidade orgânica e respetivas funções, relativamente à execução orçamental registada do ano 2021. Esta informação no que respeita à componente receita, não incluiu os saldos transitados de anos anteriores na posse do serviço e as transferências de capitais relativas ao Programa PIPITAL, atrás identificados, pelo que os valores globais aqui apresentados são naturalmente inferiores aos reproduzidos na Contabilidade Orçamental.

Para melhor compreensão da informação constante neste quadro, é importante analisar os Quadros 11 e 12 que identificam a origem da receita arrecadada e a tipologia da despesa realizada por unidade orgânica.

Assim, no que se refere às receitas imputadas a cada unidade orgânica identificaram-se as seguintes:

- ❖ Receitas de impostos provenientes do orçamento do Estado – imputação da receita a cada unidade orgânica em função do nº de trabalhadores que está afeto;
- ❖ Receitas Próprias – receitas imputadas a cada unidade orgânica em função do disposto nos diplomas legais que estabelecem os valores a cobrar e a sua repartição por 3^{as} entidades, quando aplicável.

De referir que determinadas unidades orgânicas pelas funções que desenvolvem não são “geradoras” de receita, como é o caso dos Serviços Transversais que englobam as atribuições/competências da Gestão Financeira, Patrimonial, Recursos Humanos, Informação, Promoção e Comunicação, os Sistemas de Informação e a Presidência. Nestes casos, as receitas imputadas correspondem, em regra, às receitas provenientes do Orçamento de Estado – Solicitação de Transferências de Fundos (exclusivamente aplicados em despesas com pessoal) e às receitas comunitárias, provenientes de reembolsos FEDER (despesas cofinanciadas por fundos comunitários e por convenções assinadas com a Comissão Europeia relativas a projetos especiais – *Europe Direct* e *Entreprise Europe Network*).

Quadro 10. Receita/Despesa por Centro de Custo/Unidade Orgânica

		RECEITA		DESPESA		RESULTADO LIQUIDO		
Unidade Orgânica	C.C. Final (movimentável)	Valor por função (COBRADO)	Valor por Un. Orgânica	Valor por função (PAGO)	Valor por Un. Orgânica	Valor por função	Valor por Un. Orgânica	
DSOT	1. Monitorização do PROT; NDT e NDE(1)	MONIT	7 000	16 196		-9 196	-409 981	
	2. Acompanhamento IGT e AAE (2)	IGT / AAE	102 864	224 902		-122 037		
	3. SIRJUE e outros processos (3)	SIRJUE	28 000	58 483	861 992	-30 483		
	4. REN E RAN	REN / RAN	139 607	243 380		-103 773		
	5. AIA E AInCA (4)	AVAL	83 540	148 208		-64 668		
	6. Projectos e outras funções	PROJ	91 000	170 824		-79 824		
DSA	1. Avaliação de Impacte Ambiental	AIA	7 000	60 297	329 254	-53 297	1 295 870	
	2. Licenciam. e Gestão de Resíduos	LICENÇ	1 451 992	84 572		1 367 419		
	3. Rede de Qualidade do Ar e Emissões	QUAL. AR	95 000	133 481		-38 481		
	4. Extração Mineral	EXT MIN	57 132	30 323		26 810		
	5. Ruído	RUIDO	7 000	12 371		-5 371		
	6. Acomp. AAE / IGT	AAE / IGT	7 000	8 210		-1 210		
DSDR	1. Cooperação	COOP	149 235	212 308	562 386	-63 074	-242 521	
	2. Estudos Regionais	EST. REG	56 000	148 087		-92 087		
	3. Plan. e acompanh. de prog. comunitários	PLAN	21 000	68 976		-47 976		
	4. Informação Europeia (Empresas)	IEE	42 000	79 972		-37 972		
	5. Informação Europeia (Cidadãos)	IEC	51 630	53 043		-1 413		
DSAJAL	1. Finanças Locais	FIN. LOC	14 000	55 683	396 324	-41 683	-264 328	
	2. Programa Equip. Urbanos, Utilização Colectiva e Coop. Técnica e Financeira	PEUUCCTF	7 000	19 854		-12 854		
	3. Balanço Social das Autarquias	BAL. SOC	7 000	26 801		-19 801		
	4. Processos de Contra-ordenação	CONTR	75 604	173 197		-97 593		
	5. Elaboração Pareceres Jurídicos e Contencioso	PAREC	7 393	61 729		-54 337		
	6. Vigilância e Controlo	VIG./CONTROL	21 000	59 060		-38 060		
SERV. TRANSV. DSCGAF	1. Gestão Financeira	FINANC	137 343	226 021	607 916	-88 677	-177 915	
	2. Gestão Patrimonial/ Expediente	PATRIM	224 000	245 749	763 630	-21 749		
	3. Gestão de Recursos Humanos	RH	133 171	118 082		15 088		
	4. DIPC	DIPC	7 000	18 064		-11 064		
	5. DSI	DSI	35 000	68 119	68 119	-33 119		
PRES	Presidência	PRES	49 201	49 201	87 596	87 596	-38 394	-38 394
Total			3 114 712	3 114 712	2 913 588	2 913 588	201 124	201 124

Fonte: Balancetes da Receita - SINGAP

Quadro 11. Fontes de Receita por Centro de Custo/Unidade Orgânica

Designação das receitas	Unidade Orgânica					TOTAL
	DSA	DSAJAL	DSDR	DSOT	SERV. TRANS.	
Taxas, multas e outras penalidades	1 453 124	19 604	0	33 748	0	1 506 476
Transferências correntes	112 000	112 000	319 865	389 864	585 157	1 518 886
Venda de bens e serviços	0	393	0	28 399	187	28 978
Transf. De Capital - FA	60 000	0	0	0	0	60 000
Reposições não abatidas nos pagamentos	0	0	0	0	372	372
TOTAIS	1 625 124	131 996	319 865	452 011	585 716	a) 3 114 712

a) exclui valores - Saldos na posse do serviço - € 1.773.382,07 e extra-orçamentais € 48.161,11

Fonte: Balancetes da Receita - SINGAP

As receitas arrecadadas em 2021 totalizam € 3.114.712, o que representa uma percentagem de execução na ordem dos 97,4% face ao valor orçamentado inicial (€ 3.197.484), expurgando como foi referido, as transferências no montante de € 500.00 correspondente às verbas a transferir para os beneficiários do programa PIPITAL – Programa de Investimentos Públicos de Interesse Turístico do Algarve.

Efetuada uma análise mais detalhada à componente da receita arrecadada, e não por fonte de financiamento como anteriormente foi demonstrada, conclui-se que o agrupamento das transferências correntes assume maior expressão, no cômputo global da receita arrecadada, representando cerca de 49% do valor total. Segue-se em termos de maior representatividade na receita total arrecadada a proveniente da TGR (Portaria nº 278/2015, de 11 de setembro) englobada no grupo de receitas Taxas, Multas e Outras Penalidades, que representa cerca de 48% do total.

Concentrando agora a análise na receita arrecadada por unidade orgânica, conclui-se que a Direção de Serviços do Ambiente (DSA) foi o centro de custos que se destaca, à semelhança dos anos anteriores, com mais receita arrecadada, representando 52% do total cobrado. Este valor justifica-se pelo facto de se ter convencionado, aquando da definição da estrutura dos centros de custo, que a receita da Taxa de Gestão de Resíduos – TGR pela sua natureza estaria associada a esta unidade orgânica.

Quadro 12. Despesa por Centro de Custo/Unidade Orgânica

Designação	Unidades orgânicas					TOTAL
	DSA	DSAJAL	DSDR	DSOT	SERV. TRANS.	
Despesas com Pessoal	234 692	357 860	499 637	790 452	580 300	2 462 940
Aquisição de Bens e Serviços	53 177	14 325	27 951	64 746	109 929	270 128
Transfer. Correntes	0	4 226	1 689	0	2 015	7 930
Aquisição de Bens de Capital	41 386	19 914	33 109	6 795	71 386	172 590
TOTAIS	329 254	396 324	562 386	861 992	763 630	2 913 588

Fonte: Balancetes da Despesa - SINGAP

Quanto às despesas, está definido o seguinte critério de imputação:

- ❖ Despesas gerais – imputação a cada unidade orgânica em função do nº de trabalhadores que lhe está afeto;
- ❖ Despesas gerais específicas por edifício/unidade orgânica/função – imputação às unidades orgânicas/funções a que respeitam.

As despesas realizadas e pagas em 2021 totalizaram € 2.913.588, representando uma percentagem de execução na ordem dos 91% face ao valor inicialmente orçamentado.

Numa análise por grandes agrupamentos de despesa conclui-se que as despesas com pessoal representam cerca de 84,5% do total do orçamento executado. Por sua vez, o agrupamento aquisição de bens e serviços regista uma taxa de execução de 9%.

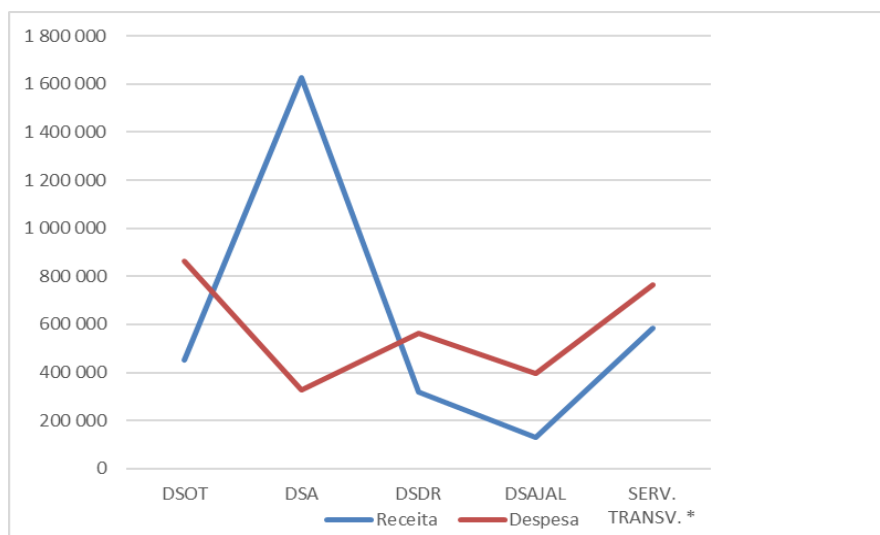
Relativamente à despesa por unidade orgânica, as que têm maior expressão na execução global são a DSOT e os Serviços Transversais, sendo as responsáveis pelo maior volume de despesa na maioria dos agrupamentos de classificação económica.

Procedendo à análise comparativa entre a receita e despesa afetas a cada unidade orgânica, conclui-se que excetuando a DSA, que gerou um resultado líquido positivo, as restantes unidades orgânicas apresentam um resultado negativo, que naturalmente foi compensado pelos excedentes da Direção de Serviços do Ambiente.

O Gráfico 5 a seguir apresentado evidencia claramente esta realidade.

Para remate da análise dos centros de custo resta proceder à identificação das funções que no geral, e em particular em cada unidade orgânica, representaram maior custo ponderado naturalmente pelo nº de horas/trabalhador. O Quadro 10 permite retirar conclusões interessantes e de grande importância para a gestão dos serviços.

Gráfico 5. Receita/Despesa por Centro de Custo/Unidade Orgânica



Fonte: Balançetes da Despesa - SINGAP

Relativamente ao Orçamento de Investimento a cada projeto aprovado no âmbito do POR Algarve 2020 e INTERREG V procede-se à correspondência com o centro de custo com a mesma designação.

Quadro 13. Receita/Despesa por Centro de Custo (projetos)

Prog./Medida	Centro de Custo (Projeto)	Cód. Proj.	RECEITA		DESPESA		RESULTADO LIQUIDO	
			Valor por Centro de Custo (COBRADO)	Valor por Prog./Medida	Valor por Centro de Custo (PAGO)	Valor por Prog./Medida	Valor por Centro de Custo	Valor por Prog./Medida
P02 M003	Cooperação Inter-Regional - CCDR Algarve	10243	31 617	39 981	35 362	40 036	-3 746	-56
	ATLAZUL	12353	0		0		0	
	ECRESHOT	11203	8 364		4 674		3 690	
P02 M031	Articular para Intervir III	11201	33 554	33 554	34 564	34 564	-1 010	-1 010
	O Algarve na Dieta	10497	0		0		0	
P02 M033	Melhorar o Ambiente, Avaliar a Qualidade do Ar	10248	20 494	20 494	14 769	14 769	5 726	5 726
P02 M063	Assistência Técnica do Programa Operacional CRESC Algarve 2020	9752	1 998 665	2 302 456	2 034 588	2 225 752	-35 923	76 704
	Assistência Técnica - Vertente Transfronteiriça	9826	99 128		20 348		78 780	
	Indexação Espacial para Articular e Qualificar	10208	0		3 950		-3 950	
	RIA	11202	80 731		45 192		35 539	
	Formação Algarve	11543	21 874		17 441		4 433	
	PO Algarve 2030 - Estudos de Aval. Ex-ante e Aval. Ambiental Estratégica	11777	21 218		21 218		0	
	PO Algarve 2030 - Estudos relevantes para a programação futura	11778	26 273		22 386		3 887	
RIS Algarve - Reengenharia, Inovação e Simplificação	10238	54 568	60 629	-6 062				
P02 M0102	Ligações Transfronteiriças - Ponte Alcoutim - San Lucar del Guadiana	12354 *	0	0	0	0	0	0
Total			2 396 485	2 396 485	2 315 121	2 315 121	81 364	81 364

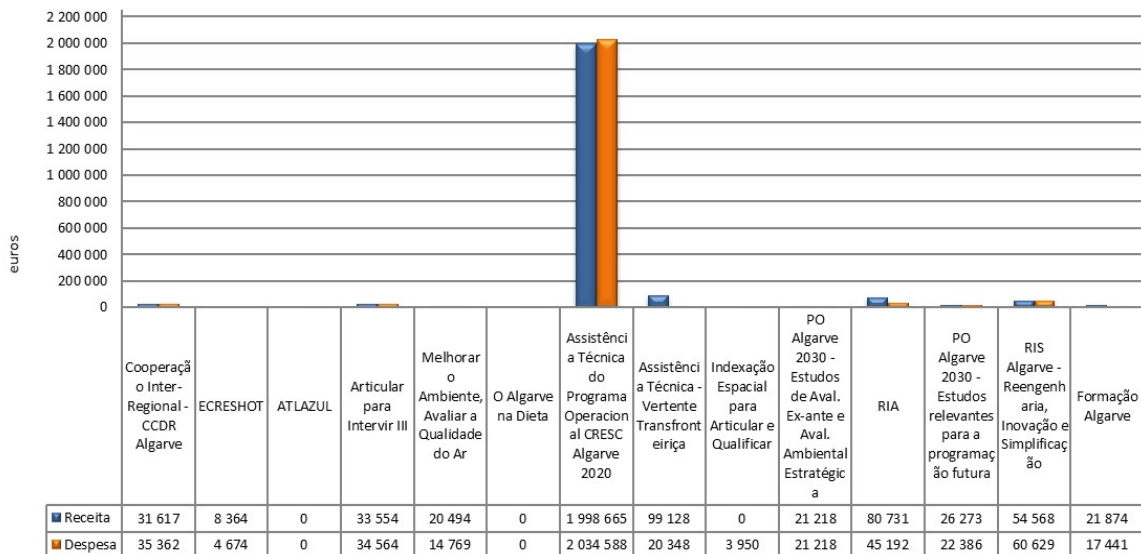
Obs: Não está refletida a cobrança da verba €170.000,00 (adiantamento do projeto "Ligações Transfronteiriças - Ponte Alcoutim - San Lucar del Guadiana") no âmbito do PRR, por ter sido convertida para operações extraorçamentais (orientações dadas pelo documento - Guia de Operações Final de Ano - PRR da DGO datado de 20 de dezembro 2021)

Fonte: Balançetes da Despesa - SINGAP

O Quadro 13 evidencia a receita cobrada acumulada do ano, especificada por centros de custo (projetos) no montante total de € 2.396.485, sendo o centro de custo afeto ao projeto – “Assistência Técnica do Programa Operacional Algarve 2020” que evidencia a maior taxa de receita cobrada, ascendendo a 83,4%.

Relativamente à despesa, o centro de custo com maior execução foi igualmente o da Assistência Técnica do POR Algarve 2020, representando cerca de 87,9% da execução global do orçamento de Investimento. De salientar que, o encargo mais preponderante neste projeto são as despesas com o pessoal (Estruturas de Missão), que representam 66,3% do total das despesas realizadas do ano de 2021.

Gráfico 6. Receita-Despesa por centro de custo (projeto)



Fonte: Balançetes da Despesa – SINGAP

VIII. Indicadores

Os indicadores financeiros de uma entidade são as métricas calculadas por meio de dados obtidos nas demonstrações financeiras. Basicamente, a sua principal função é fornecer informações que auxiliem na análise da performance organizacional e na tomada de decisão.

1. Indicadores Económicos Financeiros

a) Situação Financeira

Os indicadores apresentados no quadro seguinte permitem à CCDR Algarve medir o nível adequado de capitais próprios, a sua capacidade de endividamento e solvabilidade, ou seja, incidem na análise da capacidade da CCDR Algarve em honrar os seus compromissos de curto prazo, médio e longo prazo.

		2021	2020 (reexpresso)	Variação
Estrutura Financeira	Autonomia Financeira	0,59	0,63	-0,04
	Solvabilidade Património	1,45	1,73	-0,28
	Endividamento	0,41	0,37	0,04

		2021	2020 (aprovado)	Variação
Estrutura Financeira	Autonomia Financeira	0,59	0,54	0,05
	Solvabilidade Património	1,45	1,17	0,28
	Endividamento	0,41	0,46	-0,05

Comparando com a informação reexpressa para o ano de 2020 verifica-se uma degradação dos rácios da estrutura de financiamento (ou autonomia) e da solvabilidade (diminuição de 0,04 e 0,28, respetivamente), em virtude da diminuição do peso do Património Líquido como consequência do aumento do peso do Passivo, nomeadamente devido à dívida a pagar relacionada com os fundos do projeto do PRR. Caso fosse expurgado esse efeito das demonstrações financeiras, os indicadores apresentariam a tendência contrária, ou seja, de melhoria.

Caso se efetue a comparação com a informação aprovada para o ano de 2020, verifica-se uma melhoria nos rácios da estrutura de financiamento (ou autonomia) e da solvabilidade, relativamente ao ano de 2020 (aumento de 0,05 e 0,28 respetivamente), por conta do aumento do peso do Património Líquido e por sua vez da redução do peso do Passivo. Refira-se assim, que os valores estão a evoluir positivamente no sentido de garantir estabilidade a esta CCDR Algarve, menor dependência em relação aos seus credores, não se encontrando comprometida a capacidade desta em solver as responsabilidades assumidas perante terceiros.

Por último, o rácio de endividamento permite analisar a capacidade da CCDR Algarve em suportar perdas sem incumprir com o pagamento da dívida. Relativamente à informação reexpressa para o ano de 2020, este rácio aumentou em 0,05 e permite verificar que o peso do passivo (ou endividamento) na estrutura de financiamento da entidade aumentou, o que significa que é maior o grau de risco relacionado com a entidade e menor a capacidade de endividamento potencial. Contudo, tal efeito deve-se essencialmente à dívida a pagar relacionada com os fundos do projeto do PRR. Caso fosse expurgado esse efeito das demonstrações financeiras, este indicador apresentaria a tendência contrária, ou seja, de melhoria.

Relativamente à informação aprovada para o ano de 2020, este rácio diminuiu em 0,05 e permite verificar que o peso do passivo (ou endividamento) na estrutura de financiamento da entidade diminuiu, o que significa que menor é o grau de risco relacionado com a entidade e maior a capacidade de endividamento potencial.

Os indicadores de liquidez medem a capacidade da CCDR Algarve em solver os seus compromissos de curto prazo e satisfazer inesperadas necessidades de liquidez. Caso se compare com a informação reexpressa do ano anterior, constata-se que as oscilações nos indicadores são bastante diminutas mantendo-se a situação de liquidez bastante positiva.

		2021	2020 (reexpresso)	Varição
Liquidez	Liquidez Geral	1,82	1,87	-0,05
	Liquidez Reduzida	1,82	1,87	-0,05
	Liquidez Imediata	1,12	1,06	0,06

Em média, e analisando os indicadores do quadro infra, considerando a informação aprovada do ano anterior, verifica-se que aumentou a velocidade com que os ativos se tornam líquidos, para caso haja necessidade em fazer face a obrigações decorrentes dos passivos de curto prazo.

		2021	2020 (aprovado)	Varição
Liquidez	Liquidez Geral	1,82	1,30	0,52
	Liquidez Reduzida	1,82	1,30	0,52
	Liquidez Imediata	1,12	1,08	0,04

Pela análise dos indicadores financeiros obtidos, é possível concluir que na ótica da liquidez geral, a CCDR Algarve apresenta-se com capacidade para satisfazer as suas obrigações a curto prazo.

Quanto ao indicador à liquidez imediata, que apenas considera o valor das disponibilidades (caixa e bancos) para fazer face ao passivo de curto prazo, o aumento do indicador relativamente ao ano de 2020 reflete o aumento do valor disponível em banco, verificando-se maior flexibilidade para fazer face às suas obrigações imediatas.

No computo geral, verifica-se que, todos os indicadores de liquidez melhoraram relativamente ao ano de 2020. Assim, sendo os indicadores superiores a 1, significa que a CCDR Algarve está em equilíbrio financeiro de liquidez na ótica do curto prazo, ou seja, o valor pago é inferior ao valor recebido.

b) Situação Económica

Os indicadores de rentabilidade refletem a capacidade que a CCDR Algarve tem de gerar resultados. São constituídos por uma rúbrica de resultados no numerador (o resultado líquido do exercício) e, no denominador, por uma rúbrica que possa ter estado na origem desses mesmos resultados. Assim, facilmente se compreende que, quanto maiores estes indicadores, em melhor situação se encontra a entidade.

No quadro seguinte apresentam-se alguns indicadores de rentabilidade e respetiva evolução comparando com a informação reexpressa para o ano de 2020.

		2021	2020 (reexpresso)	Variação
Rentabilidade	Rentabilidade do Património Líquido (RPL)	14,30	12,90	1,40
	Rentabilidade Operacional do Ativo (ROA)	8,46	8,17	0,30
	Rentabilidade operacional do Volume de Negócios (ROVN)	43,26	38,74	4,52

No quadro seguinte apresentam-se alguns indicadores de rentabilidade e respetiva evolução comparando com a informação aprovada para o ano de 2020.

		2021	2020 (aprovado)	Variação
Rentabilidade	Rentabilidade do Património Líquido (RPL)	14,30	7,66	6,64
	Rentabilidade Operacional do Ativo (ROA)	8,46	4,13	4,33
	Rentabilidade operacional do Volume de Negócios (ROVN)	43,26	17,33	25,93

Verifica-se que, relativamente ao ano de 2020 a evolução positiva da rentabilidade do património líquido decorre essencialmente do aumento dos rendimentos obtidos à semelhança de um controlo no incremento gastos correntes.

No computo geral, todos os indicadores tiveram uma variação positiva significativa, justificada pelos resultados positivos obtidos no exercício de 2021.

2. Indicadores Orçamentais

Por último, são apresentados no quadro seguinte os indicadores de desempenho orçamental:

	2021	2020	Varição
Grau de Execução Orçamental da Receita	87,50%	89,88%	-2,38%
Grau de Execução Orçamental da Despesa	73,61%	76,83%	-3,22%
Saldo Corrente	367 756,97	390 581,39	-22 824,42
Saldo de Capital	-85 641,04	-189 360,69	103 719,65
Saldo Global	282 488,05	203 092,57	79 395,48
Grau de Realização das Liquidações	1,01	1,01	-0,01
Grau de Execução das Obrigações	0,99	0,99	-0,01

Apesar do ano de 2021 ter sido marcado por vários constrangimentos legais e administrativos à realização de despesa (cumprimento do n.º 1 do artigo 69.º da LEO 2021, atendendo à necessidade imperiosa de ultrapassar no ano em curso o limite dos encargos globais pagos no ano 2020) e ainda a incerteza e imprevisibilidade da atual situação de pandemia causada pela doença COVID19, verifica-se que a receita efetiva cobrada em 2021 permitiu cobrar todos os compromissos assumidos durante o ano, e que excedeu em € 282.488 a despesa realizada.

Relatório da Formação Profissional - INA 2021



COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO
REGIONAL DO ALGARVE

RELATÓRIO DE REPORTE DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL DE 2021

Ano a que se refere o questionário

IMPORTANTE:
Leia a folha de instruções antes de começar o preenchimento.

Identificação da Entidade

Insira apenas o Código SIOE (*) e verifique a Identificação da Entidade

Orgão de Soberania/Ministério	Coesão Territorial
Entidade	Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve
Número de Identificação de Pessoa Colectiva - NIPC	600075818
(*) Código SIOE	083370000
Consultar o código SIOE em: http://www.sioe.dgaep.gov.pt	

Identificação do responsável pelo preenchimento (dados institucionais)

Nome	Ana Lúcia Guerreiro
Cargo	Diretora de Serviços
Telefone	289865200 - ext. 1231
E-mail	alucia@ccdr-alg.pt

1- Número de trabalhadores da entidade por cargo/carreira/grupo e género

Quadro 1	Cargo/ Carreira/ Grupo	Género		Total
		F	M	
	Dirigente superior	4	4	8
	Dirigente intermédio	7	7	14
	Técnico superior	42	18	60
	Assistente técnico, técnico nível interm., administrativo	19	7	26
	Assist. operac., operário, auxiliar, aprend. e pratic.		2	2
	Informático	2		2
	Magistrado			
	Diplomata			
	Pessoal de Investigação Científica			
	Docente Ensino Universitário			
	Docente Ensino Superior Politécnico			
	Educ. Infância e Doc. do Ens. Básico e Sec.			
	Pessoal de Inspeção			
	Médico			
	Enfermeiro			
	Téc. Diagnóstico e Terapêutica			
	Técnico Superior de Saúde			
	Chefia Tributária			
	Pessoal de Administração Tributária e Aduaneira			
	Conservador e Notário			
	Oficial dos Registos e do Notariado			
	Oficial de Justiça			
	Forças Armadas			
	Polícia Judiciária			
	Polícia de Segurança Pública			
	Guarda Nacional Republicana			
	Serviço de Estrangeiros e Fronteiras			
	Guarda Prisional			
	Outro Pessoal de Segurança			
	Bombeiro			
	Polícia Municipal			
	Outro Pessoal			
TOTAL		74	38	112

Na orgânica da entidade existe uma unidade para a área da formação? Sim

A unidade ministra formação para o exterior? Sim

Foi elaborado plano de formação para o ano a que corresponde este relatório? Sim

Houve formação durante o ano em análise? Sim

A que nível?

Volume

Vol formação=nº form x nº horas, calculado ação a ação.

Neste caso deverá preencher os Quadros desde P2 a P6.

Observações:

2- Número de trabalhadores da entidade que participaram em ações de formação profissional, por cargo/carreira/grupo e género

Inclui os trabalhadores que fizeram autoformação

		Género		Total
		F	M	
Quadro 2	Dirigente superior	4	4	8
	Dirigente intermédio	7	7	14
	Técnico superior	42	17	59
	Assistente técnico, técnico nível interm., administrativo	16	6	22
	Assist. operac., operário, auxiliar, aprend. e pratic.		2	2
	Informático	2		2
	Magistrado			
	Diplomata			
	Pessoal de Investigação Científica			
	Docente Ensino Universitário			
	Docente Ensino Superior Politécnico			
	Educ. Infância e Doc. do Ens. Básico e Sec.			
	Pessoal de Inspeção			
	Médico			
	Enfermeiro			
	Téc. Diagnóstico e Terapêutica			
	Técnico Superior de Saúde			
	Chefia Tributária			
	Pessoal de Administração Tributária e Aduaneira			
	Conservador e Notário			
	Oficial dos Registos e do Notariado			
	Oficial de Justiça			
	Forças Armadas			
	Polícia Judiciária			
	Polícia de Segurança Pública			
	Guarda Nacional Republicana			
	Serviço de Estrangeiros e Fronteiras			
	Guarda Prisional			
	Outro Pessoal de Segurança			
	Bombeiro			
Polícia Municipal				
Outro Pessoal				
TOTAL		71	36	107

Notas:

- Os valores totais dos campos 4.1 e 4.2, têm de ser idênticos.
- O valor a inserir no campo 4.3, corresponde ao total das despesas efetuadas com todos os trabalhadores da entidade .
- O valor a inserir no campo 4.4, corresponde ao total das rúbricas do orçamento executado da entidade.

4 - Encargos anuais da entidade (31/12/2021)

4.1 Despesas com formação

Custos Diretos	37 327,62	€
Custos Indiretos (se possível)	4 277,19	€
Total	41 604,81	€

4.2 Fontes de Financiamento das despesas de formação

Orçamento de Estado	14 752,99	€
Receitas Próprias	4 652,47	€
Financiamento Comunitário	22 199,35	€
Outro financiamento		€
Total	41 604,81	€

Qual?

Campos de preenchimento obrigatório

4.3 Despesas com Pessoal(formação+pessoal) €

4.4 Despesas globais da entidade €

NOTA:
 Os indicadores em 5.1 só podem ser preenchidos se tiver elaborado Plano de Formação.

5.1 - Indicadores de execução do Plano de Formação

Nº de ações planeadas e realizadas	24	52,2%
Nº total de ações planeadas	46	
Nº de formandos (participações)	661	76,8%
Nº de formandos previstos (participações)	861	
Custos efectivos da formação	41 604,81 €	137,5%
Custos estimados da formação	30 254,32 €	

5.2 - Número de ações realizadas mas não planeadas

15

6 - Número de trabalhadores da entidade que participaram em ações de formação profissional, por cargo/carreira/grupo e género ao abrigo do regime de autoformação

Considere apenas os trabalhadores que fizeram autoformação.

		Género		Total
		F	M	
Quadro 4	Dirigente superior			
	Dirigente intermédio			
	Técnico superior	1		1
	Assistente técnico, técnico nível interm., administrativo	1	1	2
	Assist. operac., operário, auxiliar, aprend. e pratic.			
	Informático			
	Magistrado			
	Diplomata			
	Pessoal de Investigação Científica			
	Docente Ensino Universitário			
	Docente Ensino Superior Politécnico			
	Educ. Infância e Doc. do Ens. Básico e Sec.			
	Pessoal de Inspeção			
	Médico			
	Enfermeiro			
	Téc. Diagnóstico e Terapêutica			
	Técnico Superior de Saúde			
	Chefia Tributária			
	Pessoal de Administração Tributária e Aduaneira			
	Conservador e Notário			
	Oficial dos Registos e do Notariado			
	Oficial de Justiça			
	Forças Armadas			
	Polícia Judiciária			
	Polícia de Segurança Pública			
	Guarda Nacional Republicana			
	Serviço de Estrangeiros e Fronteiras			
	Guarda Prisional			
	Outro Pessoal de Segurança			
	Bombeiro			
	Polícia Municipal			
	Outro Pessoal			
TOTAL		2	1	3

P3-AÇÕES DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL DESENVOLVIDAS
ANEXO AO RELATÓRIO DE REPORTE DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL DE 2021

Ano a que se refere o questionário

Identificação da Entidade

Orgão de Soberania/Ministério	Coesão Territorial
Entidade	Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo
Número de Identificação de Pessoa Coletiva - NIPC	600075818
(*) Código SIOE	083370000

Consultar o código SIOE em: <http://www.sioe.dgaep.gov.pt>

Identificação do responsável pelo preenchimento (dados institucionais)

Nome	Ana Lúcia Guerreiro
Cargo	Diretora de Serviços
Telefone	2898652000 - ext. 1231
E-mail	alucia@ccdr-alg.pt

Observações:

--

NOTAS:

- Não copie tabelas do Excel ou Word diretamente para o questionário.
- Seleccione a Área de Formação de acordo com a Classificação Nacional de Áreas de Educação e Formação (Áreas de Estudo referidas na Portaria nº 256/05, de 16 de Março).
- No campo Duração, preencher, em cada célula, apenas a duração de 1 ação de formação, independentemente do nº de formandos.
- Os campos das colunas laranja são de preenchimento obrigatório.

P3 - Ações de formação profissional planeadas

já realizada		Nº Ação	Nº Edição	Designação da Ação	Áreas de Formação (Registo por ação) (*)	Data Início Prevista	Data Fim Prevista	Duração Prevista (Horas)	Destinatários	Nº de Formandos Previstos	Volume de Formação Previsto	Modalidade de Formação (*)	Tipo de Ação de Formação (*)	Custos Diretos Estimados (€)	Tipo de Horário (*)	Regime de Formação (*)	Entidade Formadora (*)
1		1	1	Webinar "O Novo PEVE - Processo Extraordinário	9 Desenvolvimento Pessoal	12/01/2021	12/04/2021	1,50		1	1,50	Formação contínua	Formação Externa	103,32	Laboral	A distância ou e-learning	Outras
2		2	1	Princípio e Garantias de Imparcialidade	9 Desenvolvimento Pessoal	08/02/2021	08/02/2021	3,00		52	156,00	Formação contínua	Formação Interna	2 952,00	Laboral	A distância ou e-learning	Outros Protocolos
3		3	1	Conferências Procedimentais	9 Desenvolvimento Pessoal	12/02/2021	12/02/2021	3,00		50	150,00	Formação contínua	Formação Interna	2 952,00	Laboral	A distância ou e-learning	Outros Protocolos
4		4	1	Código de procedimento Administrativo: O CPA de	9 Desenvolvimento Pessoal	01/03/2021	28/05/2021	21,00		25	525,00	Formação contínua	Formação Interna	2 952,00	Laboral	A distância ou e-learning	Outros Protocolos
5		4	2	Código de procedimento Administrativo: O CPA de	9 Desenvolvimento Pessoal	20/09/2021	05/11/2021	21,00		36	756,00	Formação contínua	Formação Interna	2 952,00	Laboral	A distância ou e-learning	Outros Protocolos
6		5	1	Desmaterialização de Procedimentos Administrati	9 Desenvolvimento Pessoal	09/03/2021	28/12/2021	21,00		16	336,00	Formação contínua	Formação Interna	1 245,00	Laboral	A distância ou e-learning	Outros Protocolos
7		5	2	Desmaterialização de Procedimentos Administrati	9 Desenvolvimento Pessoal	10/03/2021	29/12/2021	21,00		16	336,00	Formação contínua	Formação Interna	1 245,00	Laboral	A distância ou e-learning	Outros Protocolos
8		5	3	Desmaterialização de Procedimentos Administrati	9 Desenvolvimento Pessoal	11/03/2021	30/12/2021	21,00		16	336,00	Formação contínua	Formação Interna	1 245,00	Laboral	A distância ou e-learning	Outros Protocolos
9		6	1	Webinar "Um ano de Jurisprudência Administrativa	9 Desenvolvimento Pessoal	13/04/2021	16/04/2021	10,00		8	80,00	Formação contínua	Formação Externa		Laboral	A distância ou e-learning	Escolas ou Universidades
10		7	1	Webinar "Avaliar a Qualidade do Ar do Algarve"	9 Desenvolvimento Pessoal	01/06/2021	01/06/2021	2,00		13	26,00	Formação contínua	Formação Interna		Laboral	A distância ou e-learning	Própria Entidade
11		8	1	LabObserva "Desafios para o Turismo em Tempo	9 Desenvolvimento Pessoal	09/06/2021	09/06/2021	1,50		22	33,00	Formação contínua	Formação Interna		Laboral	A distância ou e-learning	Própria Entidade
12		9	1	LabObserva "Alterações Climáticas e Desenvolvim	9 Desenvolvimento Pessoal	14/06/2021	14/06/2021	1,50		30	45,00	Formação contínua	Formação Interna		Laboral	A distância ou e-learning	Própria Entidade
13		10	1	Webinar "Tendências para o sucesso da avaliação	9 Desenvolvimento Pessoal	15/06/2021	15/06/2021	2,00		26	52,00	Formação contínua	Formação Interna		Laboral	A distância ou e-learning	Própria Entidade
14		11	1	Laboratórios colaborativos e competitividade labora	9 Desenvolvimento Pessoal	22/06/2021	22/06/2021	1,50		11	16,50	Formação contínua	Formação Interna		Laboral	A distância ou e-learning	Própria Entidade
15		12	1	Planeamento Municipal: Classificação e reclassif	9 Desenvolvimento Pessoal	25/06/2021	08/10/2021	18,00		19	342,00	Formação contínua	Formação Interna	6 000,00	Laboral	Presencial	Outros Protocolos
16		13	1	LabObserva "Alterações Demográficas e Longevidad	9 Desenvolvimento Pessoal	28/06/2021	28/06/2021	1,50		21	31,50	Formação contínua	Formação Interna		Laboral	A distância ou e-learning	Própria Entidade
17		14	1	Serviços de Interesse Geral e Coesão Territorial	9 Desenvolvimento Pessoal	30/06/2021	30/06/2021	1,50		23	34,50	Formação contínua	Formação Interna		Laboral	A distância ou e-learning	Própria Entidade
18		15	1	Webinar - Economia Circular para o Plástico	9 Desenvolvimento Pessoal	06/07/2021	06/07/2021	2,00		48	96,00	Formação contínua	Formação Interna		Laboral	A distância ou e-learning	Própria Entidade
19		16	1	Plano de Ação para os RCD's - Transporte e Gestã	9 Desenvolvimento Pessoal	21/10/2021	21/10/2021	2,00		22	44,00	Formação contínua	Formação Interna		Laboral	A distância ou e-learning	Própria Entidade
20		17	1	Marketing Digital	9 Desenvolvimento Pessoal	19/11/2021	19/11/2021	80,00		4	320,00	Formação contínua	Formação Externa	4 275,00	Laboral	A distância ou e-learning	Escolas ou Universidades
21		18	1	Direitos dos Contratos Públicos - As Alterações ao	9 Desenvolvimento Pessoal	22/11/2021	26/11/2021	21,00		26	546,00	Formação contínua	Formação Interna	2 583,00	Laboral	Presencial	Outros Protocolos
22		19	1	Promoção da Neutralização e da Valorização de R	9 Desenvolvimento Pessoal	29/11/2021	29/11/2021	2,00		11	22,00	Formação contínua	Formação Interna		Laboral	A distância ou e-learning	Própria Entidade
23		20	1	Formação em FILEDOC	9 Desenvolvimento Pessoal	02/12/2021	02/12/2021	17,50		16	280,00	Formação contínua	Formação Interna	875,00	Laboral	Presencial	Outros Protocolos
24		20	2	Formação em FILEDOC	9 Desenvolvimento Pessoal	03/12/2021	03/12/2021	17,50		16	280,00	Formação contínua	Formação Interna	875,00	Laboral	Presencial	Outros Protocolos
25		21	1	Valores e Ética em Serviço Público	9 Desenvolvimento Pessoal			7,00		16	112,00	Formação contínua	Formação Interna		Laboral		Própria Entidade
26		21	2	Valores e Ética em Serviço Público	9 Desenvolvimento Pessoal			7,00		16	112,00	Formação contínua	Formação Interna		Laboral		Própria Entidade
27		21	3	Valores e Ética em Serviço Público	9 Desenvolvimento Pessoal			7,00		16	112,00	Formação contínua	Formação Interna		Laboral		Própria Entidade
28		21	4	Valores e Ética em Serviço Público	9 Desenvolvimento Pessoal			7,00		16	112,00	Formação contínua	Formação Interna		Laboral		Própria Entidade
29		22	1	Avaliação do Impacto das Políticas Públicas	9 Desenvolvimento Pessoal			14,00		16	224,00	Formação contínua	Formação Interna		Laboral		Própria Entidade
30		23	1	Governação e Práticas de Inovação	9 Desenvolvimento Pessoal			14,00		16	224,00	Formação contínua	Formação Interna		Laboral		Própria Entidade
31		24	1	Transformação Digital da AP - Tecnologias e ferram	9 Desenvolvimento Pessoal			21,00		16	336,00	Formação contínua	Formação Interna		Laboral		
32		24	2	Transformação Digital da AP - Tecnologias e ferram	9 Desenvolvimento Pessoal			21,00		16	336,00	Formação contínua	Formação Interna		Laboral		
33		24	3	Transformação Digital da AP - Tecnologias e ferram	9 Desenvolvimento Pessoal			21,00		16	336,00	Formação contínua	Formação Interna		Laboral		
34		25	1	Gestão de Documentos Electrónicos e Preservação	9 Desenvolvimento Pessoal			21,00		16	336,00	Formação contínua	Formação Interna		Laboral		
35		25	2	Gestão de Documentos Electrónicos e Preservação	9 Desenvolvimento Pessoal			21,00		16	336,00	Formação contínua	Formação Interna		Laboral		
36		26	1	Sistema de Informação Geográfica - Níveis Inicial e	9 Desenvolvimento Pessoal			21,00		16	336,00	Formação contínua	Formação Interna		Laboral		
37		26	2	Sistema de Informação Geográfica - Níveis Inicial e	9 Desenvolvimento Pessoal			21,00		16	336,00	Formação contínua	Formação Interna		Laboral		
38		27	1	Accountability - Auditoria Interna. Controlo Interno e	9 Desenvolvimento Pessoal			70,00		8	560,00	Formação contínua	Formação Interna		Laboral		
39		28	1	Automatização de Procedimentos e Implementação	9 Desenvolvimento Pessoal			21,00		16	336,00	Formação contínua	Formação Interna		Laboral		
40		28	2	Automatização de Procedimentos e Implementação	9 Desenvolvimento Pessoal			21,00		16	336,00	Formação contínua	Formação Interna		Laboral		
41		29	1	Gestão de Risco	9 Desenvolvimento Pessoal			21,00		8	168,00	Formação contínua	Formação Interna		Laboral		
42		29	2	Gestão de Risco	9 Desenvolvimento Pessoal			21,00		8	168,00	Formação contínua	Formação Interna		Laboral		
43		30	1	Liderança em Contexto Público	9 Desenvolvimento Pessoal			21,00		16	336,00	Formação contínua	Formação Interna		Laboral		
44		31	1	Ordenamento do Território e Urbanismo	9 Desenvolvimento Pessoal			21,00		16	336,00	Formação contínua	Formação Interna		Laboral		
45		32	1	Compras Públicas	9 Desenvolvimento Pessoal			21,00		16	336,00	Formação contínua	Formação Interna		Laboral		
46		33	1	Governação e Práticas de Inovação	9 Desenvolvimento Pessoal			1,50		21	31,50	Formação contínua	Formação Interna		Laboral	A distância ou e-learning	
47											0,00						
48											0,00						
49											0,00						
50											0,00						
51											0,00						
52											0,00						
53											0,00						
54											0,00						
55											0,00						

NOTAS:
 - Não copie tabelas do Excel ou Word diretamente para o questionário.
 - Selecione a Área de Formação de acordo com a Classificação Nacional de Áreas de Educação e Formação (Áreas de Estudo referidas na Portaria nº 256/05, de 16 de Março).
 - No campo Duração, preencher, em cada célula, apenas a duração de 1 ação de formação, independentemente do nº de formandos.
 - Os campos das colunas laranja são de preenchimento obrigatório.
 - Todos os campos assinalados com (*) são de preenchimento obrigatório, tendo de ser preenchidos por seleção da lista de opções.

P3 - Ações de formação profissional realizadas

Quadro 3

Nº Ação	Nº Edição	Designação da Ação	Áreas de Formação (Registo por ação) (*)	Situação	Data Início Efetiva	Data Fim Efetiva	Duração Efetiva (Horas)	Destinatários	Nº de Formandos Efetivos	Volume de Formação Efetivo	Modalidade de Formação (*)	Tipo de Ação de Formação (*)	Custos Diretos Efetivos (€)	Tipo de Horário (*)	Regime de Formação (*)	Entidade Formadora (*)
1	1	Webinar "O Novo PEVE - Processo Extraordinário de	Desenvolvimento Pessoal	Planeada e realizada	12/01/2021	12/04/2021	1,50		1	1,50	Formação contínua	Formação Externa	103,32	Laboral	A distância ou e-learning	Outras
2	2	Princípio e Garantias de Imparcialidade	Desenvolvimento Pessoal	Planeada e realizada	08/02/2021	08/02/2021	3,00		52	156,00	Formação contínua	Formação Interna	2 952,00	Laboral	A distância ou e-learning	Outros Protocolos
3	3	Conferências Procedimentais	Desenvolvimento Pessoal	Planeada e realizada	12/02/2021	12/02/2021	3,00		50	150,00	Formação contínua	Formação Interna	2 952,00	Laboral	A distância ou e-learning	Outros Protocolos
4	4	Código de procedimento Administrativo: O CPA de 20	Desenvolvimento Pessoal	Planeada e realizada	01/03/2021	28/05/2021	21,00		25	525,00	Formação contínua	Formação Interna	2 952,00	Laboral	A distância ou e-learning	Outros Protocolos
5	4	Código de procedimento Administrativo: O CPA de 20	Desenvolvimento Pessoal	Planeada e realizada	20/09/2021	05/11/2021	21,00		36	756,00	Formação contínua	Formação Interna	2 952,00	Laboral	A distância ou e-learning	Outros Protocolos
6	5	Desmaterialização de Procedimentos Administrativos	Desenvolvimento Pessoal	Planeada e realizada	09/03/2021	28/12/2021	21,00		16	336,00	Formação contínua	Formação Interna	1 245,00	Laboral	A distância ou e-learning	Outros Protocolos
7	5	Desmaterialização de Procedimentos Administrativos	Desenvolvimento Pessoal	Planeada e realizada	10/03/2021	29/12/2021	21,00		16	336,00	Formação contínua	Formação Interna	1 245,00	Laboral	A distância ou e-learning	Outros Protocolos
8	5	Desmaterialização de Procedimentos Administrativos	Desenvolvimento Pessoal	Planeada e realizada	11/03/2021	30/12/2021	21,00		16	336,00	Formação contínua	Formação Interna	1 245,00	Laboral	A distância ou e-learning	Outros Protocolos
9	6	Webinar "Um ano de Jurisprudência Administrativa 20	Desenvolvimento Pessoal	Planeada e realizada	13/04/2021	16/04/2021	10,00		8	80,00	Formação contínua	Formação Externa	0,00	Laboral	A distância ou e-learning	Escolas ou Universidades
10	7	Webinar "Avaliar a Qualidade do Ar do Algarve"	Desenvolvimento Pessoal	Planeada e realizada	01/06/2021	01/06/2021	2,00		13	26,00	Formação contínua	Formação Interna	0,00	Laboral	A distância ou e-learning	Própria Entidade
11	8	LabObserva "Desafios para o Turismo em Tempo de	Desenvolvimento Pessoal	Planeada e realizada	09/06/2021	09/06/2021	1,50		22	33,00	Formação contínua	Formação Interna	0,00	Laboral	A distância ou e-learning	Própria Entidade
12	9	LabObserva "Alterações Climáticas e Desenvolvim	Desenvolvimento Pessoal	Planeada e realizada	14/06/2021	14/06/2021	1,50		30	45,00	Formação contínua	Formação Interna	0,00	Laboral	A distância ou e-learning	Própria Entidade
13	10	Webinar "Tendências para o sucesso da avaliação de	Desenvolvimento Pessoal	Planeada e realizada	15/06/2021	15/06/2021	2,00		26	52,00	Formação contínua	Formação Interna	0,00	Laboral	A distância ou e-learning	Própria Entidade
14	11	Laboratórios colaborativos e competitividade laborat	Desenvolvimento Pessoal	Planeada e realizada	22/06/2021	22/06/2021	1,50		11	16,50	Formação contínua	Formação Interna	0,00	Laboral	A distância ou e-learning	Própria Entidade
15	12	Planeamento Municipal: Classificação e reclassificaç	Desenvolvimento Pessoal	Planeada e realizada	25/06/2021	08/10/2021	18,00		19	342,00	Formação contínua	Formação Interna	6 000,00	Laboral	Presencial	Outros Protocolos
16	13	LabObserva "Alterações Demográficas e Longevidade	Desenvolvimento Pessoal	Planeada e realizada	28/06/2021	28/06/2021	1,50		21	31,50	Formação contínua	Formação Interna	0,00	Laboral	A distância ou e-learning	Própria Entidade
17	14	Serviços de Interesse Geral e Coesão Territorial	Desenvolvimento Pessoal	Planeada e realizada	30/06/2021	30/06/2021	1,50		23	34,50	Formação contínua	Formação Interna	0,00	Laboral	A distância ou e-learning	Própria Entidade
18	15	Webinar - Economia Circular para o Plástico	Desenvolvimento Pessoal	Planeada e realizada	06/07/2021	06/07/2021	2,00		48	96,00	Formação contínua	Formação Interna	0,00	Laboral	A distância ou e-learning	Própria Entidade
19	16	Plano de Ação para os RCD s - Transporte e Gestã	Desenvolvimento Pessoal	Planeada e realizada	21/10/2021	21/10/2021	2,00		22	44,00	Formação contínua	Formação Interna	0,00	Laboral	A distância ou e-learning	Própria Entidade
20	17	Marketing Digital	Desenvolvimento Pessoal	Planeada e realizada	19/11/2021	19/11/2021	80,00		4	320,00	Formação contínua	Formação Externa	4 275,00	Laboral	A distância ou e-learning	Escolas ou Universidades
21	18	Direitos dos Contratos Públicos - As Alterações ao C	Desenvolvimento Pessoal	Planeada e realizada	22/11/2021	26/11/2021	21,00		26	546,00	Formação contínua	Formação Interna	2 563,00	Laboral	Presencial	Outros Protocolos
22	19	Promoção da Neutralização e da Valorização de Res	Desenvolvimento Pessoal	Planeada e realizada	29/11/2021	29/11/2021	2,00		11	22,00	Formação contínua	Formação Interna	0,00	Laboral	A distância ou e-learning	Própria Entidade
23	20	Formação em FILEDOC	Desenvolvimento Pessoal	Planeada e realizada	02/12/2021	02/12/2021	17,50		16	280,00	Formação contínua	Formação Interna	875,00	Laboral	Presencial	Outros Protocolos
24	20	Formação em FILEDOC	Desenvolvimento Pessoal	Planeada e realizada	03/12/2021	03/12/2021	17,50		16	280,00	Formação contínua	Formação Interna	875,00	Laboral	Presencial	Outros Protocolos
25	34	Microsoft Teams e ferramentas Office 365 Online pa	Desenvolvimento Pessoal	Realizada, não-planeada	04/03/2021	04/03/2021	3,00		17	51,00	Formação contínua	Formação Externa	0,00	Laboral	A distância ou e-learning	Escolas ou Universidades
26	35	Redes Informáticas para Profissionais de Informática	Desenvolvimento Pessoal	Realizada, não-planeada	19/04/2021	06/05/2021	30,00		2	60,00	Formação contínua	Formação Externa	0,00	Laboral	Presencial	Escolas ou Universidades
27	36	Excel Avançado	Desenvolvimento Pessoal	Realizada, não-planeada	27/04/2021	30/04/2021	9,00		4	36,00	Formação contínua	Formação Externa	0,00	Laboral	A distância ou e-learning	Escolas ou Universidades
28	37	Webinar Comemoração do Dia mundial da Seguranç	Desenvolvimento Pessoal	Realizada, não-planeada	28/04/2021	28/04/2021	1,50		5	7,50	Formação contínua	Formação Externa	0,00	Laboral	A distância ou e-learning	Outras Entidades Públicas
29	38	Webinar "A cada e a regulação do acesso à inform	Desenvolvimento Pessoal	Realizada, não-planeada	04/05/2021	04/05/2021	1,50		1	1,50	Formação contínua	Formação Externa	0,00	Laboral	A distância ou e-learning	Outras Entidades Públicas
30	39	Microsoft Outlook	Desenvolvimento Pessoal	Realizada, não-planeada	11/05/2021	11/05/2021	3,00		4	12,00	Formação contínua	Formação Externa	0,00	Laboral	A distância ou e-learning	Escolas ou Universidades
31	40	Formalidades Electrónicas na Contratação Pública -	Desenvolvimento Pessoal	Realizada, não-planeada	31/05/2021	31/05/2021	1,50		1	1,50	Formação contínua	Formação Externa	40,00	Laboral	A distância ou e-learning	Outras Entidades Públicas
32	41	RGPD para Cidadãos Alentos	Desenvolvimento Pessoal	Realizada, não-planeada	16/06/2021	16/06/2021	3,00		19	57,00	Formação contínua	Formação Externa	0,00	Laboral	A distância ou e-learning	INA
33	42	RGPD para Implementadores na Administração Púb	Desenvolvimento Pessoal	Realizada, não-planeada	16/06/2021	16/06/2021	4,00		10	40,00	Formação contínua	Formação Externa	0,00	Laboral	A distância ou e-learning	INA
34	43	Workshop "Portugal 2020: Impugnações Administrat	Desenvolvimento Pessoal	Realizada, não-planeada	28/09/2021	28/09/2021	3,50		3	10,50	Formação contínua	Formação Externa	258,30	Laboral	A distância ou e-learning	Outras
35	44	CAGEP - Programa de Formação em Gestão Pública	Desenvolvimento Pessoal	Realizada, não-planeada	09/10/2021	31/12/2021	75,00		1	75,00	Formação contínua	Formação Externa	685,00	Laboral	A distância ou e-learning	INA
36	45	Formação Inicial de Trabalhadores da Adm. Pública	Desenvolvimento Pessoal	Realizada, não-planeada	01/11/2021	20/12/2021	203,00		3	609,00	Formação contínua	Formação Externa	6 090,00	Laboral	A distância ou e-learning	INA
37	46	Design para a economia circular	Desenvolvimento Pessoal	Realizada, não-planeada	16/11/2021	16/11/2021	1,50		21	31,50	Formação contínua	Formação Interna	0,00	Laboral	A distância ou e-learning	Própria Entidade
38	47	Migrações: Uma solução para a crise demográfica e	Desenvolvimento Pessoal	Realizada, não-planeada	22/11/2021	22/11/2021	1,50		20	30,00	Formação contínua	Formação Interna	0,00	Laboral	A distância ou e-learning	Própria Entidade
39	48	Indústrias Culturais e Criativas com foco na Especial	Desenvolvimento Pessoal	Realizada, não-planeada	30/11/2021	30/11/2021	1,50		22	33,00	Formação contínua	Formação Interna	0,00	Laboral	A distância ou e-learning	Própria Entidade
40										0,00						
41										0,00						
42										0,00						
43										0,00						
44										0,00						
45										0,00						
46										0,00						
47										0,00						
48										0,00						
49										0,00						
50										0,00						
51										0,00						
52										0,00						
53										0,00						
54										0,00						
55										0,00						
56										0,00						
57										0,00						
58										0,00						
59										0,00						
60										0,00						
61										0,00						
62										0,00						
63										0,00						

P3 - Indicadores de Execução da Formação

Situação	Nº de Ações	Duração Prevista (Horas)	Duração Efetiva (Horas)	Nº de Formandos Previstos	Nº de Formandos Efetivos	Volume de Formação Previsto	Volume de Formação Efetivo	Custos Diretos Estimados (€)	Custos Diretos Efetivos (€)	OBS.
Planeadas	46	715,50	_____	861	_____	10 700,50	_____	30 254,32	_____	Ponto 5.1 do RFP
Planeadas e realizadas	24	_____	294,00	_____	528	_____	4 845,00	_____	30 254,32	Ponto 5.1 do RFP
Indicadores de Execução do Plano de Formação (%)	Nº de Ações	Nº de Horas		Nº de Formandos (participações)		Volume de Formação		Custos Diretos		OBS.
	52,2%	41,1%		61,3%		45,3%		100,0%		Ponto 5.1 do RFP
Situação	Nº de Ações	Duração Prevista (Horas)	Duração Efetiva (Horas)	Nº de Formandos Previstos	Nº de Formandos Efetivos	Volume de Formação Previsto	Volume de Formação Efetivo	Custos Diretos Estimados (€)	Custos Diretos Efetivos (€)	OBS.
Realizadas, não-planeadas	15	_____	342,50	_____	133	_____	1 055,50	_____	7 073,30	Ponto 5.2 do RFP

Objetivos e atividades desenvolvidas por Unidade Orgânica



COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO
REGIONAL DO ALGARVE

Índice

I - Objetivos das Unidades Orgânicas - Objetivos do QUAR	2
II - Quantificação da atividade desenvolvida por área temática no biénio 2020-2021	5
III - Atividades previstas desenvolvidas por unidade orgânica	10
AMBIENTE	10
APOIO JURÍDICO E ADMINISTRAÇÃO LOCAL	11
DESENVOLVIMENTO REGIONAL	14
ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO	21
FISCALIZAÇÃO	24
INFORMAÇÃO, PROMOÇÃO E COMUNICAÇÃO	25
INFORMAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO EUROPEIA	61
GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA	62
SISTEMAS DE INFORMAÇÃO	68
GESTÃO DE FUNDOS COMUNITÁRIOS	68
ACOMPANHAMENTO DAS DINÂMICAS REGIONAIS	73

I. OBJETIVOS DAS UNIDADES ORGÂNICAS - OBJETIVOS DO QUAR

OBJETIVOS/ATIVIDADES DAS UNIDADES ORGÂNICAS	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS			
	1	2	3	4
DIREÇÃO DE SERVIÇOS DE AMBIENTE				
Implementar a agenda regional de transição para a economia circular		√		
Gerir a rede de monitorização da qualidade do ar da região do Algarve		√		
Avaliar a gestão de resíduos não urbanos, na região do Algarve, entre 2018 e 2020		√		
Promover a avaliação ambiental de projetos na região do Algarve		√		
DIREÇÃO DE SERVIÇOS DE APOIO JURÍDICO E À ADMINISTRAÇÃO LOCAL				
Garantir a gestão dos processos de contraordenação		√		
Promover a capacitação autárquica e dos serviços da CCDR/PO, através da otimização do apoio técnico /jurídico			√	
Analisar e divulgar informação relativa aos recursos humanos e financeiros das autarquias				√
Analisar e emitir pareceres referente às candidaturas apresentadas no âmbito da Cooperação Técnica e Financeira				√
DIREÇÃO DE SERVIÇOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL				
Desenvolver e acompanhar atividades no domínio do planeamento e desenvolvimento regional e local		√	√	
Monitorizar, avaliar e divulgar as dinâmicas de desenvolvimento regional		√	√	√
Sensibilizar cidadãos e instituições para a temática do desenvolvimento regional		√		√
Dinamizar a cooperação territorial europeia, com particular destaque para a cooperação transfronteiriça	√			
DIREÇÃO DE SERVIÇOS DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO				
Apoiar os procedimentos de formação dos planos territoriais de âmbito municipal ou intermunicipal com a participação das demais entidades representativas dos interesses a ponderar e acompanhar a elaboração e execução dos programas de âmbito nacional		√		
Emitir pareceres em matéria de uso, ocupação e transformação do solo e assegurar a participação da CCDR na ER-RAN		√		
Garantir o acompanhamento dos procedimentos de delimitação REN, com a participação das demais entidades representativas dos interesses a ponderar, bem como a sua aprovação e a publicação em Diário da República (DR)		√		
Emitir pareceres no âmbito dos regimes jurídicos da REN, planos de ordenamento de gestão e de intervenção florestal (PGF), ações de arborização e rearborização, bem como culturas marinhas		√		
DIVISÃO DE VIGILÂNCIA E CONTROLO				
Contribuir para a regularização de situações de incumprimento ao regime jurídico da Reserva Ecológica Nacional (REN)		√		
Contribuir para a regularização de situações de incumprimento sobre resíduos		√		
Assegurar o controlo sucessivo de usos e ações em Reserva Ecológica Nacional (REN)		√		
Assegurar a vigilância do território, nas suas vertentes ambientais e do ordenamento		√		
Emissão de pareceres ou informações, designadamente com vista à decisão superior		√		

OBJETIVOS/ATIVIDADES DAS UNIDADES ORGÂNICAS	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS			
	1	2	3	4
DIVISÃO DE INFORMAÇÃO, PROMOÇÃO E COMUNICAÇÃO				
Reforçar a Aproximação das CCDR e das Autoridades de Gestão às Comunidades				√
Promover Serviços Públicos Bem Geridos, Renovados e com Profissionais Motivados				√
Executar os planos de comunicação da CCDR Algarve e do Programa Operacional do Algarve	√	√		√
REDES DE INFORMAÇÃO EUROPEIA				
Assegurar a divulgação de informação europeia a cidadãos e empresas			√	√

OBJETIVOS/ATIVIDADES DAS UNIDADES ORGÂNICAS	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS			
	1	2	3	4
DIREÇÃO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO E GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA				
Promover a Transformação Digital e a Modernização Administrativa				√
Promover Serviços Públicos Bem Geridos, Renovados e com Profissionais Motivados				√
Contribuir para a prossecução do Plano de Ação da Estrutura Transversal do Boa Governança e Transparência				√
DIVISÃO DE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO				
Assegurar uma disponibilidade dos servidores superior a 99%, durante 365x24				√
Garantir o apoio aos utilizadores dos sistemas informáticos				√
Renovar e Modernizar as Infraestruturas Tecnológicas				√
Modernizar e atualizar os sistemas de informação				√

OBJETIVOS/ATIVIDADES DAS UNIDADES ORGÂNICAS	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS			
	1	2	3	4
GESTÃO DE FUNDOS COMUNITÁRIOS				
Assegurar a decisão atempada das candidaturas submetidas ao PO CRESC ALGARVE 2020	√			
Assegurar o cumprimento da execução do PO CRESC ALGARVE 2020	√			
Assegurar a Implementação do Sistema de Controlo Interno do PO CRESC ALGARVE 2020	√			
Completar os instrumentos de apoio à gestão e de informação ao cidadão no âmbito do PO CRESC ALGARVE 2020	√			
Concretizar e acompanhar os instrumentos de suporte à programação do horizonte temporal 2030	√			
ÓRGÃO DE ACOMPANHAMENTO DAS DINÂMICAS REGIONAIS				
Acompanhar e avaliar os efeitos regionais das políticas públicas e dos respetivos instrumentos de execução, bem como das operações que são objeto de financiamento, no âmbito do desenvolvimento económico, social e ambiental	√			
Concretizar e acompanhar os instrumentos de suporte à programação do horizonte temporal 2030	√			
Promover e concretizar os objetivos da Estratégia Regional de Investigação e Inovação para a Especialização Inteligente (RIS3 Algarve)	√			

II. QUANTIFICAÇÃO DA ATIVIDADE DESENVOLVIDA POR ÁREA TEMÁTICA NO BIÊNIO 2020-2021

QUADRO 1
QUANTIFICAÇÃO DA ATIVIDADE DESENVOLVIDA POR ÁREA TEMÁTICA NO BIÊNIO 2020-2021

AMBIENTE	2020	2021
Projetos de licenciamento industrial	3	6
Vistorias a estabelecimentos industriais	3	3
Pedidos de licenciamento para gestão de resíduos	18	5
Emissão de alvarás	4	1
Renovação de licenças	11	4
Averbamentos	3	0
Pedido indeferido	0	0
Apreciação de Planos de Gestão de Lamas	0	0
Informações aos requerentes no âmbito das operações de gestão de resíduos (excluem-se contactos telefónicos e presenciais e reclamações)	3	16
Participação em reuniões das 2 comissões de Acompanhamento dos aterros do Algarve	6	5
Planos de Pedreiras/Planos Ambientais e de Recuperação Paisagística de Pedreiras apreciados	0	7
Apreciação de cauções	0	3
Visitas técnicas - licenciamento, abandono de pedreiras e reapreciação de processos de regularização administrativa da extração mineral	0	7
Relatórios de caracterização das emissões atmosféricas analisados	2	20
Relatórios de consumo de solventes e verificação e emissões de compostos orgânicos voláteis analisados	7	15
Rede da Qualidade do Ar		
Visitas efetuadas para manutenção das 4 estações	31	51
Procedimentos de Avaliação de Impacte Ambiental (AIA) em que a CCDR é a autoridade de AIA	10	15
Procedimentos de Avaliação de Impacte Ambiental em que a Agência Portuguesa do Ambiente (APA) é a Autoridade de AIA – contributo para o parecer da Comissão de Avaliação	5	7
Procedimentos de Avaliação de Incidências Ambientais relativos a projetos de energias renováveis	0	0
Apreciação de Relatórios de Conformidade Ambiental do Projeto de Execução com Declaração de Impacte Ambiental (RECAPE) em que a CCDR é autoridade de AIA	1	2
Colaboração na apreciação de Relatórios de Conformidade Ambiental do Projeto de Execução com Declaração de Impacte Ambiental (RECAPE) em que a APA é autoridade de AIA	0	0
Procedimentos de pós avaliação em que a CCDR é a autoridade de AIA;	15	11
Procedimentos de pós avaliação em que a Agência Portuguesa do Ambiente (APA) é a autoridade de AIA,	1	0
Apreciação de processos de Avaliação Ambiental Estratégica	10	23
Pareceres no âmbito de pedidos de esclarecimento sobre sujeição de projeto de Avaliação de Impacte Ambiental e Avaliação de Incidências Ambientais	20	57
Pareceres relativos a queixas à União Europeia	0	0
Apreciação de pedidos de prorrogação/alteração de Declarações de Impacte Ambiental	6	1
Projetos de regularização de atividades económicas	4	2
Participação nos trabalhos do Grupo de pontos focais das Autoridades de AIA	1	0
Ofícios <i>e-mails</i> entrados e registados em Filedoc	1488	1537
Ofícios <i>e-mail</i> expedidos registados em Filedoc	737	697
Informações e comunicações internas registadas em Filedoc	292	418

APOIO JURIDICO E ADMINISTRAÇÃO LOCAL	2020	2021
Processos de contencioso administrativo contraordenacional e judicial	10	15
Processos de contraordenação		
Relatórios efetuados	22	37
Notificações efetuadas	207	199
Apoio jurídico a órgão e serviços da CCDR (pareceres/informações)	61	67
Apoio Jurídico à Administração Local (pareceres/informações)	22	30
Cooperação técnica e financeira com as autarquias locais		
Candidaturas analisadas	0	0
Informações/relatórios	0	0
Acompanhamento físico das candidaturas (visitas a obras e reuniões com promotores)	0	0
Programa de Equipamentos Urbanos de Utilização Coletiva		
Candidaturas analisadas	2	0
Informações/relatórios	12	2
Acompanhamento físico das candidaturas (visitas a obras)	3	3
Verificação das contas de gerência das autarquias	16	0

DESENVOLVIMENTO REGIONAL	2020	2021
Projeto Mobilidade e Transportes		
Boletins Trimestrais de Conjuntura “Mobilidade e Transportes”, utilizados na imprensa regional	6	6
Relatório Anual “Mobilidade e Transportes”	1	1
Gestão, manutenção e criação de novos conteúdos no Portal Mobilidade e Transportes		
Atualizações trimestrais (indicadores dos diversos meios e modos de transporte)	240	240
Atualizações anuais (indicadores dos diversos meios e modos de transporte)	52	52
Webinars	1	2
Reuniões com grupos de trabalho (CMN Faro, LNEC, Universidade do Minho)	2	1
Artigos publicados em revistas científicas internacionais indexadas	1	0
Projeto RAARA (Rede de Acolhimento ao Autocaravanismo na Região do Algarve)		
Disponibilização de Fichas Síntese Mensais (unidades do registo)	12	12
Disponibilização de Fichas Síntese Mensais (entidades)	12	12
Relatório Anual	1	1
Gestão, manutenção e criação de novos conteúdos a plataforma RAARA		
Introdução de conteúdos	56	56
Resposta a correspondência na plataforma	25	20
Reuniões com membros da RAARA e potenciais futuros membros	16	20
Reuniões com municípios (executivos e ou interlocutores) e juntas de freguesia, Algarve e outras	28	20
Reuniões com outras entidades da administração central e agentes regionais	6	3
Informações, CSI, comunicações internas e externas no âmbito dos trabalhos previstos e enquadrados pelo Protocolo	34	63
Deslocações/visitas e membros da RAARA, potenciais membros e trabalhos previstos no Protocolo	13	18
Projeto Reorganização administrativa do território das freguesias		
Reuniões com Grupo de Trabalho	1	2
Artigos publicados em revistas científicas internacionais indexadas	1	0
INTERREG V-A		
Verificação e validação da despesa dos projetos aprovados na 1ª Convocatória		
N.º projetos aprovados com parceria Algarve	48	53
N.º projetos com execução	47	52
N.º de pedidos de validação de despesa	47	138
Reunião do Conselho da EURORREGIÃO. Participação em reunião internacional Eurorregião	2	0
Participação no Grupo de Trabalho GT POCTEP 21-27	3	19
Reuniões com Beneficiários POCTEP da Região do Algarve	20	21
Visitas/Auditorias a projetos POCTEP	8	7
Participação/Representação em reuniões/seminários de projetos em curso (GIT AAA, MEDITA, AQUI-AMBI, CILIFO)	4	2

ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO	2020	2021
Reuniões preparatórias e comissões consultivas da revisão de Planos Diretores Municipais (PDM)	3	2
Conferências procedimentais e reuniões de concertação para apreciação das propostas de Planos de Urbanização (PU), Planos de Pormenor (PP) e de alteração de PDM	18	15
Acompanhamento, emissão de informações e pareceres sobre PU e PP, ou alteração a PDM	13	23
Apreciação de operações urbanísticas via Sistema Informático do Regime de Urbanização e Edificação (SIRJUE), no âmbito do Regime Jurídico da Reserva Ecológica Nacional (RJREN)	128	118
Coordenação da apreciação de operações urbanísticas via SIRJUE (n.º 7 Art. 13.ºA do RJUE)	146	164
Conferências decisórias, relativas a requerimentos tramitados no âmbito do SIRJUE	3	22
Apreciação, informações e pareceres sobre usos e ações a implementar em áreas de REN	703	631
Acompanhamento de alteração, delimitação e (re)delimitação das REN municipais	22	29
Participação em reuniões da Entidade Regional da Reserva Agrícola Nacional, com apreciação das pretensões submetidas a decisão (em matéria de usos não agrícolas de solos da RAN)	37	36
Processos analisados no âmbito da nossa participação na Entidade Regional da Reserva Agrícola Nacional (em matéria de usos não agrícolas de solos da RAN)	868	808
Processos decididos com a nossa participação na Entidade Regional da Reserva Agrícola Nacional	420	397
Pareceres sobre relatórios de fiscalização da DVC, DSAJAL e respostas a denúncias/ reclamações	27	29
Pareceres sobre processos de Avaliação de Impacte Ambiental (AIA), de Avaliação de Incidências Ambientais (AlnCA), nos domínios do ordenamento do território, solos, uso dos solos, servidões administrativas, restrições de utilidade pública e paisagem	28	36
Apreciação de Planos de Gestão Florestal (PGF), de projetos de arborização e rearborização e projetos de investimentos agrícolas	111	99
Apreciação de projetos de infraestruturas (abastecimento/saneamento básico, linhas elétricas, acessos) e de estabelecimentos de culturas marinhas	121	73
Participação em reuniões de conselhos, comissões, júris e outras	59	47
Ofícios e email entrados, registados no Filedoc	2614	2668
Novos processos criados, registados no Filedoc	553	449
Informações técnicas, comunicações internas e outros doc criados, registados no Filedoc	969	949
Ofícios e email expedidos, registados no Filedoc	1783	1885

FISCALIZAÇÃO	2020	2021
Ações de fiscalização	80	149
Autos de notícia	0	0
Embargos	1	0
Ofícios e emails entrados, registados no Filedoc	179	202
Novos processos criados, registados no Filedoc	113	98
Informações técnicas, comunicações internas e outros documentos criados, registados no Filedoc	135	125
Ofícios e emails expedidos, registados no Filedoc	155	301

GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA**2020 2021**

Gestão financeira		
Orçamento	1	1
Alterações orçamentais	59	77
Conta de Gerência	1	1
Saldo de Gerência	2	2
Solicitação de Transferências de Fundos	19	20
Cabimentos	905	1017
Processamentos de despesa	1310	1412
Pagamentos por transferência bancária, cheque, numerário e <i>upload's</i>	929	981
Apuramentos e registo de receita	1131	1296
Pedidos de pagamentos a fundos comunitários – PO Algarve 21, POR Algarve 2020 e POCTEP	49	37
Registo informação contabilística nas aplicações informáticas – SIGO e SOL da DGO	238	259
Recursos humanos		
Processamento do balanço social	1	1
Processamento de remunerações	12	12
Processamento de ajudas de custo	12	12
Processamento de mapa de férias	1	1
Procedimentos concursais lançados	0	0
Procedimentos concursais concluídos	0	0
Despachos de mobilidade interna	10	8
Instrução de processos disciplinares	0	1
Preparação e submissão de processos de aposentação e acidentes em serviço	4	2
Análise e decisão de reclamações apresentadas por trabalhadores – Avaliação de Desempenho	3	13
Ações de formação profissional realizadas	14	11
Nº de pareceres jurídicos elaborados	0	0
Património e expediente		
Procedimentos por ajuste direto – Regime Simplificado	136	165
Procedimentos por ajuste direto – Regime Geral	12	24
Procedimentos por consulta prévia	13	9
Concursos públicos (com e sem publicação no JOUE)	3	3
Concursos limitados por prévia qualificação (com e sem publicação no JOUE)	0	0
Procedimentos de aquisição de bens e serviços ao abrigo de Acordos Quadro pela ESPAP	4	5
Registo dos processos de aquisição no sistema integrado de gestão	171	195
Registos no Sistema de Gestão do Parque de Veículos do Estado	12	12
Registo de documentos de entrada	7674	9533
Registo de documentos de saída	5238	8117

SISTEMAS DE INFORMAÇÃO**2020 2021**

Administração e manutenção de servidores, rede e respetivas funções de segurança – N.º de intervenções	49	39
Apoio aos utilizadores	2.743	2.694
Procedimentos de manutenção preventiva dos postos de trabalho	100%	100%
Atualizações do site e intranet	1.537	1.592
Manutenção e gestão das aplicações e sistemas de informação – N.º de intervenções	812	752

GESTÃO FUNDOS COMUNITÁRIOS**2020****2021**

	2020	2021
PO Algarve 21		
Pedidos de pagamento relativos a projetos públicos e de engenharia financeira analisados	---	---
Ordens de pagamento emitidas (pagamentos FEDER)	---	---
Operações encerradas até 31/12/2017 a)	---	---
Dívidas arrecadadas e encerradas a)	168	168
Ações de controlo de operações concluídas (internas) a)	---	---
Auditorias externas acompanhadas	---	---
Apoios publicitários concedidos	---	---
POR Algarve 2020		
Reuniões de Comissão Diretiva	5	9
Consultas escritas	25	20
Apoios publicitários concedidos	0	0
Sessões de esclarecimento realizadas	19	29
Candidaturas aprovadas a)	1312	1604
Ações de controlo de operações concluídas (internas) a)	163	227
Auditorias externas acompanhadas	13	10
Dívidas arrecadadas e encerradas a)	45	68

OBSERVAÇÃO DAS DINÂMICAS REGIONAIS**2020****2021**

	2020	2021
Ações de dinamização da procura, difusão e acompanhamento RIS3 Algarve	21	18
Pareceres no âmbito dos projetos aprovados no Sistema de Incentivo às Ações Coletivas (SIAC) com obrigatoriedade de acompanhamento pelo OADR	6	2
Reuniões do Conselho de Inovação Regional do Algarve	1	1
Reuniões técnicas e com parceiros no âmbito da Região Inteligente Algarve	9	3
Reuniões das Unidades técnicas de dinamização/Grupos temáticos de acompanhamento criados no âmbito do modelo de governança do CIRA	7	11

III. ATIVIDADES PREVISTAS DESENVOLVIDAS POR UNIDADE ORGÂNICA

AMBIENTE

As atividades inerentes à Direção de Serviços desenvolveram-se de forma normal, mas com grande acréscimo de solicitações, nomeadamente na área da avaliação ambiental de projetos sujeitos a avaliação de impacto ambiental e a avaliação ambiental estratégica.

Foi definido um plano de visitas a 12 operadores de gestão de resíduos e a estabelecimentos industriais integrados no Plano Nacional de Fiscalização e Inspeção 2021 - PNFIA2021, e foi possível efetuar mais 3 visitas para além das programadas, num total de 15 visitas.

No que se refere ao controlo das emissões atmosféricas, análise de relatórios de monitorização, foi possível analisar o triplo dos relatórios de emissões, relativamente a 2020, face ao retorno ao trabalho, após ausência por motivos de saúde, do funcionário que detém esta competência.

Foram realizadas cinco das seis *webinar* previstas sobre economia, previstas com organização da direção de serviços e colaboração da Divisão de Comunicação e da Divisão de Sistemas de Informação, no âmbito dos trabalhos da Agenda Regional para a Economia Circular, para as quais se registou grande adesão de participantes.

Em 2021 a Direção de Serviços foi reforçada com dois técnicos superiores na área das pedreiras e de impacto ambiental, tal reforço permitiu uma maior envolvimento e colaboração desta CCDR com a Direção-Geral de Energia e Geologia (DGEG) no âmbito da atividade de extração mineral, que durante o ano teve inúmeras solicitações, vistorias, alteração de PARP's, encerramento de pedreiras, etc, alguns dos quais associados a avaliação ambiental.

Com diversas alterações legislativas na área do licenciamento de operações de gestão de resíduos, que entraram em vigor durante o ano de 2021, esta CCDR teve inúmeras solicitações da Autoridade Nacional de Resíduos, reuniões, colaboração na elaboração de notas técnicas, emissão de pareceres, etc, num volume de trabalho sem paralelo com histórico anterior.

QUADRO 2
ATIVIDADES DESENVOLVIDAS – DIREÇÃO DE SERVIÇOS DE AMBIENTE

OBJETIVOS/INDICADORES	META	TOLERÂNCIA	RESULTADO	TAXA DE REALIZAÇÃO
O1: IMPLEMENTAR A AGENDA REGIONAL DE TRANSIÇÃO PARA A ECONOMIA CIRCULAR				
Ações para implementação do Plano de Ação da Agenda Regional de Transição para a Economia Circular	6	2	5	100%
O2: GERIR A REDE DE MONITORIZAÇÃO DA QUALIDADE DO AR DA REGIÃO DO ALGARVE				
Número de dias para promover workshop sobre a rede de monitorização da qualidade do ar	250	30	151	171%
Número de dias para elaborar protocolo de procedimentos de manutenção das estações da qualidade do ar	250	30	230	100%
Número de dias para elaborar inventário do equipamento das estações de monitorização da qualidade do ar	250	30	196	139%
O3: AVALIAR A GESTÃO DE RESÍDUOS NÃO URBANOS, NA REGIÃO DO ALGARVE, ENTRE 2018 E 2020				
Número de dias para elaborar relatório relativo a empresas que gerem monstros na região do Algarve	280	20	-	0%
Número de dias para elaborar relatório relativo a empresas que gerem Resíduos da Construção e Demolição	300	20	-	0%
O4: PROMOVER A AVALIAÇÃO AMBIENTAL DE PROJETOS NA REGIÃO DO ALGARVE				
Número de dias para promover workshop sobre procedimentos de Avaliação de Impacte Ambiental	300	20	165	235%

APOIO JURÍDICO E ADMINISTRAÇÃO LOCAL

No âmbito das atribuições e competências da DSAJAL, foram desenvolvidas as seguintes atividades durante o ano de 2021:

1) Apoio Jurídico aos órgãos e serviços da CCDR e Programa Operacional (PO):

i) Entraram 83 pedidos de parecer/informação, dos quais 67 foram solicitados pelo PO.

Foram emitidos 67 pareceres, dos quais 22 respeitam ao PO.

A taxa de execução é de 80,72 % ($67/83 \times 100$). Relativamente ao indicador constante do Plano de atividades (prazo de emissão no prazo de 30 dias úteis) foi superado em todos os trimestres, registado aquando da monitorização trimestral.

Sendo que, foram emitidos pareceres/informações pela diretora de serviços que não foram registados na BD SIMII, não tendo sido contabilizados para apuramento destes dados;

ii) Foram elaboradas minutas de contratos e protocolos, por solicitação das unidades orgânicas da DSCGAF e DSDR, bem como a apreciação e pronuncia de contratos e protocolos propostos por entidades externas, para outorga da CCDR;

iii) Foi prestado apoio jurídico em reuniões de trabalho a todas as unidades orgânicas da CCDR e PO;

IV)Foram remetidas para apreciação e resposta da DSAJAL, 4 reclamações administrativas, cuja resposta ocorreu dentro do prazo legal;

V)Houve intervenção da chefe da equipa multidisciplinar, como membro do júri em alguns procedimentos concursais realizados pela DSCGAF.

VI)Foram apreciadas, pela chefe de equipa, 16 reclamações apresentadas pelos trabalhadores do PO, no âmbito da reconstituição da carreira do PREVPAP.

2) Apoio Jurídico à Administração Local, através da elaboração de pareceres e informações solicitados pelos presidentes dos órgãos da Administração local:

i)Foram solicitados 37 pedidos de parecer, sendo que dois foram suspensos, num caso aguarda-se esclarecimentos, e no outro o pagamento da taxa por parte das entidades consulentes. Foram emitidos 30 pareceres.

A taxa de execução é de 85,71% (30/35*100). Relativamente ao objetivo constante do Quar e indicador do plano de atividades (prazo de emissão no prazo de 20 dias úteis) foi superado no primeiro e segundo trimestre, e foi atingido, no terceiro e quarto trimestre;

ii)A DSAJAL tem prestado também apoio jurídico, por contacto telefónico, às Autarquias Locais, mediante esclarecimentos que não justificam a necessidade de emissão de parecer jurídico;

3) Acompanhamento de processos de contencioso administrativo, contraordenacional e judicial:

i)Foram apresentadas 10 impugnações administrativas, cuja análise e resposta foi efetuada pela chefe de equipa multidisciplinar e pelo jurista Paulo Vieira, dentro do prazo fixado pela JurisAPP (inferior ao prazo legal), e posteriormente feito o encaminhamento para a JurisAPP. Destas 10 impugnações encontram-se já concluídos 4 processos. Durante o ano de 2021 foram ainda concluídos 3 processos respeitantes a impugnações de anos anteriores;

ii)Foi apresentada uma impugnação de processo contraordenacional, que está em curso;

iii)Foram remetidos ao Tribunal, 5 processos de contraordenação, para execução de coimas;

4) Promover a instrução de processos de contraordenação em matéria de ambiente, ordenamento do território e conservação da natureza na respetiva área geográfica:

i)**Autos de Notícia** - No final de 2020 existiam 236 autos pendentes e foram rececionados até 31/12/2021, mais 82 autos (318). No final do ano apurou-se a análise de 76 autos, a que corresponde uma taxa de execução de 23,89%. Ficaram pendentes de análise 242 autos. Este Indicador não foi cumprido em nenhum dos trimestres, em virtude do volume de autos pendentes de apreciação que têm transitado ao longo dos anos. Esta situação ocorreu por manifesta insuficiência de recursos humanos. Este indicador não foi atingido em nenhum dos trimestres.

ii) **Processos de contraordenação (PCO)**- No final de 2020 ficaram pendentes para elaboração de relatório final/ decisão 61 processos. Foram elaborados 37 relatórios. De acordo com os relatórios trimestrais, apresentados pela chefe de equipa multidisciplinar, a média da taxa de execução anual é de 20.00%. Este indicador não foi cumprido.

Para minimizar os desvios, foram implementadas as seguintes medidas:

- Afetação de 2 juristas, quase em exclusividade, a este serviço;
- Desenvolvimento de novas funcionalidades e melhorias efetuadas pelo programador informático que criou a base de dados “THEMIS”, no sentido de as chefias monitorizarem o cumprimento dos indicadores;
- Elaboração de fluxos de procedimentos das contraordenações ambientais;
- Promoveu-se formação da base de dados “THEMIS”, aos técnicos superiores e assistentes técnicas afetas ao secretariado;
- Procedeu-se à análise dos processos com decisões judiciais proferidas com alteração da decisão de aplicação de coimas aplicadas em fase administrativa, articulando-se com a DSCGAF a atualização dos valores reais a liquidar;
- Melhorou-se o procedimento de desmaterialização dos documentos de trabalho.

5) Colaborar na gestão da Cooperação Técnica e Financeira das Autarquias Locais:

i)No âmbito da Cooperação Técnica e Financeira, contratos programa e auxílios financeiros, não foram apresentadas quaisquer candidaturas. Foi feito o acompanhamento dos contratos programa, Centros de Recolha Oficial de Animais de Companhia, (CRO) dos Municípios de Lagos, Monchique e Tavira, todos celebrados em 2020. Como não tiveram execução física e financeira, foi solicitada e autorizada a transição de compromissos para 2021, mediante comunicação da DGAL, no dia 9/02/2022 (E01103-2022) a comunicar a autorização da reprogramação e transição de compromissos para 2021, por despacho do Sr. Secretário de Estado da Descentralização e da Administração Local, datado de 12/10/2021, e do Despacho da Sra. Secretária de Estado do Orçamento, de 29/01/2022. Foi celebrado no final do ano o contrato programa para o CRO de Portimão.

ii)No âmbito do Programa Equipamentos Urbanos de Utilização Coletiva, não entraram candidaturas e foram renovadas 5. Todas foram devidamente analisadas e registadas na base de dados da DGAL, a fim de serem submetidas para seleção e despacho do Senhor Secretário de Estado. Foi encerrada uma candidatura ao abrigo do Subprograma 2 – Religioso, e aprovada uma candidatura do Subprograma 2 – Religioso.

Foram apresentados 2 pedidos de pagamento, os quais após verificação da conformidade com os procedimentos exigidos, foram registados na base de dados da DGAL, para que esta entidade procedesse à transferência da comparticipação para a entidade executora.

Foram realizadas duas reuniões com entidades que pretendem apresentar candidaturas ao Programa Equipamentos.

6) Contas de gerência:

As contas de gerência das autarquias locais, os balanços sociais e o fundo social municipal, não foram objeto de análise, porquanto durante o ano de 2021, o técnico superior afeto ao serviço esteve ausente por motivo de doença. Foi celebrado um contrato de trabalho com 1 técnico superior, mediante procedimento concursal (recrutamento centralizado INA) no dia 1/11/2021, encontrando-se em período experimental.

QUADRO 3
ATIVIDADES DESENVOLVIDAS – DIREÇÃO DE SERVIÇOS DE APOIO JURÍDICO E À ADMINISTRAÇÃO LOCAL

OBJETIVOS/INDICADORES	META	TOLERÂNCIA	RESULTADO	TAXA DE REALIZAÇÃO
O1: GARANTIR A GESTÃO DOS PROCESSOS DE CONTRAORDENAÇÃO				
Percentagem de autos de notícia analisados (pendentes e novos)	40%	5%	23,90%	68%
Percentagem de relatórios finais instruídos e elaborados (pendentes e novos)	40%	5%	49,36%	116%
O2: PROMOVER A CAPACITAÇÃO AUTÁRQUICA E DOS SERVIÇOS DA CCCR/PO, ATRAVÉS DA OTIMIZAÇÃO DO APOIO TÉCNICO / JURÍDICO				
Número médio de dias para emissão de pareceres	20	5	16	100%
Número médio de dias para emissão de pareceres internos (CCDR/PO)	30	5	8	142%
O3: ANALISAR E DIVULGAR INFORMAÇÃO RELATIVA AOS RECURSOS HUMANOS E FINANCEIROS DAS AUTARQUIAS				
Percentagem de contas de Gerência dos Municípios do Algarve, referentes ao ano de 2020 analisadas e validadas dentro do prazo definido pela DGAL	50%	5%	-	0%
Prazo para tratamento da informação relativa aos recursos financeiros e humanos das autarquias	334	10	-	0%
O4: ANALISAR E EMITIR PARECERES REFERENTE ÀS CANDIDATURAS APRESENTADAS NO ÂMBITO DA COOPERAÇÃO TÉCNICA E FINANCEIRA				
Número médio de dias para análise e emissão de pareceres	15	5	5	142%
Percentagem de pedidos de pagamento analisados	90%	5%	100%	125%

DESENVOLVIMENTO REGIONAL

No âmbito do Desenvolvimento Regional destaca-se o importante contributo dado pela Equipa para a preparação do Acordo de Parceria e do INTERREG/POCTEP 21-27, bem como o relevante papel tido ao nível da Cooperação Transfronteiriça. A DSDR sofreu uma reestruturação passando a integrar novas componentes com destaque para os Grupos de Trabalho “Habitar no Interior” e “Co-working” e prosseguiram-se, em 2021, os projetos âncora identificados: Dieta Mediterrânica, Algarve Acolhe agora integrado na plataforma T-Invest, a Rede RAARA – Rede de Acolhimento ao Autocaravanismo na Região do Algarve e um novo protocolo “Para a promoção de um autocaravanismo sustentável na Região do Algarve”, assinado em 14/06/2021, o observatório da Mobilidade e Transportes, o TASA – Técnicas

Ancestrais, Soluções Atuais. Destacam-se os projetos que de imediato se detalham bem como a aprovação do projeto Atlazul, que pretende desenvolver o crescimento azul e a economia do mar e muito relevante para a governança do mar na EuroRegião AAA e, através da DSDR, a integração da CCDR-Algarve no Digital *Innovation Hub: AI4PA ARTIFICIAL INTELLIGENCE & DATA SCIENCE FOR PUBLIC ADMINISTRATION PORTUGAL*.

Detalham-se os projetos Articular para Intervir (3ª fase) cujo foco é o reforço da capacitação das entidades parceiras (Agências de Desenvolvimento Local), *stakeholders* regionais e comunidades locais com vista à construção conjunta de uma visão integrada do desenvolvimento regional do Algarve no horizonte 2030 e no contexto do qual se promoveram diversos estudos para reforçar a coesão como a descarbonização, a saúde e a dieta mediterrânica, entre outros e Região Inteligente Algarve (RIA) que visa igualmente o reforço da capacitação das entidades parceiras (Universidade do Algarve, Comunidade Intermunicipal do Algarve e Região de Turismo do Algarve) e *stakeholders* regionais, tornando-os parte efetiva do processo de construção conjunta da Região Inteligente Algarve e já em 2021 desenvolveu um seminário sobre aspetos tecnológicos (UAlg) e o estudo sobre o vertical do destino inteligente (RTA).

Estratégia Regional Algarve 2030 e Sistema de Indicadores

A Estratégia Regional Algarve 2030 foi preparada com contributos técnicos da DSDR que durante o primeiro semestre de 2020 produziu e colaborou na análise de diversos textos temáticos que vieram a ser integrados na Estratégia Regional coordenada pela OADR e apresentada publicamente no Conselho Regional a 11 de setembro de 2020.

A existência de um Sistema de Indicadores de Desenvolvimento Sustentável para a Região do Algarve, como projeto regional integrador, que permita avaliar sistematicamente o desempenho da região nas várias os domínios, sociais, económicos e ambientais, considerados relevantes para a sua caracterização, é fundamental para a definição de estratégias de implementação das políticas públicas, orientar as prioridades de intervenção, ajudar as entidades e as empresas na tomada de decisões e identificar potencialidades de investimento que minimizem os problemas e promovam globalmente o desenvolvimento sustentável da região.

Incluir indicadores ajustados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, poderá contribuir para a monitorização da implementação da Agenda 2030 para ao Desenvolvimento Sustentável e promover o processo ao nível regional.

Tendo-se verificado que não existe nenhum sistema de indicadores atualizado que responda globalmente às necessidades regionais definidas, e considerando a importância da implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, considerou-se que o Sistema de Indicadores a construir deveria partir originariamente de um alinhamento aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), definidos na Agenda 2030, e faseadamente vir a ampliar os temas a tratar, mediante a definição de prioridades, enquadradas pela Estratégia de Desenvolvimento Regional - Algarve 2030, o que foi apresentado em reunião da SPEBT/INE.

Articulação Intersectorial

No âmbito da articulação intersectorial destaca-se a participação em reuniões do Conselho Superior de Estatística, SPE de base territorial (DSDR como suplente; OADR representante efetivo), na área da Saúde, no Plano Nacional de Saúde e com contributos para o Plano Regional de Saúde do Algarve 2021-2030, no Grupo de Implementação (GIMAE), Monitorização e Avaliação da Estratégia Nacional para Integração de Pessoas em Situação de Sem Abrigo participação em 2 reuniões nacionais. Mencionam-se ainda as participações no Programa Regional de Ecoturismo e estabeleceu-se e divulgou-se o quadro de representação interna nos Conselhos Municipais de Educação. Participações reuniões com DG Território no contexto da Iniciativa Cidades Circulares InC2 e de Gestão da Paisagem e ainda articulação com DSA no âmbito da Agenda Regional para Economia Circular.

Cooperação Transfronteiriça

Relativamente à Cooperação Transfronteiriça, coordenada pela Divisão de Cooperação (DC), destaca-se a gestão regional, de nível técnico e financeiro, do PO INTERREG V-A 2014-2020, função atribuída à CCDR Algarve na qualidade de Unidade de Coordenação regional deste Programa, bem como as ações relacionadas com a Euroregião Alentejo-Algarve-Andaluzia, a Comissão Luso-Espanhola e a preparação do PO Cooperação Transfronteiriça 2021-2027.

A EURORREGIÃO Alentejo-Algarve-Andaluzia (EURO_AAA).

O Protocolo de Cooperação Transfronteiriça (assinado pelas três regiões a 5 de maio de 2010) foi revisto e atualizado e mereceu parecer favorável das instâncias portuguesas e espanholas, aguardando, contudo, oportunidade de assinatura pelos presidentes das regiões do Alentejo, do Algarve e da Andaluzia, preparam-se as prioridades da Euroregião AAA, no caso do Algarve em consonância com os atores locais/regionais e representantes no Conselho Regional da CCDR-Algarve.



Consejería de la Presidencia, Administración
Pública e Interior
Secretaría General de Acción Exterior



PRINCIPALES PRIORIDADES Y PROYECTOS EN MATERIA DE COOPERACIÓN TRANSFRONTERIZA DE LA EURORREGIÓN ALENTEJO-ALGARVE-ANDALUCÍA

CONTENIDO

Nº PÁGINA

No âmbito da preparação do PO Cooperação Transfronteiriça 2021-2027 foi assegurada a participação nos trabalhos desenvolvidos pelo Grupo de Trabalho, com reuniões regulares e análise dos documentos propostos.

Assegurou-se a participação nas reuniões da Comissão Luso Espanhola (delegação portuguesa) e na Comissão Mista Luso Espanhola para a Cooperação Transfronteiriça para preparação conjunta dos contributos a propor à agenda da Cimeira relativamente à EURO_AAA.

Relativamente ao PO INTERREG 2014-2020, no decurso do ano 2020, foi dada resposta regularmente às solicitações do Secretariado Conjunto do PO INTERREG V-A, sediado em Badajoz, no que diz respeito às prorrogações dos projetos, às Modificações Substanciais e à execução dos projetos da responsabilidade dos beneficiários do Algarve.

Estão em execução 48 candidaturas (28 aprovadas na 1ª Convocatória, 17 aprovadas na 2ª Convocatória e 3 aprovadas na 3ª Convocatória), correspondendo um total de 98 beneficiários.

Durante o ano 2021 a Divisão de Cooperação promoveu várias reuniões com os beneficiários dos projetos aprovados na 1ª Convocatória e, sobretudo, com os beneficiários dos projetos estratégicos, aprovados na 3ª Convocatória. Foi verificada e validada despesa submetida no COOPERA 2020 - *software* que ficou sem funcionar durante vários dias ao longo do ano – e realizadas auditorias e visitas aos projetos em fase de encerramento.

De referir ainda que a Divisão Cooperação e a DSDR participaram ativamente em diversas reuniões dos órgãos de gestão do Programa: Comité de Gestão, Comité de Acompanhamento e Unidades de Coordenação.

ALGARVEACOLHE

[Algarve Acolhe \(ccdr-alg.pt\)](http://ccdr-alg.pt)

“Algarve Acolhe” é uma plataforma de apoio aos investidores para localização das suas atividades empresariais, promovida pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional. Disponibiliza informação georreferenciada das áreas empresariais e respetivos lotes, identificando valências, disponibilidades, acessibilidades e contactos. É uma plataforma dos parques empresariais de iniciativa pública, privada, ou mista, que partilham visões e experiências distintas e aspiram de forma integrada a promover e divulgar as suas infraestruturas num âmbito nacional e internacional. Cofinanciada pelo CRESC Algarve 2020, o “Algarve Acolhe” foi desenvolvido no âmbito do projeto REVIT+, assumindo os novos desafios à gestão e ordenamento das áreas de acolhimento empresarial, à sua administração, à competitividade das empresas instaladas e na forma como estas se relacionam.

Num quadro de desenvolvimento estratégico, estas áreas procuram ser espaços de criatividade, inovação e sinergias entre as empresas, elevando a sua atratividade para novos investimentos locais e regionais. O AlgarveAcolhe foi a base para o T-invest, plataforma nacional que agrega todas as Áreas de Acolhimento empresarial do continente bem como permitiu reunir elementos para o Aviso do PRR sobre a descarbonização das Áreas de Acolhimento Empresarial. Promoveram-se reuniões com municípios Algarve Acolhe, 16 setembro: reunião e visita a AAE com CM Faro; 28 setembro: reunião e visita a AAE com CM Olhão; 19 outubro: reunião e visita a AAE com CM Portimão; 27 outubro: reunião virtual com CM Silves.

ARTICULAR PARA INTERVIR ALG-08-5864-FSE-000005

O projeto "Articular para Intervir III" corresponde ao desenvolvimento das duas fases anteriores, promovidas pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve, com foco na promoção da capacitação para o desenvolvimento regional. Esta operação visa reforçar a capacitação das entidades que integram a parceria, nomeadamente as respetivas equipas técnicas, mas também contribuir para a capacitação dos *stakeholders* regionais e das comunidades locais, envolvendo-as e tornando-as parte efetiva dos processos de construção conjunta de uma visão integrada de desenvolvimento regional para o Algarve no horizonte 2030, visão essa que se deseja partilhada, apropriada e reconhecida por todos.

A operação congrega quatro ações específicas: avaliar; conhecer e intervir; prospetivar e envolver, faseadas, primeiro em escalas sub-regionais coincidentes com os territórios a animar pelas associações parceiras da CCDR Algarve, e segundo numa lógica agregadora, que a entidade líder coordenará, culminando em instrumentos de planeamento e ação de cariz estratégico e prospetivo. No âmbito da comunicação da operação foi criado o logotipo e imagem do projeto:



Das mais de 22 ações de capacitação efetuadas durante o ano de 2021 destacam-se as temáticas Perímetros de rega, ITI Água, Estudo para estruturação das intervenções prioritárias em matéria de qualificações, emprego e inclusão social, bem como as ações de capacitação realizadas pela empresa Comunica.me:

9/10/2021 - Oportunidades de financiamento – Bensafrim;

20/10/2021- Oportunidades de financiamento - S. Brás de Alportel;

21/10/2021- Oportunidades de financiamento - Alcoutim;

Relevo merece ainda a visita feita ao Fundão (15 e 16 de dezembro): Espaço empresa da CM Fundão; empresa de desenvolvimento de *software* ALTRAN; FAB Lab - Fundão; Incubadora A praça; Escola Profissional do Fundão; Campo experimental e Quinta Ciência Viva do Fundão; empresa Twintex; empresa J3LP e à Cooperativa Cerfundão;

Em 2021 foram envolvidos neste processo 134 parceiros.

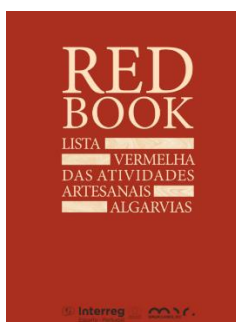
RIA ALG-08-5864-FSE-000006

Assumido como projeto-âncora, em 2021, das 38 ações do projeto RIA 7 estão finalizadas e 29 encontram-se em curso. O Projeto da Região Inteligente do Algarve (RIA), cofinanciado pelo CRESC Algarve 2020 FSE, pretende-se afirmar como um ativo regional, ser impulsionador numa dinâmica de transformação digital e criar uma plataforma agregadora de múltiplos serviços de

forma a tornar-se um facilitador do desenvolvimento público e privado com fontes importantes de informação na forma de dados abertos. Para a materialização deste projeto destaca-se a importância do trabalho em rede, sendo a mesma apresentada por uma parceria liderada pela CCDR Algarve, com as seguintes entidades: Universidade do Algarve, Região de Turismo do Algarve e Comunidade Intermunicipal do Algarve, AMAL. A Universidade do Algarve (UALg) é um dos membros integrantes do projeto que está vocacionado para a capacitação, desta instituição e das restantes que conjuntamente integram o projeto, nas áreas tecnológicas que responderão às necessidades para a implementação de uma plataforma integradora que disponibilizará informação.

Magalhães_ICC

No âmbito do projeto 0752_Magalhães_ICC_5_E a DSDR acompanhou todos os aspetos de implementação, participando nas reuniões de coordenação. A elaboração do REDBook das Atividades Tradicionais foi finalizada em 2021.



QUADRO 4
ATIVIDADES DESENVOLVIDAS – DIREÇÃO DE SERVIÇOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

OBJETIVOS/INDICADORES	META	TOLERÂNCIA	RESULTADO	TAXA DE REALIZAÇÃO
O1: DESENVOLVER E ACOMPANHAR ATIVIDADES NO DOMÍNIO DO PLANEAMENTO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL E LOCAL				
Número de dias para elaboração de manual de fatores críticos de análise e interpretação da paisagem do Algarve, para procedimentos Avaliação de Impacte Ambiental	30	10	-	0%
Número de entidades envolvidas no processo de construção participada da estratégia (Articular para Intervir III) (partilhado com OADR)	35	10	134	265%
Número de ações de capacitação desenvolvidas no âmbito da Estratégia (Articular para Intervir III) (partilhado com OADR)	30	5	33	100%
Número de dias para elaboração de pareceres sobre a sócio economia referentes a avaliação ambiental de planos, projetos e programas de âmbito regional ou local	3	2	2	100%
Número de dias para o envio ao Gabinete de Estratégia, Planeamento e Avaliação Culturais (GEPAC) da despesa recebida no âmbito do Sistema de Incentivos à Comunicação Social após a receção dos documentos de despesa	15	3	6	132%
Número de dias para elaboração de documentos de acompanhamento do Região Inteligente do Algarve	15	3	10	118%
Taxa de execução regional da Plataforma informática (medida #143 SIMPLEX): T-Invest	50%	15%	88%	131%
Número de dias para elaboração de relatórios e atas reuniões da Comissão Regional da Dieta Mediterrânica	15	3	15	100%
Data de conclusão do “RedBook das Atividades Artesanais Algarvias” (Magalhães)	304	15	304	100%
Número de dias para elaboração de documentos de acompanhamento do projeto Atlazul	15	3	15	100%
O2: MONITORIZAR, AVALIAR E DIVULGAR AS DINÂMICAS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL				
Documentos de análise e monitorização de Mobilidade e Transportes	5	3	3	100%
Número de dias para elaborar relatório com abordagem ao alinhamento das atividades com Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável	30	10	45	125%
Documentos de análise e monitorização da RAARA	13	3	16	100%
Número de dias para elaboração de documento de avaliação do processo de reorganização administrativa territorial das freguesias	30	10	30	100%
O3: SENSIBILIZAR CIDADÃOS E INSTITUIÇÕES PARA A TEMÁTICA DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL				
Ações de sensibilização sobre matéria de desenvolvimento regional	6	2	10	125%
Ações de capacitação da rede de interlocutores municipais do projeto Algarve Acolhe	4	1	4	100%
Ações de dinamização projetos POCTEP GIT AAA e Magalhães	5	1	4	100%
Ações de dinamização da Rede de Acolhimento ao Autocaravanismo na Região do Algarve	6	3	18	150%
O4: DINAMIZAR A COOPERAÇÃO TERRITORIAL EUROPEIA, COM PARTICULAR DESTAQUE PARA A COOPERAÇÃO TRANSFRONTEIRIÇA				
Despesa apresentada pelos beneficiários do PO INTERREG V-A 2014-2020 validada num prazo médio inferior a 30 dias úteis, cuja contagem se inicia no 1º dia da análise	75%	10%	100%	142%
Percentagem de pedidos validados num prazo médio de 10 dias úteis	75%	10%	100%	142%
Participações nos órgãos de gestão e acompanhamento técnico do INTERREG V-A 2014-2020	5	1	8	125%
Participações no GT21-27 para a definição da Estratégia de Cooperação Transfronteira 2021-2027	3	1	13	183%
Data de conclusão da RIS3 EUR AAA (partilhado com OADR)	352	10	0	0%

ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

No ano de 2021, as principais atividades desenvolvidas por esta unidade orgânica, encontram-se alinhadas com os objetivos, previamente definidos, que constam da respetiva tabela, sendo de relevar as seguintes:

- Coordenar a unidade orgânica, incluindo a gestão do pessoal, instalações e equipamentos e a preparação, apresentação e gestão de candidaturas a fundos comunitários.
- Contribuir para a implementação da Lei de bases gerais da política pública de solos, de ordenamento do território e de urbanismo (Lei dos Solos), designadamente no âmbito do acompanhamento da formação (elaboração, alteração, revisão, suspensão, medidas preventivas e normas provisórias) dos “programas e planos territoriais”, assegurando a avaliação da sua conformidade com o Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT), incluindo a observação dos diplomas complementares e o cumprimento das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, nomeadamente o Regime de avaliação dos efeitos de determinados planos e programas no ambiente, bem como a verificação da compatibilidade dos planos e programas territoriais com o Plano Regional de Ordenamento do Território do Algarve (PROT Algarve), em articulação e em linha com o Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT), para além de assegurar o processo de alteração do referido PROT Algarve, com vista à sua atualização, em conformidade com as referidas disposições legais e em compatibilidade com os programas territoriais existentes.
- Garantir o exercício das competências da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR) do Algarve, cometidas a esta unidade orgânica, no âmbito dos diferentes regimes jurídicos específicos aplicáveis, como por exemplo: Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (RJUE), Regime Jurídico da Reserva Ecológica Nacional (RJREN), Regime Jurídico da Reserva Agrícola Nacional (RJAN), Regime Jurídico das ações de arborização e rearborização (RJAAR), Regime Jurídico da instalação e exploração de culturas marinhas (RJIECM), Regime Jurídico de acesso e exercício de atividades de comércio, serviços e restauração (RJACSR), Regime Jurídico dos Planos de Ordenamento, de Gestão e de Intervenção de Âmbito Florestal (PGF) e Regime Jurídico do Sistema Nacional de Defesa das Florestas contra Incêndios (RJDFCI), através da apreciação técnica e emissão de informações e pareceres de apoio à tomada de decisão, sobre usos e ações que visem a ocupação ou transformação do solo, apreciação de projetos PRODER, assim como da participação em órgãos de decisão (Entidade Regional da RAN – ER-RAN e comissões municipais da defesa da floresta contra incêndios – CMDFCI), em observância supletiva do Código do Procedimento Administrativo (CPA).
- Privilegiar o recurso às plataformas informáticas nacionais setoriais, designadamente o Sistema informático do RJUE - SIRJUE, o Sistema de submissão automática dos IGT e REN –

SSAIGT-REN, a Plataforma Colaborativa de Gestão Territorial – PCGT, o portal do RJAAR, e a plataforma BMar, bem como consolidar a implementação e utilização da “Infraestrutura de Dados Espaciais do Algarve” (IDEAlg), criada por esta CCDR, com base nas mais modernas tecnologias de informação e comunicação (TIC), que disponibiliza informação regional sobre os planos e programas territoriais aplicáveis, as “servidões administrativas e restrições de utilidade pública” vigentes, os limites administrativos e cadastrais, as operações de loteamento e equipamentos, bem como ao registo da geocontextualização da localização dos usos, ações e pretensões, submetidas à apreciação destes serviços, permite a utilização e divulgação da informação, de forma interativa e em rede, com a visualização dos resultados sob a forma de mapas graduados, gráficos e tabelas. É facilitadora da simplificação administrativa, da agilização dos procedimentos e do controlo dos processos, tendencialmente desmaterializados e, desejavelmente, submetidos via online, contribui decisivamente para o combate à corrupção e para um desempenho monitorizado, com redução de custos de contexto, mais eficiente e eficaz, quer intersectorial, quer na interação do Estado com os cidadãos e restantes agentes económicos, nossos parceiros ou clientes, bem como na resposta desta CCDR, enquanto ponto focal que “alimenta” sistemas nacionais de informação geográfica.

- Incrementar o “Sistema automático de indicadores”, que capacita a CCDR a compilar indicadores estatísticos diversos, de interesse regional, tirando partido das soluções tecnológicas existentes e a concretizar, para utilização e divulgação, de forma interativa e em rede, com a visualização dos resultados sob a forma de mapas graduados, gráficos e tabelas.
- Representar a CCDR, no âmbito das competências desta unidade orgânica, designadamente em matérias de ordenamento do território, urbanismo, conservação da natureza, valorização da paisagem, qualificação das cidades e TIC, bem em conselhos, comissões, júris, grupos de trabalho, conferências decisórias, procedimentais e de serviços, seminários, workshops e outras ações (como por exemplo: Observatório do PROT Algarve, Comissão Nacional do Território – CNT, Grupo de trabalho da REN, Grupo de trabalho dos IGT, Comissão Permanente de Apoio ao Investidor – CPAI, Grupo de Trabalho do Mira – GT-MIRA-, Conselho de Orientação do Sistema Nacional de Informação Geográfica – CO SNIT, Conselho Coordenador de Cartografia – CCC, Comissões Consultivas dos PDM, Comissões de Acompanhamento dos programas e planos territoriais, Entidade Regional da RAN).
- Colaborar com os demais setores da CCDR e com entidades externas, particularmente com as autarquias locais e suas associações e outras entidades nossas parceiras ou clientes, no acompanhamento e apreciação de projetos de potencial interesse nacional ou regional e outros cujas características e dimensão o justifique, bem como com a Inspeção-Geral da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território (IGAMAOT), nas respetivas ações inspetivas, e contribuir para a preparação de projetos de diplomas legais e outros documentos orientadores, bem como na promoção de normas e ações técnicas de sensibilização, formação, aperfeiçoamento e capacitação institucional, designadamente

para a divulgação de boas práticas e da correta aplicação de legislação específica, no âmbito das referidas competências desta unidade orgânica.

No âmbito da CCDD, a direção de serviços colabora e/ou solicita a colaboração de outros setores, principalmente a DSCGAF, DSA e a DVC, mas também com a DSAJAL, DSDR e PO.

Externamente, a direção de serviços tem como principais clientes: autarquias locais, empresas, cidadãos e outras entidades da administração central, sendo que as entidades locais e centrais, ainda que deslocalizadas na região, também são nossas parecerias em determinados procedimentos, processos e projetos.

QUADRO 5
ATIVIDADES DESENVOLVIDAS – DIREÇÃO DE SERVIÇOS DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

OBJETIVOS/INDICADORES	META	TOLERÂNCIA	RESULTADO	TAXA DE REALIZAÇÃO
01: APOIAR OS PROCEDIMENTOS DE FORMAÇÃO DOS PLANOS TERRITORIAIS DE ÂMBITO MUNICIPAL OU INTERMUNICIPAL COM A PARTICIPAÇÃO DAS DEMAIS ENTIDADES REPRESENTATIVAS DOS INTERESSES A PONDERAR E ACOMPANHAR A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS PROGRAMAS DE ÂMBITO NACIONAL				
Propostas de planos territoriais de âmbito municipal ou intermunicipal	90%	5%	100%	125%
Tramitação dos PTM através da Plataforma Colaborativa de Gestão Territorial (PCGT)	90%	5%	100%	125%
Execução do PNPO e Propostas dos programas especiais	90%	5%	100%	125%
02: EMITIR PARECERES EM MATÉRIA DE USO, OCUPAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO DO SOLO E ASSEGURAR A PARTICIPAÇÃO DA CCDD NA ER-RAN				
Dias para emissão de informações e pareceres, sobre pretensões, relativas ao uso, ocupação e transformação do solo	2	1	2	100%
Solicitações de autorização para usos não agrícolas em solos da Reserva Agrícola Nacional (RAN), no âmbito da Entidade Regional da RAN, apreciadas	90%	5%	100%	125%
03: GARANTIR O ACOMPANHAMENTO DOS PROCEDIMENTOS DE DELIMITAÇÃO REN, COM A PARTICIPAÇÃO DAS DEMAIS ENTIDADES REPRESENTATIVAS DOS INTERESSES A PONDERAR, BEM COMO A SUA APROVAÇÃO E A PUBLICAÇÃO EM DIÁRIO DA REPÚBLICA (DR)				
Procedimentos em que seja garantido o acompanhamento, apreciação e conclusão técnica da proposta de delimitação ou alteração da REN	3	1	4	125%
Procedimentos concluídos, em termos de tramitação técnica e administrativa, da REN e publicação em DR	2	1	3	125%
Participação em procedimentos de controlo sucessivo, com a DVC e a DSAJAL	25	10	29	100%
04: EMITIR PARECERES NO ÂMBITO DOS REGIMES JURÍDICOS DA REN, PLANOS DE ORDENAMENTO DE GESTÃO E DE INTERVENÇÃO FLORESTAL (PGF), AÇÕES DE ARBORIZAÇÃO E REARBORIZAÇÃO, BEM COMO CULTURAS MARINHAS				
Dias para emissão de informações e pareceres, de apoio à decisão, sobre pretensões sujeitas ao procedimento de comunicação prévia, no âmbito do RJREN	3	1	3	100%
Dias para emissão de informações e pareceres, de apoio à decisão, sobre planos de gestão florestal, ações de arborização e rearborização e culturas marinhas	2	1	2	100%
Dias para emissão de informações e pareceres, relativos aos descritores solos/ uso dos solos, ordenamento do território, servidões administrativas/e restrições d utilidade pública e paisagem, quando justificável	2	1	2	100%

FISCALIZAÇÃO

Em 2021 a Divisão de Vigilância e Controlo (DVC) continuou a colaborar com outras Unidades Orgânicas da CCDR, nomeadamente com a DSOT:

- na implementação do controlo sucessivo de usos e ações em Reserva Ecológica Nacional (REN) relativo a empreendimentos de Turismo em Espaço Rural – TER (casas de campo e agroturismo).
- na apreciação do Relatório da IGAMAOT relativo à “Avaliação do cumprimento do Regime Jurídico da Reserva Ecológica Nacional (RJREN) no Município de Albufeira”.
- no acompanhamento do “Processo de Inspeção AOT/03/16 – Inspeção ao Cumprimento do Plano de Ordenamento da Orla Costeira (POOC) Sines - Burgau nos Municípios de Aljezur e Vila do Bispo”, da IGAMAOT.
- no acompanhamento do “Processo de Inspeção AOT/CN/01/16 - Cerro da Cabeça, Moncarapacho, concelho de Olhão”, da IGAMAOT.
- no acompanhamento do “Processo de Inspeção - Avaliação do Cumprimento do POPN Ria Formosa (Tavira)”, da IGAMAOT.
- no acompanhamento do “Processo de inspeção nº NUI/AA/OT/000006/17.0AOT - Avaliação do cumprimento do POOC Vilamoura- Vila Real de Santo António (Municípios de Vila Real de Santo António e de Castro Marim)”, da IGAMAOT.
- no acompanhamento do “Processo Inspetivo n.º NUI/AA/OT/000005/20.5.AOT - Avaliação do cumprimento do RJREN e do DPH na margem direita do rio Guadiana, no troço compreendido entre as fozes das ribeiras de Odeleite e do Vascão”, da IGAMAOT.
- no acompanhamento do “Processo de inspeção nº S/07500/AOT/21 - Avaliação do cumprimento do regime jurídico da Rede Natura 2000 no município de Vila do Bispo, na área integrada no SIC Costa Sudoeste (PTCON0012)”, da IGAMAOT.

A DVC colaborou também com a DSDR e DSOT no acompanhamento das diversas situações ilegais de estacionamento de autocaravanas e caravanas no Algarve.

QUADRO 6
ATIVIDADES DESENVOLVIDAS - DIVISÃO DE VIGILÂNCIA E CONTROLO

OBJETIVOS/INDICADORES	META	TOLERÂNCIA	RESULTADO	TAXA DE REALIZAÇÃO
O1: CONTRIBUIR PARA A REGULARIZAÇÃO DE SITUAÇÕES DE INCUMPRIMENTO AO REGIME JURÍDICO DA RESERVA ECOLÓGICA NACIONAL (REN)				
Locais com reposição da legalidade em infrações à REN, ao longo do ano e em parceria com a DSOT e com a DSAJAL	9	2	11	100%
O2: CONTRIBUIR PARA A REGULARIZAÇÃO DE SITUAÇÕES DE INCUMPRIMENTO SOBRE RESÍDUOS				
Locais com reposição da legalidade em resíduos, ao longo do ano e em parceria com a DSA e com a DSAJAL	5	1	6	100%
O3: ASSEGURAR O CONTROLO SUCESSIVO DE USOS E AÇÕES EM RESERVA ECOLÓGICA NACIONAL (REN)				
Ações de fiscalização internas, ou externas, para controlo sucessivo de usos e ações em Reserva Ecológica Nacional (REN), ao longo do ano e em parceria com a DSOT	45	5	85	159%
O4: ASSEGURAR A VIGILÂNCIA DO TERRITÓRIO, NAS SUAS VERTENTES AMBIENTAIS E DO ORDENAMENTO				
Ações de fiscalização internas, ou externas, ao longo do ano	36	5	64	150%
O5: EMISSÃO DE PARECERES OU INFORMAÇÕES, DESIGNADAMENTE COM VISTA À DECISÃO SUPERIOR				
Apreciação de reclamações, de documentos relativos a fiscalizações exteriores e de outras situações diversas	243	23	323	174%

INFORMAÇÃO, PROMOÇÃO E COMUNICAÇÃO

É da responsabilidade da Divisão de Informação, Promoção e Comunicação (DIPC), a organização, a promoção e a comunicação de eventos públicos da CCDR Algarve, em estreita articulação com as unidades orgânicas promotoras ou responsáveis. Preparação e o desenvolvimento de ações de sensibilização, de notoriedade e de divulgação, como sejam, organização de conferências de imprensa, produção de conteúdos para notas de agenda e de imprensa, elaboração de *briefings* ou *dossiers*, bem como coordenar o desenvolvimento estratégico e a gestão operacional das diversas plataformas da CCDR Algarve na Internet - sítios da CCDR Algarve e do CRESC ALGARVE 2020, Intranet, redes sociais em que está presente (Facebook e Twitter), totem interativo do *hall* de entrada do edifício sede e *microsites* de ações específicas, permitindo a acessibilidade dos destinatários da instituição e da opinião pública em geral à informação e aos serviços, bem como a formas de participação.

Durante o ano de 2021, a DIPC promoveu e organizou, em colaboração com os serviços internos ou em parceria com entidades externas, no âmbito das atividades da CCDR Algarve, do CRESC ALGARVE 2020, do Interreg Espanha Portugal (POCTEP), Euroregião Alentejo Algarve Andaluzia (EUROAAA), *Europe Direct* Algarve (ED) e Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), um total de **171 iniciativas**, essencialmente dirigidas a parceiros regionais e a público interno).

Ao longo do ano de 2021, para além da gestão diária das várias plataformas, a DIPC produziu 188 notas de imprensa (64 do PO e 124 CCDR) e 15 vídeos (disponíveis no Youtube e no Facebook do CRESC ALGARVE 2020 e da CCDR Algarve), dinamizou e respondeu regularmente a pedidos de jornalistas / comunicação social, efetuou a divulgação e cobertura mediática dos eventos, assegurou a ligação institucional da CCDR Algarve. Prestou apoio aos eventos com a participação dos membros do Governo, em estreita articulação com os respetivos gabinetes, particularmente nos domínios da coesão territorial, do ambiente e do ordenamento do

território e do planeamento, infraestruturas e desenvolvimento regional, e das autarquias locais.

Cabe à DIPC fazer a gestão do espaço expositivo do edifício-sede, a promoção de ações de capacitação, formação, sensibilização e informação em estreita articulação com as unidades orgânicas responsáveis. Durante 2021, foram dinamizados **2 eventos expositivos**.

Em conformidade com o previsto na Lei n.º 95/2015, de 17 de agosto, as diversas ações de publicidade institucional foram comunicadas à Entidade Reguladora para a Comunicação Social na Plataforma Digital da Publicidade Institucional do Estado.

Publicitação do Programa Operacional Regional CRESC ALGARVE 2020.

Em 2021, a rúbrica da Publicidade, do CRESC ALGARVE 2020, não atribuiu apoio como contrapartida à sua publicitação em eventos, em livros ou em audiovisuais considerados de interesse para a região, que estivesse relacionado com os objetivos, a ação e o papel desempenhado pelos fundos estruturais.

A Divisão de Informação, Promoção e Comunicação continua a ser responsável pela avaliação dos pedidos de apoio chegados e acompanhou a proposta aprovada.

Plano de Meios

O plano de meios é um quadro de programação da publicação de anúncios publicitários *online*, nos mais impactantes meios da imprensa regional, com o objetivo de aumentar o acesso e o tráfego ao site do PO, particularmente à seção onde se encontra publicada a lista dos projetos aprovados.

No ano de 2021, este plano de meios não foi realizado, tendo sido acordada a sua execução através da Agência para o Desenvolvimento e Coesão, no contexto da Rede de Comunicação do Portugal 2020. Contudo, face à mudança de direção do respetivo Núcleo de Comunicação, o processo de aquisição de serviço ficou comprometido, face à dissolução do Parlamento e consequente convocatória de eleições para a Assembleia da República, transitando a sua concretização para o período pós-eleitoral em 2022.

No entanto, para aprofundar o foco na apresentação dos resultados, foi desenvolvido um procedimento plurianual para a execução de várias publireportagens com o propósito de dar destaque editorial a projetos de diversificação da base económica selecionados e dinamizados por empresas localizadas no Algarve, beneficiárias de Fundos Europeus, através do CRESC ALGARVE 2020. O foco destas publireportagens foi qualitativo e não quantitativo.

No total foram publicadas três publireportagens no jornal semanal Barlavento: “Alfarroba: o ouro negro” e sobre a “*Sun Concept*”:

Publireportagens:

In Barlavento Online, 25 de novembro de 2021:



Sun Concept antevê boas expectativas para a retoma pós-COVID

Sun Concept soma seis anos de experiência na construção de embarcações de recreio e profissionais que utilizam apenas a energia solar enquanto força motriz. Estaleiro de Olhão é exemplo de inovação alcançada por fundos europeus no Algarve.

Está pronto para estrear o OTSSTER, novo barco elétrico que vai trabalhar nos viveiros de bivalves da Ria Formosa, o planeado de um conjunto de três, desenvolvido e construído de zero para a iniciativa Cultura 2020 - Comunidade Energética Sustentável.

ULTIMAS NOTÍCIAS

Falco BEA dá oportunidade a artistas algarveses em Semana Académica

Martín Copil conquista o Prémio M2A Internacional Open

BAC: Pedro Amaral e Rita Xelva desfilam em Faro

In Barlavento, 16 de dezembro de 2021:

Publireportagem | Programa Operacional CRESC Algarve 2020

Grand Carob regressa às lojas em janeiro de 2022

Bebida vegetal à base de alfarrôbo vai ser produzida por um novo parceiro industrial no início do próximo ano.

Nuno Alves, fundador do Grand Carob, virou ainda o piloto da empresa algarvesa para conquistar novos talentos e mercados. A ideia surgiu em 2015, quando Nuno Alves decidiu criar a bebida vegetal à base de alfarrôbo. Desde então, a empresa tem vindo a crescer e a desenvolver a sua marca.



Nuno Alves, fundador do Grand Carob, virou ainda o piloto da empresa algarvesa para conquistar novos talentos e mercados. A ideia surgiu em 2015, quando Nuno Alves decidiu criar a bebida vegetal à base de alfarrôbo.



Publireportagem | Programa Operacional CRESC Algarve 2020

Carob World é exemplo de como criar valor acrescentado a um recurso endógeno

Marca alimentar algarvesa aposta na alfarrôbo para conquistar os mais exigentes mercados internacionais. Em entrevista, o fundador

Carob World é uma empresa portuguesa com origem no Algarve. O seu produto principal é a bebida vegetal à base de alfarrôbo. A empresa tem vindo a crescer e a desenvolver a sua marca.

Carob World é uma empresa portuguesa com origem no Algarve. O seu produto principal é a bebida vegetal à base de alfarrôbo. A empresa tem vindo a crescer e a desenvolver a sua marca.



Publireportagem | Programa Operacional CRESC Algarve 2020

Carob World nasceu em Faro para inovar com a alfarrôbo

Algarve é o berço da alfarrôbo e a região tem vindo a desenvolver a sua marca. A alfarrôbo é um recurso endógeno que tem vindo a ganhar importância.

Algarve é o berço da alfarrôbo e a região tem vindo a desenvolver a sua marca. A alfarrôbo é um recurso endógeno que tem vindo a ganhar importância.

Algarve é o berço da alfarrôbo e a região tem vindo a desenvolver a sua marca. A alfarrôbo é um recurso endógeno que tem vindo a ganhar importância.



Publireportagem | Programa Operacional CRESC Algarve 2020

Carob World é exemplo de como criar valor acrescentado a um recurso endógeno

Marca alimentar algarvesa aposta na alfarrôbo para conquistar os mais exigentes mercados internacionais. Em entrevista, o fundador

Carob World é uma empresa portuguesa com origem no Algarve. O seu produto principal é a bebida vegetal à base de alfarrôbo. A empresa tem vindo a crescer e a desenvolver a sua marca.



Publireportagem | Programa Operacional CRESC Algarve 2020

Carob World nasceu em Faro para inovar com a alfarrôbo

Algarve é o berço da alfarrôbo e a região tem vindo a desenvolver a sua marca. A alfarrôbo é um recurso endógeno que tem vindo a ganhar importância.

Algarve é o berço da alfarrôbo e a região tem vindo a desenvolver a sua marca. A alfarrôbo é um recurso endógeno que tem vindo a ganhar importância.

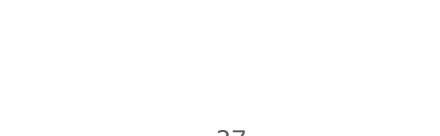


Publireportagem | Programa Operacional CRESC Algarve 2020

Carob World nasceu em Faro para inovar com a alfarrôbo

Algarve é o berço da alfarrôbo e a região tem vindo a desenvolver a sua marca. A alfarrôbo é um recurso endógeno que tem vindo a ganhar importância.

Algarve é o berço da alfarrôbo e a região tem vindo a desenvolver a sua marca. A alfarrôbo é um recurso endógeno que tem vindo a ganhar importância.



Informação, promoção e comunicação

A Divisão de Informação, Promoção e Comunicação (DIPC) no ano de 2021, para além do acompanhamento dos projetos em curso, no âmbito do Programa Regional do Algarve - CRESC ALGARVE 2020, foi responsável pelo apoio aos promotores, esclarecendo dúvidas e respondendo às questões solicitadas presencialmente, por via telefónica e por correio eletrónico.

Devido às restrições, ainda relativas à pandemia, não foi possível a realização de muitos eventos presenciais, realizaram-se, maioritariamente, eventos *online* concretizados através das diversas plataformas digitais, o atendimento ao público ainda foi na sua maioria via telefone e *online*.

– CISION:

Na sequência do contrato entre a Agência para o Desenvolvimento e Coesão (AD&C) e o Grupo Cision, realizou-se diariamente a monitorização da presença dos diversos programas do PORTUGAL 2020, tendo sido recolhida, em 2021 informação num total de 1.056 meios de imprensa, regional e especializada, 15 canais e 202 programas de Televisão, 5 estações e 109 programas de Rádio e 1.539 Sites.

Para além da avaliação mensal, em 2021 efetuou-se uma avaliação anual que se traduziu na recolha de 2.349 notícias e publicações nas redes sociais referentes ao Programa Operacional do Algarve a qual atingiu 31% do público-alvo e melhorou a taxa da favorabilidade aproximando-a do máximo possível: 4,9% (0-5).

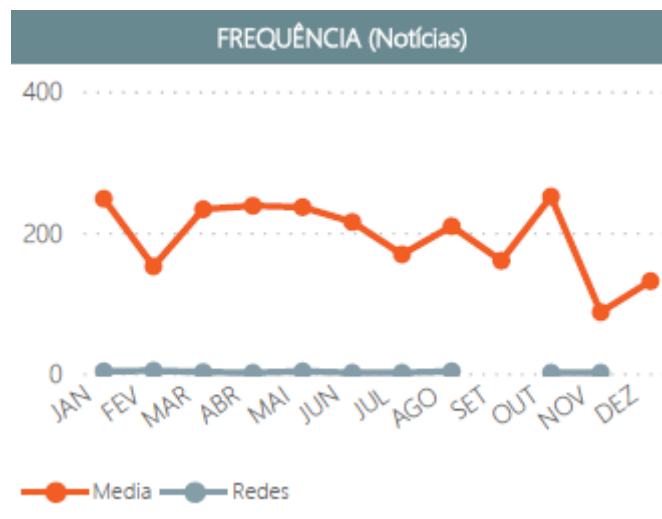
Paralelamente, face às limitações jurídicas à distribuição dos resultados do serviço de clipping, foi adquirido um serviço de recolha de notícias relacionadas com a CCDR Algarve, garantindo a sua monitorização diária, o qual esteve ativo no último quadrimestre do ano. Durante este período, foram recolhidas e analisadas 592 notícias neste contexto.

Relativamente ao *NET EFFECT* (efeito líquido da comunicação junto do público, tendo em conta a favorabilidade mediática e o *Impact Score* de cada notícia), diminuiu 20% relativamente ao ano homólogo, conforme fica demonstrado no seguinte quadro comparativo:

– Frequência:

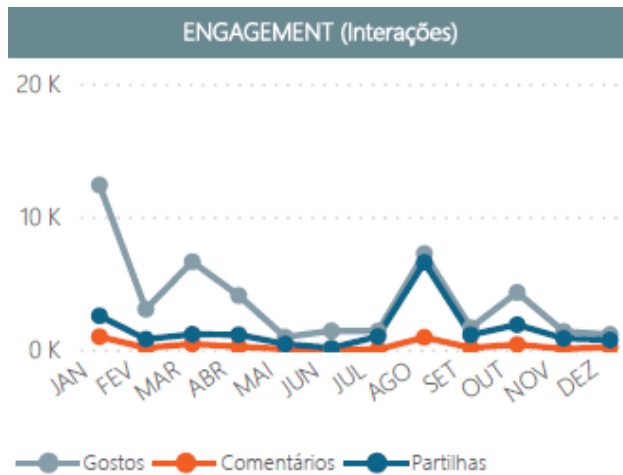
Refere-se ao número de notícias publicadas em Órgãos de Comunicação Social (OCS). No quadro abaixo podemos ver a constância mensal com que estas foram publicadas:

COMPARATIVO	2021	2020
FREQUÊNCIA	2.329	1.604
PUBLICAÇÕES	20	24
OUTREACH	16,4 M	17,9 M
REACH	10,6%	8,6%
OTS	15	20
IMPACT SCORE	31%	39%
ENGAGEMENT	6,6%	4,1%
GROSS EFFECT	5,6 M	7,5 M
FAVORABILIDADE	4,9	4,9
SENTIMENTO	5,0	5,0
NET EFFECT	5,6 M	7,0 M

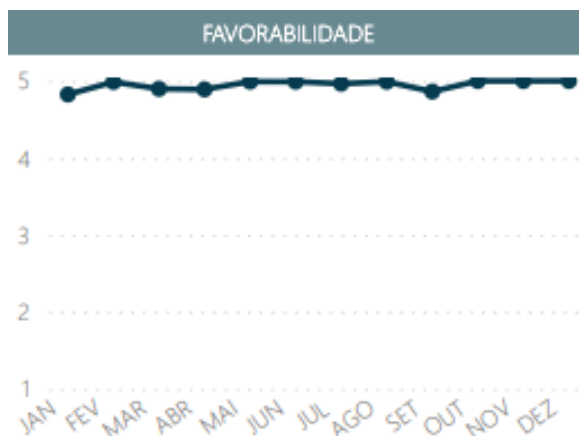


Interações (Engagement):

No seguinte quadro podemos observar a percentagem média, de impressões alcançadas, que reagiu à notícia online através de partilhas, comentários, gostos e outras interações:



– Favorabilidade:



No que respeita à favorabilidade, esta meta é a atitude editorial demonstrada para com o objeto de análise, medida através da avaliação do conteúdo textual, numa escala de 1 a 5, em que 1 é muito negativo, 2 é negativo, 3 é equilibrado, 4 é positivo e 5 é muito positivo. Neste quadro podemos observar que a favorabilidade em 2021 foi bastante positiva, tendo as seguintes notícias contribuído para esta média:

Projeto Bezaranha; Projeto Espaço Saúde 360º Algarve; O Natal chega a Tavira: Tavira comemora Natal com programação variada; AMAL: orçamento e GOP para 2022 da AMAL aprovados; Rede Integrar Valoriza: cinco municípios do Algarve participam na rede Integrar Valoriza; Acordo de Cooperação para a Dinamização do Turismo Religioso assinado no Algarve; CRESC Algarve 2020 apoiou 34 projetos de Inovação Social, totalizando um investimento superior a 6 milhões de euros, entre 2016 e 2021; António Costa inaugura nova Escola D. Dinis em Quarteira; e Festival do Contrabando: Tráfico de Artes regressa ao Guadiana.

Monitorização das Redes Sociais 2021

Ao longo de 2021, verificou-se um contínuo crescimento do número de seguidores e das presenças em redes sociais, nomeadamente 6% no Facebook CCDR Algarve, 13% no Facebook CRESC ALGARVE 2020 e 40% no Twitter CCDR Algarve, o qual funciona igualmente para publicações relacionadas com o Programa Operacional do Algarve.

Em setembro de 2020, preventivamente, foram criadas as páginas no Facebook e no Twitter do Algarve 2030, tendo em 2021 registado um crescimento bastante significativo de seguidores (49% e 128%, respetivamente), apesar do número ainda limitado de publicações e da ausência total de quaisquer promoções destes espaços.

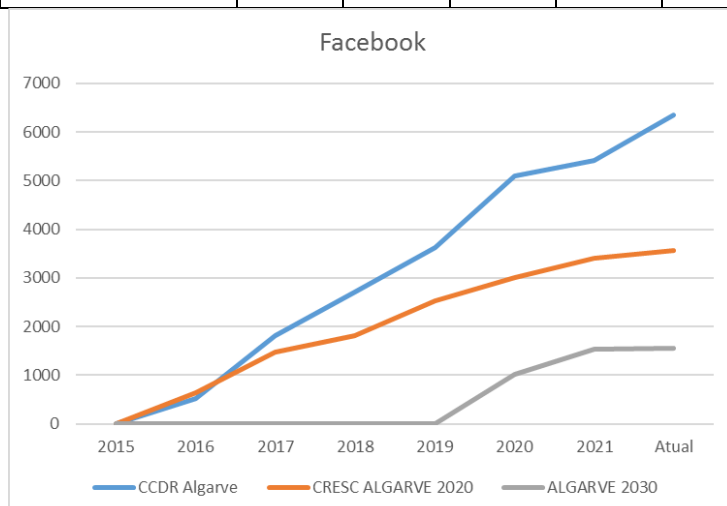
Na mesma ocasião, foram criadas duas páginas da CCDR Algarve e do CRESC Algarve 2020 na rede social *LinkedIn*, com o objetivo de servir como marco de referência para publicações externas, registando as mesmas um crescimento mais residual de membros, embora significativo em termos relativos a 2020 (246% e 262,5%).

De igual forma, apesar do incremento da sua utilização, considerando o reforço na produção de minifilmes, os dois espaços existentes na rede social Youtube, também registam crescimentos residuais em termos de seguidores e significativos relativamente (150% e 43%, respetivamente).

Neste domínio, deverá ser efetuado um maior investimento na sua análise, considerando o potencial de crescimento verificado nestes últimos dois anos, coincidentes com a pandemia da COVID-19.

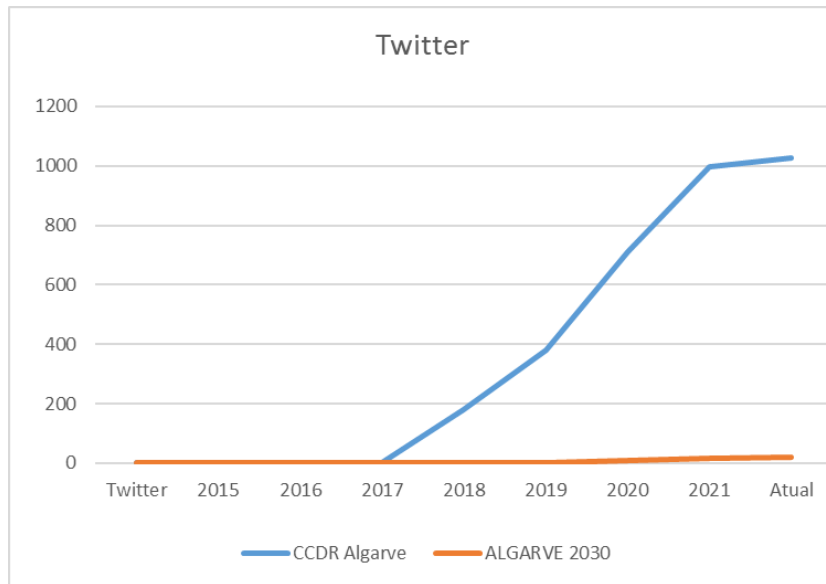
– Facebook:

Facebook	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	Atual
CCDR Algarve	0	520	1818	2715	3614	5096	5423	6354
CRESC ALGARVE 2020	0	635	1473	1803	2520	3009	3410	3569
ALGARVE 2030	0	0	0	0	0	1024	1528	1562



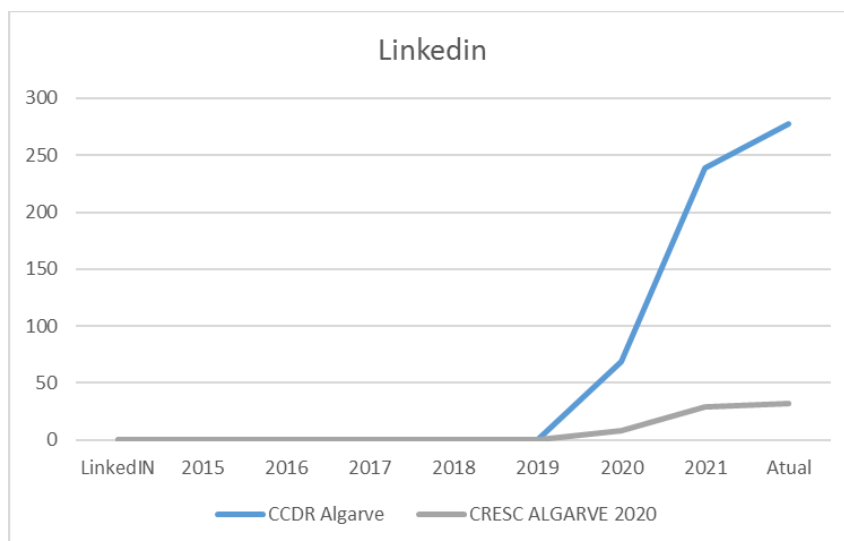
– Twitter:

Twitter	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	Atual
CCDR Algarve	0	0	0	179	381	711	998	1028
ALGARVE 2030	0	0	0	0	0	7	16	18



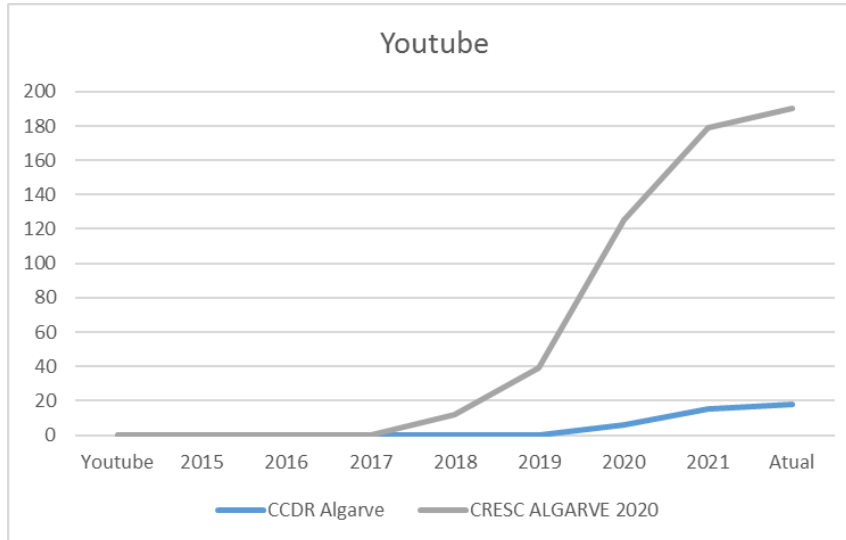
– LinkedIn:

LinkedIn	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	Atual
CCDR Algarve	0	0	0	0	0	69	239	278
CRESC ALGARVE 2020	0	0	0	0	0	8	29	32



– Youtube:

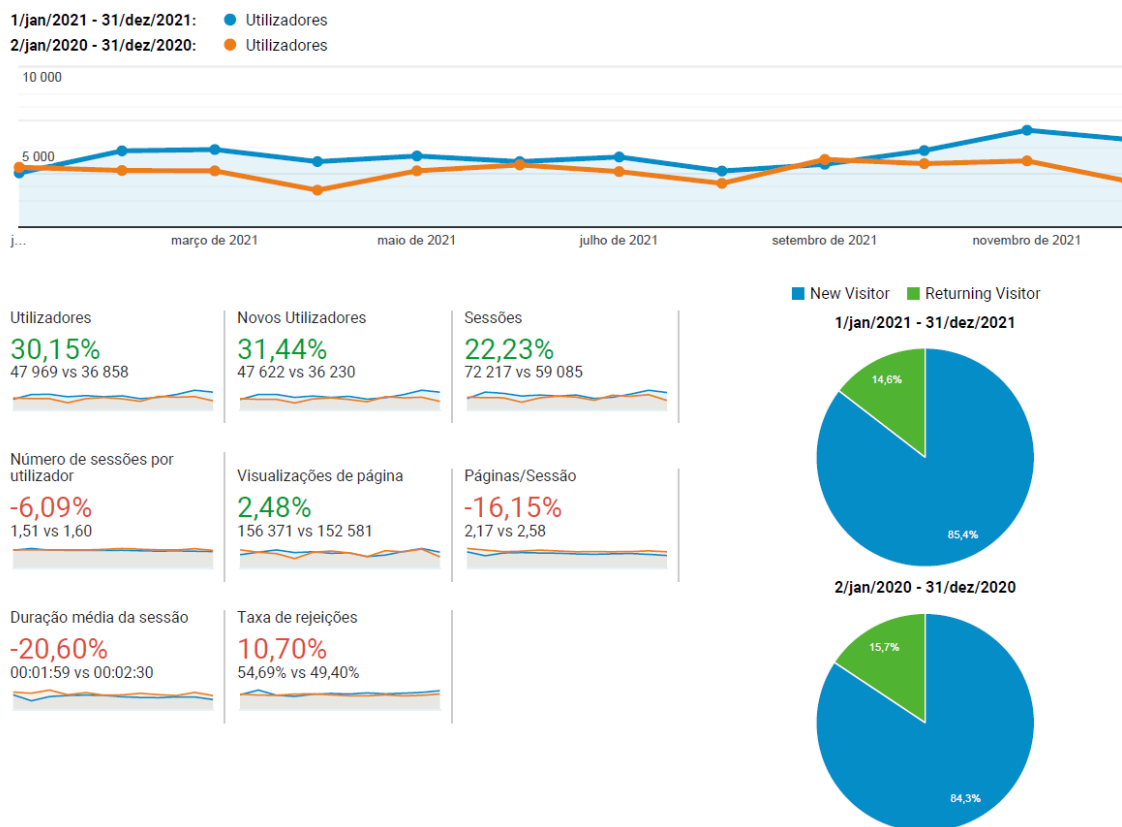
Youtube	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	Atual
CCDR Algarve	0	0	0	0	0	6	15	18
CRESC ALGARVE 2020	0	0	0	12	39	125	179	190



Sítios na internet

No âmbito dos diversos projetos em curso, promovidos pela CCDR Algarve com o apoio do CRESC ALGARVE 2020, durante o corrente ano foi desenvolvida um novo portal dos Fundos Europeus, essencialmente vocacionado para a apresentação de resultados e projetos, o qual será apresentado publicamente no início de 2022, no âmbito do lançamento da marca *umbrela* “ALGARVE FAZ BEM”.

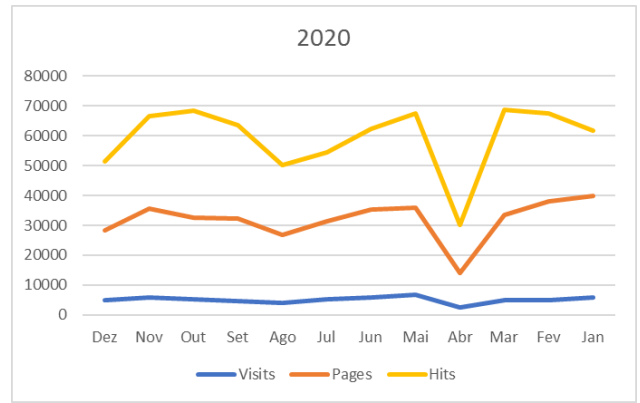
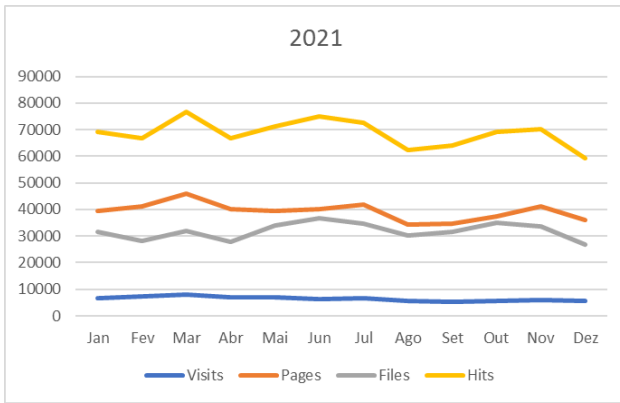
– CCDR Algarve:



– Intranet CCDR Algarve:

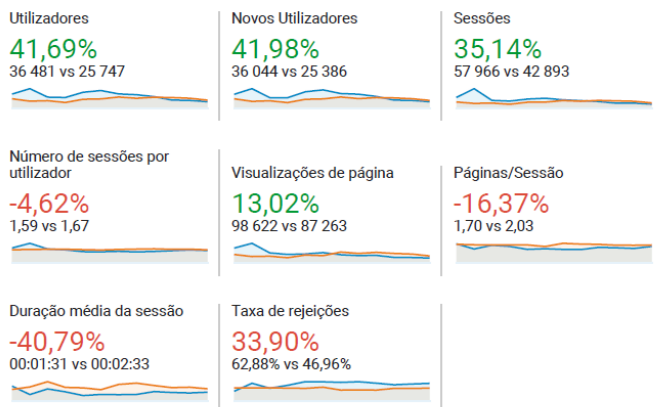
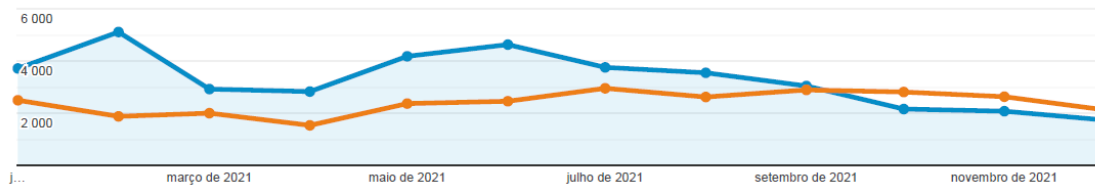
2021	Visits	Pages	Files	Hits
Jan	6816	39361	31698	69023
Fev	7187	41235	28294	66728
Mar	8044	45856	31950	76813
Abr	7038	40006	27710	66649
Mai	6944	39303	33850	71108
Jun	6276	40002	36615	74976
Jul	6792	42007	34565	72488
Ago	5607	34423	30195	62466
Set	5259	34814	31583	64152
Out	5634	37471	35173	69115
Nov	6057	41156	33803	70282
Dez	5674	36071	26885	59220
TOTAL	77328	471705	382321	823020

2020	Visits	Pages	Files	Hits
Dez	5029	28209	20968	51305
Nov	5845	35633	29984	66482
Out	5308	32674	27913	68469
Set	4750	32336	30050	63521
Ago	4173	26803	25501	50201
Jul	5245	31402	25482	54476
Jun	5790	35290	27427	62358
Mai	6717	35816	32420	67401
Abr	2637	14095	13491	30235
Mar	4855	33452	26115	68794
Fev	5002	38096	28105	67377
Jan	5740	39865	26424	61805
TOTAL	61091	383671	313880	712424



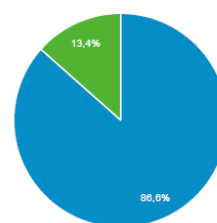
— CRESC ALGARVE 2020:

1/jan/2021 - 31/dez/2021: ● Utilizadores
 2/jan/2020 - 31/dez/2020: ● Utilizadores

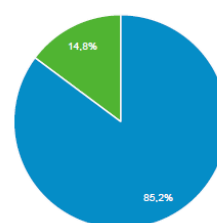


■ New Visitor ■ Returning Visitor

1/jan/2021 - 31/dez/2021

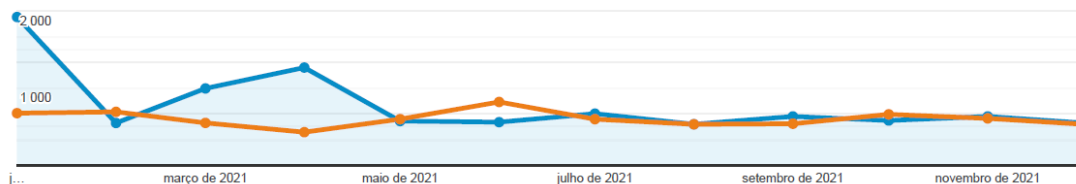


2/jan/2020 - 31/dez/2020



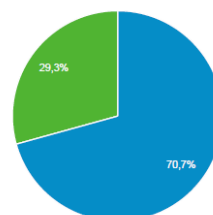
— IDEAlg:

1/jan/2021 - 31/dez/2021: Utilizadores
 2/jan/2020 - 31/dez/2020: Utilizadores

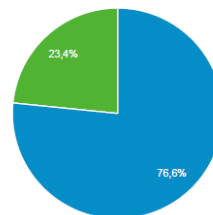


■ New Visitor ■ Returning Visitor

1/jan/2021 - 31/dez/2021

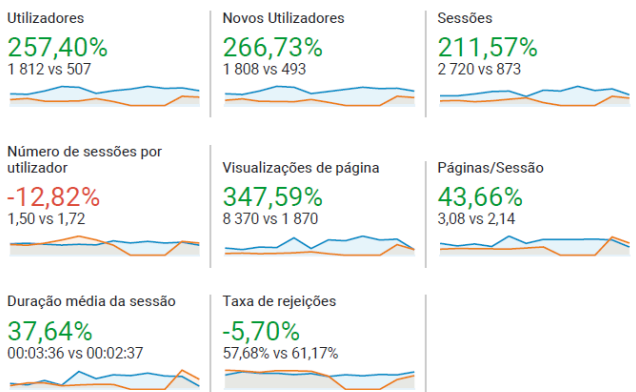
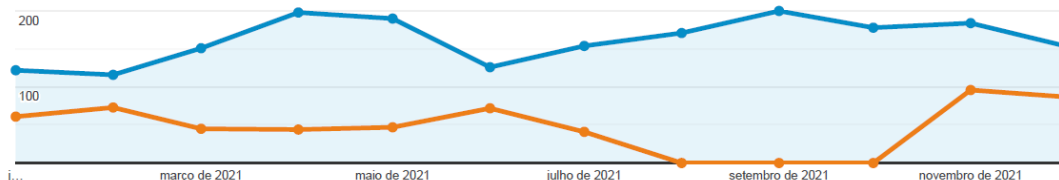


2/jan/2020 - 31/dez/2020



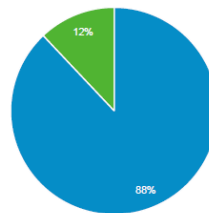
- ALGARVE ACOLHE:

1/jan/2021 - 31/dez/2021: Utilizadores
 2/jan/2020 - 31/dez/2020: Utilizadores

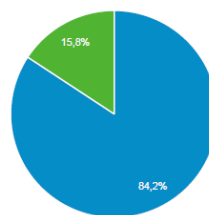


■ New Visitor ■ Returning Visitor

1/jan/2021 - 31/dez/2021



2/jan/2020 - 31/dez/2020



Newsletter

Para reforço da Estratégia de Comunicação do PO de forma a introduzir um maior destaque qualitativo aos resultados, foi a aquisição de serviços para a elaboração de Newsletters em formato digital, de periodicidade regular (trimestral), contratados à empresa Bloco D.

Estes serviços incluíram a conceção gráfica da *Newsletter*, a sua adaptação a diversos suportes (desktop, laptop, smartphone), a elaboração de *templates* e de conteúdos escritos e a criação de links, isto tudo para um período de dez edições, entre 2021 e 2023.

Durante o ano 2021, as *Newsletters* seguiram uma linha editorial temática e comunicaram exemplos de como o CRESC ALGARVE 2020 está a mudar a região. Tendo como público alvo-prioritário os beneficiários atuais e potenciais do PO, foram revelados exemplos de operações aprovadas e os resultados alcançados. A primeira edição teve como foco o tema saúde, a segunda nas Infraestruturas escolares e a número três focou-se em projetos empresariais. A número três, embora tenha sido finalizada em dezembro de 2021, foi publicada apenas em janeiro 2022, tendo ficado com esta última data.

Em todas as edições da *Newsletter* os temas estiveram ainda em linha com os ODS – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e deram destaque ao que o “Algarve Faz Bem”, sempre com ligação ao sítio na Internet e às redes sociais do Programa Operacional do Algarve.

– N.º 1 - Newsletter Junho 2021:

Ver este email no browser

#AlgarveFazBem

EM DESTAQUE | #algarve2020 | JUNHO 2021

A partir de hoje, com regularidade, levamos até si exemplos de como os fundos europeus geridos pelo Programa Operacional CRESC Algarve 2020 estão a mudar a região. Nesta edição, mostramos-lhe o caminho de mudança e inovação para uma saúde de qualidade. Navegue connosco pelas ideias que ganharam força.

Já a partir de setembro

Profissionais de saúde postos à prova por manequins eletrónicos



Tal como pilotos da aviação, os profissionais de saúde do Algarve

– N.º 2 - Newsletter Outubro 2021:

[Ver este email no browser](#)

#AlgarveFazBem



EM DESTAQUE | #algarve2020 | OUTUBRO 2021

O investimento do CRESC Algarve 2020 no futuro da região tem muitos números, mas tem também muitas estórias de sucesso impulsionadas pelos fundos europeus que lhe foram reservados. Contamos-lhe algumas delas nesta edição inteiramente dedicada à forma como a Educação se transforma, olhando para lá do horizonte.

Cheiro a novo

Obras revolucionam 63 escolas algarvias



Arquitetura bioclimática em edifícios envidraçados, espaços amplos e luminosos, redes e equipamentos modernos e

– N.º 3 - Newsletter Janeiro 2022:

[Ver este email no browser](#)

#AlgarveFazBem



EM DESTAQUE | #algarve2020 | JANEIRO 2022

O CRESC Algarve 2020 continua em marcha acelerada rumo ao desenvolvimento sustentável da região. Nesta edição, levamos-lhe o olhar até ao caminho percorrido para a Indústria, Inovação e Tecnologia, outro dos objetivos das Nações Unidas, através de projetos que prometem diversificar o que aqui se produz. E, ao que parece, já vão bem avançados.

Safeair

Uma lufada de ar



Dor de cabeça, olhos irritados, náuseas e sono. Nem sempre os sintomas que atribuímos ao cansaço são sinal de exaustão. A má qualidade do ar nos espaços por onde circulamos é, muitas vezes, a culpada pelo mal-estar sentido. Desenvolver um sistema

Material Audiovisual

No decorrer do ano de 2021 procedeu-se à recolha de imagens, de testemunhos e à produção de vídeo-reportagens sobre projetos apoiados pelo CRESC ALGARVE 2020, com o objetivo de apresentar histórias e resultados. Para introduzir um maior foco nos resultados, o novo *slogan* da série passou a ser #AlgarveFazBem, no contexto do pré-lançamento da marca *umbrela* “ALGARVE FAZ BEM”, a qual será concretizada com o lançamento do novo *website* do Programa Operacional Regional. Os trabalhos tiveram lugar em diferentes locais do Algarve e os filmes estão disponíveis nas respetivas páginas do Youtube e do Facebook do Programa Operacional CRESC ALGARVE 2020.

Procedeu-se, também, ao acompanhamento e recolha fotográfica primária, em registo não profissional de intervenções de Reabilitação Urbana em curso (PARU). A larga maioria das ações organizadas ou participadas pela CCDR Algarve e pelo Programa Operacional CRESC ALGARVE 2020 (exposições, reuniões, eventos, visitas organizadas, etc.), encontram-se arquivadas e documentadas em evidências no banco de imagens na CCDR Algarve.

– Vídeos:

Tornando-se necessário evidenciar os resultados dos projetos aprovados no âmbito do CRESC ALGARVE 2020, e considerando a natureza dos serviços pretendidos foram contratados serviços para recolha de imagens e produção de vídeo-reportagens sobre projetos apoiados pelo Programa Operacional Regional, alinhados com as prioridades do PORTUGAL 2020, no total 15 vídeos (12 do PO + 3 CCDR/ POCTEP).

Para elaborar os doze vídeos sobre o Programa Operacional, foi adjudicado o trabalho à produtora Switch.com Comunicação Audiovisual. Os temas dos foram os seguintes:

- Águas de Monchique,
- Alfarroba: o ouro negro,
- Contrato de financiamento ponte Alcoutim - Sanlúcar de Guadiana,
- Dia Internacional da Mulher,
- Eficiência energética: projetos em autarquias,
- Green Colab,
- Ministra da Coesão na reunião do CIRA,
- Mobilidade estudo visual ferrovia,
- Nautiber,
- Snido, Itelmatis,

- Sparos,
- Sun Concept, Infraestruturas Escolares (3 episódios).

(Exemplo de vídeo reportagem produzida <https://algarve2020.pt/info/alfarroba-o-ouro-negro-do-algarve>)

Para a elaboração e execução dos três vídeos do POCTEP, foi contratada a Associação Página em Branco/ Sul Informação. Os temas dos foram os seguintes:

- AFB no envelhecimento ativo,
- AFB na mobilidade elétrica,
- AFB na depuração de águas residuais e lodos.

(Exemplo de reportagem multimédia <https://www.youtube.com/watch?v=h1IPnQSKsGI>)

– Reportagens fotográficas

A prestação de serviços incluiu a realização de reportagens fotográficas em registo profissional de eventos e atividades associadas ao PO, incluindo igualmente recolhas de imagens necessárias para a elaboração das fichas dos projetos apoiados, para utilização em diferentes suportes de informação. O fornecimento foi assegurado continuamente pela empresa Style Antwhere, Unip. – Agência de Notícias, com sede em Loulé.

Em 2021 foram realizadas e entregues 50 reportagens fotográficas.

Ativação da Marca

Ao longo do ano, o equipamento Totem TV disponibilizou diversa informação sobre a CCDR Algarve e sobre o CRESC ALGARVE 2020. Este aparelho encontra-se posicionado no *hall* da entrada principal da sede da CCDR Algarve.

Os serviços de Ativação da marca do PO por meios digitais em eventos foram segmentados em dois itens. O primeiro refere-se à manutenção da informação do Totem TV, com atualização mensal dos dados essenciais relativos à evolução (barómetro) da execução do Programa Operacional Regional do Algarve e adaptações na navegação no equipamento localizado na entrada da sede CCDR Algarve. Um segundo item destinado à promoção e marketing digital para as redes sociais. O serviço com duração anual foi contratado à Unyxis, com sede em Loulé.



Rede de Comunicação do Acordo de Parceria PORTUGAL 2020

No ano de 2021, a Divisão de Informação, Promoção e Comunicação (DIPC) assegurou a representação do Programa Operacional Regional na Rede de Comunicação do Acordo de Parceria PORTUGAL 2020, gerida pela Agência para o Desenvolvimento e Coesão, participando em todas as reuniões por via digital e presencial, retomadas no final do ano, bem como nas reuniões e ações de capacitação promovidas no contexto da rede INFORM EU (FEDER) e INIO (FSE), dinamizadas pela Comissão Europeia.

No contexto da Rede, a CCDR Algarve foi convidada a integrar o painel de entidades que participaram nas avaliações intercalares do POCH e do PO SEUR, tarefa assegurada pela DIPC.

Neste contexto, queremos ainda sublinhar a realização no Algarve da iniciativa SummerCEmp 2021, promovida pela Representação da Comissão Europeia em Portugal em parceria com o *Europe Direct* Algarve e o Município de Alcoutim, no seguimento das diligências desenvolvidas no contexto da Rede de Comunicação, que passou a integrar os Centros de Informação Europeia (EDIC's) durante o corrente ano.



– Participação em reuniões:

No contexto da Rede de Comunicação, as reuniões *online* apenas foram retomadas no segundo semestre e decorreram em 16 e 29 de junho, 6 de julho e 7 de outubro, registando-se nos dias 8 e 9 de novembro a primeira reunião presencial, tendo ainda sido realizada outra reunião *online* no dia 2 de dezembro.

No âmbito da rede INFORM EU (FEDER) e INIO (FSE), foram realizadas as suas reuniões anuais previstas, embora em formato online, nos dias 8 e 9 de junho e 25 e 26 de novembro. Esta reunião chegou a estar prevista para ser realizada presencialmente em Drubovnik (Croácia), tendo o Programa Operacional do Algarve sido convidado para integrar a delegação nacional, mas acabou por ser adiada para março de 2022, devido ao agravamento na situação pandémica, a nível europeu. Após as reuniões gerais, foram promovidas as reuniões do *country team*, que agregam todos os membros da Rede de Comunicação PORTUGAL 2020 e

das Direções Gerais responsáveis pela gestão dos diversos fundos europeus, sob a gestão da DG REGIO, nos dias 18 de junho e 10 de dezembro, respetivamente.

Ao longo do ano, foram ainda desenvolvidas sete ações de capacitação sobre diversas temáticas relacionadas com comunicação, relações públicas e organização de eventos (22 de março, 13 de abril, 16 de junho, 21 de junho, 13 de julho, 23 de setembro e 9 de novembro) no contexto da rede INFORM EU, sendo convidados para participar todos os membros da DIPC e do Europe Direct Algarve.

Ações de divulgação, eventos

(Exposições, Reuniões, Eventos, Visitas organizadas, Feiras, Webinar's, etc.)

A DIPC foi a responsável pela organização e participação da CCDR Algarve e do CRESC ALGARVE 2020 em cerca de **171 eventos** no ano de 2021, dos quais **29 eventos** de promoção do Programa Operacional do Algarve, a seguir relacionados:

1.º Trimestre: Desde 1 de janeiro até 31 de março de 2021:

- **15 de janeiro de 2021** – Visita promovida pela CCDR Algarve e a Câmara Municipal de Silves à empresa Ambition & Honesty – Equipamentos Médicos Lda (Projeto WeCare4U integra um grupo de projetos pioneiros no combate à COVID-19), em Messines.
- **29 de janeiro de 2021** - Visita organizada com a CCDR Algarve e a Câmara Municipal de Silves à empresa Growing Particle, Lda., em Messines.
- **3 de fevereiro de 2021** – Visita organizada com a CCDR Algarve e a Câmara Municipal de Loulé à empresa DOP - Digital Offset Print - Impressão de Publicações, Lda., no Parque Empresarial de Loulé.
- **8 de fevereiro de 2021** – Visita promovida pela CCDR Algarve e a Câmara Municipal de Loulé à empresa Opção Relâmpago Publicidade, Lda., no Parque Empresarial de Loulé.
- **8 de fevereiro de 2021** – Ação de formação online subordinada ao tema “Princípio e Garantias de Imparcialidade”, ministrada por Tiago Serrão, Assistente Convidado da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, através da plataforma Microsoft Teams.
- **12 de fevereiro de 2021** – Ação de formação online subordinada ao tema “Conferências Procedimentais”, ministrada por Tiago Serrão, Assistente Convidado da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, através da plataforma Microsoft Teams.
- **1 e 8 de março de 2021** – Ação de formação online subordinada ao tema “Código de Procedimento Administrativo: o CPA de 2015 e a revisão de 2020” ministrada por Tiago Serrão, Assistente Convidado da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, através da plataforma Microsoft Teams.

2.º Trimestre: Desde 1 de abril até 30 de junho de 2021:

- **7 de maio de 2021** – Diálogos na Região – No âmbito das comemorações do Dia da Europa, 2021 “O que a Europa faz pela saúde dos Europeus”, iniciativa do Europe Direct Algarve em colaboração com a Universidade do Algarve e CCDR Algarve/ CRESC ALGARVE 2020, no Centro de Simulação Clínica, Edifício de Medicina, Campus de Gambelas, Universidade do Algarve, em Faro.
- **9 de maio de 2021** – Celebração do Dia da Europa, iniciativa do Europe Direct Algarve e CCDR Algarve/ CRESC ALGARVE 2020, Praça da Liberdade 2, em Faro.
- **13 de maio de 2021** – 4.º Evento do ciclo - Encontros Regionais enquadrados na Estratégia Nacional para a Mobilidade Ativa Ciclável (ENMAC) 2020-2030, iniciativa do IMT em colaboração com a CCDR Algarve, Praça da Liberdade 2, em Faro.
- **26 de maio de 2021** – Sessão RGD: 3 anos de aplicação - Balanço, Perspetivas Futuras e Boas Práticas na Administração Pública, iniciativa da CCDR Algarve, Praça da Liberdade 2, em Faro
- **1 de junho de 2021** – Webinar “Avaliar a Qualidade do Ar do Algarve”, integrado num ciclo de Sessões Informativas dinamizadas no âmbito do Programa de Ação da Agenda Regional de Transição para a Economia Circular (AREC).
- **4 de junho de 2021** – Sessão “A saúde dos Oceanos: um mar livre de plásticos”, iniciativa do Europe Direct Algarve e CCDR Algarve em colaboração com o IPDJ, em Faro.
- **22 de junho de 2021** – 1.º ciclo do Lab Observa 2021, “Alterações Climáticas e Desenvolvimento Urbano”, via Microsoft Teams.
- **15 de junho de 2021** – Webinar “Tendências para o sucesso da Avaliação de Impacte Ambiental na Região do Algarve - novos desafios e dinâmicas perspetivas de futuro - integrado num ciclo de Sessões Informativas dinamizadas no âmbito do Programa de Ação da Agenda Regional de Transição para a Economia Circular (AREC).
- **22 de junho de 2021** – 1.º ciclo do Lab Observa 2021, “Laboratórios Colaborativos e Competitividade Territorial”, via Microsoft Teams.
- **28 de junho de 2021** – 1.º ciclo do Lab Observa 2021, dedicado às “Alterações demográficas e a longevidade”, via Microsoft Teams.
- **30 junho de 2021** - 1.º ciclo do Lab Observa 2021 “Serviços de Interesse Geral e Coesão Territorial”, via Microsoft Teams.

3.º Trimestre: Desde 1 de julho até 30 de setembro de 2021:

- **2 de julho de 2021** – Reunião com direção da Associação Nacional de Assembleias Municipais, na CCDR Algarve, em Faro.
- **5 de agosto de 2021** – Reunião de trabalho com os municípios de Vila do Bispo e de Aljezur, sobre a execução dos projetos desenvolvidos com fundos europeus, geridos pelo Programa Operacional do Algarve, em Vila do Bispo e Aljezur.

- **6 de julho de 2021** - *Webinar* – Economia Circular para o Plástico, através da plataforma teams.
- **13 de julho de 2021** – Inauguração do Centro Interpretativo da Docapesca, no Porto da Baleeira, em Sagres – Vila do Bispo (financiado pelo MAR2020).
- **19 de julho de 2021** – Apresentação do Plano Ferroviário Nacional, na CCDR Algarve, e através da plataforma teams.
- **20 de julho de 2021** – Visita a empresa inovadora e potencialmente beneficiária de fundos europeus, geridos pelo Programa Operacional do Algarve, em Tavira.
- **23 de julho de 2021** – Reunião do Conselho de Inovação da Região do Algarve (CIRA), com a presença da Senhora Ministra da Coesão Territorial e do Secretário de Estado Adjunto e do Desenvolvimento Regional, e visita a empresa beneficiária de fundos europeus, geridos pelo PO CRESC ALGARVE 2020, em Portimão.
- **3 de agosto de 2021** – Inauguração do Centro Escolar da Luz, concelho de Lagos, com a presença do presidente da CCDR Algarve e gestor do PO CRESC ALGARVE 2020.
- **9 de agosto de 2021** – Reunião de trabalho com representantes regionais das Instituições Particulares de Solidariedade Social e Santas Casas da Misericórdia do Algarve, no âmbito da preparação do ALGARVE 2030, na CCDR Algarve, em Faro.
- **11 de agosto de 2021** – Sessão de celebração do 4.º aniversário da *Startup* Portimão, em Portimão.
- **26 de agosto de 2021** – Visita de trabalho do presidente da CCDR Algarve e Gestor do POR às obras em curso na Fortaleza de Sagres: Centro Expositivo Multimédia dos Descobrimentos, promovidas pela Direção regional de Cultura do Algarve e financiadas com fundos europeus, geridos pelo PO CRESC ALGARVE 2020, em Vila do Bispo.
- **27 e 31 de agosto de 2021** – Sessões de abertura e de encerramento do SUMMER Cemp’2021, promovido pela Representação da Comissão Europeia em Portugal em parceria com o Município de Alcoutim, *Europe Direct* Algarve e Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR) do Algarve, em Alcoutim.
- **9 de setembro de 2021** – Sessão de assinatura dos contratos de financiamento entre a Estrutura de Missão Recuperar Portugal, a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR) do Algarve e o Município de Alcoutim, que vão permitir concretizar a Ponte Internacional entre Alcoutim e Sanlúcar de Guadiana, em Alcoutim, com o apoio dos fundos europeus, no âmbito do Programa de Recuperação e Resiliência (PRR), em Alcoutim.
- **20 e 21 de setembro e 5 de novembro de 2021** – Ação de formação - Código de Procedimento Administrativo: o CPA de 2015 e a revisão de 2020 (não juristas).
- **24 e 25 de setembro de 2021** – Feira do Dia Europeu das Línguas, em Faro, uma organização da Representação da Comissão Europeia em Portugal em colaboração com o *Europe Direct* Algarve e a Universidade do Algarve e ainda com o apoio da Direção-Geral

dos Estabelecimentos Escolares (DGEstE), do Município de Faro, da União das Freguesias de Faro e da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR) da Região do Algarve.

4.º Trimestre: Desde 1 de outubro até 31 de dezembro de 2021:

- **21 de outubro de 2021** - *Webinar* – Plano de ação para os RCD's – transporte e gestão de RCD's, no âmbito da Agenda Regional de Transição para a Economia Circular no Algarve, através da plataforma Microsoft Teams.
- **22 de outubro de 2021** – Apresentação do programa Algarve + Sustentável, promovido pela Região de Turismo do Algarve e Vicentina – Associação para o Desenvolvimento do Sudoeste, com o apoio do Programa Operacional Regional – CRESC ALGARVE 2020, em Aljezur.
- **27 de outubro de 2021** – Cerimónia de reabertura do Museu Municipal de Lagos e inauguração da exposição de longa duração "Depois de 1460 & Coleções Especiais", no Museu de Lagos | Dr. José Formosinho, em Lagos.
- **12 de novembro de 2021** – Inauguração da exposição fotográfica “Elementos da Arquitetura Popular”, de Filipe da Palma, na sala de exposições da CCDR Algarve, decorrendo em simultâneo a apresentação do livro “Platibandas do Algarve”.
- **26 de novembro de 2021** – Participação do Presidente da CCDR Algarve, na cerimónia de colocação da primeira peça no Centro Expositivo do Promontório de Sagres e visita às obras da Fortaleza de Sagres, promovida pela Direção Regional de Cultura do Algarve.
- **29 de novembro de 2021** - *Webinar* – Promoção da reutilização e da valorização de resíduos de Construção e demolição nas Compras Públicas Ecológicas, no âmbito da Agenda Regional de Transição para a Economia Circular no Algarve, através da plataforma Microsoft Teams.
- **30 de dezembro de 2021** – Assinatura do Acordo de Cooperação para a dinamização do turismo religioso no Algarve, entre a Diocese do Algarve, a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR) do Algarve, o Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP), a Região de Turismo do Algarve (RTA), a Direção Regional de Cultura do Algarve (DRCA) e a Comunidade Intermunicipal do Algarve (AMAL, em Vila Real de Santo António).

Exposições

Devido às restrições da pandemia, apenas no último trimestre do ano foi possível concretizar e acolher na sala de exposições da CCDR Algarve duas iniciativas, organizadas em parceria com outras entidades, ambas com enfoque no público-alvo da comunidade escolar e em particular nos estudantes do secundário.

As duas exposições receberam três centenas de visitantes, números contabilizados apenas entre as visitas organizadas envolvendo grupos e turmas de estudantes do secundário. O público em geral e os visitantes ocasionais não foram considerados.

– **Exposição “Desenvolvimento Sustentável Precisa-se!”:**



A exposição de sensibilização ambiental **“Desenvolvimento Sustentável Precisa-se!”**, esteve patente na CCDR Algarve durante o mês de outubro de 2011. Foi criada pelo Município de São Brás de Alportel e cofinanciada pelo Fundo Ambiental. Integrando o programa da SEIVA e a Semana Europeia das Regiões e Cidades, esta exposição foi desenvolvida a partir de recursos facilitados pela Organização das Nações Unidas e da União Europeia, e debruça-se sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS'2030), nomeadamente os da área do ambiente, contribuindo para o cumprimento do ODS17 – Parcerias para o desenvolvimento no âmbito da rede regional de Voluntariado Ambiental para a Água. Esteve patente na sala de exposições da CCDR Algarve, de 11 a 29 de outubro.

– **Exposição “Elementos da Arquitetura Popular”:**



A exposição “Elementos da Arquitetura Popular”, do fotógrafo Filipe da Palma, esteve patente entre outubro de 2021 e janeiro de 2022 na sala de exposições da CCDR Algarve, tendo decorrido em simultâneo a apresentação do livro “Platibandas do Algarve” do mesmo autor.

A CCDR Algarve, Filipe Palma e a Editora Argumentum apresentaram em exposição o resultado de um original levantamento fotográfico sobre arquitetura popular do Algarve, dirigida aos interessados pela identidade da Região e aos apreciadores do património cultural.

As platibandas são uma referência marcante dos edifícios do Algarve, sendo elementos de grande valor patrimonial, com uma importância notável na imagem dos aglomerados urbanos e dos núcleos rurais. Elas constituem uma expressão muito especial da afirmação da cultura construtiva regional, tanto na arquitetura popular, como na erudita.

Ações de Capacitação

Prosseguindo uma política de capacitação dos agentes regionais, a CCDR Algarve, em parceria com o Programa Operacional CRESC ALGARVE 2020, o Europe Direct Algarve e outras instituições públicas e privadas, desenvolveu ao longo do ano várias ações de capacitação, algumas foram abertas ao público externo.

Em 2021, realizaram-se as seguintes ações de capacitação:

- **Ação de formação online subordinada ao tema “Princípio e Garantias de Imparcialidade”, ministrada por Tiago Serrão, Assistente Convidado da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, através da plataforma Microsoft Teams. - 8 de fevereiro de 2021**
- **Ação de formação online subordinada ao tema “Conferências Procedimentais”, ministrada por Tiago Serrão, Assistente Convidado da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, através da plataforma Microsoft Teams. - 12 de fevereiro de 2021**
- **Ação de formação subordinada ao tema “Código de Procedimento Administrativo: o CPA de 2015 e a revisão de 2020” ministrada por Tiago Serrão, Assistente Convidado da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa – 1, 8 e 11 de março de 2021 através da plataforma Microsoft Teams e 27 e 28 de maio de 2021 em formato presencial, para juristas.**
- Webinar **“Avaliar a Qualidade do Ar do Algarve”, integrado num ciclo de Sessões Informativas dinamizadas no âmbito do Programa de Ação da Agenda Regional de Transição para a Economia Circular (AREC) - 1 de junho de 2021**
- 1.º ciclo do **Lab Observa 2021, “Alterações Climáticas e Desenvolvimento Urbano”, via Microsoft Teams - 22 de junho de 2021.**
- Webinar **“Tendências para o sucesso da Avaliação de Impacte Ambiental na Região do Algarve - novos desafios e dinâmicas perspetivas de futuro” - integrado num ciclo de Sessões Informativas dinamizadas no âmbito do Programa de Ação da Agenda Regional de Transição para a Economia Circular (AREC) - 15 de junho de 2021.**

- 1.º ciclo do **Lab Observa 2021, “Laboratórios Colaborativos e Competitividade Territorial”**, via Microsoft Teams - **22 de junho de 2021**.
- 1.º ciclo do **Lab Observa 2021, dedicado às “Alterações demográficas e a longevidade”**, via Microsoft Teams - **28 de junho de 2021**.
- 1.º ciclo do **Lab Observa 2021 “Serviços de Interesse Geral e Coesão Territorial”**, via Microsoft Teams - **30 junho de 2021**.
- Webinar – **Economia Circular para o Plástico**, através da plataforma teams - **6 de julho de 2021**.
- **Ação de formação subordinada ao tema “Código de Procedimento Administrativo: o CPA de 2015 e a revisão de 2020”** ministrada por Tiago Serrão, Assistente Convidado da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa – **20 e 21 de setembro de 2021 e 5 de novembro de 2021**, para não juristas.
- *Webinar* – **Plano de ação para os RCD’s – transporte e gestão de RCD’s**, no âmbito da Agenda Regional de Transição para a Economia Circular no Algarve, através da plataforma Microsoft Teams - **21 de outubro de 2021**.
- *Webinar* – **Promoção da reutilização e da valorização de resíduos de Construção e demolição nas Compras Públicas Ecológicas**, no âmbito da Agenda Regional de Transição para a Economia Circular no Algarve, através da plataforma Microsoft Teams - **29 de novembro de 2021**.

Para as ações internas, foram convocados os dirigentes ou todos os trabalhadores, consoante a tipologia das mesmas, para sessões de capacitação que, em regra, tiveram uma duração de cerca de 2 horas, tendo-se registado, em média, taxas de participação acima dos 85%.

Estas sessões permitiram, além da partilha de conhecimento e de boas práticas, a interação construtiva entre as várias unidades orgânicas e a identificação de pontos críticos ao nível das atividades/processos passíveis de melhoria e aperfeiçoamento.

Avaliação Externa dos Eventos

Análise dos Inquéritos:

Avaliar o grau de satisfação dos participantes dos diversos eventos e iniciativas organizadas pela CCDR Algarve.

Metodologia

Foi desenvolvido um Inquérito de Satisfação para o público externo, participante nas iniciativas da CCDR Algarve. Os inquéritos são simples com 5 questões fixas e estandardizados para todas:

1. A sessão correspondeu às suas expetativas?
2. O desenvolvimento da sessão pareceu-lhe adequado ao seu nível de conhecimentos?

3. Os conhecimentos adquiridos são relevantes para a sua atividade?
4. Considerou a duração da sessão adequada?
5. Como avalia as instalações onde decorreu a sessão?
6. Como teve conhecimento da sessão?

Comentários / Sugestões

A última questão foi aberta para que cada participante pudesse registar as suas sugestões de melhoria.

A classificação de cada questão do inquérito foi calculada através da seguinte escala:

- De 1 a 5 correspondente a:

1 = Insuficiente, 2 = Suficiente, 3 = Bom, 4 = Muito bom e 5 = Excelente

Período de realização do inquérito

O envio dos inquéritos aos participantes foi efetuado durante a semana da realização de cada uma das ações de formação/ eventos da CCDR-Algarve.

Em caso de solicitação do certificado de presença, estes foram endereçados juntamente aos inquéritos aos participantes.

Taxa de resposta

A taxa de resposta variou de evento para evento uma vez que cada um teve números de participantes diferentes e números de respostas ao questionário igualmente diferentes.

Resultados obtidos e grau de satisfação apurado

Os principais resultados obtidos com a informação recolhida através da aplicação do inquérito são os apresentados nos quadros e gráficos referentes às seis questões.

Análise dos Eventos:

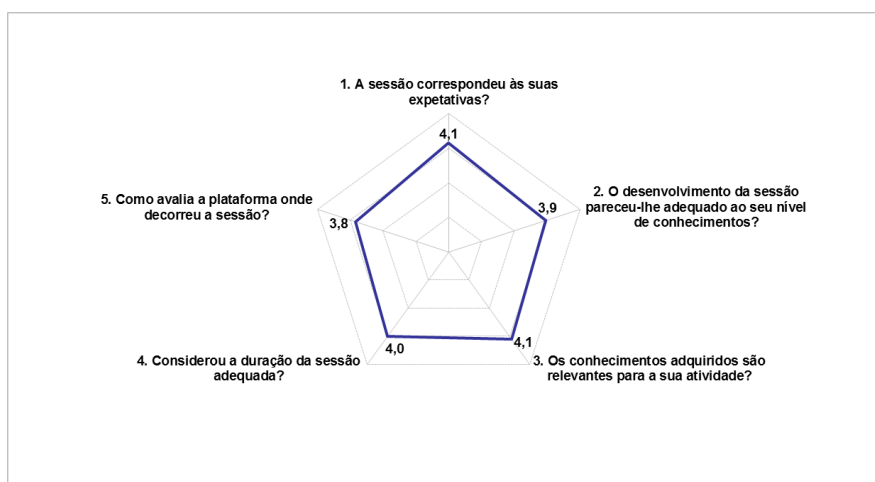
- **8 de fevereiro de 2021** – Ação de formação online subordinada ao tema “**Princípio e Garantias de Imparcialidade**”, ministrada por Tiago Serrão, Assistente Convidado da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, através da plataforma Microsoft Teams.

Nº de Inquéritos enviados:	124
Nº de Inquéritos respondidos:	80
% de resposta	65%

1- Ação de Formação sobre Princípio e Garantias de Imparcialidade	Insuficiente	Suficiente	Bom	Muito Bom	Excelente
	1	2	3	4	5
1. A sessão correspondeu às suas expectativas?	1	3	12	39	34
2. O desenvolvimento da sessão pareceu-lhe adequado ao seu nível de conhecimentos?	1	5	20	35	28
3. Os conhecimentos adquiridos são relevantes para a sua atividade?	1	4	14	36	34
4. Considerou a duração da sessão adequada?	0	7	15	37	30
5. Como avalia a plataforma onde decorreu a sessão?	1	7	16	46	19

6. Como teve conhecimento da sessão?	Nº respostas
Website CCDR Algarve	11
Correio Eletrónico	58
Comunicação Social	0
Redes Sociais	0
Outro	11

Avaliação Média:



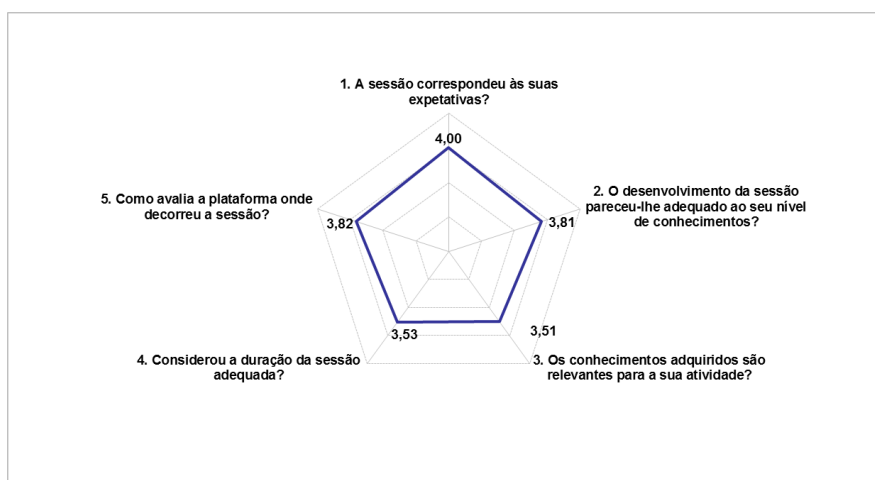
- **12 de fevereiro de 2021** – Ação de formação online subordinada ao tema “**Conferências Procedimentais**”, ministrada por Tiago Serrão, Assistente Convidado da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, através da plataforma Microsoft Teams.

Nº de Inquéritos enviados:	124
Nº de Inquéritos respondidos:	89
% de resposta	72%

2 - Ação de Formação sobre Conferências Procedimentais	Insuficiente	Suficiente	Bom	Muito Bom	Excelente
	1	2	3	4	5
1. A sessão correspondeu às suas expectativas?	0	1	18	41	20
2. O desenvolvimento da sessão pareceu-lhe adequado ao seu nível de conhecimentos?	1	5	21	34	19
3. Os conhecimentos adquiridos são relevantes para a sua atividade?	0	4	21	37	18
4. Considerou a duração da sessão adequada?	0	6	16	39	19
5. Como avalia a plataforma onde decorreu a sessão?	0	0	12	40	28

6. Como teve conhecimento da sessão?	Nº respostas
Website CCDR Algarve	11
Correio Eletrónico	58
Comunicação Social	0
Redes Sociais	0
Outro	11

Avaliação Média:



- **1 de junho de 2021** – *Webinar “Avaliar a Qualidade do Ar do Algarve”*, integrado num ciclo de Sessões Informativas dinamizadas no âmbito do Programa de Ação da Agenda Regional de Transição para a Economia Circular (AREC).

Nº de Inquéritos enviados:	53
Nº de Inquéritos respondidos:	22
% de resposta	42%

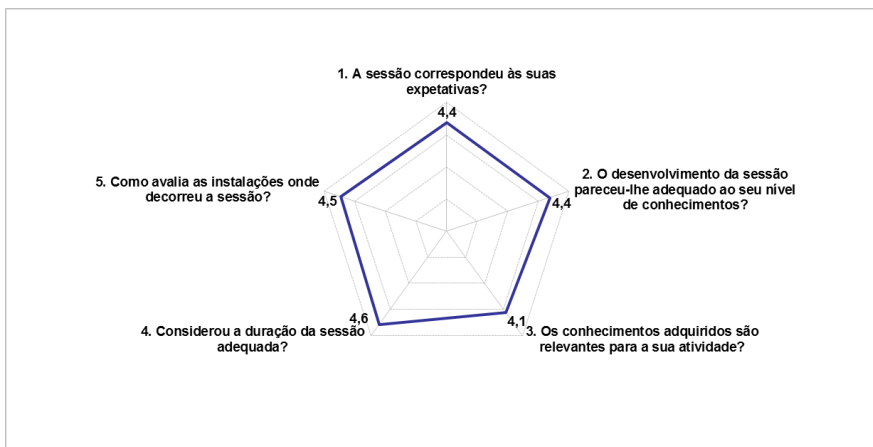
3. Webinar - Avaliar a Qualidade do Ar do Algarve	Insuficiente	Suficiente	Bom	Muito Bom	Excelente
	1	2	3	4	5
1. A sessão correspondeu às suas expectativas?	0	0	0	14	8
2. O desenvolvimento da sessão pareceu-lhe adequado ao seu nível de conhecimentos?	0	0	2	10	10
3. Os conhecimentos adquiridos são relevantes para a sua atividade?	0	0	4	11	7
4. Considerou a duração da sessão adequada?	0	0	1	7	14
5. Como avalia as instalações onde decorreu a sessão?	0	0	2	8	12

6. Como teve conhecimento da sessão?	Nº respostas
Website CCDR Algarve	5
Correio Eletrónico	10
Comunicação Social	0
Redes Sociais	2
Outro	5

Comentários/ Sugestões:

- “Estão todas de parabéns!!! *Webinar* sobre um tema muito interessante, com uma demonstração de conteúdos sintético, mas muito perceptível e eficaz”.
- “Foi muito útil a aprendizagem como funciona a plataforma Qualidade do ar”.

Avaliação Média:



- 15 de junho de 2021 – Webinar “Tendências para o sucesso da Avaliação de Impacte Ambiental na Região do Algarve - novos desafios e dinâmicas perspetivas de futuro - integrado num ciclo de Sessões Informativas dinamizadas no âmbito do Programa de Ação da Agenda Regional de Transição para a Economia Circular (AREC).

Nº de Inquéritos enviados:	102
Nº de Inquéritos respondidos:	29
% de resposta	28%

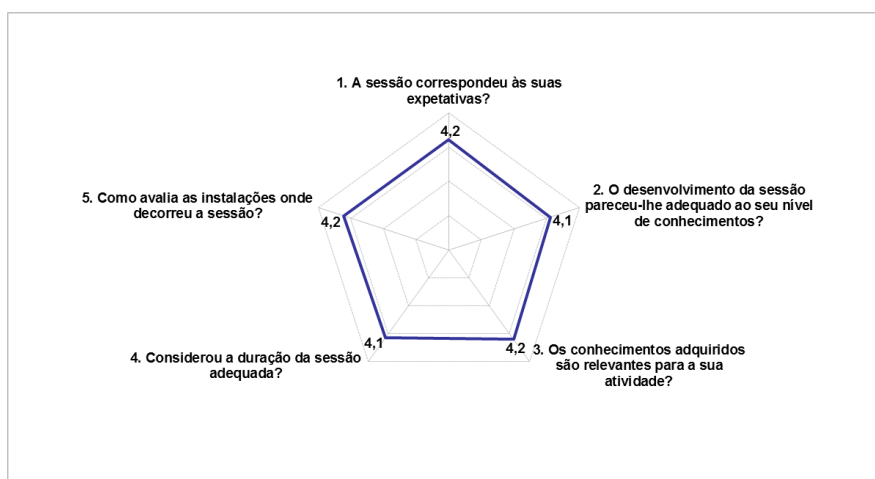
4. Webinar - Tendências para o sucesso da Avaliação de Impacte Ambiental na região do Algarve	Insuficiente	Suficiente	Bom	Muito Bom	Excelente
	1	2	3	4	5
1. A sessão correspondeu às suas expectativas?	0	0	5	13	11
2. O desenvolvimento da sessão pareceu-lhe adequado ao seu nível de conhecimentos?	0	0	6	14	9
3. Os conhecimentos adquiridos são relevantes para a sua atividade?	0	0	5	13	11
4. Considerou a duração da sessão adequada?	0	1	5	12	11
5. Como avalia as instalações onde decorreu a sessão?	0	1	4	12	12

6. Como teve conhecimento da sessão?	Nº respostas
Website CCDR Algarve	6
Correio Eletrónico	13
Comunicação Social	0
Redes Sociais	0
Outro	10

Comentários/ Sugestões:

- “A relação da AIA com a economia circular ficou pouco clara.”
- “No meu entender, a sessão apenas pecou por não ter tido tempo de debate suficiente que permitisse aos 'ouvintes' colocar e ver esclarecidas as suas questões por parte dos oradores.”
- “Deveria haver uma formação mais alargada do que um simples webinar sobre AIA.”
- “Gostaria de ver discutido o que fazer no sentido de ultrapassar a seca severa que a cada ano se manifesta com maior evidência, tal fenómeno está a destruir os nossos sobreiros tão tradicionais e vão sendo substituídos por culturas intensivas de espécies exóticas.”
- “Auto-construção, construção em materiais não convencionais e instalações temporárias (habitações e outras)”

Avaliação Média:



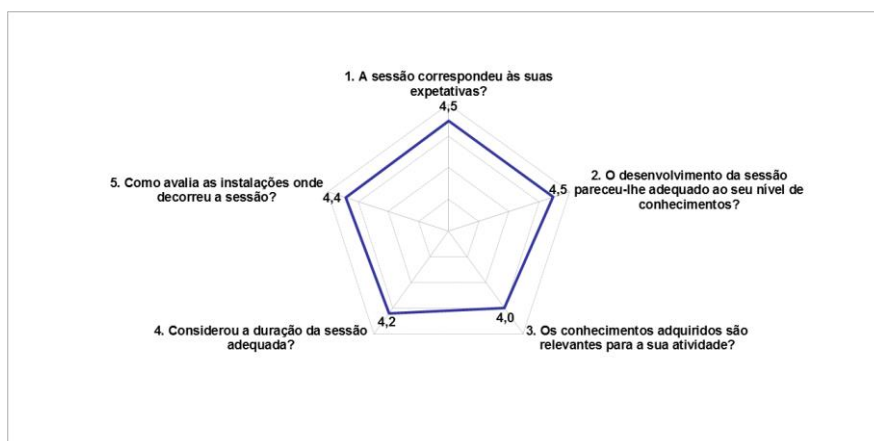
- **6 de julho de 2021** - Webinar – Economia Circular para o Plástico, através da plataforma teams.

Nº de Inquéritos enviados:	49
Nº de Inquéritos respondidos:	15
% de resposta	31%

5. Webinar - Economia Circular para o Plástico	Insuficiente	Suficiente	Bom	Muito Bom	Excelente
	1	2	3	4	5
1. A sessão correspondeu às suas expetativas?	0	0	2	4	9
2. O desenvolvimento da sessão pareceu-lhe adequado ao seu nível de conhecimentos?	0	0	2	4	9
3. Os conhecimentos adquiridos são relevantes para a sua atividade?	0	0	5	5	5
4. Considerou a duração da sessão adequada?	0	1	1	7	6
5. Como avalia as instalações onde decorreu a sessão?	0	0	1	7	7

6. Como teve conhecimento da sessão?	Nº respostas
Website CCDR Algarve	4
Correio Eletrónico	9
Comunicação Social	0
Redes Sociais	0
Outro	2

Avaliação Média:



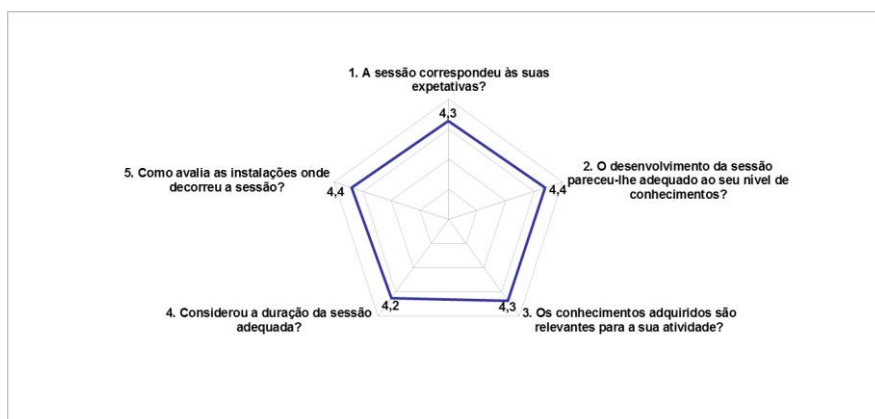
- 20 e 21 de setembro e 5 de novembro de 2021 – Ação de formação - Código de Procedimento Administrativo: o CPA de 2015 e a revisão de 2020 (não juristas)

Nº de Inquéritos enviados:	45
Nº de Inquéritos respondidos:	30
% de resposta	67%

6 - Ação de formação - Código de Procedimento Administrativo: o CPA de 2015 e a revisão de 2020 (não juristas)	Insuficiente	Suficiente	Bom	Muito Bom	Excelente
	1	2	3	4	5
1. A sessão correspondeu às suas expectativas?	0	0	1	19	10
2. O desenvolvimento da sessão pareceu-lhe adequado ao seu nível de conhecimentos?	0	0	1	16	13
3. Os conhecimentos adquiridos são relevantes para a sua atividade?	0	0	4	11	15
4. Considerou a duração da sessão adequada?	0	1	2	16	11
5. Como avalia as instalações onde decorreu a sessão?	0	0	3	16	11

6. Como teve conhecimento da sessão?	Nº respostas
Website CCDR Algarve	7
Correio Eletrónico	18
Comunicação Social	0
Redes Sociais	0
Outro	5

Avaliação Média:



Comentários/ Sugestões:

- Formador de elevada competência.
- A componente prática através da realização de exercícios foi muito interessante

- **21 de outubro de 2021 - Webinar** – Plano de ação para os RCD's – transporte e gestão de RCD's, no âmbito da Agenda Regional de Transição para a Economia Circular no Algarve, através da plataforma Microsoft Teams.

Nº de Inquéritos enviados:	141
Nº de Inquéritos respondidos:	49
% de resposta	35%

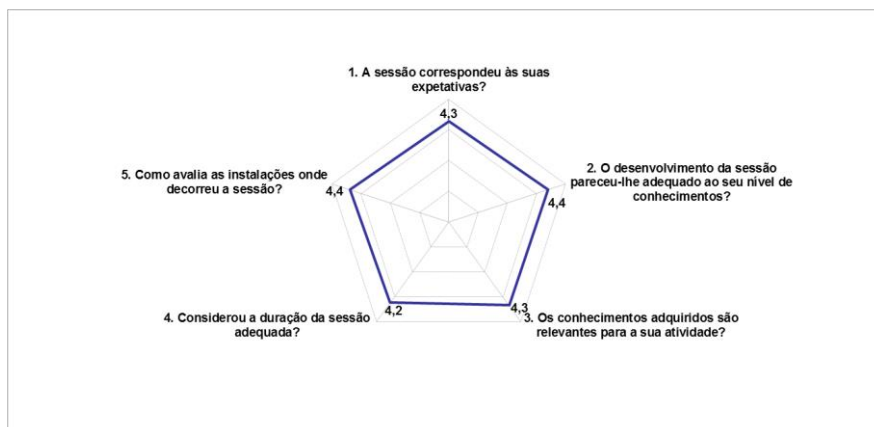
7. Webinar - Plano de ação para os RCD's - transporte e gestão de RCD's	Insuficiente	Suficiente	Bom	Muito Bom	Excelente
	1	2	3	4	5
1. A sessão correspondeu às suas expectativas?	0	0	8	20	21
2. O desenvolvimento da sessão pareceu-lhe adequado ao seu nível de conhecimentos?	0	1	3	21	24
3. Os conhecimentos adquiridos são relevantes para a sua atividade?	0	2	7	12	28
4. Considerou a duração da sessão adequada?	0	0	9	19	21
5. Como avalia as instalações onde decorreu a sessão?	0	1	4	19	25

6. Como teve conhecimento da sessão?	Nº respostas
Website CCDR Algarve	2
Correio Eletrónico	34
Comunicação Social	0
Redes Sociais	0
Outro	13

Comentários/ Sugestões:

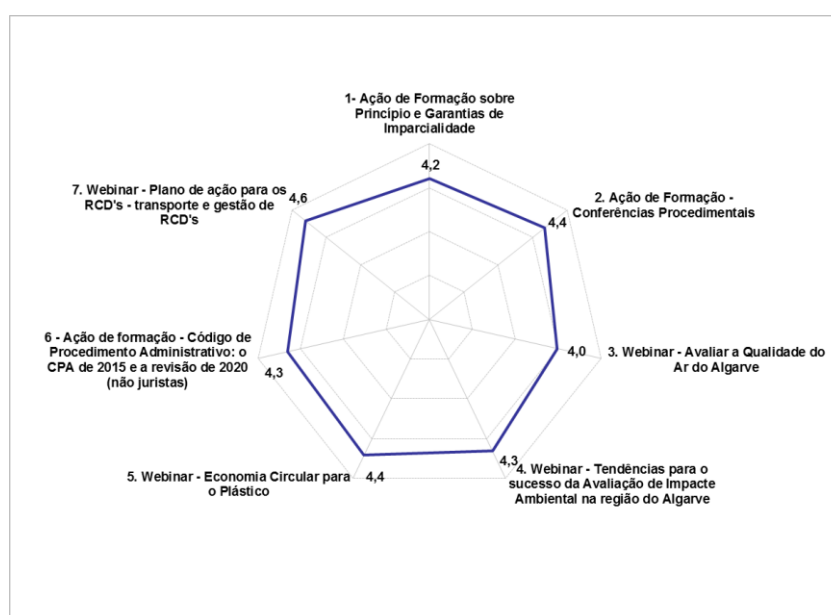
- “Sugiro que seja realizado novo webinar sobre gestão de rcd com a presença de representante do Inec de modo a debater de uma forma mais aprofundada questões relacionadas com a utilização de rcd na própria obra. Também seria útil um webinar sobre o ppgcrd nomeadamente sobre a sua elaboração, como por exemplo os cálculos relativos à incorporação de materiais reciclados e reutilização de materiais. Sobre a questão das solos e rochas sobrantes também era bom existir um webinar sobre este assunto.”
- “Abordagem do tema RCDA.”
- “Tivemos apenas conhecimento da sessão por um email remetido pela Assessoria APOGER <assessoria@apoger.com>. Na nossa opinião todos os operadores de gestão de resíduos (pelo menos os que constam no SILOGR) deveriam ser convidados a assistir às apresentações realizadas no decorrer do *webinar*. Parabéns à CCDR Algarve pela iniciativa.”
- “Considero de grande importância que este tipo de sessões, e outras, sejam transmitidas através de plataformas digitais, pois além de permitirem um maior número de participantes, evita deslocções que, devido aos custos que lhe são inerentes e à distância, são a causa de não participação.”
- “Relativamente ao decorrer e organização da secção não há nada a apontar.”
- “Gostaria que a CCDR desenvolvesse mais sessões no âmbito dos resíduos. Obrigada”

Avaliação Média:



Avaliação Global de Satisfação do Eventos 2021:

EVENTOS	Nº respostas	Avaliação Média
1- Ação de Formação sobre Princípio e Garantias de Imparcialidade	80	4,2
2. Ação de Formação - Conferências Procedimentais	89	4,4
3. Webinar - Avaliar a Qualidade do Ar do Algarve	22	4,0
4. Webinar - Tendências para o sucesso da Avaliação de Impacte Ambiental na região do Algarve	29	4,3
5. Webinar - Economia Circular para o Plástico	15	4,4
6 - Ação de formação - Código de Procedimento Administrativo: o CPA de 2015 e a revisão de 2020 (não juristas)	30	4,3
7. Webinar - Plano de ação para os RCD's - transporte e gestão de RCD's	49	4,6



O ano de 2021 acabou por sofrer colateralmente os efeitos da pandemia, do ano anterior. A continuação de adaptação a novos cenários e tecnologias nos diversos eventos, a nível interno e externo, para que se pudesse dar continuidade aos trabalhos planeados.

À semelhança dos anos anteriores realizaram-se avaliações aos eventos mais relevantes organizados pela DIPC no âmbito da CCDR Algarve e do Programa Operacional CRESC ALGARVE 2020.

Após cada evento, com o apoio da DSI, operacionalizou-se o envio dos inquéritos de avaliação do evento e dos certificados a cada participante nas respetivas iniciativas.

Realizaram-se, em 2021, **7 eventos** sujeitos a inquérito de avaliação. Após apreciação e análise às respostas dos participantes, podemos constatar que ações promovidas pela CCDR Algarve foram classificadas positivamente, registando-se uma média global de **Muito Bom**.

Continua a ser considerada como uma boa prática o envio do pedido de avaliação imediatamente após a conclusão do evento, no prazo máximo de 24 horas, e de uma única insistência, no prazo máximo de cinco dias.

É essencial que todos os serviços promotores e participantes recebam a avaliação de cada evento no prazo máximo de dez dias úteis após a conclusão do evento, de forma a perceberem melhor a importância da sua participação, quer no evento, quer no processo de avaliação, sempre numa perspetiva de melhoria contínua.

O **correio eletrónico**, dos diversos canais de comunicação utilizados para difusão e promoção dos eventos, continua a ser o mais mencionado pelos participantes como tendo sido o meio de informação sobre a sessão em que participou.

De um modo geral, os participantes gostaram e manifestaram a importância das iniciativas deixando pedidos de se realizar mais sessões sobre temas de interesse para a nossa região.

Em conclusão, através do quadro síntese de **Avaliação Global de Satisfação dos Eventos 2021**, resultante dos inquéritos aos participantes, acima apresentado, é possível constatar que no geral os eventos foram avaliados de forma bastante positiva, com uma pontuação média global de **Muito Bom**.

Embora o número de respostas fosse diferente em cada uma das iniciativas, a média obtida foi bastante positiva.

QUADRO 7
ATIVIDADES DESENVOLVIDAS – DIVISÃO DE INFORMAÇÃO, PROMOÇÃO E COMUNICAÇÃO

OBJETIVOS/INDICADORES	META	TOLERÂNCIA	RESULTADO	TAXA DE REALIZAÇÃO
O1: REFORÇAR A APROXIMAÇÃO DAS CCDR E DAS AUTORIDADES DE GESTÃO ÀS COMUNIDADES				
Índice de satisfação dos <i>stakeholders</i> externos	3	1	4,00	100%
O2: PROMOVER SERVIÇOS PÚBLICOS BEM GERIDOS, RENOVADOS E COM PROFISSIONAIS MOTIVADOS				
Taxa de satisfação dos trabalhadores	3	1	4,00	100%
O3: EXECUTAR OS PLANOS DE COMUNICAÇÃO DA CCDR ALGARVE E DO PROGRAMA OPERACIONAL DO ALGARVE				
Grau de execução do Plano de comunicação de Anual da CCDR Algarve	70%	10%	127,80%	172%
Grau de execução do Plano de Comunicação Anual do PO CRESC ALGARVE 2020	70%	10%	115,68%	157%

INFORMAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO EUROPEIA

QUADRO 8
ATIVIDADES DESENVOLVIDAS – REDES DE INFORMAÇÃO EUROPEIA

OBJETIVOS/INDICADORES	META	TOLERÂNCIA	RESULTADO	TAXA DE REALIZAÇÃO
O1: ASSEGURAR A DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO EUROPEIA A CIDADÃOS E EMPRESAS				
Eventos organizados para promoção dos valores da União Europeia junto de diferentes públicos	25	5	75	225%
Acordos estabelecidos para a rede de “Espaços Ler a Europa”	6	2	10	125%
Ações de reforço dos canais de comunicação e promoção europeia – newsletters regulares e temáticas	12	3	15	100%

GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

No ano 2021 com a manutenção do contexto pandémico esta Unidade Orgânica deu continuidade ao trabalho extraordinário, ao nível das suas chefias de divisão, de reorganização interna dos serviços e de criação das condições físicas e materiais para que os colaboradores em regime de teletrabalho conseguissem garantir o mesmo nível de qualidade e de celeridade na resposta às múltiplas solicitações externas. Por outro lado, assegurou as condições de funcionamento adequadas para os trabalhadores garantirem os designados serviços mínimos presencialmente.

Em cumprimento com as suas atribuições e competências esta Unidade Orgânica realizou as múltiplas e trabalhosas tarefas de carácter regular intrínsecas às áreas financeira, recursos humanos, património e expediente no ano 2020 e desenvolveu um conjunto de atividades em torno de alguns projetos chave, nomeadamente:

Modernização e Simplificação Administrativa – Foi dada continuidade às ações previstas nos projetos de investimento RIS Algarve – Reengenharia, Inovação e Simplificação e Indexação Espacial para Articular e Qualificar, financiados no âmbito do Programa Operacional Regional do Algarve 2014 – 2020 – Eixo Prioritário 8 – Modernizar e Capacitar a Administração e iFAMA – Plataforma única de Inspeção e Fiscalização da Agricultura, Mar e Ambiente (Medida #131 do Simplex+ 2016).

Relativamente ao projeto RIS Algarve dinamizou-se a ação (revista) - Mapeamento, Reengenharia e Simplificação Procedimentos - ação estruturante e transversal a toda a organização – que incluiu as seguintes iniciativas:

a) Mapeamento de Processos – Desenho e Implementação de *workflows*

Detetaram-se várias oportunidades de melhoria na gestão de alguns processos que são geridos de forma não estruturada, ou seja, não existe uniformização de processos que permitam utilizar sempre os mesmos procedimentos. Algumas das melhorias passam pela necessidade de simplificar e automatizar alguns desses processos através da criação de *workflows*, o que implicou o levantamento e mapeamento de alguns processos com vista à sua simplificação.

O objetivo foi o de uniformizar e automatizar processos, procedimentos e níveis de serviço de forma a obter ganhos de eficiência administrativa e processual e consequentemente a redução de custos operacionais. Para o efeito foi efetuada a contratação externa de serviços para desenho e implementação de 13 *workflows* no sistema de gestão documental Filedoc distribuídos por processos consoante o grau de complexidade.

Assim, dada a sua natureza e grau de complexidade esta tarefa será desenvolvida também durante o ano 2022.

b) Formação e Vídeos de suporte à elaboração e implementação de *workflows*

Em complemento da iniciativa referida na alínea anterior e de forma a robustecer a capacitação técnica dos utilizadores do sistema de gestão documental, identificada que foi a necessidade de realização de ações de formação nas áreas relacionadas com a gestão de documentos e processos, a classificação de documentos e a gestão de arquivo corrente e intermédio foram previstas e dinamizadas ações de formação no sentido de promover a automatização de procedimentos e implementação de *workflows* e a otimização do sistema de gestão documental na vertente da desmaterialização e simplificação administrativa.

Adicionalmente procedeu-se também à contratação externa de 15 vídeos explicativos das ações mais relevantes em Filedoc para apoio/complemento à formação;

c) Modernização dos Equipamentos de Videoconferência nas salas de reuniões públicas

Inicialmente apenas estava prevista uma solução de videoconferência em duas salas de reunião com recurso ao protocolo de rede H.323. A evolução recente com a situação pandémica e o crescente recurso a meios de comunicação à distância veio alterar de forma inesperada as soluções usadas pela maioria dos atores de videoconferência, passando a ser o “standard” de mercado as soluções web (*Teams, Zoom, Webex*, etc) que não são compatíveis com os equipamentos adquiridos anteriormente. As videoconferências tornaram-se o principal meio de relacionamento com os interlocutores da CCDR (públicos, privados, particulares) com os quais são realizadas diariamente inúmeras iniciativas, tais como, reuniões de trabalho interno, reuniões com fornecedores, reuniões com requerentes, conferências procedimentais de projetos relacionados com o Ordenamento do Território, participação em grupos de trabalho governamentais, reuniões com direções gerais e ministérios, etc. Acresce a necessidade de organização de eventos online e híbridos (presencial e online) como conferências, workshops, formações, discussões públicas, etc, que obrigam a ter mais salas e o Auditório preparados para transmissão de eventos online e permitir a participação de todos os tipos de público de forma equitativa. Os regimes de teletrabalho existentes também potenciaram a utilização destes meios de forma regular e que tem impacto nos serviços prestados.

Pretende-se dar continuidade aos investimentos já realizados, no âmbito da candidatura “RIS Algarve - Reengenharia, Inovação e Simplificação”, aumentando a diversidade das soluções e compatibilidade com os sistemas mais usados e na melhoria da infraestrutura do Auditório e Sala G no que concerne a transmissão de eventos online, dando assim resposta aos desafios Tecnológicos atuais e futuros da CCDR Algarve.

Noutras áreas identificam-se as seguintes atividades desenvolvidas durante o ano 2021:

- Elaboração, aprovação e implementação do Plano de Segurança no Trabalho (Contra Incêndios), da responsabilidade da Sra. Engenheira Civil Carla Viana, afeta à equipa do Programa Operacional Regional do Algarve, que se disponibilizou para dar corpo a este projeto que estava adiado há muitos anos e deste modo permitiu cumprir as disposições legais aplicáveis. Este Plano contém o conjunto de medidas, designadas de Medidas de

Autoproteção, com o objetivo de diminuir a probabilidade de ocorrência de acidentes e limitar as suas consequências, caso ocorram, a fim de evitar a perda de vidas humanas ou de bens, a diminuição da capacidade de resposta do estabelecimento ou pôr em causa a continuidade da atividade, resultantes de uma situação de emergência, designadamente incêndios e outras situações que possam afetar significativamente o estabelecimento. As Medidas de Autoproteção forma promulgadas pelo Responsável de Segurança, tendo sido colocadas em prática com a sua aprovação pela Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil, entidade que tutela a prevenção e o socorro em Portugal. Esta Direção de Serviços integrou a equipa interna constituída para o efeito e colaborou sempre que necessário e apoiou na logística inerente à sua implementação;

- Promoção da Saúde no Trabalho – No ano 2021 concretizou-se o estabelecido no Plano de Saúde no Trabalho. Todos os trabalhadores da organização, à exceção dos que se encontravam ausente por doença e um no ativo, foram sujeitos a exames médicos, permitindo a realização de diagnósticos em tempo, alguns dos quais deram origem a seguimento por parte dos médicos de família;
- Acompanhamento da candidatura Reabilitação e Conservação do Palacete Doglioni – submetida em outubro de 2020 junto da Unidade de Gestão Patrimonial da Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros, que após validação remeteu no início de dezembro para análise do Fundo de Reabilitação e Conservação Patrimonial, residente na Direção-geral do Tesouro e Finanças;

Com a presente candidatura pretende-se intervir num edifício classificado de Interesse Público (IIP), fundamentalmente por motivos de salubridade e de salvaguarda da segurança estrutural, num edifício localizado em zona protegida (especial localização conforme atestado na Memória Descritiva e Vídeo elaborados para o efeito). Pretende-se, igualmente, promover o aumento da eficiência energética, que permitirá a melhoria das condições da sua utilização, tanto a nível térmico como a nível acústico;

- Estrutura Transversal de Boa Governança e Transparência – colaboração com a Estrutura na prossecução dos seus objetivos e na concretização do seu Plano de Ação. Esta estrutura foi criada em dezembro de 2020 por iniciativa da Presidência da CCDR com o objetivo de melhorar de forma incremental o sistema de controlo interno (*compliance*) assente nos princípios basilares de transparência, imparcialidade, participação, independência, integridade, economia, eficácia, eficiência, responsabilidade e sustentabilidade. Com a sua criação e atuação pretende-se igualmente melhorar o desempenho institucional e organizacional, da CCDR Algarve, assente em procedimentos de controlo e gestão processual e documental, privilegiando o suporte digital;
- Plano Estratégico – No âmbito da parceria estabelecida com a Secretaria-Geral da Presidência de Conselho de Ministros (Direção de Serviços de Estratégia e Prospetiva - Futuro), assumiu-se em fevereiro de 2020, na reunião de *kick-off*, o compromisso de construção deste Plano. A CCDR Algarve ciente da importância da sua missão e atribuições ambiciona robustecer o seu papel transversal de coordenação

supramunicipal e desenvolvimento regional. Para que tal aconteça é fundamental, em primeira linha, termos uma CCDR renovada e com profissionais motivados e realizar o levantamento dos meios humanos, financeiros e materiais necessários. O sucesso do Plano Estratégico que agora estamos a construir juntos depende da participação e envolvimento de todos os trabalhadores em funções públicas da CCDR Algarve.

A equipa interna da CCDR desenvolveu o seu trabalho de elaboração do Plano Estratégico em alinhamento com o Plano Estratégico da área governativa da Coesão Territorial, definindo como objetivos:

- a. Facilitar o alinhamento entre a Orientação Política e a Ação Administrativa;
- b. Contribuir para o reforço da Orçamentação por Programas e da relação entre Recursos e Resultados;
- c. Simplificar a Monitorização das Prioridades e respetiva Prestação de Contas;
- d. Alinhar os calendários de Planeamento Estratégico e Orçamental.

De acordo com o planeamento inicial a elaboração do Plano Estratégico segue um conjunto de fases, tendo-se concretizado a sua maioria, não tendo sido, contudo, viável concluir o mapa e objetivos estratégicos, porque, entretanto, foi anunciada a realização de eleições antecipadas.

Assim, a Fase 1 – Revisão da Literatura e Aplicação à Realidade da CCDR, que decorreu entre 22 de fevereiro e abril de 2021, culminou com a apresentação do documento do Pré-Diagnóstico do Plano Estratégico, que foi enriquecido com os contributos das distintas Unidades Orgânicas. Por seu turno na Fase 2 – Auscultação e Diagnóstico Interno e Externo promoveu-se a auscultação dos trabalhadores e dirigentes tal como dos *stakeholders* internos e externos com vista ao seu envolvimento na elaboração do diagnóstico estratégico.

Definiram-se e dinamizaram-se um conjunto de metodologias participativas com vista a garantir que todos e todas fazem parte deste caminho e se identificam com o mesmo, começando pela aplicação online de um breve questionário sobre o clima organizacional e aferição de necessidades junto dos trabalhadores da CCDR Algarve e respetivos dirigentes.

Em função dos resultados obtidos foi dinamizado um exercício de *focus group* (dinâmicas de grupo) com os trabalhadores e trabalhadoras da CCDR em grupos mais reduzidos e formato presencial, seguindo as orientações metodológicas de construção de uma análise SWOT interna. Da mesma forma, será replicado o mesmo exercício para o grupo de dirigentes.

Paralelamente, procedeu-se à identificação dos *stakeholders* externos da CCDR Algarve e foi aplicado um questionário que pretende seguir as orientações metodológicas da Análise de *Stakeholders*, para identificação dos fatores críticos de sucesso e relação.

O conjunto dos resultados obtidos nesta fase foram devidamente tratados e sistematizados, sendo colocados para revisão junto da equipa interna da CCDR e envio posterior à Presidência para sua apreciação.

Nesta fase foi absolutamente fundamental a participação e envolvimento de todos e todas os/as trabalhadores da CCDR, pois através do seu *feedback*, do seu “sentir”, e de todos os contributos é que será possível construir e definir as prioridades de ação e qual o caminho a seguir.

Em resultado de todo este trabalho foi construído o Diagnóstico Estratégico, após que será a principal ferramenta para a elaboração do Mapa Estratégico com a definição dos vetores e objetivos estratégicos da CCDR Algarve, tendo sempre como grandes linhas de orientação os objetivos inicialmente fixados e atrás mencionados;

- Implementação de Medidas de Eficiência Energética - Em alinhamento com os objetivos preconizados no Plano Nacional Energia e Clima 2030 (PNEC 2030), na Estratégia de Longo Prazo para a Renovação dos Edifícios (ELPRE) e o Programa de Eficiência de Recursos na Administração Pública (ECO.AP), no ano 2021 começou a delinear-se o plano interno de adaptação às obrigações legais decorrentes deste enquadramento legislativo com vista à melhoria da eficiência energética dos dois edifícios afetos à CCDR Algarve. Assim, procedeu-se à aquisição externa de serviços com o objetivo de obter os Certificados Energéticos dos edifícios, obrigatórios nos termos da alínea d) do artigo 18, do Decreto-Lei n.º 101-D/2020, de 7 de dezembro, e essenciais para a concretização futura de um plano interno de eficiência energética. Por outro lado, procedeu-se no edifício sede ao investimento em equipamentos elétricos (substituição de armaduras, instalação de lâmpadas LED, instalação de detetores de movimento) nos espaços de trabalho e nas áreas comuns com vista à melhoria da eficiência energética do edifício;
- Acompanhamento e monitorização do arranque dos projetos aprovados no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) em que a CCDR Algarve é beneficiária intermediária – Ponte sobre o Alcoutim – Sanlúcar del Guadiana, Áreas de Acolhimento Empresarial e beneficiária final – Centro Qualifica Algarve AP, ao nível dos procedimentos internos e contratuais. Estas tarefas foram desempenhadas em estreita articulação com distintos elementos da área jurídica, da Direção de Serviços de Desenvolvimento Regional e da Presidência;
- Representação da CCDR no Grupo de Acompanhamento e Monitorização da Estratégia Nacional de Compras Públicas Ecológicas (ENCPE 2020) - adotada pela RCM n.º 38/2016, de 29 de julho, aplica-se ao Estado e a título facultativo à administração autónoma e a outras pessoas coletivas de direito público. O conceito «compras públicas ecológicas» abrange as aquisições de um conjunto de bens e/ou serviços considerados prioritários, integrando especificações e requisitos técnicos de carácter ambiental. Este grupo com o apoio de representantes de diversas entidades, já produziu 12 manuais nacionais de apoio à contratação ecológica de bens e serviços, tendo em 2021 operacionalizado 3 Grupos de Trabalho com vista à produção de 3 novos manuais:

- GT 13 – Aquecedores a Água
- GT 14 – Equipamentos de Representação Gráfica, Consumíveis e Serviços de Impressão
- GT 15 – Centros de Dados, Salas de Servidores e Serviços em Nuvem

Na sequência do convite efetuado, e face à importância da temática, a CCDR Algarve decidiu integrar o GT 14, com duas representantes da Direção de Serviços de Gestão Administrativa e Financeira e da Direção de Serviços de Ambiente. O GT 14 iniciou os trabalhos em julho de 2021 e no período de outubro a dezembro de 2021 realizaram-se reuniões online semanais com vista à distribuição de tarefas, análise dos trabalhos produzidos e redação do manual. Pese embora a calendarização indicasse que o Manual seria publicado em dezembro de 2021, tal não foi possível, pelo que os trabalhos serão finalizados durante o ano 2022.

QUADRO 9
ATIVIDADES DESENVOLVIDAS - DIREÇÃO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO E GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

OBJETIVOS/INDICADORES	META	TOLERÂNCIA	RESULTADO	TAXA DE REALIZAÇÃO
O1: PROMOVER A TRANSFORMAÇÃO DIGITAL E A MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA				
Percentagem de execução do mapeamento, reengenharia e simplificação de procedimentos	70%	20%	55%	100%
Taxa de execução do plano de projeto de desmaterialização dos processos da relação com o cidadão	70%	20%	10%	17%
Taxa de execução do plano de projeto de desmaterialização e digitalização dos arquivos das CCDR	70%	20%	25%	42%
O2: PROMOVER SERVIÇOS PÚBLICOS BEM GERIDOS, RENOVADOS E COM PROFISSIONAIS MOTIVADOS				
Percentagem de aprovação de requerimentos elegíveis relativos à organização do tempo de trabalho e que visam a conciliação da vida profissional, familiar e pessoal	70%	10%	100%	125%
Percentagem de trabalhadores em formação profissional	91%	2%	96%	114%
Taxa de execução do Plano de Formação	40%	10%	33%	100%
O3: CONTRIBUIR PARA A PROSECUÇÃO DO PLANO DE AÇÃO DA ESTRUTURA TRANSVERSAL DO BOA GOVERNANÇA E TRANSPARÊNCIA				
Taxa de Implementação das orientações de procedimentos validadas pela Presidência	70%	20%	0%	0%
Número de dias para visitar a Norma de Controlo Interno	244	15	0%	0%

SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

QUADRO 10
ATIVIDADES DESENVOLVIDAS – DIVISÃO DE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

OBJETIVOS/INDICADORES	META	TOLERÂNCIA	RESULTADO	TAXA DE REALIZAÇÃO
O1: ASSEGURAR UMA DISPONIBILIDADE DOS SERVIDORES SUPERIOR A 99%, DURANTE 365x24				
Porcentagem de disponibilidade dos servidores durante 365x24	99%	0,75%	100%	125%
O2: GARANTIR O APOIO AOS UTILIZADORES DOS SISTEMAS INFORMÁTICOS				
Prazo médio de resolução de pedidos de <i>Helpdesk</i>	24	6	13	114%
O3: RENOVAR E MODERNIZAR AS INFRAESTRUTURAS TECNOLÓGICAS				
Equipamentos atualizados	10%	5%	27,27%	143%
Versões do Office atualizadas	80%	10%	84,55%	100%
O4: MODERNIZAR E ATUALIZAR OS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO				
Prazo para implementação de workflows nos sistemas de informação internos	320	30	-	0%

GESTÃO DE FUNDOS COMUNITÁRIOS

Durante o ano 2021 a Autoridade de Gestão (AG) deu continuidade às responsabilidades que lhe estão atribuídas, cumprindo os grandes objetivos na área da Gestão de Fundos Comunitários sob a responsabilidade da CCDR no que se refere à implementação do Portugal 2020.

Durante este ano o PO CRESC ALGARVE 2020 continuou em “velocidade de cruzeiro” desenvolvendo as atividades de apreciação e aprovação de candidaturas, a análise de pedidos de pagamento, a validação de despesa e de procedimentos de contratação e os pagamentos. Em paralelo, a Autoridade de Gestão manteve os reportes com as Autoridades Nacionais e Comunitárias, através do envio dos PPI (Pedidos de Pagamento Intermédios – certificações), Previsões, Monitorização da informação financeira, Relatório de execução anual, processo de Contas do EC 20-21, entre outros.

Até 31/12/2021 tinham sido aprovadas 1604 candidaturas, com um valor Fundo associado de mais de 347 M€. Este trabalho de análise e decisão foi finalizado através de 9 reuniões presenciais da Comissão Diretiva e 20 consultas escritas realizadas ao longo do ano 2021 e determinou uma taxa de compromisso geral do PO que ascendia a cerca de 109% no final do ano, atingindo a meta prevista (tendo em consideração a tolerância programada).

As operações alvo de decisão foram notificadas aos respetivos promotores num prazo médio de 3 dias úteis, atingindo igualmente a meta prevista (tendo em conta a tolerância definida em plano de atividades).

Foi ainda facultada informação por parte da equipa e dado o apoio solicitado aos potenciais beneficiários do Programa para esclarecimento do enquadramento de diversas intenções de candidaturas.

Em paralelo a AG deu igualmente prioridade à execução e análise dos pedidos de pagamento apresentados pelos beneficiários, garantindo desta forma a superação da Meta N+3 nas condições impostas pela CE (141,7% da meta N+3).

De realçar igualmente que no seguimento do esforço efetuado pela equipa do programa no sentido de aumentar a execução, o Programa Operacional chegou ao final do ano com uma taxa de execução de 57,4%. De referir, no entanto, que esta taxa poderá ainda vir a ser alterada, aquando do apuramento dos valores finais para o Relatório de Execução 2021 do Programa Operacional. Os ajustamentos que possam surgir decorrem do apuramento dos valores finais de execução para o FSE que só ocorre em março do ano seguinte.

Foram realizadas cerca de 90% das tarefas previstas no Plano de Atividades de 2021 no que respeita ao Controlo Interno.

De referir que o PAC 2021 constituído por 62 operações (FEDER e FSE) inclui 1 operação com fundo misto, FEDER e FSE, bem como a verificação no local a uma operação extraplano, realizada na sequência de uma denúncia, elevando o montante total para **64 operações** objeto de controlo.

Foram assim efetuadas 33 ações de controlo pelos Organismos Intermédios, com competências delegadas de verificações no local, das quais 7 realizadas com equipas mistas formadas pelos OI (AMAL, ou ACSS, I.P. ou INR, I.P) e Auditores Externos, contratualizados pela AG.

As restantes 31 ações de controlo, respeitantes a operações da responsabilidade da Autoridade de Gestão, foram realizadas com recurso a auditores externos, incluindo 3 equipas mistas formadas com auditores externos e recursos internos da AG.

O Plano Anual de Controlo foi realizado na integra, à exceção de 2 verificações no local FSE que se encontram em curso, da responsabilidade do Organismo Intermédio ANQEP, I.P. e ISS, I.P. no âmbito do contrato de delegação de competências celebrado com estes OI e 1 verificação no local, respeitante a uma operação FEDER, que pela sua natureza, instrumento financeiro, e pela sua maior complexidade, encontra-se em fase de emissão do relatório preliminar.

Os respetivos relatórios finais foram concluídos pelos OI, em junho 2021, sendo que os restantes, da responsabilidade da AG, ficaram concluídos entre dezembro e janeiro de 2022, devido ao atraso verificado no processo de adjudicação das verificações no local aos auditores externos.

Após a conclusão dos 62 relatórios finais, os mesmos foram integralmente registados em Sistema de Informação SIAUDIT, para o respetivo acompanhamento.

Durante o ano 2021 o Programa CRES Algarve2020 foi alvo de 10 auditorias/ações de controlo, designadamente 1 da CE - Direção Conjunta de Auditoria da Coesão da Comissão Europeia (DG Régio/DG Emprego), no âmbito da conformidade e revisão dos trabalhos da Autoridade de Auditoria, 2 do Tribunal de Contas Nacional (TCN), incluindo a temática do Sistemas de Controlo e Prevenção da Fraude nos Fundos Europeus e 2 da Inspeção Geral de

Finanças (IGF), realizadas, uma no âmbito da Supervisão da AG aos OI e outra da conformidade sobre os montantes retirados, recuperados, a recuperar e irrecuperáveis.

As restantes 5 auditorias foram realizadas pela AD&C, 2 das quais, no âmbito da auditoria de operações ao FEDER, outra no âmbito da verificação da Opção dos Custos Simplificados (OCS) nas operações cofinanciadas pelo FEDER, outra ainda respeitante a uma Ação de Pré-Encerramento do FSE, e por último uma ação de controlo sobre a duplicação de ajudas, no âmbito da certificação FEDER.

A Unidade de Controlo Interno da Autoridade de Gestão efetuou o acompanhamento destas auditorias externas, tendo registado e atualizado o Sistema de Informação SIAUDIT para efeito do respetivo “*follow up*”.

Todos os resultados das auditorias/controlos realizados pelas diferentes entidades nacionais e comunitárias acima mencionadas, com responsabilidade nesta matéria, bem como os resultados de verificações de gestão realizadas pela AG ou sob a sua responsabilidade, foram vertidos, pela unidade de controlo interno, no Resumo Anual de Controlo realizado, o qual constitui um pilar à elaboração da Declaração de Gestão, a emitir no processo de elaboração das contas do Programa Operacional.

Nos termos da alínea d) do nº2 do artigo 71º do Decreto-Lei nº137/2014, no que respeita ao FEDER e FSE e no exercício das suas funções de entidade pagadora destes fundos comunitários, incumbe à Agência, I.P manter o registo das dívidas, relativas a cada beneficiário no âmbito do Portugal 2020, registo a efetuar no SDR 2020, enquanto componente do Sistema Informação Portugal 2020.

As dívidas constituídas no âmbito do Algarve CRESC 2020 foram objeto de acompanhamento por parte da Unidade de Controlo, e registadas até início de 2019 diretamente no Sistema Contabilístico de Dívidas (SCD), como solução de contingência. No entanto, conforme expectável, a comunicação de dívidas começou a ser efetuada, a partir do início do ano 2019, em Sistema de Dívidas e Recuperações - SDR2020, módulo integrado no SPTD2020.

Com efeito, foram registadas, até 31.12.2021, no Sistema Dívidas e Recuperações, 117 dívidas, no valor total de 3.695.323,60€, sendo 3.632.003,14 respeitantes à componente Fundo, FEDER e FSE, e os restantes 63. 320,46€, à Contrapartida Publica Nacional – OSS. Destes montantes foram recuperados 2.224.359,18€ (2 222 990,73 Fundo e 1 368,45 CPN- OSS) respeitantes a 77 dívidas, das quais 71 encontram-se recuperadas na sua totalidade e as restantes 6 apenas de forma parcial. Das 71 dívidas totalmente recuperadas, 68 já têm processo de dívida encerrado, sendo que as restantes 3 serão encerradas logo que estejam ultrapassados problemas operacionais.

Foi efetuada a primeira Avaliação do Risco de Fraude, em novembro de 2017, de acordo com o Plano de Gestão de Riscos da Autoridade de Gestão do Algarve CRESC 2020, em alinhamento com a metodologia e ferramenta para a avaliação de risco de fraude, constante das orientações da Comissão Europeia-EGESIFJ4-0021-00, de 16/06/2014. A sua monitorização/avaliação foi realizada em março 2020 e será refletida no Plano de Prevenção

de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas (PPRCIC), de acordo com os requisitos regulamentares nacionais.

Sendo matéria que releva para o Parecer de Auditoria e Relatório de Controlo, a emitir pela Autoridade de Auditoria, foi atualizada, com “*report*” a 31 outubro 2021, a Descrição dos Sistemas de Gestão e Controlo, com todas as alterações ocorridas face à última versão aprovada.

Durante o ano de 2021, foram completamente operacionalizados 8 instrumentos de apoio à gestão e informação do PO CRESC ALGARVE 2020, nomeadamente:

- Descrição de Sistema de Gestão e Controlo do PO CRESC ALGARVE 2020 – revisão do documento entregue junto da ADC em novembro.
- Manutenção evolutiva e corretiva do Sistema de Informação do BO CRESC Algarve 2020.
- Certificações em Sistema de Informação – Foram efetuadas 8 Certificações (4 FEDER e 4 FSE) – com datas de corte: FEDER – 31/01/2021; 15/06/2021; 30/09/2021 e 30/11/2021; FSE – 28/02/2021; 14/06/2021; 14/09/2021 e 14/11/2021.
- Atualização do Site CRESC Algarve 2020 (concursos e informação financeira mensal) – Informação sobre Concursos atualizada conforme abertura e informação financeira atualizada mensalmente.
- Relatório de Execução Anual (2020) do PO CRESC Algarve 2020 – Aprovado pela CA na 13ª Reunião, realizada online em 4/05/2021 e enviado à CE por SFC.
- Relatório de fecho de contas anual do CRESC Algarve 2020 – Foi remetido para a AD&C uma 1ª versão (*draft*) do fecho de contas em 24/09/2021 (FEDER) e 30/09/2021 (FSE). Foi Enviada uma 2ª versão em 21/12/2021 (FEDER) e 23/12/2021 (FSE). Ambas as versões foram alvo de ligeiros ajustamentos decorrentes da análise da AD&C.
- Acompanhamento da Avaliação Intercalar do PO (em articulação com o OADR) e da Avaliação da Estratégia de Comunicação (a dinamizar pela DIPIC) – A Avaliação Intercalar foi adjudicada em 10-03-2021 com contrato assinado em 08-04-2021. Processo em acompanhamento, já com Relatório Inicial e Intermédio (1ª versão) entregues. Não foi ainda dinamizada a Av. Da Estratégia de Comunicação.
- Monitorização e controlo da Bolsa de Recuperação PT2020 – A informação é atualizada e validada/reportada à AD&C periodicamente.

Para além destes 8 instrumentos foi ainda realizado trabalho em mais 2 instrumentos previstos:

- Organização de partilhas internas e manutenção – Deu-se continuidade ao trabalho de manutenção de pastas existentes nas partilhas internas e de organização de pastas de 2º nível e limpeza de ficheiros.
- Arrumação e arquivo final dos processos com apoio de Fundos Comunitários – Durante o ano 2021 foi dada continuidade ao trabalho de arrumação dos respetivos arquivos na

CCDR, selecionando informação a destruir e a seguir para os arquivos (Tavira e Stº António). Não foi efetuada a arrumação do arquivo de Tavira uma vez que essa tarefa, devido à carência de recursos humanos e estado de pandemia, não foi considerada prioritária neste ano. A conclusão deste trabalho, além da disponibilidade de recursos humanos, está também dependente do Relatório de Avaliação das Massas Documentais acumuladas do acervo dos Fundos Comunitários, em curso através de um grupo de trabalho nacional, do qual a CCDR faz parte.

De referir ainda que, durante o ano 2021, o Secretariado Técnico do programa operacional esteve envolvido de forma empenhada na preparação do período de programação 2021-2027, colaborando na elaboração do documento nacional de Acordo de Parceria a submeter junto da Comissão Europeia. Em 2021 foram também iniciados os trabalhos de preparação do PO Regional para o mesmo período (21-27), envolvendo o Secretariado do PO. Este trabalho acabará com a produção do documento a entregar à Comissão Europeia, documento este que deverá referenciar as prioridades a apoiar neste período, tendo em vista a absorção do envelope financeiro atribuído à Região.

QUADRO 11
ATIVIDADES DESENVOLVIDAS – GESTÃO DE FUNDOS COMUNITÁRIOS

OBJETIVOS/INDICADORES	META	TOLERÂNCIA	RESULTADO	TAXA DE REALIZAÇÃO
O1: ASSEGURAR A DECISÃO ATEMPADA DAS CANDIDATURAS SUBMETIDAS AO PO CRESC ALGARVE 2020				
Taxa de compromisso do PO CRESC ALGARVE 2020	100%	15%	109,00%	100%
Prazo de notificação da decisão	4	1	3	100%
Percentagem de decisões com um desvio não superior a 10% face ao prazo estabelecido nos Avisos	90%	10%	81,31%	100%
O2: ASSEGURAR O CUMPRIMENTO DA EXECUÇÃO DO PO CRESC ALGARVE 2020				
Taxa de Execução do PO Algarve 2020	60%	5%	57,41%	100%
Taxa de Cumprimento da regra Meta N+3 PT 2020	120%	20%	141,66%	122%
O3: ASSEGURAR A IMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLO INTERNO DO PO CRESC ALGARVE 2020				
Taxa de realização do trabalho relativo às atividades do controlo Interno no âmbito do PO CRESC ALGARVE 2020	80%	10%	90,00%	100%
O4: COMPLETAR OS INSTRUMENTOS DE APOIO À GESTÃO E DE INFORMAÇÃO AO CIDADÃO NO ÂMBITO DO PO CRESC ALGARVE 2020				
Instrumentos a funcionar no final de 2021	70%	10%	89,40%	124%
Iniciativas para a simplificação dos processos dos avisos e procedimentos, incluindo a simplificação de linguagem	2	1	3	100%
O5: CONCRETIZAR E ACOMPANHAR OS INSTRUMENTOS DE SUPORTE À PROGRAMAÇÃO DO HORIZONTE TEMPORAL 2030				
Taxa de cumprimento de prazos nas solicitações do exercício de programação do Algarve 2021-2027 (partilhado com OADR)	85%	4%	100%	125%
Taxa de cumprimento de prazos nos processos de avaliação ex-ante (se aplicável) e avaliação ambiental estratégica do PO Algarve 2021-2027 (partilhado com OADR)	85%	4%	0%	0%
Ações de divulgação do Algarve 2030 (partilhado com OADR)	2	1	3	100%

ACOMPANHAMENTO DAS DINÂMICAS REGIONAIS

No quadro do acompanhamento e monitorização das dinâmicas regionais, promoveu-se a recolha e análise de informação estatística, enquanto suporte à elaboração de documentos internos, apresentações para reuniões, e divulgação interna ou externa, em diferentes formatos, assinalando-se: a) a elaboração de três publicações “Números em Destaque”, sobre o índice sintético de desenvolvimento regional (ISDR) e as Contas Regionais de 2019 e de 2020; b) a elaboração de um “Boletim Conjuntura” dedicado ao impacto da COVID 19 (3ª edição); c) a elaboração de um boletim “Algarve em destaque” dedicado à monitorização da RIS3 Algarve (2020); d) onze boletins “Informação Mensal POR”.

O OADR manteve uma estreita articulação com a Autoridade de Gestão do POR Algarve 2020, tendo colaborado na elaboração do Relatório de execução anual de 2020. Para além disso, procedeu-se à monitorização dos indicadores do Quadro de Desempenho do Programa e à recolha de dados para monitorização dos indicadores trimestrais a remeter à AD&C. Os elementos afetos ao OADR participaram ainda nas reuniões da Rede de avaliação e monitorização do Portugal 2020.

No âmbito da preparação do Acordo de Parceria do Portugal 2030 foi assegurada a representação no grupo de trabalho criado para os diferentes Objetivos de Política. Nos trabalhos preparatórios do POR Algarve 2030, concluiu-se a proposta de Plano de Ação Diversificar Algarve 2030, parte integrante do programa, correspondente à dotação adicional de 300 M€ resultantes da decisão tomada no Conselho Europeu em 2020, com vista à promoção da empregabilidade e competitividade regional. Foram realizadas cinco ações de divulgação das grandes linhas do Algarve 2030.

Relativamente ao envolvimento em parcerias e interações territoriais ou temáticas com impacto no desenvolvimento regional, destaca-se a participação em projetos, consórcios e redes, bem como a representação institucional e colaboração em doze ocasiões, com destaque para o DIH D2P2, o DIH INNOV *Tourism*, o DIH *Blue Digital*, a parceria Mar Semana Europeia das Regiões com CCDR LVT, a Rede *reference Sites for Healthy Ageing*, a parceria com IGOT-UL para PRR "Geocomputação: Análise Espacial de Dados e Ordenamento do Território", a Parceria DUT com FCT, o Projeto *Best Med* com a ESGHT, o Projeto OCDE *Regio Regional Attractiveness* e o Prémio Boas Práticas Algarve *Active Ageing*.

No âmbito da RIS3 Algarve, dinamizou todo o processo de revisitação, promovendo a auscultação dos membros dos diferentes grupos de trabalho, definindo abordagens complementares aos domínios de especialização, por via de desafios societários definidos na Estratégia de Desenvolvimento Regional Algarve 2030. Apesar das particularidades associadas ao contexto pandémico, realizaram-se doze reuniões de grupos temáticos e uma reunião do Conselho de Inovação Regional, que contou com participação da Senhor Ministra da Coesão Territorial, tendo ainda sido realizadas dezoito ações de promoção, difusão e acompanhamento da RIS3 Regional. Tendo em conta as competências do OADR, foram também realizadas dezanove ações de acompanhamento de proximidade a projetos RIS3

Algarve (reuniões, visitas temáticas e boas práticas), e ainda foram dinamizadas oito ações de capacitação internas (Lab Observa).

Foi ainda assegurado o acompanhamento qualitativo e de proximidade da execução dos projetos SIAC, dos projetos de Formação-Ação para PME e dos projetos de capacitação institucional, apoiados pelo PO CRESC Algarve 2020, o que se traduziu na emissão de oito pareceres e na participação em diversas reuniões de trabalho ou nas diferentes atividades previstas.

QUADRO 12
ATIVIDADES DESENVOLVIDAS – ACOMPANHAMENTO DAS DINÂMICAS REGIONAIS

OBJETIVOS/INDICADORES	META	TOLERÂNCIA	RESULTADO	TAXA DE REALIZAÇÃO
O1: ACOMPANHAR E AVALIAR OS EFEITOS REGIONAIS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS E DOS RESPECTIVOS INSTRUMENTOS DE EXECUÇÃO, BEM COMO DAS OPERAÇÕES QUE SÃO OBJETO DE FINANCIAMENTO, NO ÂMBITO DO DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO, SOCIAL E AMBIENTAL				
Documentos de monitorização das dinâmicas regionais	15	2	17	100%
Número de dias para emissão de parecer aos estudos integrados nos projetos (Sistema de Apoio a Ações Coletivas Internacionalização) com obrigatoriedade de acompanhamento pelo OADR	25	10	14	117%
Entidades envolvidas no processo de construção estratégica (partilhado com DSDR)	35	10	134	265%
Ações de capacitação desenvolvidas no âmbito da Estratégia (partilhado com DSDR)	30	5	33	100%
Parcerias e interações territoriais e temáticas concretizadas (projetos, consórcios, redes e outras)	4	1	12	167%
O2: CONCRETIZAR E ACOMPANHAR OS INSTRUMENTOS DE SUPORTE À PROGRAMAÇÃO DO HORIZONTE TEMPORAL 2030				
Taxa de cumprimento de prazos nas solicitações do exercício de programação do Algarve 2021-2027 (partilhado com GFC)	85%	5%	100%	125%
Taxa de cumprimento de prazos nos processos de avaliação ex-ante (se aplicável) e avaliação ambiental estratégica do PO Algarve 2021-2027 (partilhado com GFC)	85%	5%	100%	125%
Ações de divulgação do Algarve 2030 (partilhado com GFC)	2	1	5	125%
O3: PROMOVER E CONCRETIZAR OS OBJETIVOS DA ESTRATÉGIA REGIONAL DE INVESTIGAÇÃO E INOVAÇÃO PARA A ESPECIALIZAÇÃO INTELIGENTE (RIS3 ALGARVE)				
Ações de promoção, difusão e acompanhamento da RIS3 Algarve	8	2	18	163%
Reuniões de dinamização das Unidades Técnicas /Grupos Temáticos e do CIRA	8	2	12	125%
Acompanhamento de proximidade a projetos RIS3 Algarve (ações, visitas temáticas e boas práticas)	10	3	19	145%
Ações de capacitação realizadas direcionadas para colaboradores internos	5	1	8	125%
Data de conclusão de Estratégia Regional de Especialização Inteligente (EREI) Algarve 2030 (especificações para análise de mérito regional)	153	15	-	0%
Data de conclusão da RIS3 EURO AAA (partilhado com DSDR)	351	10	-	0%

Apreciação dos serviços prestados



COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO
REGIONAL DO ALGARVE

Questionário de Satisfação

Este questionário insere-se no âmbito da construção do Plano Estratégico da CCDR Algarve no qual a sua participação e contributos são muito importantes, pelo que pedimos que responda com o máximo rigor e honestidade.

Não há respostas certas ou erradas relativamente a qualquer dos itens, pretendendo-se a opinião institucional e precisando apenas de 5 a 8 minutos para responder.

Este questionário é anónimo.

Utilizamos uma escala percecional que varia de 1 a 5, existindo ainda a opção "Sem Opinião".

No final do questionário poderão ser registados comentários.

* Obrigatório

1. Defina em três palavras o papel atual da CCDR Algarve na região *

2. Imagem global da CCDR Algarve *

	Muito Insatisfeito/ a	Insatisfeito/ a	Pouco Satisfeito/a	Satisfeito/a	Muito Satisfeito/a	S/O - Sem Opinião
Relacionamento com cidadãos e empresas	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Relacionamento com parceiros institucionais	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Capacidade de modernização e inovação	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Capacidade de adaptação à mudança	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Capacidade para gerir conflitos de interesses	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Envolvimento em projetos de interesse regional	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

3. Comunicação da CCDR Algarve *

	Muito Insatisfeito/ a	Insatisfeito/ a	Pouco Satisfeito/a	Satisfeito/a	Muito Satisfeito/a	S/O - Sem Opinião
Diversidade de canais de comunicação	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Abrangência da informação disponibilizada	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Qualidade da informação prestada	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Utilidade da informação disponibilizada no sítio de Internet	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Clareza da linguagem utilizada nos canais de comunicação	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

4. Acessibilidade / Igualdade *

	Muito Insatisfeito/ a	Insatisfeito/ a	Pouco Satisfeito/a	Satisfeito/a	Muito Satisfeito/a	S/O - Sem Opinião
Horário de atendimento ao público	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Acesso a cidadãos com necessidades especiais nos espaços físicos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Acesso a cidadãos com necessidades especiais aos canais de comunicação	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Política de igualdade de tratamento e de não discriminação	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

5. Avaliação do Desempenho da CCDR Algarve *

	Muito Insatisfeito/a	Insatisfeito/a	Pouco Satisfeito/a	Satisfeito/a	Muito Satisfeito/a	S/O - Sem Opinião
Funções de coordenação regional	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Planeamento e Desenvolvimento regional	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Ordenamento do Território	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Ambiente	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Fundos Comunitários	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Apoio às Autarquias Locais	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Satisfação global com os serviços prestados	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

6. Defina em três palavras como perspectiva o papel da CCDR Algarve no futuro. *

7. Para desempenhar no futuro esse papel na região, defina em três palavras as prioridades estratégicas da CCDR Algarve. *

8. Comentários

Ajude-nos a melhorar, a sua opinião é muito importante para nós!



Questionário de Satisfação

105

Respostas

35:38

Tempo medio de conclusão

Ativo

Estado

1. Defina em três palavras o papel atual da CCDR Algarve na região

Respostas Mais Recentes

105

Respostas

"Desenvolvimento, Ineficaz, burocrático"

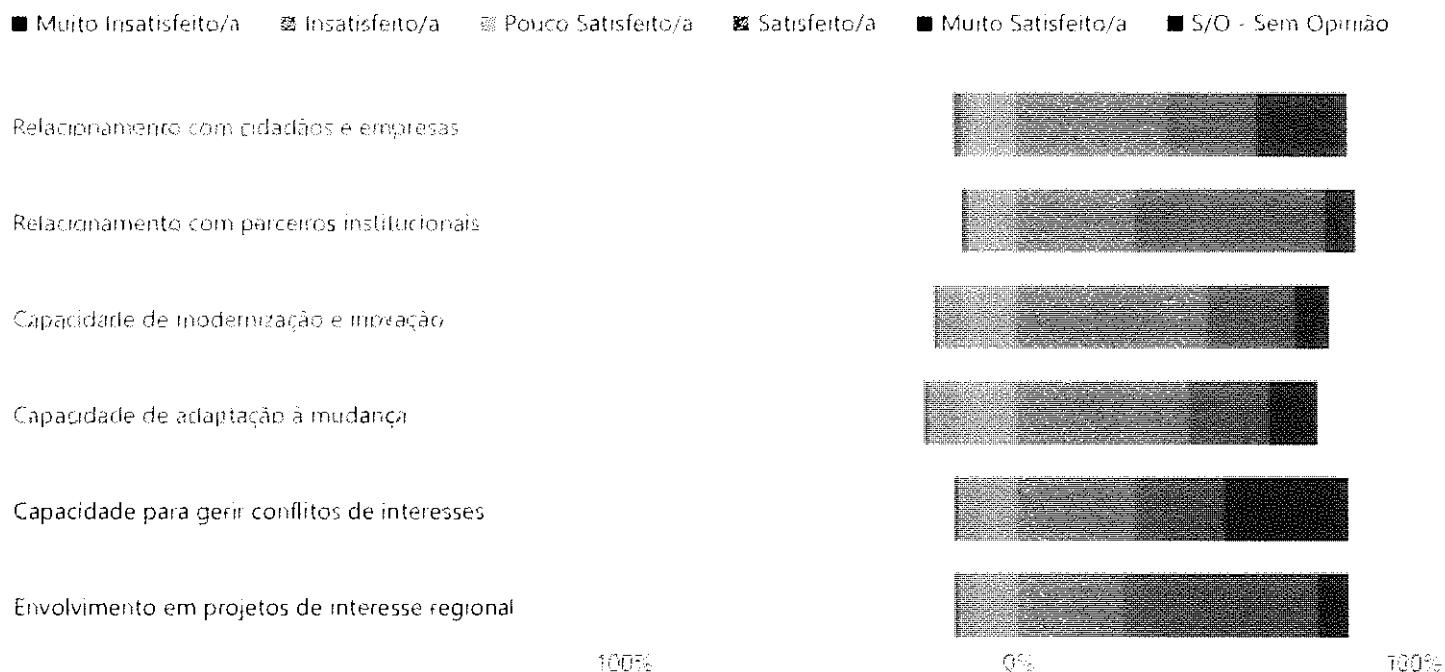
"Muito importante."

"controlo coordenação gestão"

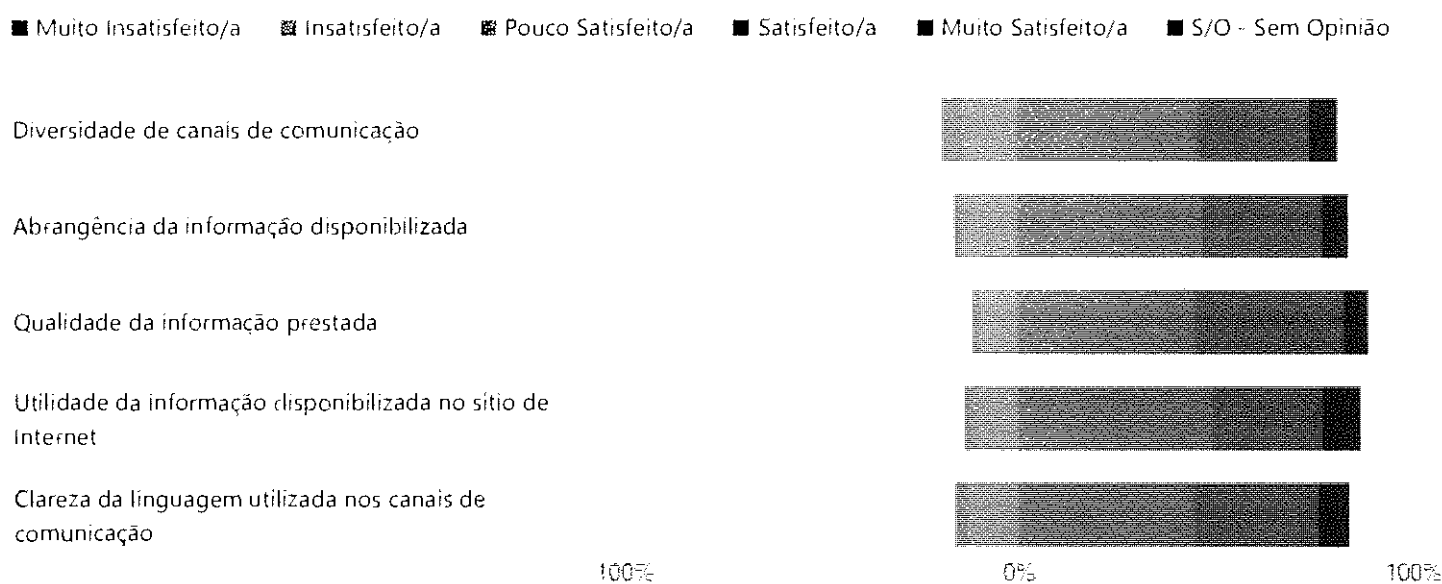
26 inquiridos (25%) responderam **Desenvolvimento** a esta pergunta.



2. Imagem global da CCDR Algarve

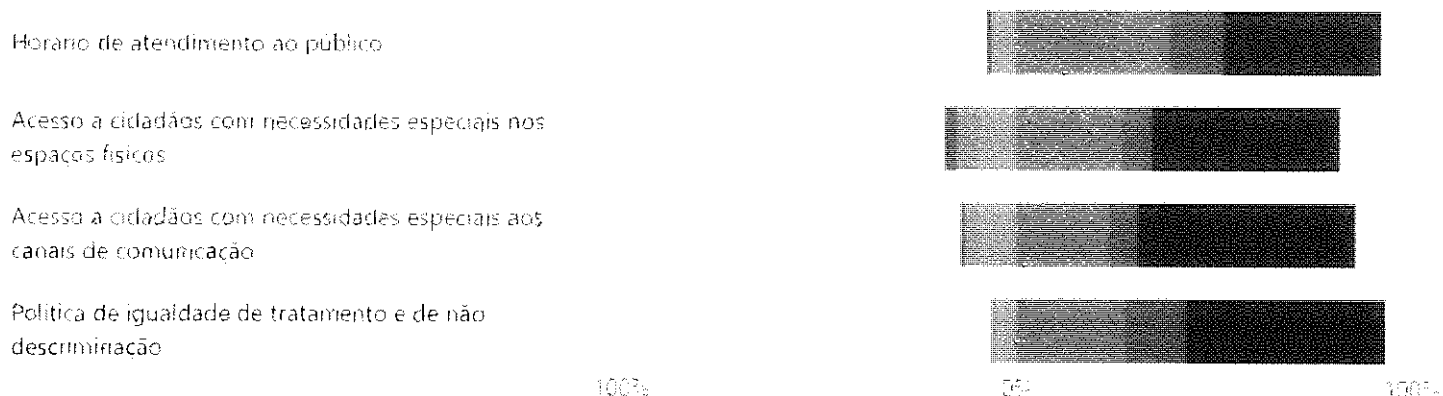


3. Comunicação da CCDR Algarve



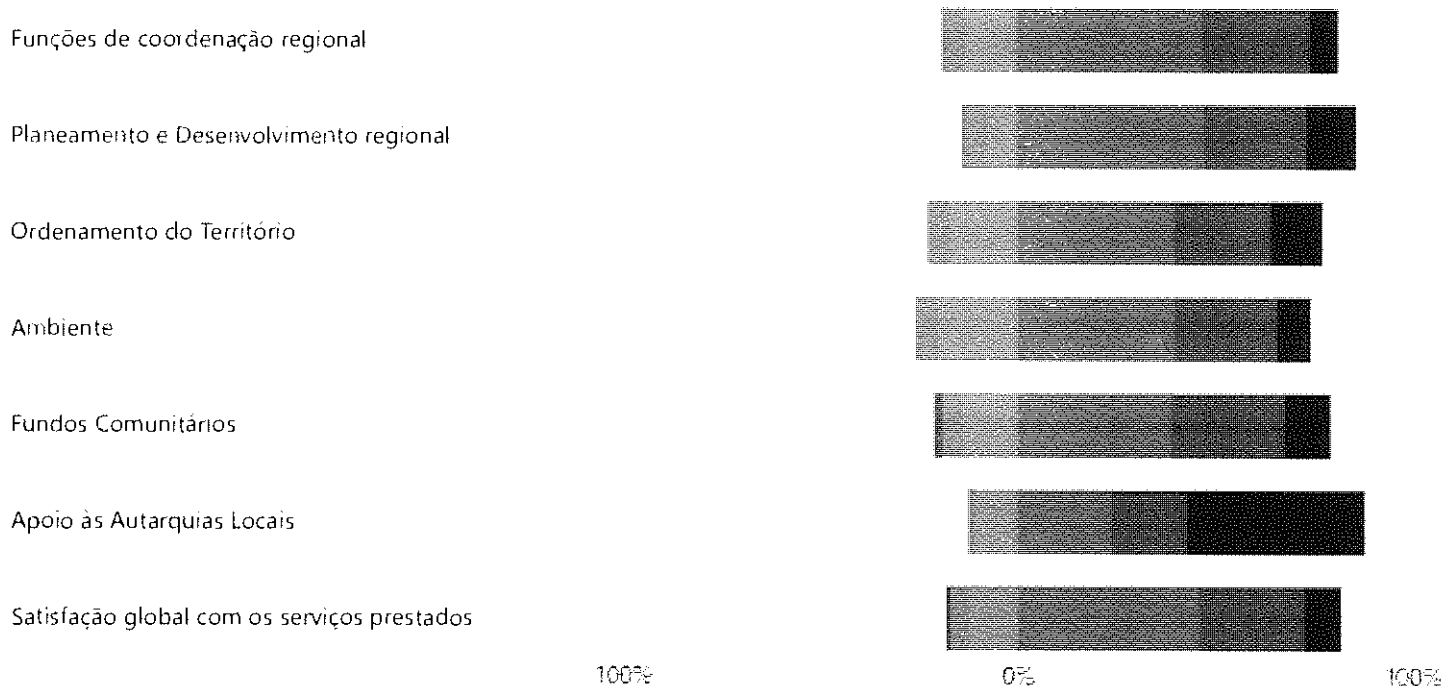
4. Acessibilidade / Igualdade

■ Muito Insatisfeito/a
■ Insatisfeito/a
■ Pouco Satisfeito/a
■ Satisfeito/a
■ Muito Satisfeito/a
■ S/O - Sem Opinião



5. Avaliação do Desempenho da CCDR Algarve

■ Muito Insatisfeito/a
■ Insatisfeito/a
■ Pouco Satisfeito/a
■ Satisfeito/a
■ Muito Satisfeito/a
■ S/O - Sem Opinião



6. Defina em três palavras como perspectiva o papel da CCDR Algarve no futuro.

Respostas Mais Recentes

"Desenvolvimento, equidade, ambiente"

"Coordenação regional. "

"salvaguarda coordenação serviço-público"

105

Respostas

18 inquiridos (17%) responderam **desenvolvimento** a esta pergunta.



7. Para desempenhar no futuro esse papel na região, defina em três palavras as prioridades estratégicas da CCDR Algarve.

Respostas Mais Recentes

"Eficácia; Agilidade; Atitude"

"Recursos, competências e visão. "

"empoderamento, isenção, mediação"

105

Respostas

7 inquiridos (7%) responderam **ambiente** a esta pergunta.



8. Comentários

Ajude-nos a melhorar, a sua opinião é muito importante para nós!

Respostas Mais Recentes

36

Respostas

"è importante ter projetos co cabeça, tronco e membros. Muitas vezes t...

"Serão necessários mais recursos e competências claras nas várias áre...

"A CCDR deve ter um papel central na coordenação das diversas politi...

12 inquiridos (33%) responderam CCDR a esta pergunta.



Questionário de Satisfação Global – Stakeholders Externos

No âmbito do processo de construção do Plano Estratégico da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve, foi solicitado a entidades externas que respondessem a um questionário de satisfação, disponibilizado *online*.

No que concerne à **Imagem Global da CCDR**, nas diversas dimensões que *infra* se elencam, foram obtidos os seguintes resultados:

- **Relacionamento com cidadãos e empresas:** 38,1% de satisfação;
- **Relacionamento com parceiros institucionais:** 48,6% de muita satisfação;
- **Capacidade de modernização e inovação:** 48,6% de satisfação;
- **Capacidade de adaptação à mudança:** 43,8% de satisfação;
- **Capacidade para gerir conflitos de interesses:** 31,4% sem opinião;
- **Envolvimento em projetos de interesse regional:** 49,5% de muita satisfação.

No que respeita à **Comunicação da CCDR Algarve**, importa considerar:

- **Diversidade de canais de comunicação:** 45,7% de satisfação;
- **Abrangência da informação disponibilizada:** 46,7% de satisfação;
- **Qualidade da informação prestada:** 44,8% de satisfação;
- **Utilidade da informação disponibilizada no sítio de Internet:** 49,5% de satisfação;
- **Clareza da linguagem:** 44,8% de satisfação.

Sobre as questões de **Acessibilidade/Igualdade**:

- **Horário:** 40% sem opinião;
- **Acesso a cidadãos com necessidades especiais nos espaços físicos:** 47,6% sem opinião;
- **Acesso a cidadãos com necessidades especiais nos canais de comunicação:** 55,2% sem opinião;
- **Política de igualdade de tratamento e não discriminação:** 50,5% sem opinião.

Avaliação de Desempenho da CCDR Algarve:

- **Funções de coordenação regional:** 46,7% de satisfação;
- **Planeamento e Desenvolvimento Regional:** 47,6% de satisfação;
- **Ordenamento do Território:** 40% de satisfação;
- **Ambiente:** 40% de satisfação;
- **Fundos Comunitários:** 39% de satisfação;
- **Apoio às Autarquias Locais:** 44,8% sem opinião;
- **Satisfação global com os serviços prestados:** 45,7% de satisfação.

Audição de dirigentes intermédios e trabalhadores



COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO
REGIONAL DO ALGARVE



Questionário de Satisfação Global

Este questionário insere-se no âmbito da construção do Plano Estratégico da CCDR Algarve no qual a sua participação e contributos são muito importantes, pelo que pedimos que responda com o máximo rigor e honestidade.

Não há respostas certas ou erradas relativamente a qualquer dos itens, pretendendo-se a opinião institucional e precisando apenas de 5 a 8 minutos para responder.

Este questionário é anónimo.

Utilizamos uma escala percecional que varia de 1 a 5, existindo ainda a opção "Sem Opinião".

No final do questionário existirá um espaço para sugestões e/ou propostas de melhoria para que possam ser registados comentários.

1. Satisfação global dos trabalhadores e trabalhadoras com a Organização

	1 - Muito insatisfeito/a	2 - Insatisfeito/a	3 - Pouco satisfeito/a	4 - Satisfeito/a	5 - Muito satisfeito/a	S/O - Sem Opinião
Imagem da Organização	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Relacionamento da Organização com os cidadãos e a sociedade	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Relacionamento da Organização com os parceiros	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Capacidade de adaptação da Organização à mudança (agilidade)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Capacidade de inovação da Organização	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Capacidade da Organização para gerir os conflitos de interesse	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Envolvimento dos/das trabalhadores/as na definição da estratégia da Organização	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Envolvimento dos/das trabalhadores/as na melhoria organizacional	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Responsabilidade Social da Organização	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Desempenho global da Organização	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

2. Satisfação global dos trabalhadores e trabalhadoras com a Organização

	1 - Muito insatisfeito/ a	2 - Insatisfeito/ a	3 - Pouco satisfeito/a	4 - Satisfeito/a	5 - Muito satisfeito/a	S/O - Sem Opinião
Imagem da Organização	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Relacionamento da Organização com os cidadãos e a sociedade	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Relacionamento da Organização com os parceiros	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Capacidade de adaptação da Organização à mudança (agilidade)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Capacidade de inovação da Organização	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Capacidade da Organização para gerir os conflitos de interesse	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Envolvimento dos/das trabalhadores/as na definição da estratégia da Organização	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Envolvimento dos/das trabalhadores/as na melhoria organizacional	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Responsabilidade Social da Organização	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Desempenho global da Organização	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

3. Satisfação com as condições de trabalho

	1 - Muito insatisfeito/ a	2 - Insatisfeito/ a	3 - Pouco satisfeito/a	4 - Satisfeito/a	5 - Muito satisfeito/a	S/O - Sem Opinião
Ambiente de trabalho entre os elementos da sua Equipa/Unidade Orgânica	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Ambiente de trabalho entre Equipas/Unidades Orgânicas	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Equipamentos TIC (computadores, portáteis, telefones, impressoras e outros dispositivos)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Aplicações, plataformas e software	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Intranet	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Mobiliário de trabalho (secretária, cadeiras, estantes e outros)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Condições de higiene e limpeza	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Condições de segurança	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Medidas de bem-estar desenvolvidas	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Espaço de refeições	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Espaço de cafetaria	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

4. Satisfação com a gestão de recursos humanos

	1 - Muito insatisfeito/a	2 - Insatisfeito/a	3 - Pouco satisfeito/a	4 - Satisfeito/a	5 - Muito satisfeito/a	S/O - Sem Opinião
Acolhimento e apoio a novos/as trabalhadores/as	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Horário de trabalho	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Conciliação da vida profissional com a vida familiar e pessoal	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Forma como é implementado o sistema de avaliação do desempenho	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Desenvolvimento de competências, nomeadamente através de formação	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Igualdade de tratamento e de oportunidades	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Melhoria da colaboração, confiança e integração entre colegas (team building e outras ações)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

5. Motivação pessoal para:

	1 - Muito desmotivad o/a	2 - Desmotivad o/a	3 - Pouco motivado/a	4 - Motivado/a	5 - Muito motivado/a	S/O - Sem Opinião
Aprender novos métodos de trabalho	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Desenvolver trabalho de equipa	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Participar na melhoria da Organização	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Participar em ações de formação	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Participar em projetos de Responsabilidade Social	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

6. Satisfação com a liderança intermédia

	1 - Discordo totalmente	2 - Discordo	3 - Concordo pouco	4 - Concordo	5 - Concordo totalmente	S/O - Sem Opinião
Lidera através do exemplo	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Informa e consulta os/as trabalhadores/as sobre os objetivos e atividades da Unidade Orgânica	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Aceita e implementa sugestões de melhoria	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Estimula a autonomia dos/das trabalhadores/as	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Encoraja a confiança mútua e o respeito	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Promove uma cultura de aprendizagem e melhoria contínua	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Promove a frequência de ações de formação	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Acompanha os/as trabalhadores/as e dá feedback sobre o seu desempenho	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Reconhece os esforços individuais e das equipas	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Adequa o tratamento dado às pessoas, às necessidades e às situações em causa	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

1 - Discordo totalmente 2 - Discordo 3 - Concordo pouco 4 - Concordo 5 - Concordo totalmente S/O - Sem Opinião

Gere os conflitos profissionais e/ou pessoais

Avalia de forma justa e correta o desempenho profissional dos/das colaboradores/as

7. Satisfação com a liderança de topo

	1 - Discordo totalmente	2 - Discordo	3 - Concordo pouco	4 - Concordo	5 - Concordo totalmente	S/O - Sem Opinião
Lidera através do exemplo	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Capacidade de planeamento e de organização	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Capacidade para inovar, desenvolver e modernizar o Organismo	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Informa e consulta os/as trabalhadores/as sobre assuntos relevantes para a Organização	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Comunica de forma clara com dirigentes e trabalhadores/as	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Encoraja a confiança mútua e o respeito	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Promove uma cultura de aprendizagem e melhoria contínua	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Promove a frequência de ações de formação	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Cria condições para a delegação de responsabilidades e competências	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Reconhece e premeia os esforços individuais e das equipas	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

8. Sugestões de melhoria e Comentários

Ajude-nos a melhorar, a sua opinião é muito importante para nós:

Este conteúdo não foi criado nem é aprovado pela Microsoft. Os dados que submeter serão enviados para o proprietário do formulário.

 Microsoft Forms



Questionário de Satisfação Global

95

Respostas

16:49

Tempo medio de conclusão

Ativo

Estado

1. Satisfação global dos trabalhadores e trabalhadoras com a Organização

1 - Muito insatisfeito/a
 2 - Insatisfeito/a
 3 - Pouco satisfeito/a
 4 - Satisfeito/a
 5 - Muito satisfeito/a
 S/O - Sem Opinião

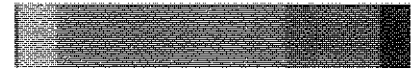
Imagem da Organização



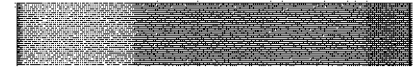
Relacionamento da Organização com os cidadãos e a sociedade



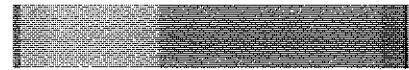
Relacionamento da Organização com os parceiros



Capacidade de adaptação da Organização à mudança (agilidade)



Capacidade de inovação da Organização



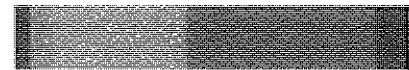
Capacidade da Organização para gerir os conflitos de interesse



Envolvimento dos/das trabalhadores/as na definição da estratégia...



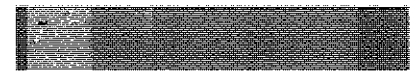
Envolvimento dos/das trabalhadores/as na melhoria organizacional



Responsabilidade Social da Organização



Desempenho global da Organização



100%

0%

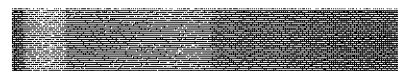
100%

2. Satisfação global dos trabalhadores e trabalhadoras com a Organização

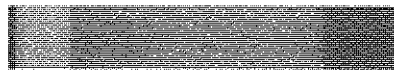
3. Satisfação com as condições de trabalho

■ 1 - Muito insatisfeito/a ■ 2 - Insatisfeito/a ■ 3 - Pouco satisfeito/a ■ 4 - Satisfeito/a ■ 5 - Muito satisfeito/a
■ S/O - Sem Opinião

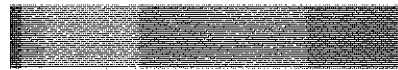
Ambiente de trabalho entre os elementos da sua Equipa/Unidade Orgânica



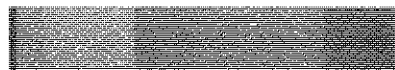
Ambiente de trabalho entre Equipas/Unidades Orgânicas



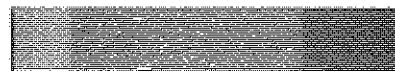
Equipamentos TIC (computadores, portáteis, telefones, impressoras e outros dispositivos)



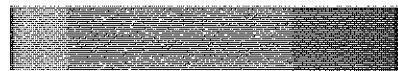
Aplicações, plataformas e software



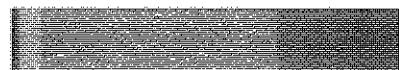
Intranet



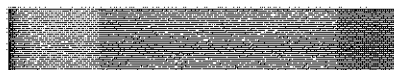
Mobiliário de trabalho (secretária, cadeiras, estantes e outros)



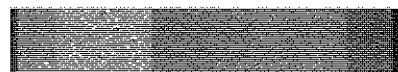
Condições de higiene e limpeza



Condições de segurança



Medidas de bem-estar desenvolvidas



Espaço de refeições



Espaço de cafetaria



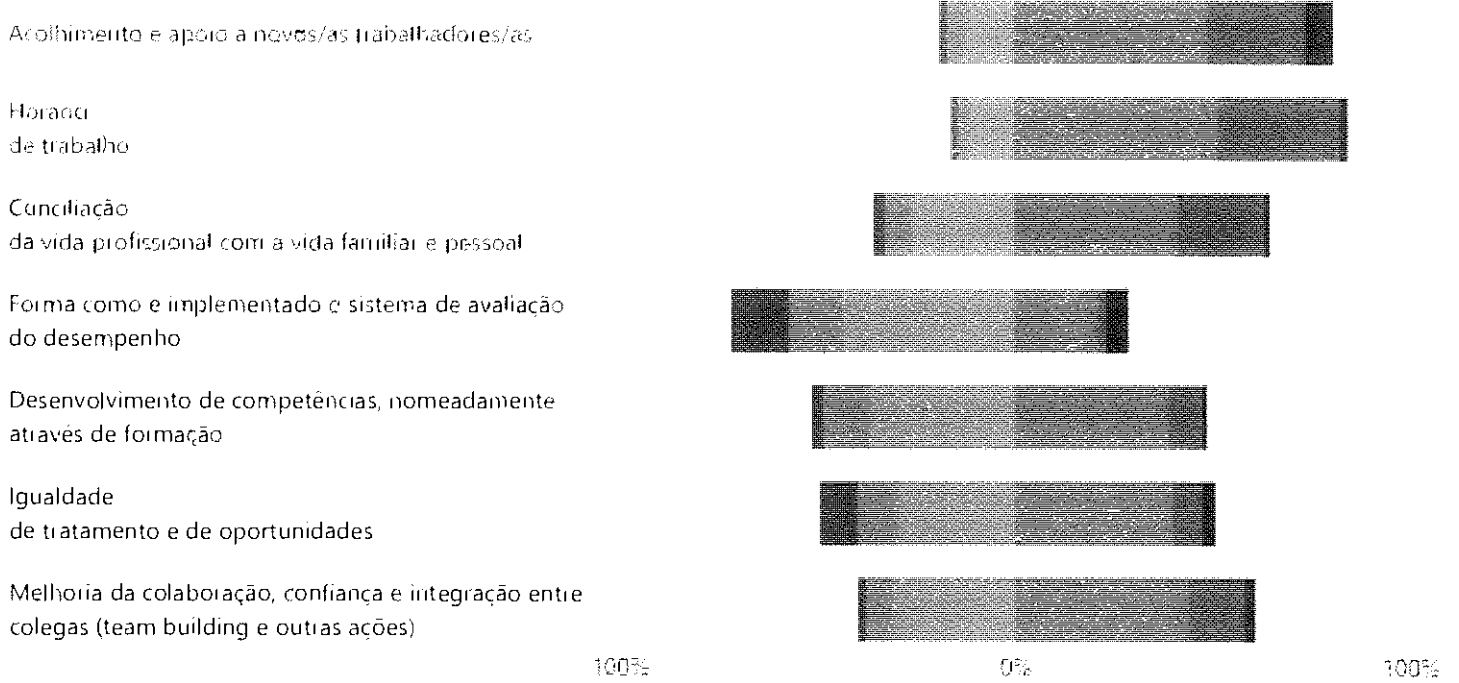
100%

0%

100%

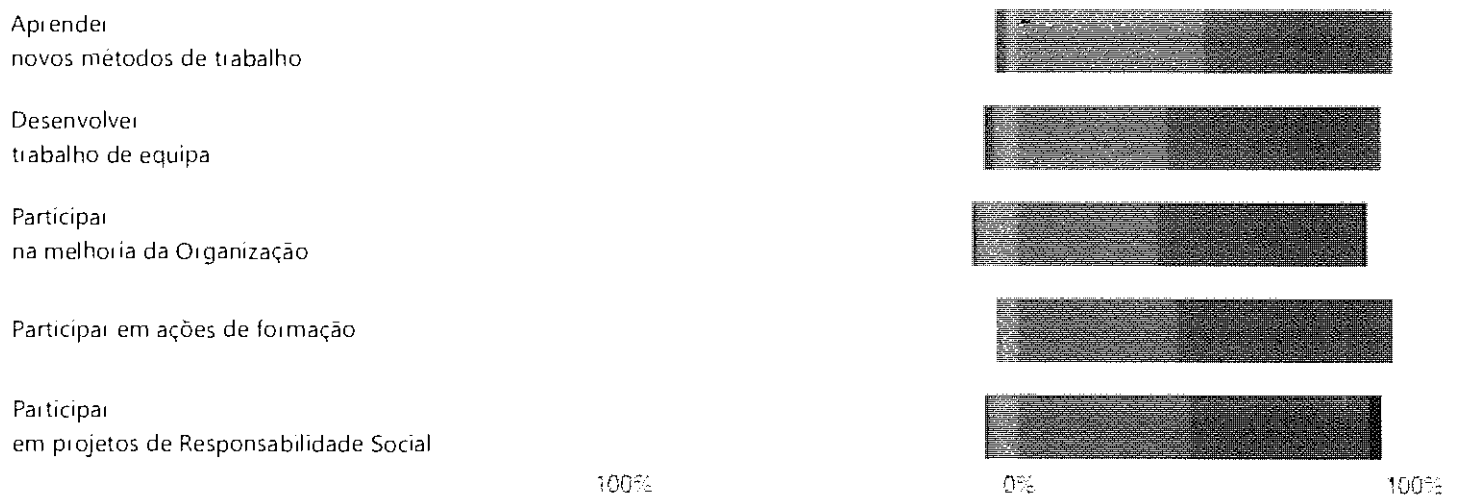
4. Satisfação com a gestão de recursos humanos

- 1 - Muito insatisfeito/a
- 2 - Insatisfeito/a
- 3 - Pouco satisfeito/a
- 4 - Satisfeito/a
- 5 - Muito satisfeito/a
- S/O - Sem Opinião



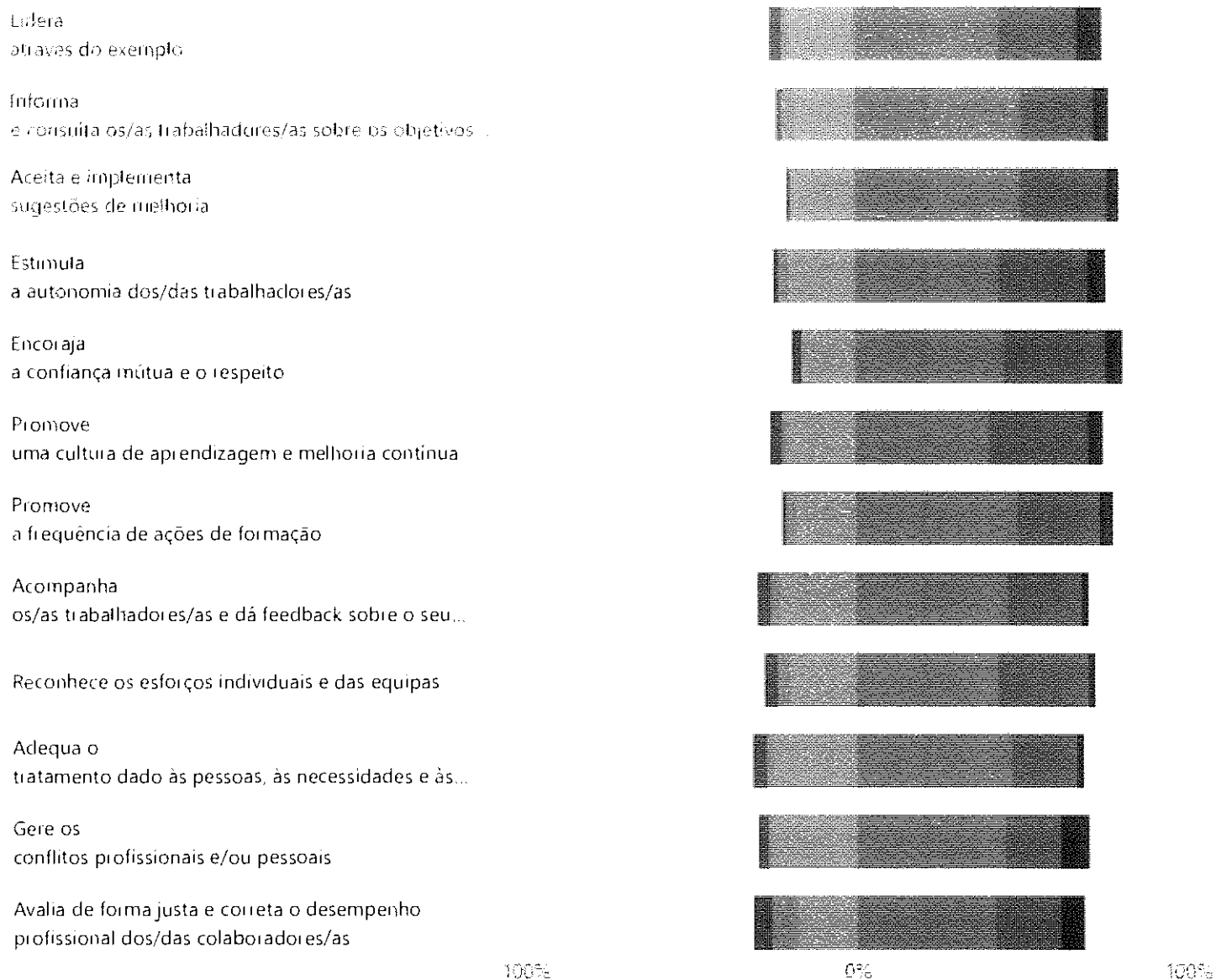
5. Motivação pessoal para:

- 1 - Muito desmotivado/a
- 2 - Desmotivado/a
- 3 - Pouco motivado/a
- 4 - Motivado/a
- 5 - Muito motivado/a
- S/O - Sem Opinião



6. Satisfação com a liderança intermédia

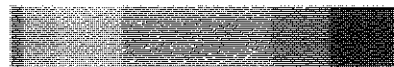
■ 1 - Discordo totalmente ■ 2 - Discordo ■ 3 - Concordo pouco ■ 4 - Concordo ■ 5 - Concordo totalmente
 ■ S/O - Sem Opinião



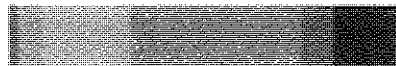
7. Satisfação com a liderança de topo

■ 1 - Discordo totalmente ■ 2 - Discordo ■ 3 - Concordo pouco ■ 4 - Concordo ■ 5 - Concordo totalmente
■ S/D - Sem Opinião

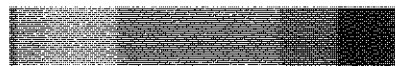
Lidera
através do exemplo



Capacidade de planeamento e de organização



Capacidade
para inovar, desenvolver e modernizar o Organismo



Informa e consulta
os/as trabalhadores/as sobre assuntos relevantes pa...



Comunica de forma
clara com dirigentes e trabalhadores/as



Encoraja a
confiança mútua e o respeito



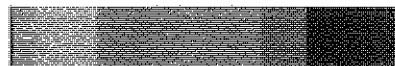
Promove uma cultura
de aprendizagem e melhoria contínua



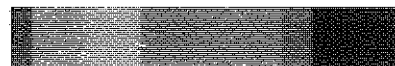
Promove a frequência de ações de formação



Cria condições para
a delegação de responsabilidades e competências



Reconhece e premeia
os esforços individuais e das equipas



100%

0%

100%

8. Sugestões de melhoria e Comentários

Ajude-nos a melhorar, a sua opinião é muito importante para nós:

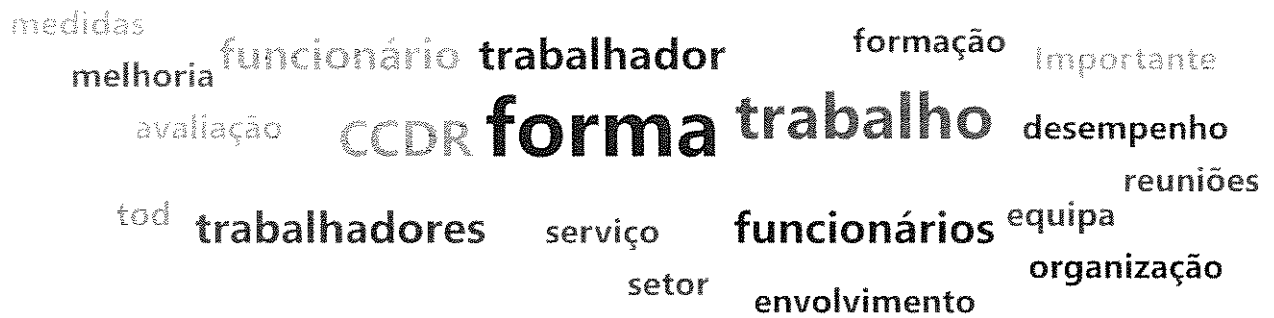
30

Respostas

Respostas Mais Recentes

"Periodicidade de reuniões de chefias /nível de direções de serviço"

11 inquiridos (37%) responderam **forma** a esta pergunta.



Questionário de Satisfação Global Interno

No âmbito do processo de construção do Plano Estratégico da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve, foi solicitado a todos/as os/as trabalhadores/as em funções públicas da organização que respondessem a um questionário de satisfação interno, disponibilizado *online*.

Do total de 108 trabalhadores do quadro da CCDR Algarve, responderam ao questionário 95, o que se traduz numa percentagem de resposta na ordem dos 88%.

A primeira questão pretende aferir sobre a satisfação global dos trabalhadores e trabalhadoras com a Organização, em diversas dimensões que *infra* se elencam, aduzindo-se os principais resultados obtidos:

- Imagem da Organização: 61,6% dizem-se satisfeitos;
- Relacionamento da Organização com os cidadãos e a sociedade: 65,3% consideram-se satisfeitos;
- Relacionamento da Organização com os parceiros: 57,9% declaram-se satisfeitos;
- Capacidade de adaptação da Organização à mudança (agilidade): 58,9% assumem satisfação neste parâmetro
- Capacidade de inovação da Organização: 56,5% estão satisfeitos;
- Capacidade da Organização para gerir os conflitos de interesse: 51,6% no grau de satisfação;
- Envolvimento dos/das trabalhadores/as na definição da estratégia da Organização: 47,9% dizem-se satisfeitos e 30,9% pouco satisfeitos;
- Envolvimento dos/das trabalhadores/as na melhoria organizacional: 47,9% dizem-se satisfeitos e 34% pouco satisfeitos;
- Responsabilidade Social da Organização: 60% declaram-se satisfeitos;
- Desempenho global da Organização: 67,7% assumem uma posição satisfatória.

Tendencialmente, os trabalhadores em funções públicas da CCDR Algarve assumem-se satisfeitos (nível 4) com a Organização (numa escala de 1 a 5, correspondendo este nível à satisfação máxima).

A segunda questão prende a aferir a satisfação com as condições de trabalho:

- Ambiente de trabalho entre os elementos da sua Equipa/Unidade Orgânica: 48,4% dos trabalhadores declaram-se muito satisfeitos;
- Ambiente de trabalho entre Equipas/Unidades Orgânicas: 64,2% dizem-se satisfeitos;
- Equipamentos TIC (computadores, portáteis, telefones, impressoras e outros dispositivos): 42,1% consideram-se satisfeitos;
- Aplicações, plataformas e software: 47,9% declaram-se satisfeitos;

- Intranet: 59,1% assumem-se satisfeitos;
- Mobiliário de trabalho (secretária, cadeiras, estantes e outros): 56,8% declaram-se satisfeitos;
- Condições de higiene e limpeza: 60% estão satisfeitos;
- Condições de segurança: 60, 6% estão satisfeitos;
- Medidas de bem-estar desenvolvidas: 49,5% declaram-se satisfeitos;
- Espaço de refeições: 46,3% dizem-se satisfeitos;
- Espaço de cafetaria: 58,9% assumem-se satisfeitos.

A terceira questão prende-se com a satisfação com a gestão de recursos humanos, cujos resultados se enunciam:

- Acolhimento e apoio a novos/as trabalhadores/as: 48,9% dos trabalhadores consideram-se satisfeitos;
- Horário de trabalho: 51,6% dizem-se satisfeitos;
- Conciliação da vida profissional com a vida familiar e pessoal: 41,1% assumem-se satisfeitos;
- Forma como é implementado o sistema de avaliação do desempenho: 43,2% dizem-se pouco satisfeitos;
- Desenvolvimento de competências, nomeadamente através de formação: 36,8% declaram-se pouco satisfeitos e 38,9% satisfeitos;
- Igualdade de tratamento e de oportunidades: 40% dizem-se satisfeitos;
- Melhoria da colaboração, confiança e integração entre colegas (*team building* e outras ações): 44,1% consideram-se satisfeitos

A quarta questão pretende aferir a motivação pessoal para:

- Aprender novos métodos de trabalho: 47,4% dizem-se muito motivados;
- Desenvolver trabalho de equipa: 53,7% assumem-se muito motivados;
- Participar na melhoria da Organização: 52,1% declaram-se muito motivados;
- Participar em ações de formação: 54,3% afirmam-se muito motivados;
- Participar em projetos de responsabilidade social: 45,3% apresentam muita motivação.

Os resultados obtidos indiciam elevados níveis de motivação dos trabalhadores em funções públicas da CCDR Algarve.

A quinta questão pretende aferir a satisfação com a liderança intermédia:

- Lidera através do exemplo: 43,6% concordam;
- Informa e consulta os/as trabalhadores/as sobre os objetivos e atividades da unidade orgânica: 50% concordam;

- Aceita e implementa sugestões de melhoria: 50% concordam;
- Estimula a autonomia dos/das trabalhadores/as: 43,6% concorda;
- Encoraja a confiança mútua e o respeito: 44,7% concorda;
- Promove uma cultura de aprendizagem e melhoria contínua: 40,4% concorda;
- Promove a frequência de ações de formação: 48,9% concorda;
- Acompanha os/as trabalhadores/as e dá feedback sobre o seu desempenho: 45,7% concorda;
- Reconhece os esforços individuais e das equipas: 43% concorda;
- Adequa o tratamento dado às pessoas, às necessidades e às situações em causa: 46,7% concorda;
- Gere os conflitos profissionais e/ou pessoais: 44,7% concorda;
- Avalia de forma justa e correta o desempenho profissional dos/das colaboradores/as: 41,9% concorda.

A sexta e última questão prende-se com a satisfação com a liderança de topo:

- Lidera através do exemplo: 37,9% concorda;
- Capacidade de planeamento e de organização: 43,2% concorda;
- Capacidade para inovar, desenvolver e modernizar o Organismo: 41,1% concorda;
- Informa e consulta os/as trabalhadores/as sobre assuntos relevantes para a Organização: 44,2% concorda;
- Comunica de forma clara com dirigentes e trabalhadores/as: 49,5% concorda;
- Encoraja a confiança mútua e o respeito: 43,2% concorda;
- Promove uma cultura de aprendizagem e melhoria contínua: 40% concorda;
- Promove a frequência de ações de formação: 42,6% concorda;
- Cria condições para a delegação de responsabilidades e competências: 41,1% concorda;
- Reconhece e premeia os esforços individuais e das equipas: 35,8% concorda.

ANEXO: QUESTIONÁRIO DE SATISFAÇÃO INTERNO

Questão 8. Sugestões de melhoria e Comentários

Ajude-nos a melhorar, a sua opinião é muito importante para nós:

30 Respostas

ID	Nome	Respostas
1	anonymous	:=
2	anonymous	<p>Penso que os funcionários deviam ser ouvidos, nem que fosse em reuniões anuais com os diversos sectores, e depois as nossas dúvidas, desagrados ou sugestões deveriam ser levadas a reunião e não pelos chefes de cada setor, mas sim por um representante dos funcionários, e depois darem-nos algum feedback. Porque haver reuniões de chefias para tratar de assuntos em que as mesmas, a maior parte do tempo nem conhecem as nossas necessidades. É importante sentirmos que as nossas chefias de topo saibam quem nós somos. Obrigado, este questionário já é um começo, mas que não passe só disso.</p> <p>As exigências da organização superam muito o n.º de trabalhadores existentes o que limita bastante o trabalho e a conciliação da frequência das ações de formação e reuniões obrigatórias ou propostas pela organização muitas vezes incompatíveis com o trabalho, o cumprimento dos prazos e a análise das tarefas em tempo suficiente para que sejam realizadas de forma mais mais correta o que por vezes tendo em conta o volume e as solicitações não é possível s</p>
3	anonymous	
4	anonymous	<p>Além da responsabilidade social, sugere-se adoção de medidas de responsabilidade ambiental; de promoção da igualdade; conciliação da vida familiar, pessoal e profissional; melhoria da comunicação interna.</p>
5	anonymous	<p>Importante: diversificar a oferta formativa; desenvolver ações internas de sensibilização para diminuição de consumos; implementar soluções para diminuição dos consumos; melhorar a comunicação para o exterior, integrando áreas pouco visíveis como cooperação, ordenamento e ambiente; assumir, de forma clara, um papel de liderança regional (pelo exemplo, mas não só) em termos de posicionamento e praticas efetivas de mudança em termos de mitigação e adaptação aos efeitos das alterações climáticas; alargar o leque tradicional de atores locais/regionais auscultados e envolvidos;</p>
6	anonymous	<p>Motivar os funcionários com iniciativas benéficas para os mesmos, já que está mais que provado que funcionários felizes produzem mais. Haver justiça nas classificações de serviço. Direcionar o serviço para a (verdadeira) desmaterialização, dotando-o de meios (físicos e humanos) informáticos necessários para tal. Procurar soluções diferentes de sobrecarregar os funcionários com mais trabalho, sempre que surja um novo procedimento. Haver mudanças na Administração, tal como existe na Presidência.</p>

ID	Nome	Respostas
7	anonymous	As ações e medidas tomadas ainda não parecem ter tido consequências na resolução de alguns dos problemas existentes, há muito identificados, não sendo perceptível uma evolução positiva. P.e. os setores da informática, das TIC e da IDE não dispõem dos recursos indispensáveis ao seu adequado funcionamento e muito menos para projetarem a imagem desta CCDR a nível regional e mesmo nacional. Corre-se o risco de não se conseguir acompanhar/ progredir nos projetos desenvolvidos e/ ou desenvolver outros, aspetos cruciais para a modernização e atualidade desta Entidade e dos serviços prestados, em benefício do cumprimento das suas atuais atribuições e competências, para além de serem indispensáveis para potenciarem o desenvolvimento da CCDR como uma verdadeira entidade de coordenação regional, com uma estratégia supramunicipal, capaz de se afirmar por mérito próprio.
8	anonymous	Alterar sistema de avaliação de desempenho, implementar de uma vez por todas que o Filedoc seja um sistema seguido por todos, com nº de processo e registo de entradas e saídas. Secretariado da presidência quando faz saídas tem de as registar, no Filedoc.
9	anonymous	Mais ações de formação no âmbito do trabalho de cada funcionário; Melhores condições de segurança no local de trabalho; Aquisição/atualização de algum equipamento sobretudo informático; Investir em ações de integração entre colegas e bem estar; Reforço do nº de funcionários nos setores onde há acumulação de trabalho e de horas trabalhadas.
10	anonymous	A administração da CCDR desde há muitos anos que tem uma política de prejudicar os funcionários. Em todas as situações, em caso de dúvida ou falta de legislação, a opção tomada é a que prejudica o funcionário. Existe também uma permanente e contínua desconfiança para com os funcionários. Estas situações criam desagrado dos funcionários para com os responsáveis das más decisões e desmotivação com o trabalho.
11	anonymous	Concordo com a polivalência, até certo ponto, porque a ideia de que o trabalho dito mais duro ser "para os homens", é uma maneira discriminatória e, no fundo abusiva, não havendo ideia de como esses trabalhos extras poderão ou não contribuir na avaliação de cada elemento convocado, por exemplo em trabalhos pesados, ou se, depois de tudo, cairá no esquecimento. O respeito numa organização é muito importante, e o valor de cada um, não deverá ser feito de forma discriminatória, como alguns, felizmente poucos colegas o fazem, mas isto de longa data e nesta sociedade de aparências e mitos, criando claro, a devida distanciação, e criando a desmotivação de relações, como se pode ver em casos concretos, nas «despedidas» de colegas que chegam ao fim de suas carreiras, e que infelizmente cada vez vão menos colegas, apesar de convocados. Mas isto é só um exemplo. Urge mudar.
12	anonymous	É necessário criar uma comunicação interna mais eficaz, sem hierarquias

ID	Nome	Respostas
13	anonymous	Maior possibilidade de frequência de formações; avaliação de desempenho dos funcionários mais criteriosa.
14	anonymous	Assumir coordenação regional sem receios e trabalhar em parceria com outras entidades.
15	anonymous	Formação adequada.
16	anonymous	Sugiro a realização regular de reuniões/eventos que promovam a ligação entre todos os serviços e todos os trabalhadores, numa perspetiva de melhoria contínua dos serviços prestados pela CCDR Algarve
17	anonymous	Dar a devida importância aos colaboradores, priorizando a valorização e promoção na carreira. Promover a circulação da informação relevante, o envolvimento dos colaboradores nas matérias de interesse e o trabalho em equipa, definindo responsáveis pela coordenação desse trabalho.
18	anonymous	Deveria existir uma política de gestão de carreiras, ser dada a possibilidade de os trabalhadores diversificarem as suas funções, pelo menos, para quem o desejasse, de forma a melhor gerir a motivação das pessoas, pois pessoas mais motivadas, são pessoas mais empenhadas e produtivas; deveriam ser implementadas medidas para a conciliação entre a vida profissional, familiar e pessoal, para além do horário flexível (apoio à natalidade, cheque bebé, dispensa de trabalho no dia de aniversário do trabalhador e meio dia no dia de aniversário dos descendentes, facilitação de formação profissional com o pagamento da propina...); deveria ser promovido o exercício físico na instituição, pois passamos muitas horas sentados à secretária, donde poderão advir patologias e outros problemas relacionados com o sedentarismo); deveriam ser contratados mais trabalhadores, pois algumas equipas estão subdimensionadas para o trabalho existente, tornando necessário trabalhar em horas extra muitas vezes, as quais não são remuneradas; poderia ser implementada a semana de trabalho de 4 dias.
19	anonymous	Que se promova a utilização das ferramentas de gestão (v.g. Filedoc) e que seja dado o exemplo do topo para a base.
20	anonymous	Louvar o empenho da Presidência na elaboração deste Plano Estratégico que deverá, entre outros aspetos, ser um importante instrumento para implementar um conjunto de melhorias ao nível do desempenho organizacional, que terá necessariamente que passar pelo incremento/reforço do uso das novas tecnologias digitais, no âmbito de um espírito de trabalho colaborativo e em rede, dentro e fora da organização. Deixar uma palavra de incentivo aos dirigentes intermédios: que aprofundem a capacidade de motivação das suas equipas, realçando sempre o melhor que cada trabalhador em funções públicas tem, fazendo sempre a melhor articulação possível entre o perfil de cada pessoa e as necessidades do serviço. A todos os trabalhadores em funções públicas da CCDR Algarve: que nunca nos falte a dedicação, o entusiasmo e o

ID	Nome	Respostas
		espírito de missão para que tod@s junt@s possamos afirmar e reforçar o papel estrutural da CCDR Algarve na região, assumindo-se como serviço de referência na Administração Pública na prossecução do interesse público e na prestação de um cada vez melhor serviço público a tod@s @s cidadãos.
21	anonymous	Para quê?
22	anonymous	A liderança precisa de elevar o nível de desempenho interno, em termos de eficácia e inovação organizacional, por forma a que a CCDR se posicione como um ator-chave de desenvolvimento regional. É importante que a CCDR reconheça os problemas e as oportunidades locais em antecipação e promova iniciativas práticas de resolução/aproveitamento das mesmas, em sintonia com os principais agentes regionais.
23	anonymous	Relativamente ao ponto da Liderança de Topo - deve ser tido em consideração que se trata de uma equipa recente, pelo que a análise poderá ser desadequada. Considero que existe um bom ambiente de trabalho dentro da instituição, de interajuda e dedicação, a equipa apresenta um elevado grau de responsabilidade. Contudo considero que a CCDR deveria ter uma imagem mais forte e com maior impacto no desenvolvimento da Região. Gostaria que houvesse objetivos claros, uma avaliação continua dos efeitos da utilização dos Fundos na região, cada técnico deveria ter consciência de como o seu esforço é refletido na sociedade. Mais que uma palmadinha nas costas, ver que estamos tirar contrapartida das oportunidades que temos disponíveis, que estamos ajudar a região e a melhorar qualidade de vida dos seus cidadãos, teria sem dúvida, um grande efeito motivacional nos seus técnicos.
24	anonymous	Melhorar as condições dos trabalhadores e valoriza-los pelas suas competências.
25	anonymous	Promover medidas que promovam um maior sentimento de justiça e igualdade entre os funcionários e que promovam uma maior participação dos cidadãos.
26	anonymous	Melhoria do planeamento, maior antecedência na comunicação das ações de capacitação interna e potencialização da utilização da Intranet
27	anonymous	A avaliação do desempenho por OBJETIVOS deve ser essencial para a progressão profissional de qualquer colaborador
28	anonymous	Eventos anuais de team building, co-decisão e responsabilidade social.
29	anonymous	Melhoria da comunicação interna e externa. Identificam-se fortes limitações na comunicação no interior da organização por parte dos dirigentes de uma forma geral. Os objetivos a prosseguir pela da organização não são partilhado de forma igual e transparente. A comunicação dos trabalhadores para as chefias deve ser incentivada, através da sua auscultação em eventos próprios. Importa robustecer a cultura organizacional assente em valores partilhados por

ID	Nome	Respostas
30	anonymous	<p>todos e todas. Ao nível da comunicação externa identificam-se vários constrangimentos, a começar pela ausência de competências específicas em matéria de comunicação por parte dos colaboradores afetos a esta setor. A gestão das redes de comunicação é deficiente, não se projetando efetivamente o papel crucial que a CCDR tem na região.</p> <p>Periodicidade de reuniões de chefias /nível de direções de serviço</p>

Avaliação do sistema de controlo interno



COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO
REGIONAL DO ALGARVE

ANEXO A

Questões	Aplicado			Fundamentação
	S	N	ND	
1 – Ambiente de controlo				
1.1 Estão claramente definidas as especificações técnicas do sistema de controlo interno?	X			Na Norma de Controlo Interno.
1.2 É efetuada internamente uma verificação efetiva sobre a legalidade, regularidade e boa gestão?	X			Conforme as políticas, os métodos e os procedimentos de controlo interno constantes do Sistema de Controlo Interno.
1.3 Os elementos da equipa de controlo e auditoria possuem a habilitação necessária para o exercício da função?		X		
1.4 Estão claramente definidos valores éticos e de integridade que regem o serviço(ex. códigos de ética e de conduta, carta do utente, princípios de bom governo)?	X			
1.5 Existe uma política de formação do pessoal que garanta a adequação do mesmo às funções e complexidade das tarefas?	X			No ano 2021 foi ministrada formação em áreas chave a dirigentes e trabalhadores - Ações internas (CCDR Alg) e externas .
1.6 Estão claramente definidos e estabelecidos contactos regulares entre a direcção e os dirigentes das unidades orgânicas?	X			Mediante a realização de reuniões de chefias e a emissão de orientações por parte da Presidência, nomeadamente sob a forma de despachos internos.
1.7 O serviço foi objeto de ações de auditoria e controlo externo?	X			Foram realizadas pela AG - Autoridade de Gestão, verificações no Local de operações financiadas pelo POR Algarve 2020, nomeadamente a operação ALG-09-6177-FEDER-000013, em cumprimento com o estabelecido na alínea a) do nº 4 do art. 125º do Reg (CE) nº 1303/2013, da Comissão, de 17 de dezembro, e da alínea a) do nº 2 do artº 26 do Decreto-Lei nº 137/2014 de 12 de setembro. Foi ainda efetuada auditoria à mesma operação pela AD&C, no âmbito do estabelecido nos artigos 45.º e 46.º do Decreto-Lei nº 137/2014, de 12 de setembro e em cumprimento do plano de auditoria para o exercício contabilístico 20-21, aprovado pela Autoridade de Auditoria (Inspeção-Geral de Finanças).
2 – Estrutura organizacional				
2.1 A estrutura organizacional estabelecida obedece às regras definidas legalmente?	X			Decreto-Lei nº 228/2012, de 25 de Outubro, na sua versão atual – aprova a Orgânica das Comissões de Coordenação Regional; Portaria n.º 528/2007, de 30 de Abril – Determina a Estrutura Nuclear. Despacho n.º 10934/2018, de 23 de novembro de 2018 – Define as Unidades Flexíveis.
2.2 Qual a percentagem de colaboradores do serviço avaliados de acordo com o SIADAP 2 e 3?	X			100%
2.3 Qual a percentagem de colaboradores do serviço que frequentaram pelo menos uma acção de formação?	X			95%
3. Actividades e procedimentos de controlo administrativo implementados no serviço				
3.1 Existem manuais de procedimentos internos?	X			Norma de Controlo Interno, Regulamento Interno de Organização do Tempo de Trabalho, Regulamento de Cadastro e Inventário, Regulamento de Uso de Veículos, Sistema de Segurança da Informação.
3.2 A competência para autorização da despesa está claramente definida e formalizada?	X			Em normas legais e em despachos de delegação de competências.
3.3 É elaborado anualmente um plano de compras?	X			No âmbito do Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP) é elaborado um plano ministerial de compras (PMC) cabendo a cada entidade vinculada, neste caso à CCDR a elaboração do seu plano a remeter para a Unidade Ministerial de Compras (UMC).
3.4 Está implementado um sistema de rotação de funções entre trabalhadores?		X		Formalmente não está implementado um sistema de rotação de funções, devido à inexistência de recursos humanos para se efetuar a rotação. Na área administrativa, tem sido promovida a rotação de funções de forma a assegurar o nível mínimo de redundância que permita fazer face a eventuais impedimentos.
3.5 As responsabilidades funcionais pelas diferentes tarefas, conferências e controlos estão claramente definidas e formalizadas?	X			
3.6 Há descrição dos fluxos dos processos, centros de responsabilidade por cada etapa e dos padrões de qualidade mínimos?	X			Na Norma de Controlo Interno integra os procedimentos de controlo interno, com os respetivos fluxos de informação.
3.7 Os circuitos dos documentos estão claramente definidos de forma a evitar redundâncias?	X			Na Norma de Controlo Interno e no Sistema de Gestão Documental.
3.8 Existe um plano de gestão de riscos de corrupção e infrações conexas?	X			Elaboração do Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas aplicável ao ano 2021
3.9 O plano de gestão de riscos de corrupção e infrações conexas é executado e monitorizado?	X			Relatório de Monitorização do Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas (2020) - Aprovado em outubro 2021
4 – Fiabilidade dos sistemas de informação				
4.1 Existem aplicações informáticas de suporte ao processamento de dados, nomeadamente, nas áreas de contabilidade, gestão documental e tesouraria?	X			Gestão Documental - Filedoc, ERP SINGAP (Recursos Humanos, Contabilidade, Tesouraria, Aprovisionamento, Prestação de Contas), GesGuias e GesPCO.
4.2 As diferentes aplicações estão integradas permitindo o cruzamento de informação?	X			Existe interoperabilidade entre as aplicações referidas no ponto anterior.
4.3 Encontra-se instituído um mecanismo que garanta a fiabilidade, oportunidade e utilidade dos outputs dos sistemas?	X			As aplicações dispõem dos mecanismos que permitem retirar informação fidedigna e atempada produzindo outputs relevantes e fundamentais.
4.4 A informação extraída dos sistemas de informação é utilizada nos processos de decisão?	X			As aplicações geram outputs relevantes para a gestão e tomada de decisão.
4.5 Estão instituídos requisitos de segurança para o acesso de terceiros a informação ou activos do serviço?	X			Existem regras para o acesso de terceiros aos sistemas de informação, sendo possível o acesso remoto através de VPN.
4.6 A informação dos computadores de rede está devidamente salvaguardada (existência de backups)?	X			Toda a informação residente nos servidores e partilhas de rede é salvaguardada automaticamente.
4.7 A segurança na troca de informações e software está garantida?	X			Dispõe-se de normas para garantir os requisitos de segurança de acordo com o Sistema de Segurança da Informação.

